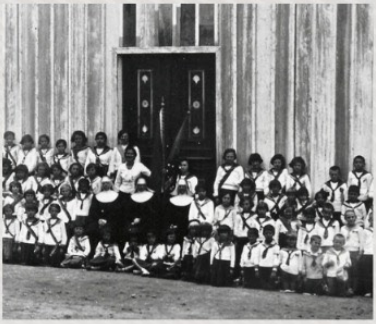




COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES, FARROUPILHA/RS
HISTÓRIAS DE SUJEITOS E PRÁTICAS (1922-1954)

Prefácio
Terciane Ângela Luchese

Posfácio
José Edimar de Souza

GISELE BELUSSO





Este livro mergulha na trajetória histórica do **Colégio Nossa Senhora de Lourdes**, em Farroupilha/RS, revelando aspectos fundamentais da educação gaúcha e nacional. Fundada em 1917 pelas **Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas**, a instituição tornou-se referência na formação de gerações, marcada pela religiosidade, disciplina e práticas escolares que dialogavam com as transformações educacionais do Brasil.

A narrativa percorre o período de **1922 a 1954**, destacando: a mudança de endereço e a expansão da escola até a autorização do curso ginasial; as culturas escolares construídas por alunos, professoras religiosas e diretoras; e as práticas pedagógicas que uniam leitura, escrita, ordem e fé, permeadas por influências escolanovistas e pela nacionalização.

Com base em documentos oficiais, fotografias e histórias orais de ex-alunos e ex-professoras, o estudo reconstrói não apenas a memória da instituição, mas também o papel da congregação na educação do Rio Grande do Sul.

Este livro é um convite a compreender como a escola confessional se tornou espaço de formação cultural, social e religiosa, deixando marcas profundas na comunidade e na história da educação brasileira.

Texto criado a partir do resumo do trabalho original. É uma provocação... favor verificar.

Gisele Belusso

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES, FARROUPILHA/RS: HISTÓRIAS DE SUJEITOS E PRÁTICAS (1922-1954)

Casa Leiria
São Leopoldo/RS
2026

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES, FARROUPILHA/RS
HISTÓRIAS DE SUJEITOS E PRÁTICAS (1922-1954)
Gisele Belusso

Os textos e imagens são de responsabilidade da autora.

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida,
desde que citada a fonte.

Catalogação na publicação
Bibliotecárix: – CRB

Agradecimentos

À minha mãe Magali e minha avó Lila Lourdes por seu incansável apoio e auxílio com meus tesouros, meus filhos.

Aos meus filhos Guilherme e João Vitor pela compreensão nas ausências e pelo apoio com suas presenças.

Ao Alencar por apoiar-me em minhas escolhas, por estar ao meu lado em todos os momentos e ser escuta nas alegrias e nas angústias do caminho.

À Terciane, minha orientadora e incentivadora da pesquisa, por ser apoio incondicional durante todo o processo de escrita.

Às Religiosas da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas por tornarem a pesquisa possível, disponibilizarem seus arquivos e estarem sempre dispostas a auxiliar, agradeço especialmente à Irmã Nilse Dallamaria, à Inêz Bernardi, à Irmã Odete Maria Fiorini e à Nadir Contini.

Às secretárias Karen C. B. Maggioni e Fernanda Freddo, do Colégio Nossa Senhora de Lourdes e da Associação Educadora São Carlos, respectivamente, pelo apoio em localizar os documentos nos arquivos.

Aos entrevistados que compartilharam suas memórias e seu tempo em concedê-las: Irmã Mafalda Seganfredo, Irmã Rosalina Seganfredo, Lila Lourdes Muller, Alice T. Noro, Raul Pedro Tartarroti, Odete Rasera e Dino José Dorigon e àquelas que contribuíram com entrevistas que ficarão para um próximo estudo: Irmãs Zélia Ornaghi e Amantina Seganfredo.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul. Aos professores doutores Alberto Barausse, Décio Gatti Júnior e José Edimar de Souza por generosamente aceitarem o convite para estarem presentes na banca e contribuírem com seus olhares para esta pesquisa.

Aos colegas que tornaram o convívio uma alegria em que laços de amizade e apoio se tornaram nosso cotidiano.

Às secretárias Dani, Jaque, Julia e Letícia pelo apoio nas questões burocráticas.

À CAPES pelo apoio financeiro à pesquisa.

Talvez não seja muito importante o que a vida faz conosco; importante, sim, é o que cada um de nós faz com a vida. Não hesito em dizer-vos que a certeza é a distância mais curta para a ignorância. Num erro, podem estar ensinamentos preciosos. É preciso ter dúvidas (Antônio Nóvoa, 2015).

Sumário

11 Prefácio: História da Educação e a História das Instituições Escolares

17 Considerações iniciais

31 Contextualizando a inserção de uma instituição de ensino e seu entorno

32 "Assim o Lourdes brotou e cresceu": Colégio Nossa Senhora de Lourdes

41 Delineando o contexto: de Caxias a Farroupilha, de vila a município (1920-1960)

55 Primeiros movimentos de escolarização: de Nova Vicenza a Farroupilha – dos espaços improvisados à educação escolar

71 O ramo feminino da Congregação de São Carlos: um breve histórico, da Itália ao Brasil

80 A congregação em solo gaúcho: primeiras impressões e percursos

87 Entre indícios e representações: os sujeitos escolares

88 "São os jovens de hoje e de sempre que farão este mundo melhor": discentes do lourdes.

106 "Educar é conduzir almas a Cristo e Cristo às almas": docentes do Lourdes

107 A missão de educar e a formação religiosa

118 Religiosas em formação: indícios da profissionalização docente

135 "Sob as bênçãos da Virgem de Lourdes, nossa mãe e patrona gentil": diretoras do Lourdes

157 Práticas Escolares Entrelaçadas em Tempos e Espaços

169 As práticas no interior da sala de aula

173 O fio condutor dos saberes: práticas de leitura, escrita

188 As "mil maneiras de fazer com" ordem e disciplina

202 As Formas De Quantificar Os Registros Da Aprendizagem Escolar

212 Livro dos exames finais: a escrituração escolar

233 Considerações finais

243 Posfácio: Instituições educativas: modos de compor história da educação

247 Referências

Prefácio:
História da Educação e a História das Instituições Escolares

> *Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição educativa é integrá-la de forma interactiva no quadro mais amplo do sistema educativo e nos contextos e circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência.*[1]

Ao longo das últimas décadas, no contexto brasileiro e em diálogo com o internacional, a História da Educação voltou-se para a realização de um importante mapeamento das instituições educativas, tendo na escola um de seus principais focos. O conjunto de estudos sobre a história de instituições escolares efetuados abordando diferentes realidades permitiu ampliar, aprofundar e complexificar o conhecimento sobre o tema. Investigações atentas para a história de escolas públicas, privadas, confessionais; escolas de educação infantil, ensino fundamental ou médio; escolas com marcas étnicas; escolas multisseriadas ou para a formação de professores, ou seja, múltiplas categorias, recortes e períodos temporais. Pesquisas que observaram o fenômeno escolar operando com a categoria cultura(s) escolar(es) e suas múltiplas possibilidades – tempo, espaço, práticas, cultura material, memórias, arquitetura, saberes. Como afirma Gatti Júnior:[2] "apreensão daqueles elementos que conferem identidade

1 MAGALHÃES, Justino. A construção de um objecto do conhecimento histórico. Do arquivo ao texto – a investigação em história das instituições educativas. **Educação Unisinos**. v. 11, n. 2, p. 69-74, maio/ago. 2007. p.70.

2 GATTI JUNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. *In*: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia/MG: EDUFU, 2002. p. 3-24. p. 20.

à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos." Mais recentemente, a atenção ao patrimônio histórico-educativo presente ou guardado nas escolas tem sido mote de pesquisas e ações de preservação.

A presente obra contribui para as pesquisas no campo da História da Educação, mais especificamente, do estudo histórico de uma instituição escolar centenária, ainda atuante no município de Farroupilha, na Serra Gaúcha, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Como bem menciona o historiador Justino Magalhães, investigar a história de uma escola significa percebê-la integrada, vinculada a um contexto, a uma comunidade, num tempo delimitado, complexa e múltipla em relações e possibilidades. Buffa, em estudo seminal, corrobora propondo que

> Investigar o processo de criação e de instalação da escola, a caracterização e a utilização do espaço físico (elementos arquitetônicos do prédio, sua implantação no terreno, seu entrono e acabamento), o espaço do poder (diretoria, secretaria, sala dos professores), a organização e o uso do tempo, a seleção dos conteúdos escolares, a origem social da clientela escolar e seu destino provável, os professores, a legislação, as normas e a administração da escola. Estas categorias permitem traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para aquela sociedade.[3]

A presente obra, que o leitor agora tem em mãos (ou na tela), é resultado de uma investigação realizada em nível de mestrado, junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, na linha de pesquisa História e Filosofia da Educação, sob minha orientação. A autora, Gisele Belusso, pedagoga, revelou-se uma pesquisadora com potencial e sensibilidade teórico-metodológica, como bem demonstra seu texto, agora em formato livro. Trata-se do estudo de uma das muitas instituições escolares confessionais criadas por congregação italiana, as Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas. Chegadas na Serra Gaúcha em 1915, abriram o Colégio São Carlos em Bento Gonçalves. Conforme narra Gisele Belusso, foi quando da visita ao Rio Grande do Sul em 1916, que Madre Assunta em comum acordo com o então Bispo João Dom João Becker

3 BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. *In*: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas/SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 25-38. p. 27.

aceitou ampliar o número de escolas, incluindo uma em Nova Vicenza, hoje Farroupilha e outra em Guaporé. Em fins de 1916 a escola foi autorizada e em 1922, conforme estudo, transferida para onde está localizada até hoje.

A pesquisa focou na história da instituição de ensino por ser uma das mais antigas de Farroupilha, a única escola confessional que se mantém em funcionamento e sobre a qual havia um silêncio com relação à sua história. E como afirma Rogers e o estudo de Belusso corrobora, "As congregações, de fato, trazem consigo um modelo de ensino que vai bem além das aulas de religião, sobretudo quando dirigido às elites".[4] O Colégio Nossa Senhora de Lourdes revelou-se um objeto histórico-educacional com muitas possibilidades e nuances investigativas e Belusso soube, com maestria, narrar parte de sua história.

Por meio de construção de um diversificado corpus empírico e com apurada análise documental histórica, entrecruzada com rigoroso referencial teórico, Belusso construiu estudo robusto, potente e que coloca em cena a história desse importante Colégio farroupilhense que agora vem a lume em forma de livro. Além de adentrar na análise das práticas pedagógicas entre os anos de 1922 e 1954, a autora contextualiza a história regional, da congregação e da própria instituição, colocando em jogo conceitos como os de cultura escolar, práticas educativas, história das instituições escolares e sinalizando para elementos muito significativos dos modos de fazer e ensinar no contexto escolar de então. Mobilizando História Oral e importantes documentos como fotografias, boletins e cadernos, Belusso nos aproxima dos modos de ensinar e aprender próprios de outras épocas. Sabemos que

> A formação de novas congregações religiosas femininas instituídas no decorrer do século XIX ocorreu pelo investimento que a Igreja fez no desejo de revigorar o sentimento religioso feminino e de fazer amadurecer na mulher católica uma maior consciência do próprio papel e de suas tarefas familiares. Outra finalidade foi a de proteger dos "graves perigos" aos quais era exposta a família por desprendimento dos vínculos tradicionais e pelos fenômenos de desagregação produzidos pelos processos de modernização econômica e social, urbanização, expansão capitalista, além da secularização dos modos de pensar e dos costumes.[5]

4 ROGERS, R. Congregações femininas e difusão de um modelo escolar: uma história transnacional. **Pro-Posições**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 56-74, 22 dez. 2014. p. 60.

5 LUCHESE, Terciane Ângela; MATIELLO, Marina; BARAUSSE, Alberto. Religiosa, imigrante, mulher: Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas num olhar transnacional (1895-1917). **Rev. Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 19, n. 63, p. 1418-1445, out./dez. 2019. p. 1422.

Farroupilha guarda em seu território nuances da história da imigração italiana e de seus descendentes e o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, com suas práticas de ensinar a ler e a escrever o português ocupou centralidade na formação de estudantes e de muitas lideranças regionais. As práticas católicas, as lições de moralidade e catecismo como parte do cotidiano escolar, foram possivelmente inspiradas na recomendação do Bispo Scalabrini, mentor da Congregação que viabilizou o Colégio Nossa Senhora de Lourdes:

> [...] essa atividade religiosa deve ser completada pela escola, onde os filhos dos migrantes possam aprender, juntamente com as primeiras noções da leitura, da escrita e da matemática, a língua do país que será a sua nova pátria, bem como a língua pátria de origem, já que um elemento muito importante para a conservação da fé é precisamente o sentimento das origens [...].[6]

Nesta obra o leitor percorre páginas que o apresentam ao contexto das primeiras décadas do século XX na Serra Gaúcha, mais especificamente, a formação do município de Farroupilha, o apito do trem e as mudanças a ele relacionadas, a constituição do Colégio Nossa Senhora de Lourdes com atenção às suas culturas escolares, em especial, as práticas – com o ensinar a ler, escrever e rezar, de avaliar, disciplinar e moralizar, entre outros aspectos que nos ligam do presente ao passado nessa significativa história. Como bem escreveu Escolano Benito[7], neste livro, Gisele Belusso nos presenteia com uma "história de criações, porém é também uma história dessas recepções, acomodações, traduções, apropriações, recusas, resistências, fusões, mestiçagens, metamorfoses" visíveis por meio de uma densa e qualificada pesquisa histórico-educacional. Um convite para adentrar no passado escolar, nas histórias de vida de pessoas de outros tempos que nos fazem, inevitavelmente, pensar no tempo e suas múltiplas camadas. Em nossas próprias experiências escolares, mobilizando memórias, sentimentos e efetivando aproximações e distanciamentos. São páginas repletas de pessoas e suas histórias do aprender, do (con)viver, do construir e fazer acontecer uma escola. Uma instituição e pessoas no tempo. Dos ontens que nos acompanham no hoje e que semeiam amanhãs.

6 SCALABRINI, J. B. **A emigração italiana na América**. Tradução de Redovino Rizzardo. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Centro de Estudos de Pastoral Migratória; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979. p. 217.

7 Escolano Benito (2017, p. 97). Falta referência, favor verificar.

Desejo uma leitura proveitosa, com novos e renovados questionamentos para as nossas práticas escolares contemporâneas. Mas também que esta obra permita que os leitores percebam que a história da escola, da educação e dos modos como aprendemos e nos constituímos como seres humanos são importante manancial para o exercício da cidadania, para a vida contemporânea e para a compreensão de nossos próprios processos identitários.

Terciane Ângela Luchese
Verão de 2026

Considerações iniciais

Nada na vida de uma instituição escolar acontece, ou aconteceu, por acaso, tanto o que se perdeu ou transformou, como aquilo que permaneceu.

(Justino Magalhães, 2004)

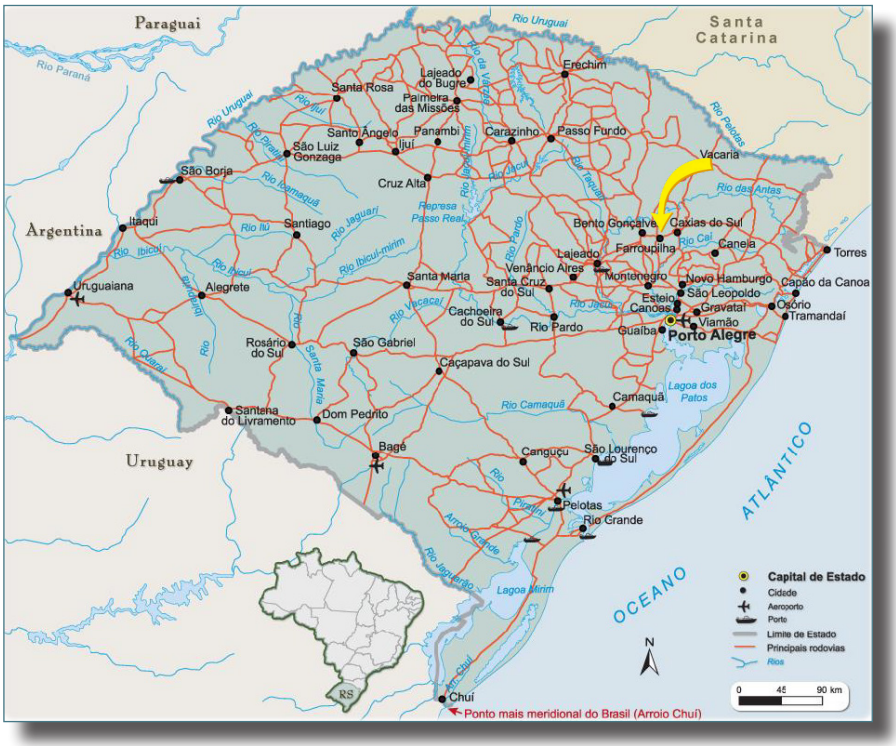
O Colégio Nossa Senhora de Lourdes, pertencente à Associação Educadora São Carlos (AESC)[8] da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas, completa seu centenário no ano de 2017. A congregação foi fundada em 1895, na Itália, pelo Bispo João Batista Scalabrini, como ramo feminino da Congregação de São Carlos.

Desde sua criação, a atuação da Congregação feminina esteve ligada ao campo educacional, inicialmente no Estado de São Paulo e, posteriormente, no Rio Grande do Sul. A instalação da primeira instituição de ensino na serra gaúcha foi em Bento Gonçalves/RS, no ano de 1915, e a segunda, no ano de 1917, foi em Farroupilha/RS,[9] Região Nordeste da Serra Gaúcha, aproximadamente a 110 km da capital gaúcha, Porto Alegre. Essa região de imigração predominantemente italiana foi povoada a partir do final do século XIX. O mapa 1, a seguir, situa a localização do município no estado do Rio Grande do Sul. Ao norte, limita-se com os municípios de Flores da Cunha e Nova Roma do Sul; ao sul, com Alto Feliz, Carlos Barbosa e Vale Real; ao leste, com Caxias do Sul; e, a oeste, com Bento Gonçalves, Garibaldi, Carlos Barbosa e Pinto Bandeira.

8 A AESC foi fundada em 1 de maio de 1962, sob a denominação de Sociedade Educadora Beneficente do Sul, com caráter beneficente, educativo, cultural, profissional, hospitalar e de assistência social (Estatuto Sociedade Educadora Beneficente do Sul – SEBS, 1962).

9 Na época, o local denominava-se Nova Vicenza, distrito de Caxias do Sul/RS, e somente em 1934 ocorre a emancipação e torna-se o município de Farroupilha/RS.

Mapa 1: Mapa do Rio Grande do Sul – Farroupilha/RS



Fonte: Brasil Turismo (2016)

O Colégio foi aberto para a comunidade próximo à Igreja São Vicente Mártir, em instalações físicas desconhecidas ao certo, até mesmo pelas integrantes da congregação.

Em 1922, com a inauguração da malha ferroviária, a paróquia e a escola foram deslocadas para locais mais próximos do novo núcleo populacional. Nesse lugar, o espaço físico para a instalação da escola foi provisoriamente alugado na Rua Júlio de Castilhos e, no ano seguinte, em 1923, foi deslocado para um espaço construído ao lado da nova Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus. A construção em madeira foi feita para receber as irmãs e seus alunos, e elas ali desenvolveram as atividades escolares até 1943, quando ocorreu a mudança para o grande prédio em alvenaria, com três andares. Seguiram-se sucessivas reformas e ampliações e, atualmente, a escola mantém esse mesmo espaço físico em funcionamento.

O Colégio Nossa Senhora de Lourdes é formador de muitos cidadãos da comunidade, uma instituição peculiar, católica, criada em uma região de imigração predominantemente italiana como escola particular. As Irmãs, além da atuação no "Lourdes", constituíram um forte processo de participação na comunidade, por meio de outras iniciativas que fazem parte da história de Farroupilha/RS, tais como o Hospital Beneficente São Carlos, a Escola Santa Cruz, a Escola Nossa Senhora de Caravaggio e a Escola Pio X.

A pesquisa objetiva abordar a instituição de ensino denominada Colégio Nossa Senhora de Lourdes por ser uma das mais antigas do município, a única escola confessional que se mantém em funcionamento até esta data e pela ausência de estudos com relação às atividades desenvolvidas ao longo de sua história. Pretende-se, portanto, que a presente pesquisa tenha relevância e enseje outros estudos.

Nessa diretriz, este estudo, em conjunto com a história de outras instituições escolares, de modo comparado ou somado a outras investigações históricas vinculadas ao campo da educação, permite compreender com maior profundidade a história da educação gaúcha e brasileira.

O interesse em pesquisar esta instituição de ensino tem por motivação a própria experiência profissional por mim vivenciada neste espaço educativo. Durante a atuação como docente das séries iniciais do ensino fundamental na instituição, objeto desta pesquisa, durante dez anos (2002-2012), inquietavam-me as práticas arraigadas no cotidiano escolar e que não estavam descritas, normatizadas, nem eram ensinadas; simplesmente aconteciam, com a força de uma cultura desde sempre viva e presente, como algo que estivesse e fosse característico da instituição.

Desse modo, o problema central de pesquisa pode ser expresso pelo seguinte questionamento: como foi o processo histórico do Colégio Nossa Senhora de Lourdes de Farroupilha/RS entre os anos de 1922 e 1954, considerando as culturas escolares dessa instituição?

Com o questionamento expresso, como um fio condutor, foi construída a narrativa que pretendeu compreender a emergência da congregação, sua vinda para o Rio Grande do Sul, sua trajetória no campo educacional, analisando os sujeitos e as práticas que caracterizaram as culturas escolares no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, no recorte temporal estabelecido.

Ciente de que, para delimitar, é preciso definir o recorte temporal da investigação, foi estabelecido como início o ano de 1922, por ocasião da mudança de endereço para a Rua Júlio de Castilhos, e para seu término o ano de 1954, quando da autorização para o funcionamento do curso ginasial, já que, até então, os níveis de ensino ofertados se restringiam ao Ensino Primário e ao Jardim de Infância. O aporte teórico da pesquisa é a História Cultural, e a principal categoria de análise refere-se às culturas escolares, especialmente considerando, como subcategorias, os sujeitos escolares e as práticas escolares.

A esta pesquisa, existiam outras relacionadas ao tema, que foram realizadas e que puderam contribuir neste estudo, como a dissertação *Memória e História Educacional: o papel do Colégio Santa Teresa no processo escolar de Ituiutaba no Triângulo Mineiro – MG (1939-1942)* de Lucia Helena Moreira de Medeiros de Oliveira e também sua tese *Educação Scalabriniana no Brasil*. Quanto às instituições escolares no Rio Grande do Sul pertencentes à mesma Congregação em destaque neste trabalho, foi realizada pesquisa sobre o Colégio São Carlos que resultou na dissertação de Valéria Alves Paz, intitulada *História do Colégio São Carlos de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul (1936-1971)*.

Já com relação às instituições escolares em Farroupilha/RS, até então, havia sido realizado apenas um estudo de Cassiane Curtarelli Fernandes, em sua dissertação *Uma história do Grupo Escolar Farroupilha: sujeitos e práticas escolares (Farroupilha/RS, 1927 a 1949)*.

No que tange aos estudos relacionados à escolarização dos imigrantes italianos, Luchese (2007) defendeu tese referente ao tema, com abordagem das colônias Dona Isabel, Conde d'Eu e Caxias, na Serra Gaúcha, Rio Grande do Sul, no período de 1875 a 1930. O processo de escolarização dos imigrantes é uma questão pertencente ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes, e esses estudos auxiliam na compreensão de como se constituíram outras instituições escolares da região, a partir de um olhar mais amplo.

Os pressupostos teóricos mobilizados são os da História Cultural e, como suporte, os estudos de Pesavento (2008), Burke (1992, 2000), Certeau (1994), Le Goff (1996) e Chartier (2000, 2001, 2002). Os procedimentos metodológicos foram compostos de análise documental e história oral, com o cuidado de realizar o enfrentamento entre as fontes documen-

tais, estas entendidas como toda e qualquer produção humana (Luchese, 2014; Corsetti, 2006).

Com relação à análise documental a mesma foi realizada sem a preocupação de julgar a instituição escolar, mas sim de compreender seu funcionamento interno, como se efetivam as práticas escolares na relação com a sociedade histórica, os saberes técnicos, as reformas educativas e as representações da escola e sua atuação (Vidal, 2005). Representações essas, subjetivas, resultados da ação dos sujeitos, com objetivo de construir "[...] uma narrativa coerente que confira uma identidade histórica articulando materialidade, representação, apropriação" (Magalhães, 2004, p. 71).

A narrativa foi construída a partir das fontes disponíveis e selecionadas neste momento, o que talvez, em outro momento, em mãos de outro pesquisador, com uma seleção de outras fontes, ou ainda com outras questões ou interpretações, a partir do mesmo conjunto de fontes, poderia ser construída de modo diferenciado. Como menciona Pesavento (2008, p. 16), "tudo o que foi um dia contado de uma forma, pode vir a ser contado de outra".

Para pensar a instituição escolar, suas culturas, as relações com a comunidade na qual se insere, os sujeitos e as práticas, foi utilizado o olhar teórico permeado por Faria Filho (2002, 2007, 2014), Gatti Júnior (2002, 2007), Luchese (2015), Magalhães (2004), Vidal (2005, 2009) e Viñao Frago (1995, 2001, 2002) e Escolano (2001).

Tem Luchese 2015a e 2015b na lista de referências, favor desambiguar.

???

O Colégio Nossa Senhora de Lourdes atendeu, ao longo dos anos, a diferentes gerações e muitos descendentes de imigrantes. Os alunos se tornaram profissionais das mais diversas áreas, vivenciaram o cotidiano escolar com o reflexo de diferentes períodos políticos, como o Período Republicano, a Era Vargas e diversas legislações educacionais, orientações curriculares, normatizações e decretos, o que transformou a escola em um ambiente de grande complexidade, onde se cruzam múltiplas questões, pois, como argumenta Magalhães (2004, p. 71), trata-se de um "organismo vivo".

Ainda conforme Magalhães (2004, p. 62), "as instituições educativas, de forma particular e na sua dimensão sistêmica, são realidades dentro de uma outra realidade". Poder analisar as práticas que surgem a partir das tensões entre a realidade imposta e a realidade vivida, das culturas escolares emergentes nesse contexto, realizadas por sujeitos entrelaçados

nos tempos e espaços da instituição, com suas apropriações e representações, só foi possível a partir das considerações e aspectos aqui apresentados. Ciente de que a escola é uma realidade dentro de outra, não como uma entidade isolada, mas sim como parte integrante da sociedade em que está inserida, esta se configura como um espaço de tensões.

Adentrar os muros de uma instituição se torna importante, mas seu entorno não pode ser desvinculado de forma alguma. Considera-se que existe uma reciprocidade entre comunidade escolar, sociedade e família, com diferentes intensidades, valores e crenças. No cotidiano escolar, porém, existe uma cultura própria da escola e que é indissociável do seu funcionamento. Assim, devido a esses dois aspectos de inter-relações, é preciso pensar as culturas escolares como categoria ampla de análise e o que ela nos possibilita ver. Auxilia no entendimento, por exemplo, de como se efetivaram as reformas escolares dentro das instituições em seu cotidiano, como alguns aspectos são aceitos e incorporados e outros são reelaborados, adaptados ou simplesmente não têm aceitação, bem como permite-nos enxergar que esses modos de fazer e pensar refletem-se nas práticas de ensino e aprendizagem (Viñao Frago, 2002).

Esse espaço de apropriação se dá por meio de certa autonomia da instituição escolar para realizar adaptações referentes ao que ensinar e aos modos de organizar seus tempos e espaços. Viñao Frago (1995) confere a cada instituição escolar uma cultura escolar singular e, ao mesmo tempo, plural, pois dentro de uma instituição convivem diversas "culturas"; em outras palavras, as culturas escolares são compreendidas como:

> *Y sí, es cierto, la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos e conductas, modos de pensar, decir y hacer. Lo que sucede es que en conjunto hay algunos aspectos que son más relevantes que otros, en el sentido de que son elementos organizadores que la conforman y definen* (Viñao Frago, 1995, p. 69).[10]

Viñao Frago (2002) compara as culturas escolares a algo que permanece e dura, independentemente das reformas educativas, que apenas as arranham. Nesse sentido, coloca o historiador como um arqueologista da escola, cabendo a ele desenterrar e separar os sedimentos entrecruza-

10 Alguém dirá: tudo. Sim, é certo, a cultura escolar é toda a vida escolar: acontecimentos e ideias, mentes e corpos, objetos e condutas, modos de pensar, dizer e fazer. O que acontece é que em conjunto existem alguns aspectos que são mais relevantes que outros, é nesse sentido que são elementos organizadores que a conformam e a definem. (Tradução livre da autora).

dos das culturas escolares. Para tanto, considera os elementos mais visíveis que constituem as culturas escolares que constituem e são objetos de análise: os atores, os professores, os alunos e, por fim, todos os envolvidos na instituição, bem como as linguagens, as comunicações e os aspectos de organização da instituição.

Os sujeitos vistos como produtores de sentidos, por sua vez, guardam consigo pertencimentos e identidades com relação às culturas escolares. Permitem desnaturalizar os processos que, por vezes, equivocadamente pensamos já estarem impregnados na escola e que, portanto, esquecemos de questioná-los (Faria Filho, 2007).

Considera-se, a partir dos estudos, que todo o processo educativo de uma instituição escolar acontece em um tempo e espaço e que, dessa forma, regula as práticas. Os tempos são múltiplos, como caracteriza Faria Filho (2002, p. 112), fazem parte da ordem escolar, do controle, da organização, podendo ser materializados, por exemplo, em anos/séries e relógios ou campainhas. Essa regulação dos tempos influencia outras instâncias da comunidade para além da escola, das famílias e do conjunto da cidade.

Os espaços escolares não são apenas o espaço destinado ao educar, mas também sua projeção física e simbólica que cumpre uma função educativa. Isso pode ser observado na organização das fronteiras do interno e externo da escola, nos objetos e sua organização na sala de aula, no uso dos espaços, na disposição das aberturas, tudo cumprindo um papel educativo (Viñao Frago, 2001).

As práticas escolares, além de serem organizadas em tempos e espaços, são mediatizadas por materiais escolares. Alguns objetos assumem funções na transmissão da cultura na escola, tais como quadro-negro, cartilhas, cadernos de catani, livros, entre outros. Os materiais escolares estão vinculados a uma concepção pedagógica e mais do que seus usos é preciso entender suas dimensões simbólicas nas práticas educativas. "[...] atentar para a materialidade e para as formalidades das práticas pedagógicas escolares é perceber que tais elementos dão a ver posições de poder no campo da educação, modos de fazer a escolarização [...]" (Faria Filho, 2002, p. 113). Atentar para a materialidade pressupõe o cuidado de não reduzir seus usos a partir das práticas escolares contemporâneas (Chartier, 2000, p. 158).

Com relação às instituições escolares, até mesmo o lugar que deveria ser a escola e como deveria ser esse espaço foi motivo de discussão

no Brasil por médicos, educadores e políticos, entendido também como uma forma de criar um lugar próprio para a instituição escolar, diferente dos demais (Faria Filho, 2002, p. 112). Assim, de fato, as primeiras escolas foram instaladas em espaços improvisados e, apenas no século XIX, os prédios escolares começaram a ser construídos para um processo de escolarização de massa, com mobiliário moderno e novos materiais de ensino (Souza, 2007, p. 163). O Colégio Nossa Senhora de Lourdes, assim como outras instituições escolares da região, apresenta uma trajetória de mudanças de espaço físico até a inauguração de um prédio projetado para a escola.

Realizar a narrativa histórica de uma instituição, por meio das culturas escolares como principal categoria de análise e tendo como subcategorias os sujeitos e as práticas entrelaçadas nos tempos e espaços, configura a tentativa de entrar na "caixa-preta" da escola. Mas isso não quer dizer que seja uma tarefa simples, já que os vestígios das culturas escolares geralmente vão além dos registros do arquivo escolar. Como afirma Julia (2001, p. 15), "a história das práticas culturais é, com efeito, a mais difícil de reconstruir porque ela não deixa traço".

As principais fontes utilizadas para tanto foram: documentos do arquivo escolar, do arquivo da Secretaria da Província Imaculada Conceição, do Arquivo Histórico Municipal João Spadari, dos acervos pessoais de ex-alunos e a história oral. O primeiro movimento investigativo em busca de fontes foi a visita à instituição escolar e, em seu acervo, foi possível localizar plantas arquitetônicas, atas de exames finais, cópias de alguns boletins, livros de atas, folhetos de festivais, fotografias e livros de chamada, em maior volume nas décadas de 1940 e 1950.

A busca em outros locais dos municípios de Caxias do Sul/RS e Farroupilha/RS agregou outros documentos e fontes. No município de Caxias do Sul/RS foi possível encontrar no Arquivo Histórico João Spadari Adami indícios de subvenção do município de Caxias ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes, e no Colégio São Carlos algumas revistas comemorativas de aniversário da Congregação, uma delas referente ao centenário da Congregação (1895-1995) e a outra referente ao cinquentenário da Província Imaculada Conceição/RS (1915-1965).

Ainda em Caxias do Sul, na Secretaria da Província Imaculada Conceição, foi possível acessar pastas documentais de cinco religiosas que atuaram na escola como docentes, somando-se dessa forma alguns do-

cumentos pessoais das Irmãs às fontes documentais. Entre os documentos estavam arquivados certificados de cursos, certificados de graduação e registros da vida apostólica dessas Irmãs já falecidas. Também foi possível localizar uma entrevista realizada pela pesquisadora Tânia Maria Zardo Tonet, em 1997, com a Madre Alice Milani, que foi diretora e professora no CNSL e duas obras me foram entregues. Uma delas com depoimentos das Irmãs da congregação, intitulada "*Centelhas de Vida Escondidas*", organizada pela Irmã Eléia Scariot, e a outra *Percorrendo Caminhos* que trata da história de vida das religiosas da Congregação, esta de competência dos autores Ivo Albino Slomp e Irmã Lia Barbieri.

Retornando a Farroupilha/RS, no Museu Casa de Pedra, foi possível localizar fotografias do município. Já na Biblioteca Pública Municipal foi encontrado um trabalho acadêmico de graduação, referente às instituições escolares de Farroupilha/RS, realizado na disciplina de História da Educação, em 1984, pela Universidade de Caxias do Sul, e um dos itens trata da História do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, trabalho esse realizado pela Irmã Nilse Dallamaria,[11] acadêmica do curso de Pedagogia no período.

Nesse estudo, estão anexadas cópias de documentos referentes ao CNSL tais como: a autorização dada por Dom João Becker para a abertura do Colégio, o pedido de autorização para instalação de uma capela no Colégio, a autorização para instalação da capela, documentos que não fazem parte dos demais arquivos. Além dos locais já citados, e tendo em vista a proximidade da escola com a Igreja Católica, também foi visitada a Paróquia Sagrado Coração de Jesus em busca de novos documentos e ali foi localizado o primeiro Livro Tombo da paróquia, que contribuiu com novas informações sobre o Colégio.

Após a localização das fontes documentais, foi o momento de realizar as entrevistas para, após a sua realização, encerrar a busca de fontes para o corpus empírico. Após essa etapa, foi necessário prever um tempo para cotejar as fontes, realizar a análise e produzir a narrativa.

Ciente de que os documentos não são produções que surgem ao acaso, não são consideradas neutras, nem surgem aleatoriamente, assim como sua preservação e manutenção, pode-se afirmar que existe sempre alguma motivação ao se produzir algo (Bacellar, 2005). Para realizar a análise documental adequada nesta pesquisa, considerou-se o contexto so-

11 Irmã Nilse é membro da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas.

cial, cultural, econômico e político em que tais documentos foram produzidos, questionando: Quem produziu? De que lugar social? Para quem foi produzido? Quem foram seus interlocutores? Quais opiniões, informações e discursos ficaram implícitos? Houve circulação do documento? Onde circulou? Qual foi sua materialidade? Como foi preservado? (Luchese, 2014). Ao formular tais questões, indica-se que são esses múltiplos questionamentos às fontes, matéria-prima do pesquisador.

Le Goff (1996) atribui ao pesquisador a função de analisar o documento/monumento, não o isolando das condições de monumento, mas deve desestruturá-lo, desmontá-lo. Na análise dos documentos, "esse exercício ou esse manejo podem ser sujeitos a controle, verificando ou desqualificando, numa base inteiramente técnica, os enunciados históricos que produzem." (Chartier, 2002, p. 85). Assim, uma das habilidades do historiador "consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e não lhes acrescentar nada do que eles não contêm" (Le Goff, 1996, p. 536).

É preciso pensar que alguns documentos foram conservados e outros tantos não, que alguns foram de circulação interna, já outros foram feitos para os pais, para os alunos, para a fiscalização escolar ou até mesmo para a própria congregação, o que os diferencia em intenção, conteúdo e forma. Um atestado de conclusão para o aluno é inevitavelmente diferente em seu teor e intencionalidade do que um livro de exames com as notas finais, que fica somente na escola e ao qual os pais não têm acesso.

A discussão da intencionalidade de produção de um documento escrito é também pertinente à fotografia, pois foi preciso analisá-la dentro de seu contexto de produção, circulação e significação, como representação. Sendo assim, um dos meios de análise, entrelaçados com as demais fontes permite pensar que

> [...] os homens como produtores e consumidores de signos; um trabalho cultural, cuja compreensão é fundamental para se operar sobre esta mesma realidade [...]. Materialização da experiência vivida, doce lembrança do passado, memórias de uma trajetória de vida, flagrantes sensacionais, ou ainda, mensagens codificadas em signos. Tudo isso, ou nada disso, a fotografia pode ser (Cardoso; Vainfas, 1997, p. 405).

Levando-se em conta, portanto, o que a fotografia pode ser, foi preciso, ao introduzi-la no corpo desta pesquisa, atentar aos seus detalhes, algo que pode escapar da intencionalidade de produção ao local, aos sujeitos, às incoerências, às materialidades e às representações.

Com o intuito de ter acesso às representações das práticas escolares, além dos arquivos, acervos e documentos elencados, foram realizadas entrevistas com ex-alunos e ex-professores, devidamente autorizadas pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo a identificação opcional para efetuar a pesquisa. Os entrevistados, em sua totalidade, optaram por serem identificados.

As entrevistas foram previamente marcadas, realizadas e transcritas pela autora. Em quatro situações, os próprios entrevistados contribuíram com seu acervo pessoal, ou seja, com atividades escolares, fotografias, boletins escolares e objetos simbólicos fotografados para utilização no estudo, mas somente foram usados com a devida autorização dos entrevistados. Após a realização das transcrições, elas foram levadas aos entrevistados para conferência, pois, se houvesse necessidade poderiam fazer supressões ou acréscimos de informações.

A organização por meio de questões norteadoras, com possibilidade de intervenção, foi a escolha para guiar as entrevistas de modo a se tornarem momentos agradáveis para os entrevistados. Foram nove os sujeitos entrevistados que fizeram parte do cotidiano da instituição escolar, no entanto, apenas sete entrevistas são utilizadas neste momento.

No quadro, a seguir, é possível identificar os nomes dos entrevistados, data de nascimento, sua vinculação à instituição e período.

Quadro 1: Entrevistados da pesquisa

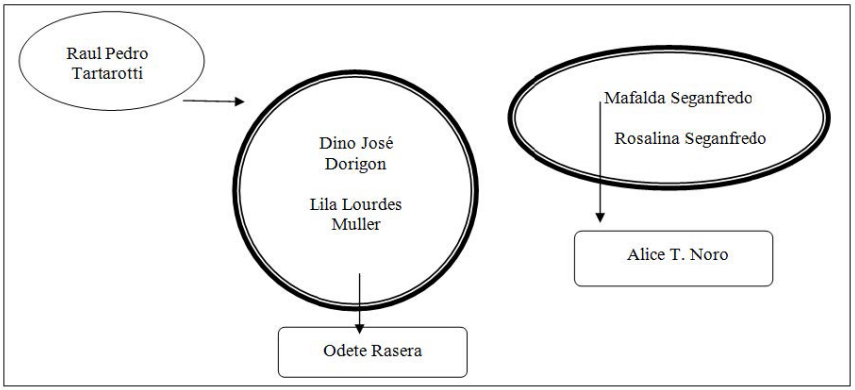
Entrevistado (a)	Data de nascimento	Lugar social no Colégio	Período
Lila Lourdes Muller	1934	Aluna do primário	Década de 40
Raul Pedro Tartarotti	1930	Aluno do Jardim de Infância e Primário	Década de 30 e 40
Dino José Dorigon	1929	Aluno do primário	Década de 30 e 40
Odete Rasera	1937	Aluna do primário	Década de 40
Alice T. Noro	1944	Aluna do primário e ginasial	Década de 50
Rosalina Seganfredo	1930	Professora do Jardim de Infância	1954 – 1956
Ir. Mafalda Seganfredo	1928	Professora do primário e ginasial (Francês/História e Educação Física); Aluna do curso ginasial; Diretora	1951 – 1962 Década de 50 1975

Fonte: Quadro elaborado pela autora[12]

12 As alunas Lila Lourdes Muller, Odete Rasera e Alice T. Noro constam nos registros do arquivo escolar com os nomes de solteiras Lila Lourdes Dorigon, Odete Zanco e Alice Paraboni.

Entre os entrevistados, foi possível estabelecer algumas relações, como ilustra-se a seguir:

Figura 1: Relações entre os entrevistados



Fonte: Quadro elaborado pela autora.

A imagem auxilia na compreensão das relações as quais foram estabelecidas entre os entrevistados. Os alunos Raul Pedro Tartarotti e Dino José Dorigon foram colegas de turma, Dino José Dorigon e Lila Lourdes Muller são irmãos e Lila Lourdes frequentou a escola por um período em que Odete Rasera também era aluna, porém de outra turma e não se conhecem. Já Mafalda Seganfredo e Rosalina Seganfredo são professoras-religiosas e irmãs da mesma família e Mafalda foi professora da Alice T. Noro.

Tais relações oportunizaram compreender as diferentes representações em torno da instituição escolar, seus sujeitos e suas práticas. Ao utilizar-se de memórias, foi possível entender como diferentes sujeitos apropriaram-se das práticas escolares e as recordam. Por vezes, uma mesma situação é lembrada de maneira quase que contraditória.

A história oral, enquanto método, pode contribuir, por meio das entrevistas, para registrar indícios das práticas escolares e das tensões entre normas e práticas. Os alunos, professoras e diretoras, em todas as épocas, realizaram apropriações para dar conta das normas e práticas da escola, o que, muitas vezes, ficou registrado apenas na memória. Perceber a escola através do olhar dos sujeitos – professores, funcionários, alunos, gestores e comunidade –, contribui com as marcas das culturas escolares.

Entretanto, isso não desautoriza o pesquisador a realizar a análise e o cruzamento das fontes. Lozano (2005, p. 17) alerta para que o pesquisador entenda que:

> A história oral poderia distinguir-se como um procedimento destinado à constituição de novas fontes para a pesquisa histórica, como base nos depoimentos orais colhidos sistematicamente em pesquisas específicas, sob métodos, problemas e pressupostos teóricos explícitos. Fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos "outros".

A subjetividade foi uma das críticas à história oral em função de valorizações ou esquecimentos, como algo que poderia até prejudicar a pesquisa. Para Thompson (1998, p. 197), entretanto, isso não se configura como problema, pois afirma que "toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras [...]".

Não se desconsidera que o relato oral é uma representação da realidade que cada indivíduo faz e, a partir disso, é necessário certo distanciamento para interpretá-lo. O silêncio e o esquecimento serviram de recursos para uma análise ampla, sem perder de vista que a história oral tem como fonte a memória. Essa é singular, mas não individual, pois as vivências dos sujeitos aconteceram em um contexto e estão atreladas a ele. Na visão de Alberti (2005, p. 163), "O relato pessoal deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social".

Consoante Alberti (2005), o relato oral de histórias do cotidiano é um dos campos que pode contribuir de forma significativa para a história das instituições, mas é preciso cuidado "ao passar a fala para a forma impressa [...], permitindo que seu texto escrito se mantenha tão fiel quanto ao significado original" (Thompson, 1998, p. 297).

Conforme Alberti (2005, p. 185), o pesquisador "deve considerar a fonte como um todo". É preciso, portanto, ler cuidadosamente toda a narrativa e tentar compreender as condições de sua produção com relação à história de vida do entrevistado e do objeto de pesquisa, sua geração, seus grupos e sua forma de conceber uma visão de mundo.

A partir da fundamentação teórica exposta e das escolhas e percursos metodológicos, além de estar ciente da complexidade de pesquisar uma instituição escolar, foi preciso definir caminhos. Dessa forma, na organização dos capítulos, procurou-se seguir um fio condutor a partir da instituição e de seu entorno. Após, voltou-se o olhar para a congregação e, por fim, para a análise dos sujeitos (alunos, professores – diretoras) e práticas escolares (práticas cotidianas em sala de aula, práticas de leitura e escrita, práticas disciplinares e práticas avaliativas).

Apresenta-se nas considerações iniciais um breve olhar sobre a instituição pesquisada, sua localização e peculiaridades. A seguir, pontuam-se o objetivo e a justificativa quanto à realização da pesquisa, pautadas em escolhas teórico-metodológicas e, por fim, refere-se ao percurso na construção do *corpus* empírico.

No segundo capítulo, "Contextualizando a inserção de uma instituição de ensino e seu entorno", apresenta-se a abertura da instituição, o local em que ela surge, as mudanças de endereço e algumas características do Colégio, para, após, contextualizar o município de Farroupilha, historicamente, de 1920 a 1960. O olhar volta-se então para o campo educacional na tentativa de sistematizar os primeiros movimentos de escolarização do município e, em seguida, propõe-se conhecer a origem da congregação e sua atuação no campo educacional, em especial no Rio Grande do Sul.

Já no terceiro capítulo, "Entre indícios e representações: os sujeitos escolares", a análise procura perceber primeiro quem foram os alunos que frequentaram a instituição e, dentre os aspectos, emergiram as informações de onde vinham, o gênero predominante e a assiduidade. O segundo aspecto é em relação ao corpo docente e suas particularidades em uma instituição confessional e, por fim, as diretoras e o que foi possível identificar sobre elas enquanto formação profissional e atuação gestora.

O quarto capítulo, "Práticas entrelaçadas em tempos e espaços", é dedicado às práticas escolares, organizadas em (a) práticas no interior da sala de aula; (b) práticas de leitura e escrita; (c) as mil maneiras de fazer com ordem e disciplina; e (d) as formas de quantificar, ou seja, os registros das avaliações escolares. Por fim, o último capítulo, "Considerações finais", retoma os aspectos mais relevantes de cada capítulo e aponta novas possibilidades de estudos.

Contextualizando a inserção de uma instituição de ensino e seu entorno

> *Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição, [...] é integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência.*
>
> *(Justino Magalhães, 2004)*

A instituição escolar, inserida em um determinado local, hibridiza-se a ele, e compreender a sua realidade histórica, como argumenta Magalhães (2004), pressupõe perceber o entorno. Com esse intuito, neste segundo capítulo, apresenta-se a inserção do Colégio Nossa Senhora de Lourdes[13] no território de Nova Vicenza/Farroupilha/RS, e a interação com o "contexto e as circunstâncias históricas" que resultaram nas trocas de endereço da instituição.

Em seguida, narra-se o panorama histórico do território que formou o município de Farroupilha/RS, em 1934, e sua estreita relação com a imigração italiana no Rio Grande do Sul, sinalizando-se ainda, de forma breve, aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos, antes e após a emancipação, de 1920 a 1960.

Abordam-se também aspectos educacionais, os quais foram apontados por entender a necessidade de uma sistematização das instituições escolares no período elencado para a pesquisa, para que fosse possível

13 Para dinamizar a leitura, será utilizada a sigla CNSL para referir o "Colégio Nossa Senhora de Lourdes".

perceber os primeiros movimentos de escolarização nesse território e as suas peculiaridades. Também são relacionadas nesta pesquisa as demais instituições da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas abertas no município de Farroupilha.

Por fim, apresenta-se o processo histórico da Congregação, citada acima, as necessidades que levaram à constituição da congregação feminina, sua vinda da Itália para o Brasil – São Paulo, em 1895, e Rio Grande do Sul, em 1915 – e sua atuação no campo educacional.

"Assim o Lourdes brotou e cresceu": Colégio Nossa Senhora de Lourdes

> *No dia 31 de dezembro de 1915 cheguei eu, Padre Luiz Segalle, e no dia primeiro de janeiro de 1916 tomei posse deste curato. [...]. A 5 de março [1917] tivemos a felicidade de ver as 5 Irmãs de S. Carlos abrir o Colégio de N. S. do Rosário[14] nesta sede.*
>
> *(Livro Tombo, 1916)*

Conforme consta no registro do Livro Tombo da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, pouco mais de um ano após a sua chegada, o pároco Luiz Segalle recebeu as cinco Irmãs Scalabrinianas que abriram o colégio, chamado na época de Colégio Nossa Senhora do Rosário, em Nova Vicenza. Eram as seguintes: Irmã Helena Luca, Irmã Josefina Oricchio, Irmã Bernardete Ugatti e Irmã Joana de Camargo.

Argumentam Slomp e Barbieri (1997) que a instituição escolar foi desejo da comunidade de Nova Vicenza, tendo como interlocutor junto à Irmã Lucia Gorlin, superiora da comunidade de Bento Gonçalves, o pároco Segalle. Em visita ao Rio Grande do Sul, no ano de 1916,[15] Madre Assunta, em diálogo com o Bispo João Dom João Becker, recebe o pedido[16] para abertura de novas escolas e, de comum acordo entre eles, decidem dar

14 O Colégio Nossa Senhora de Lourdes foi chamado de Nossa Senhora do Rosário de 1917 até 1921.

15 Leva consigo cinco alunas para o noviciado: Ir. Cândida Lunelli, Ir. Nicolina Bolzan, Ir. Pierina Caldieraro, Ir.Lourencina Caldieraro e Ir. Estanislá Cherubini. (SLOMP; BARBIERI, 1997, p.69).

16 Na mesma ocasião, Dom João Becker incentiva a abertura de um noviciado para preparar irmãs "para que colaborassem com a necessidade de assistência às "Colônias Italianas." (Slomp; Barbieri, 1997, p. 69).

continuidade a mais duas escolas, dentre muitas solicitações, desta vez em Nova Vicenza, hoje Farroupilha, e outra em Guaporé. Assim, concede a autorização para a comunidade de Nova Vicenza, em 5 de dezembro de 1916, estipulando condições para sua instalação, dentre elas: a comunidade deveria arcar com as despesas de viagem das Irmãs, providenciar-lhes uma moradia e espaço para a escola próximos da Igreja e ainda subsidiar-lhes uma quantia em dinheiro que deveria ser completada pelas mensalidades dos alunos. E assim se fez (Slomp; Barbieri, 1997, p. 69). Ainda, conforme os autores (1997, p. 70), quando se tratou de abrir o Colégio em Farroupilha, a congregação solicitou a autorização ao Bispo de São Paulo e, para sua surpresa, receberam uma negativa. Dom Duarte Leopoldo e Silva havia autorizado o Colégio em Bento Gonçalves, pensando que o "Rio Grande" fosse próximo a São Paulo e não no Rio Grande do Sul. Por fim, recua da sua decisão e, como já existia uma comunidade no Rio Grande do Sul, permitiu que outras fossem abertas.

No entanto, a expansão missionária no Rio Grande do Sul não agradava Dom Duarte Leopoldo, que proibiu Madre Antonietta Fontana de mandar mais Irmãs para o sul. Em 1920, foi aventada a possibilidade de fechar o colégio aberto em Nova Vicenza, mas isso nunca se concretizou (Signor, 2005).

O Livro Tombo não traz informações sobre o local exato da instalação da escola, nem quem foram os solicitantes dentre as pessoas da comunidade, ou quais foram os motivos do pedido, mas há indícios de que sua instalação ficou próxima à igreja, em uma casa, como havia indicado Dom João Becker. Na Figura 2, vê-se a escola, conforme relato de algumas pessoas da comunidade.

Figura 2: Primeira "possível" sede do Colégio Nossa Senhora de Lourdes – CNSL



Fonte: Arquivo da Província Imaculada Conceição/RS.

Um fato interessante é que em Nova Vicenza já havia uma aula pública mista em funcionamento desde 1899, em um local muito próximo (Fernandes, 2015). O que motivou a comunidade a solicitar outra instituição escolar? Não há documentos ou indícios, no momento, que possam responder a essa questão. Uma hipótese, entretanto, é de que a criação de uma nova escola, provavelmente, tenha sido motivada pela construção da estrada de ferro e também da estrada Júlio de Castilhos. Tais construções ocasionaram mudanças de várias famílias para próximo da Estação Férrea. Esse fato pode ter causado, na população, receio de perder a aula pública ali presente, mas o inverso pode também ter ocorrido, ou seja, fundar uma escola confessional poderia fortalecer a Paróquia para que ela não fosse também transferida para o novo núcleo. No entanto, essas são apenas hipóteses. Pode-se observar a proximidade das escolas no mapa a seguir:

Mapa 2: Localização CNSL/Quinta aula de Nova Vicenza



Fonte: Mapa elaborado pela autora a partir do Google Maps.

Os documentos com relação ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes, deste período inicial em Nova Vicenza (1917-1922), são restritos ao Livro Tombo da paróquia, à autorização de abertura da escola concedida por Dom João Becker e ao atestado de aprovação[17]. Porém, não só os documentos da escola auxiliam na compreensão do processo de trocas de endereço que ocorreram, mas também outros registros, tais como os das visitas pastorais. Em 1918, o Bispo Dom João Becker, em visita pastoral à Nova Vicenza, determinou mudanças que impactam a comunidade e a escola.

> No dia 2 de novembro de 1918, o Arcebispo de Porto Alegre Dom João Becker chegou à Estação Ferroviária de Nova Vicenza para realizar a visita pastoral. [...] O arcebispo, ao terminar a visita no dia 4 de novembro, tendo em vista o crescimento do povoado situado nas proximidades da estação ferroviária, emanou um decreto estabelecendo a transferência da sede da paróquia para a vila, que cresce junto à estação de Nova Vicenza (Montegutti; Giacomel; Dall'Osbel,1993, p. 63).

A transferência da paróquia foi um momento de tensões e disputas, no entanto, a mudança para Nova Vicenza "nova", nas proximidades da Estação Férrea, foi inevitável.

Na tentativa de manter a sede em Nova Vicenza "velha", parte da comunidade tentou persuadir o Padre Luis Segalle a desobedecer às ordens do arcebispo, porém, como ele não aceitou tais condições, criaram empecilhos até ele ser afastado. Em seu lugar, assumiram os Padres Passionistas, que ficaram na paróquia por dezessete meses, até o vigário ser suspenso e um dos irmãos leigos ser expulso (Gasperin, 1989).

Muitas situações aconteceram em torno da transferência da igreja para a nova sede, desde o apoio ao fabriqueiro, músico da igreja, para casar-se com uma das Irmãs do Colégio Nossa Senhora de Lourdes – tática da comunidade, no intuito de criar atrito com o Padre Luis Segalle –, até um falso decreto de criação da paróquia na antiga sede, tática dos irmãos passionistas, com o objetivo de manter a sede em Nova Vicenza "velha" (Gasperin, 1989).

Conforme o Livro Tombo da paróquia Sagrado Coração de Jesus, a situação do Colégio foi resolvida com a transferência e a troca do nome da instituição:

17 Entenda-se por atestado de aprovação um boletim escolar, na época nomeado dessa forma.

> Devido a estes factos [sic] as R. Irmãs de S. Carlos de acordo com o Excmo Sr. Arcebispo transferiram o Collegio [sic] de Nossa Senhora do Rosário da sede velha para a nova tomando o nome de Collegio [sic] Nossa Senhora de Lourdes (Livro Tombo PSCJ, p. 10).

Dessa forma, em 1922, foram deslocadas a paróquia e a escola para Nova Vicenza "nova", e o espaço ocupado pela escola foi uma casa de madeira, alugada na estrada Júlio de Castilhos, esquina com a Rua Independência, mas ali permaneceu apenas por um breve período. A instituição ofertava o ensino misto, como pode ser observado nos livros de chamada (1922-1926). Outro documento do período (1922-1926) localizado foi o atestado de conclusão do ano de 1923. Nele, podem ser identificados alguns componentes curriculares da escola desse período: Religião, Português, Italiano, Aritmética e Geometria, Geografia, História do Brasil, Ciências Físicas e Naturais, Caligrafia, Desenho e Piano. O atestado de conclusão pertencia a uma aluna do segundo ano do curso superior, assinado pela professora Irmã Maria Faustina e pela diretora Madre Carmella.

A mudança de local da igreja, da escola e de muitas famílias movimentou a comunidade, o que provavelmente exigiu habilidade das autoridades da época para uni-la e também para firmar a transferência da sede.

> [...] no dia 30 de julho de 1922, tomou posse como pároco o Padre Monsenhor Tiago Bombardelli, foi ele o primeiro padre a residir na nova sede, em casa construída por suas próprias custas. Um dos primeiros atos de sua gestão paroquial foi a bênção da capela provisória, intitulada Sagrado Coração de Jesus. Ele se dedicou totalmente ao bem estar do povo farroupilhense, no meio do qual morreu no dia 15 de março de 1967, depois de ter sido o primeiro pároco residente na atual sede e dirigindo a paróquia por 44 anos (Montegutti; Giacomel; Dall'Osbel, 1993, p. 64).

Monsenhor Tiago Bombardelli chegou ao local em tempo ainda de conflitos e disputas em torno da transferência da sede e organizou a nova paróquia, acalmou os ânimos e amenizou o clima de discórdia e a divisão de opiniões que havia se formado na comunidade. Foi o responsável pela iniciativa de construção da nova igreja, feita de forma simples, em madeira, e também da construção da escola, ao lado da igreja, para acolher as Irmãs e os alunos em 1923 (Montegutti; Giacomel; Dall'Osbel, 1993).

A doação do terreno onde foi construída a igreja e, ao lado, o Colégio foi de Carlos Fetter,[18] que também contribuiu com o terreno em que foram construídos a Igreja Luterana e o Sanatório Nova Vicenza, este inaugurado em 1935.

A fachada do prédio construído em madeira, entregue às Irmãs em 1923, pode ser observada ao fundo na Figura 3. Na imagem, veem-se seis Irmãs e também meninos e meninas bem arrumados para a foto. As crianças se ajoelham em cima de panos, demonstrando preocupação com a aparência e a higiene. Os alunos usam o uniforme escolar, estilo marinheiro, diferindo conforme o gênero. Provavelmente tratava-se de um dia festivo, visto que a fotografia era, preferencialmente, realizada nessas ocasiões. Infelizmente, não aparece o nome do fotógrafo responsável pelo registro.

Figura 3: Alunos e Irmãs em frente à escola [?].



Fonte: ACNSL

As meninas usam saias plissadas, e os meninos vestem bermudas. As blusas e o detalhe do lenço parecem ser iguais, tanto para um quanto para o outro. Há uma grande diferença de altura dos alunos, indicando tra-

18 Conforme *Revelando Farroupilha: inventário do patrimônio cultural material* (Schneider; Gauer, 2009), ele foi tropeiro e havia recebido muitas terras por auxiliar os imigrantes recém-chegados a transportar suas mercadorias. Carlos Fetter era descendente de família alemã.

tar-se de crianças de diferentes idades, sendo o número de meninos bem inferior ao de meninas.

Alguns vestígios apontam que nesse espaço funcionavam o primário e o jardim de infância. Pode-se concluir, a partir do boletim de um ex-aluno, de 1936, a existência do Jardim de Infância, mas não foram encontradas, no arquivo da escola, documentações referentes a esse nível escolar.

O boletim apresenta diversos conteúdos, porém só constam notas nos conteúdos de Leitura, Ginástica e Desenho. Além dos conteúdos, são pontuados o comportamento e a aplicação. O documento é assinado pela professora Irmã Dionísia e pela diretora Irmã Bernardina, como nos demais documentos até então analisados no recorte temporal estabelecido, sempre assinados pelas Irmãs.

No ano anterior ao da mudança para o novo prédio, em 1942, inicia-se a oferta do curso de datilografia. Ainda no prédio de madeira, é possível ver, ao fundo, a bandeira do Brasil no centro da sala, um vaso de flor decorando a festiva ocasião de conclusão de curso. Na mesa coberta por toalha, em destaque, aparece a máquina de escrever, e os concluintes[19] dividem-se entre sentados e em pé, esses com algo nas mãos, provavelmente seus certificados.

Figura 4: Formandos da primeira turma do curso de datilografia (1942).



Fonte: ACNSL

19 Dentre os alunos, estão sentados: Maria Mocellini, Irmã Maria Alice Milani, Ilda Paccini, Padre Adolfo, Dr. Alessandro Paccini, Pedro Antonello Filho, Maria Costamilan, Padre Plínio Bartelli e Irmã Emília Favreto; e em pé: Amélia Zamboni, Dulce Tartarotti, Alcides Filipe, Ivens Grendene e Irmã Placídia Bartelli.

O curso segue sendo ofertado no novo prédio, inaugurado em 1943, ao que parece por muitos anos, pois foi possível encontrar um certificado de conclusão do curso de datilografia datado de 1966.

O novo prédio foi uma preocupação também da comunidade, a qual, com o apoio do padre Adolfo Fedrizzi, vigário cooperador do Monsenhor Tiago Bombardelli, organizou uma comissão de pais liderada por José Pergher, empenhados em auxiliar nas obras do novo prédio com espaços amplos distribuídos em três andares para atender aos alunos e alunas do Jardim de Infância e do Primário. Esse atendimento foi realizado principalmente pelas Irmãs que residiam junto ao colégio, que, nos anos 1950, já eram oriundas da própria região, tendo cursado o noviciado em Bento Gonçalves.

Na imagem abaixo, é possível observar o prédio escolar do CNSL ocupado de 1923 até 1942, de madeira, e o novo prédio, inaugurado em 1943, de alvenaria. É visível o aumento de espaço físico da instituição com o novo prédio.

Figura 5: Colégio Nossa Senhora de Lourdes, prédio antigo e prédio novo.



Fonte: Livro do Cinqüentenário da Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo – ACNSM

A inauguração foi realizada com a presença do Bispo Dom José Baréa, que oficiou a missa. Essa estrutura física foi sucessivamente amplia-

da para atender à demanda cada vez maior de alunos. No ano de 1950, a primeira ampliação visou à criação de um espaço para atender o curso ginasial feminino. Atualmente, o Colégio utiliza toda a quadra com salas de aula, laboratórios de informática e de ciências, sala com lousa 3D, ginásio de esportes, parquinhos, biblioteca, sala de audiovisual, refeitório, capela, sala de conferências, sala de professores, cantina, salas de setores administrativos e a casa das Irmãs. Esse primeiro prédio, atualmente, é exclusivo para salas de aula, laboratórios de informática e a sala dos professores, e o tem piso original conservado, conforme a Figura 6.

O piso é composto por peças cerâmicas quadradas que formam desenhos geométricos e, próximo à parede, forma-se uma espécie de barra; as cores do piso são cinza, branco, verde e bordô.

Figura 6: Piso original desde 1943



Fonte: acervo da autora, em 2015.

O processo histórico do Colégio Nossa Senhora de Lourdes foi contextualizado de forma breve, mas é preciso estar ciente de que pesquisar uma instituição escolar é pensar não só nas mudanças de locais ou modalidades de ensino ofertadas, mas sim em toda uma comunidade envolvida nos processos educativos que ocorrem dentro dos muros da escola

e também além deles. Assim, entendendo a instituição escolar como espaço de encontro de culturas, etnias e tradições, em que os alunos, professores e gestores trazem consigo esses aspectos, partilhando-os por meio de gestos, atitudes, rotinas, ensinamentos e exemplos, levam para fora dos muros escolares o resultado dessas interações ressignificadas por si como resultado da convivência com o grupo. Ou seja, é impossível descontextualizar a escola das representações deixadas sobre ela a partir da comunidade e dos sujeitos nela inseridos, compreendendo também, por meio dos rastros e indícios, como ela foi se constituindo e se adaptando a partir das mudanças legais, das novas demandas da sociedade e das culturas que circulam, e também de como elas se encontram e se ressignificam na escola.

Em síntese, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes é aberto por anseio da comunidade, no território de Nova Vicenza, pertencente a Caxias, passando, em 1934, a denominar-se Farroupilha. Ainda antes da emancipação, a construção da Estação Férrea e da estrada Júlio de Castilhos gerou disputas sociais e religiosas na comunidade em que o Colégio está inserido, as quais acarretaram adaptações, trocas do nome da instituição e de endereços.

O colégio confessional iniciou seu atendimento com o ensino primário, misto, em espaço físico adaptado, próximo à Igreja São Vicente Mártir. Passou a atender seus alunos a partir da mudança, em 1922, na Rua Júlio de Castilhos e, em 1923, no prédio de madeira ao lado da Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus. Em 1943, inaugurou seu prédio próprio em alvenaria de três andares, próximo à Igreja Matriz.

Para dar continuidade à contextualização, é necessário conhecer um pouco o entorno da escola, a passagem de vila a município, o que se fará a seguir.

Delineando o contexto: de Caxias a Farroupilha, de vila a município (1920-1960)

> *Impossível falar de história das instituições educativas sem situá-las na região em que estão inseridas e, ante a outras escolas, situá-las no contexto socioeconômico da época.*
>
> *(Flávia Obino Corrêa Werle, 2004).*

O município de Farroupilha/RS é o cenário onde foi instalado o Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Entretanto, falar de Farroupilha é, antes, falar de Caxias, que então se chamava Colônia Fundos de Nova Palmira, com sede em Nova Milano no ano de 1875. Já a Colônia de Caxias, em 1877, foi anexada ao município de São Sebastião do Caí, em 1884, e denominada, a partir de então, de Freguesia de Santa Tereza. Devido ao seu grande desenvolvimento, foi elevada a município, em 1890, e designada com o nome Caxias (Cavagnolli; Reis; Onzi, 2012). Os núcleos de Nova Milano e Nova Vicenza, que tiveram seu início com a colonização de imigrantes predominantemente italianos, desde o final do século XIX, foram instituídos como distritos do município de Caxias até sua emancipação, em 1934 (Dalla Vecchia; Herédia; Ramos, 1998, p. 35).

O território que compôs o município de Farroupilha, em 1934, compreendeu três importantes núcleos para situarmos o Colégio Nossa Senhora de Lourdes: Nova Milano, Nova Vicenza "velha", localizada em parte da Colônia Sertorina, e Nova Vicenza "nova", localizada próxima à Estação Férrea, que se tornou a região central, urbana do município.

Conforme Gasperin (1989), Montegutti, Giacomel e Dall'Osbel (1993) e Trentin (2002), o governo provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul solicita ao Governo Imperial 32 léguas na encosta da serra. Em 1870, o Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas foi autorizado a realizar a cedência ao governador João Sertório. Com ajuda de Luis Antonio Feijó Junior e seu auxiliar Antônio Machado de Souza, explorou a região e chegou aos Campos de Cima da Serra. Como gratificação por seu trabalho, recebeu uma sesmaria de três léguas quadradas, a qual denominou "Colônia Sertorina", em suposta homenagem a João Sertório. Seu auxiliar também recebe uma sesmaria de duas léguas quadradas, mas elas permaneceram abandonadas.

As questões relativas à imigração, à criação de colônias e à concessão de sesmarias já haviam sido determinadas legalmente, como se refere Montegutti:

> Em 1850, é aprovada a Lei nº 601, de 18 de setembro, que regulamenta a imigração e a fundação das colônias, assinada por D. Pedro II. Esta Lei dispõe sobre o aproveitamento das terras devolutas do Império, a forma de legitimar as sesmarias já concedidas bem como a venda das mesmas terras. Cria a Repartição Geral das Terras, que seria responsável pela demarcação, divisão e proteção das terras da colonização (Montegutti; Giacomel; Dall'Osbel, 1993, p. 13).

Para complementar a regulamentação,[20] são publicados dois decretos: "Decreto n.º 3.784, de 19 de janeiro de 1867, aprova o Regulamento para as Colônias do Estado, regrou e uniformizou a administração das colônias" (Cavagnolli; Reis; Onzi, 2012, p. 13); e o Decreto n.º 6.129, de 23 de fevereiro de 1876, "organiza a Inspetoria Geral das Terras [...]. Sua função é promover, fiscalizar e dirigir os trabalhos de imigração e colonização, bem como organizar o registro de imigrantes e a demarcação de terras" (Montegutti; Giacomel; Dall'Osbel, 1993, p. 13).

Para Trentin, "as tratativas entre Brasil e Itália, visando às facilidades para a emigração, iniciaram-se em 1870 e somente culminaram com embarques efetivos de imigrantes em fins de 1874" (Trentin, 2002, p. 8). Chegaram, em 1875, os primeiros imigrantes em Nova Milano, sendo as primeiras famílias de Stefano Crippa, de Luigi Sperafico e de Tommaso Radaelli. Outras famílias chegam neste mesmo ano, mas, devido às dificuldades, migram para outros territórios do Rio Grande de Sul e até mesmo para a Argentina. Essas três famílias permanecem no local, onde, em 1876, foi construído um barracão para os colonos.

Conforme Trentin (2002, p. 9), Nova Milano é considerada o berço da imigração italiana, e seus imigrantes eram principalmente da região de Vêneto, no norte da Itália. Esse fato influenciou os processos culturais e escolares da comunidade.

Na Figura 7 vê-se a primeira Igreja de Nova Milano, construída ainda de forma rústica, sendo substituída, em 1921, por uma construção de alvenaria. Pode-se observar muitas pessoas e diversas construções em madeira. A foto é datada de 1908, período em que Nova Milano era distrito de Caxias.

20 Para saber mais, veja-se Iotti (1996).

Figura 7: Primeira Igreja de Nova Milano (1908)



Fonte: Museu Casa de Pedra, Farroupilha/RS.

A produção agrícola no local era diversificada, com o cultivo da uva, do trigo e do milho. Os dialetos italianos, a religião e as culturas trazidas na bagagem transitaram pelo território de Nova Milano. "Há a necessidade de se compreender a presença da história, criando uma dinâmica dentro do processo cultural" (Pozenato, 1988). Os moradores de Nova Milano utilizavam-se de sua própria produção para subsistência e, para comprar o que não produziam, deslocavam-se para São Sebastião do Caí, onde havia comerciantes autorizados:

> Os alemães eram estes comerciantes autorizados, pois haviam chegado antes ao Brasil e estavam estabelecidos no Vale do Caí. Esta é a origem de ter [...] inúmeras famílias como: Weissheimer, Rossler, Hilgert, Klein, Krause, Barth, Fetter e outros (Trentin, 2002, p. 22).

As famílias em questão são de ascendência alemã e participaram da história da cidade de Farroupilha, algumas de forma muito atuante, como a família Fetter, que doou diversos terrenos para a comunidade, como citado anteriormente.

Na colônia Sertorina, Luiz Feijó Junior,[21] proprietário da sesmaria, muda-se para esse local em 1881, organiza uma empresa para realizar a venda de lotes, abre uma serraria e uma olaria. Outra iniciativa de Feijó foi entrar em contato com o governo para que fosse aberta a estrada entre Caxias e Bento Gonçalves que passasse em suas terras. Conforme Alice Gasperin:

> O Governo Imperial já estava construindo uma estrada geral que ligaria a sede do governo de Caxias ao porto de São Sebastião do Caí. Mas, para Feijó Junior, o traçado da estrada em construção não era o ideal para o progresso e desenvolvimento rápido de Caxias (Gasperin, 1989, p. 95).

Ainda conforme Gasperin (1989), a opinião de Feijó era considerada importante, pois ele conhecia muito bem a região, porém não foi atendido. Foi uma colônia próspera. Em 1883, em torno de trinta famílias já moravam na Sertorina, que teve seus locais aos poucos renomeados, pois o montante de terra era muito grande. Surgiram então a Linha São José, a Linha Julieta, a Linha Forqueta, a Linha São Marcos, a Linha Palmeiro, entre outras. As escrituras das vendas dos lotes eram registradas nessa época no Cartório de São Francisco de Paula, que incendiou, tendo sido destruídas muitas das fontes da história da Colônia Sertorina. Seu núcleo considerado mais importante foi Nova Vicenza (Linha Vicenza), local em que mais tarde recebeu o colégio das Irmãs de São Carlos.

Figura 8: Vista de Nova Vicenza.



Fonte: Museu Casa de Pedra, Farroupilha/RS.

21 O "conde" Luis Antônio Feijó Junior, senhor da Colônia Sertorina não era portador de títulos nobiliárquicos. Era nada mais que um estancieiro gaúcho [...]. Ele admirava os imigrantes italianos por seu espírito de trabalho e criatividade. Dava-lhes apoio e as facilidades. Era por eles retribuído com a consideração de "conde", por ser dono magnânimo de grande extensão de terras (Gasperin, 1989).

Na imagem de Nova Vicenza (ver Fig. 8), podem-se observar algumas construções (foto não datada). Ainda assim, pode-se afirmar que ela é posterior a 1886, pois a casa de pedra, que fica ao lado direito da fotografia, foi construída nesse ano. Seu proprietário era Domenico Fin, e o imóvel funcionava como uma casa para fins comerciais, com hospedaria e casa de negócios.[22] A família Fin foi uma das pioneiras de Nova Vicenza.

Pode-se observar também a igreja de madeira e acredita-se que o casarão próximo à igreja fosse a Quinta Aula de Nova Vicenza. No museu Casa de Pedra encontram-se diversos documentos da família, dentre eles o certificado de compra do lote de Feijó, além de documentos e fotografias da família.

Uma professora dessa comunidade deixou suas memórias escritas, dentre elas um livro com muitas observações sobre sua vida pessoal e também sobre o surgimento da Colônia de Sertorina, lugar em que ela morou. Entre suas representações sobre o local de sua infância, a professora Alice Gasperin (1989) aponta:

> Os moradores daquele lugar eram todos imigrantes italianos. Vieram para o Brasil já casados. Eram portanto na maioria mais velhos que meus pais que se casaram aqui.[...]. Eram boas famílias, unidas pelo mesmo destino, pelo mesmo objetivo e pela mesma fé, embora não pela mesma origem peninsular (Gasperin, 1989, p. 23).

As memórias de Alice remetem a um lugar predominantemente composto de imigrantes italianos, mas que também recebiam descendentes de outras nacionalidades. É possível pensar que tenham sofrido um apagamento de muitos traços culturais em função da generalização, sinalizando, com isso, uma predominância de famílias de uma nacionalidade, e esse domínio uniformizou as demais pelo credo, colocando-as na posição de "unidas pela fé" no período de predominância católica. Porém, indícios apontam que havia descendentes que procediam de vários lugares, questão essa que se refletiu nos processos culturais e também na linguagem. A professora Alice observa que "todos com um linguajar diferente, que aos poucos se fundiu e se cristalizou no dito "Talian" do Rio Grande do Sul, muito próximo ao dialeto Vêneto (Gasperin, 1989, p. 23). O

22 A construção hoje sedia o Museu Casa de Pedra, inventariada em 1980 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul, conforme descrito em *Revelando Farroupilha: inventário do patrimônio cultural material* (Schneider; Gauer, 2009), realizado de 2006 a 2008, por iniciativa da Prefeitura Municipal de Farroupilha.

"Talian" pode ser considerado o Koiné[23] por ser o maior grupo dialetal na RCI (Frosi; Mioranza, 1983).

O pároco recebido pela comunidade em 1886, Giacomo Brutomesso, também vinha da Itália, de Vicenza. A igreja, local central na comunidade, era de tábuas toscas. Só em 1907 foi elaborada a planta da nova igreja, que seguiu o modelo das igrejas rurais de Vêneto.

Conforme o Livro Tombo n.° 1 da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, o Padre Giacomo Brutomesso veio a falecer em 16 de julho de 1909, deixando prontos apenas os alicerces da nova igreja. Após seu falecimento, assumiram diversos padres por períodos curtos e sem grande progresso na obra, até a chegada do Padre Cósme Fiorini, que conseguiu prosseguir a obra da construção da igreja, tendo sido inaugurada com grande festa em 20 de junho de 1915. Na fotografia a seguir, Figura 9, pode-se observar um grande número de pessoas em frente à igreja. No entanto, estaria aqui retratado o momento da inauguração? Ainda observa-se uma imagem enfeitada ao lado esquerdo da porta. Teria sido realizada uma procissão? O que representaria para a comunidade a imagem venerada de São Vicente Mártir? Os registros localizados daquele momento infelizmente não sinalizam essas questões.

Figura 9: Igreja São Vicente Mártir (1915)



Fonte: Museu Casa de Pedra, Farroupilha/RS.

23 Ver mais sobre as questões linguístico-dialetológicas na região de colonização italiana no nordeste do Rio Grande do Sul em Frosi e Mioranza (1983)

Com a igreja pronta, é esperada a chegada, mais uma vez, de um novo pároco. Com ele, viriam novos tempos para a educação daquela comunidade. Conforme o Padre Luiz Segalle relata no Livro Tombo, o pároco tomou posse em 1916 e, em 1917, chegaram as Irmãs carlistas para abrir a escola, como foi descrito anteriormente. Essa organização foi muito comum nos núcleos de colonização, ou seja, constrói-se primeiro a igreja e, em seguida, a escola (Souza, 2015).

Quando instalada a escola, já estava ocorrendo o deslocamento de famílias e do comércio para Nova Vicenza "nova", região próxima à Estação Férrea e à estrada Júlio de Castilhos. Essas iniciativas facilitaram os transportes na região.

Antes da estrada de ferro, "perto da estação de Nova Vicenza não havia quase nada. Só o armazém do Dall'Molin e uma pequena casa de comércio de um árabe chamado Cesário Boais" (Gasperin, 1989, p. 136).

Após a inauguração da estrada de ferro, a região prosperou comercialmente, como consta no *Livro de lançamento de impostos de Indústrias e Profissões* da Intendência Municipal de Caxias do Sul, de 1921. Aparecem registros de alguns estabelecimentos comerciais, como uma loja de calçados e selaria, uma fábrica de veículos, negócios de classe e jogos lícitos, fábrica de cerveja, ferraria, carpintaria, barbearia e mercadinho. Já no ano de 1925, esse número se amplia e diversifica, surgindo novas atividades, como os depósitos de mercadoria, médico, alambique, relojoeiro, dentista, fotógrafo, entre outros (Trentin, 2002, p. 29-30).

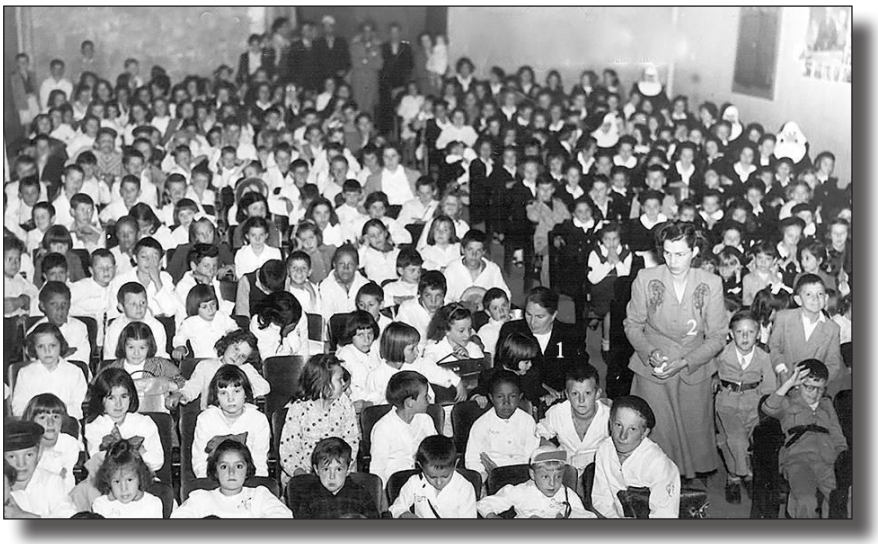
Com um número significativo de famílias nessa região, também surgiram espaços para convivência social e lazer em Nova Vicenza "nova", como o Clube Vicentino, fundado em 1914, o Cine Guarani, em 1926, e o Centro Cívico e Cultural Santa Rita, fundado no ano de 1928, com o objetivo de realizar bailes e montar um time de futebol.

O Cine Guarani iniciou com um projetor e dois filmes, na década de 1920, época do cinema mudo. A partir da construção de um prédio novo de madeira para o cinema, ele pôde abrigar até seiscentos pessoas em cadeiras, inicialmente de palha e mais tarde de madeira, atendendo à comunidade até os anos 1950 (Pozenato; Giron, 2007). O espaço dispunha também de um palco e foi cenário das solenidades de encerramento de ano letivo (Livro de Atas – Exames Finais, 1942).

Esse local teria sido utilizado para outros momentos da vida escolar dos alunos do município de Farroupilha? Em busca de indícios que apon-

tassem o uso do local, foi possível localizar a fotografia a seguir. A imagem, a seguir, Figura 10, retrata a parte interna do Cine Guarani e não especifica qual era o motivo de os alunos estarem no local. Pode-se perceber a presença de crianças com uniformes diferentes e, no lado direito, pode-se verificar também as Irmãs Scalabrinianas. Ao fundo, alguns adultos em pé, inclusive uma mulher com uma criança no colo.

Figura 10: Cine Guarani [?]



Fonte: Acervo de Luiz Carlos Kuhn cedida por Beth Ornaghi.

É provável que estejam partilhando o local os alunos do CNSL e também os do Grupo Escolar Farroupilha, conforme identificação da professora Hilda Rodrigues (1) e da professora Maria Ramgrab (2). Outras professoras aparecem na imagem, mas não foi possível identificá-las.

Percebe-se que os espaços de sociabilidade, além de serem frequentados pela comunidade, também eram espaços destinados, por vezes, às atividades escolares, e o CNSL se fazia presente nessas ocasiões. Nesse sentido, foi possível localizar também a participação da instituição nas comemorações do Dia de Tiradentes a convite, junto ao grupo participante do Tiro de Guerra no ano de 1943 (Livro de Atas - Comemorações Cívicas, 1943).

O Tiro de Guerra 652, criado em 1921, foi idealizado pela comunidade para manter na vila os jovens que atingiam idade para prestar serviço

militar, porém foi extinto pelo Governo no ano de 1939, diante da possibilidade de precisar dos jovens para a Segunda Guerra Mundial. A extinção gerou a fusão dos sócios do Tiro de Guerra 652 com os sócios do Clube Vicentino, aproveitando a sede do Tiro de Guerra para o Clube Vicentino (Tartarotti, 2014, p. 193).

Além dos espaços de sociabilidade nessa nova área central, surgem iniciativas também na área da saúde. Antes mesmo da emancipação do município, em 1922, foi fundado o Hospital Beneficente Cibeli pelo farmacêutico Dionysio Cibelli. No início das atividades, um casal de médicos húngaros, Dr.Cenzi e esposa, realizavam os atendimentos, e o casal Dr. Dionysio Cibelli e sua esposa, Dona Tereza, auxiliavam esses e outros médicos nas atividades de saúde. Posteriormente, desempenharam suas funções no hospital, realizando cirurgias e atendimentos. Na década de 1940, um dos médicos, que passa também a trabalhar no hospital, é Jayme Rosller. Ele foi pioneiro na abertura de um laboratório de análises clínicas no município e, em 1956, comprou o prédio em que funciona o hospital Cibelli e a farmácia, renovando sua estrutura e continuando o atendimento à comunidade farroupilhense (Gasperin, 1989).

Na década de 1930, ocorreu a abertura do Sanatório Nova Vicenza, em 17 de fevereiro de 1934, e, em 1945, esse recebeu o nome de Hospital São Carlos, em homenagem à Congregação das Irmãs de São Carlos, que auxiliaram no cuidado com os doentes por muitos anos no hospital. Para Montegutti,

> [...] a expansão de Nova Vicenza, a partir da instalação da via férrea e da estrada de rodagem que levaram ao desenvolvimento comercial e político, fez surgir a ideia de criação de um novo município. Para a criação deste novo município foram organizadas comissões em Nova Vicenza, Nova Milano, Vila Jansen e Nova Sardenha. Na população havia os que eram contra e os que eram a favor da criação do novo município. Aderindo a esta ideia, os representantes de cada distrito deram início a sucessivas reuniões. Em junho de 1934, ajustados todos os requisitos exigidos por lei, representantes dos quatro Distritos tendo à frente Ângelo Antonello, dirigiram-se a Porto Alegre, ao Palácio do Governo, para entregar a sua petição ao Interventor Federal, na ocasião, ao General José Antônio Flores da Cunha. A 11 de dezembro de 1934, este mesmo Interventor, através do Decreto Estadual nº 5779, cria o município de Farroupilha, nome este vinculado ao centenário da Revolução Farroupilha que seria comemorado em todo o Estado no ano seguinte "1935" (Montegutti; Giacomel; Dall'Osbel,1993, p. 44).

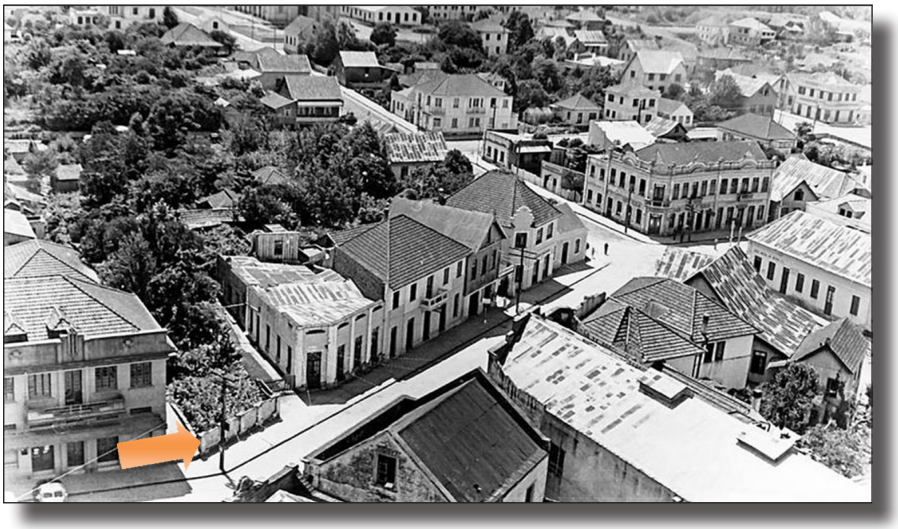
O novo município é composto pelos territórios do 2° e 6° distritos de Caxias, Nova Vicenza e Nova Milano; o 9° distrito de Montenegro, Nova Sardenha; e o 3° distrito de Bento Gonçalves, Jansen, conforme o Decreto n.º 5.779.

Em 1934, ano da emancipação, Farroupilha, tinha cerca de 12.500 habitantes, 200 prédios, 31 indústrias e 45 casas comerciais.

> A Prefeitura foi instalada num pequeno prédio de propriedade dos irmãos Fetter [...]. Nesse prédio, funcionava também a Delegacia de Polícia, o Serviço de Estatística do Estado e a Cadeia Civil no sub-solo [sic], com quatro selas (Trentin, 2002, p. 80).

Na Figura 11, as construções já se avolumam em meio às árvores. A rua mais evidente na figura, assinalada pela seta, em posição horizontal, é a Júlio de Castilhos, onde se concentravam vários comércios e cafés.

Figura 11: Vista área de Farroupilha/RS – Década de 40, séc. XX



Fonte: Arquivo pessoal de Luiz Carlos Kuhn, cedida por Mário Carlos Buscaíno.

O município já contava com empresa de transporte coletivo, a Expresso Farroupilhense. Em 1940, é inaugurada a estação rodoviária, conforme o jornal *O Momento* (7 out. 1940, p. 4) "primeira estação rodoviária, especialmente construída no Estado, e a segunda no Brasil, pois a primeira foi inaugurada em Belo Horizonte, não faz muito."

Em 1941, é inaugurada a Biblioteca Pública Municipal com livros doados pela comunidade (Tartarotti, 2014). Em comemoração aos seus 75 anos de funcionamento, o Jornal Farroupilha notícia:

> Em 17 de outubro de 1940, o tenente Januário Dutra, prefeito nomeado de Farroupilha (na época era vigente a ditadura Vargas, portanto não havia eleição], atendendo o incentivo, muito mais que isso uma determinação do governo federal, através do Ministério da Educação, pela criação de bibliotecas municipais (desde que deveriam ter no mínimo 300 livros), criou a Biblioteca Municipal de Farroupilha através do decreto n.º 6 e que tem como patrono o jornalista, contista, cronista e poeta Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac, ficando conhecido simplesmente como Olavo Bilac. Em 1941, 19 de novembro, o prefeito Nelson Schneider, inaugura a biblioteca que foi instalada no prédio da prefeitura, no andar superior, adjunta ao salão nobre, na rua Cel. Pena de Moraes, ao lado, onde hoje se situa a Praça da Bandeira. No ano 1960, o prefeito João Grendene oficializa a biblioteca como Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac (Gomes, 2015).

O edifício ocupado pela biblioteca foi planejado por Armando Antonello e concluído por Eudoro Lucas de Oliveira em 1937 (Tartarotti, 2014).

Sobre as atividades profissionais desenvolvidas no município, é preciso levar em consideração que os imigrantes trouxeram com eles seus saberes profissionais e que nem todos eram agricultores. "[...] dentre eles havia funileiros, sapateiros, ferreiros, carpinteiros, oleiros, operários de indústrias e pequenos comerciantes" (Giron; Bergamaschi, 2001).

Dessa maneira, os moradores de Farroupilha disseminaram práticas profissionais já conhecidas e também desenvolveram outras necessárias ao cotidiano. O ramo calçadista foi uma das atividades de destaque no novo município. Uma das primeiras "fabriquetas" de calçado foi a Broilo e Egger Cia. Ltda., em 1929, e, na década de 1970, o município foi considerado a capital do calçado masculino[24] (Capellari, 2005).

O parque industrial do município, em 1950, contava com 15 indústrias produtoras de vinho, 26 indústrias de produtos alimentícios e 49 indústrias nos demais setores. Dois médicos e seis dentistas atendiam à população na área da saúde (Lins, 2013).

No ano de 1959, essa realidade se amplia e diversifica-se entre estabelecimentos de secos e molhados, ferragens, fazendas, casas de rádio, refrigeradores e material elétrico, mercadinhos de frutas, agências de automóveis, postos de gasolina, armarinhos, ourivesarias, lojas de calça-

24 Ver mais sobre a história do calçado em Farroupilha em Capellari (2005).

dos, farmácias, depósitos de madeira bruta e comércio de engarrafamento (Lins, 2013).

Durante o mandato do prefeito Jayme Romeu Rosller, na década de 1950, foi inaugurado o posto de saúde, a nova estrada que ligava o município a Caxias do Sul, a agência da Caixa Econômica Federal e também iniciou a construção de várias escolas. Na década de 1960, já era um município com estruturas bem definidas e com diversas escolas.

Atualmente, o município abrange a sede e os distritos da Jansen, Nova Milano e Nova Sardenha. Para indicar os prefeitos que ocuparam os cargos no período de 1934 a 1960, elaborei o quadro a seguir.

Quadro 2: Prefeitos de Farroupilha/RS (1935 – 1960)

Prefeito	**Período**
Armando Antonello	1934 a 1937
Capitão Eudoro Lucas de Oliveira	1937 a 1940
Tenente Januário Dutra	Julho/1940 a dez/1940
Nelson Thooy Schneider	1940 a 1942
Antônio Pedroso Pinto	1942 a 1944
Raul Cauduro	1944 a 1947
Alberto Olmiro Farinon	Abril/1947 a dez/1947
José Baumgartner	Dez/1947 a jul/1951 (faleceu em mandato)
Ângelo Bartelle	Jul/1951 a dez/1951
Jaime Romeu Rossler	1951 a 1955
Giácomo Valentim Luchese	1955 a 1959
José Franceschini	Abril/1959 a dez/1959
João Grendene	1960 a 1963

Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Farroupilha

Dentre os prefeitos, alguns foram eleitos e outros nomeados. O primeiro nomeado foi Armando Antonello e o último foi Alberto Olmiro Farinon. Posterior a eles, com o fim do Estado Novo (1937-1945), ocorrem eleições para prefeito, sendo eleito José Baumgartner (Dias; Fabro, 2011).

Na reportagem do Jornal *O Momento* (5 ago, 1940, p. 4), pode-se observar a troca de prefeitos nomeados de Eudoro Lucas de Oliveira para Januário Dutra.

> Em substituição ao capitão Eudoro Lucas de Oliveira, que aliás vinha conduzindo com honestidade e patriotismo os destinos do futuroso município de Farroupilha, vem assumir o governo da referida comuna, o ilustre oficial da Brigada Militar, tenente Januário Dutra, ex prefeito do município de Herval. Em face ao mútuo entendimento entre ambos e o preclaro governo do Estado, verificou se entre os dois oficiais de referência, apenas uma permuta de funções.

Além da troca de prefeitos, é explicitado no jornal que tal fato é realizado em face ao acordo entre os prefeitos e o Governo do Estado, percebendo-se o caráter de nomeação.

A instalação da Câmara Municipal de Farroupilha, em novembro de 1935, teve como primeiros membros os vereadores eleitos: Pedro Grendene, Henrique Venzon, Luiz Busetti, José Tossin, José Baumgartner, João Farinon e, como presidente, Ulisses João Castanha. Aprovaram 27 decretos até o ano de 1937, quando foi dissolvido o poder legislativo conforme ata 51 de 1937 em cumprimento ao artigo 178 da nova Constituição Federal, e a reinstalação do poder legislativo ocorreu dez anos mais tarde (Fattori; Pigozzi, 2003).

Na década de 1960, o município já dispunha de infraestrutura urbana consolidada, com saneamento básico, rede elétrica, crescimento acelerado da indústria e do comércio, hospitais, além de diversos espaços de convivência comunitária, como cafés e clubes

Em suma, percebe-se que os grandes estopins das mudanças em Nova Vicenza foram a Estação Férrea e a estrada Julio de Castilhos. Um ramal de 118 quilômetros ligou a cidade de Caxias do Sul a Porto Alegre, via Montenegro, escoando a produção de mercadorias e produtos pela Estação Férrea.[25][21] Como a Estação não passou por Nova Milano, nem pela Nova Vicenza "velha", acabou gerando o esvaziamento desses núcleos (Trentin, 2002, p. 15).

Com o transporte como grande aliado dessa região, logo o município fortaleceu-se, o comércio prosperou e o desenvolvimento foi consequência. O município prosperou e o CNSL também cresceu para de atender às

25 Ver mais em: Lins (2013). O livro apresenta com detalhes o desenvolvimento do comércio ilustrado com muitas imagens.

novas demandas da comunidade. Pode-se inferir que o desenvolvimento da escola está inevitavelmente ligado ao crescimento do município.

Primeiros movimentos de escolarização: de Nova Vicenza a Farroupilha – dos espaços improvisados à educação escolar

> *Inicialmente, as escolas na Região Colonial Italiana estiveram localizadas em espaços provisórios e improvisados, e aos poucos, ao longo da década de 1920, especialmente, foram projetadas construções das escolas de improviso às escolas planejadas específicas para abrigá-las.*
>
> *(Terciane Ângela Luchese e Lucio Kreutz, 2012).*

Em Nova Vicenza, havia em funcionamento, desde 1899, a quinta aula de Nova Vicenza, escola pública, mista. Essa escola ou aula foi solicitada pela comunidade a Caxias, em 1897, por meio de correspondência feita com aval e assinatura do Padre Giacomo Brutomesso. Essa aula, com o passar do tempo, também se deslocou para Nova Vicenza "nova" e, junto com a vigésima segunda aula isolada, atendida pela professora Maria Mocellini, próxima à Estação Férrea, passou a denominar-se, em 1927, de Grupo Escolar Nova Vicenza (Fernandes; Luchese, 2014).

Quanto aos Grupos Escolares, sabe-se também da existência do Grupo Escolar Cajuru, aberto por meio do Decreto de criação n.º 6.917, de 14 de dezembro de 1937, uma de suas primeiras professoras foi Lidia Shulke. Havia, ainda o Grupo Escolar da Linha Jansen, aberto no mesmo ano, com 38 alunos.

> A implantação desta nova modalidade escolar teve implicações profundas na educação pública do Estado e na história da educação do país. Introduziu uma série de modificações e inovações no ensino primário, ajudou a produzir uma nova cultura escolar, repercutiu na cultura da sociedade mais ampla e encarnou vários sentidos simbólicos da educação do meio urbano, entre eles consagração da República (Souza, 1998, p. 30).

Anterior à instalação dos grupos escolares, já existiam aulas isoladas e aulas particulares no território que depois viria a ser o município de

Farroupilha.[26] Analisando alguns documentos encontrados sobre diversas instituições de ensino do município, depositados na Biblioteca Pública Municipal, foi possível identificar algumas iniciativas de escolarização a partir de 1903. Prosseguiu-se nessa pesquisa de identificação até o ano de 1960, para ter elementos suficientes para traçar um estudo paralelo educacional com outras instituições que foram sendo criadas no período de estudo do CNSL. Na análise, surgem desde aulas isoladas até escolas municipais, estaduais e particulares.

No período definido (1903-1960), são três as instituições abertas pelas Irmãs Scalabrinianas: o CNSL, a Escola Santa Cruz e o Colégio Nossa Senhora de Caravaggio. Posterior a esse período, ainda foi possível averiguar que a congregação contribuiu com mais uma instituição na administração da Escola Pio X,[27] durante dezessete anos.

Cada instituição caracteriza-se de forma singular a partir dos sujeitos que ali estiveram e se apropriaram do cotidiano, produzindo diferentes sentidos, cientes das particularidades de cada instituição escolar. Contextualiza-se também, de forma muito breve, o surgimento da Escola Santa Cruz e da Escola Nossa Senhora de Caravaggio, que estiveram em funcionamento temporalmente paralelo ao CNSL, no recorte temporal estabelecido para a pesquisa (1922-1954).

O Colégio Nossa Senhora de Lourdes, aberto em 1917, já havia realizado a sua mudança para próximo da Estação Férrea, quando em 7 de maio de 1924 é aberto o Juvenato São Carlos, em Nova Milano, logo a seguir denominada Escola Santa Cruz (Slomp; Barbieri, 1997).

A Escola Santa Cruz é um pedido da comunidade, solicitado pelo Padre Albino Agazzi à Madre Antonieta Fontana, superiora das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas, e é aberta inicialmente com o nome de Juvenato São Carlos,[28] com as Irmãs Josefina Orichio

26 Sobre a existência das aulas isoladas e das aulas particulares na residência dos professores, ver mais em Thoen (2011).

27 A escola foi aberta próximo à CORSAN, tendo como responsável pela direção e professora a Irmã Maria Divina (Clélia Luíza Zucco). Inicia suas atividades em 1962, com a matrícula de noventa alunos que se expandiu rapidamente. A docência era realizada por professoras religiosas e também professoras cedidas pelo estado e pelo município. Em 1979, a escola, antes particular, é desativada e passa a ser, por meio do Decreto de criação n.º 28622, de 14 de março de 1979, Escola Estadual de 1º Grau Incompleto São Pio X (Histórico da Escola Estadual de 1º Grau São Pio X).

28 A intenção era de que essa escola fosse um espaço de formação cultural para as moças antes de entrarem em definitivo para o Noviciado (Slomp, Barbieri, 1997).

e Henriquetta Beltrame. Conforme Slomp e Barbieri (1997), as religiosas mantinham o vínculo com a comunidade de Farroupilha/RS, onde passavam o final de semana junto com as Irmãs que trabalhavam no Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

Apesar de a intenção inicial do Juvenato São Carlos ser um espaço para as vocações religiosas, ficou decidido, devido à distância e à dificuldade de comunicação, que seria apenas uma escola para as crianças da comunidade de Nova Milano, passando a chamar-se de Escola Santa Cruz. O espaço físico para acolher a escola foi uma casa de propriedade do padre Albino Agazzi, até 1950, quando a escola passou a ter um prédio próprio e atendia, nesse período, em torno de 71 alunos, principalmente daquela localidade.

A Figura 12 retrata o Juvenato São Carlos. Como a instituição permaneceu pouco tempo com essa denominação e aparece um aglomerado de pessoas em frente ao prédio, é possível que a ocasião retratada seja um momento de festa ou, quem sabe, até mesmo a inauguração. É possível identificar uma Irmã na porta e muitas moças, algumas com sombrinhas nas mãos e, no plano mais à frente, os homens e, dentre eles, vê-se um rapaz com um livro ou papel nas mãos. A presença dos veículos pode indicar que pessoas ali chegaram para o momento, pois os veículos estão bem em frente ao prédio escolar.

Figura 12: Juvenato São Carlos – Nova Milano [1920-1930]



Fonte: Museu Casa de Pedra, Farroupilha/RS.

É possível concluir que o Juvenato São Carlos foi uma instituição subvencionada pelo Estado, recebendo, em 1934, a quantia de 240$000 (Rio Grande do Sul, 1935). A subvenção[29] às escolas particulares era concedida sob forma de incentivo para que o ensino fosse efetivamente em língua vernácula e que também fosse ministrado o ensino cívico no intuito de concretizar as ações educativas durante o processo de nacionalização.

A comunidade de Nova Milano é considerada o berço da imigração italiana no Rio Grande do Sul, o que reafirma o interesse do Estado em subsidiar a escola para o ensino de português e criar uma atmosfera patriótica nesse local.

Conforme o Almanaque Ilustrado de 1939, os dois colégios dirigidos pelas Irmãs da Congregação de São Carlos, em Caravaggio e Nova Milano, eram subvencionados pelo município de Farroupilha.

A Escola Santa Cruz foi administrada pela congregação até o ano de 1975, quando foi adquirida pela Prefeitura Municipal de Farroupilha. A congregação, percebendo que a localidade já contava com três escolas municipais nas proximidades e professoras habilitadas da própria comunidade, optou por efetivar um acordo com o Prefeito Municipal Clóvis Tartarotti e realizar a venda (Slomp; Barbieri, 1997).

Assim como Nova Milano, Caravaggio também é um local que expressa uma relação íntima de fé com os imigrantes. Trazida da Itália, a imagem de Nossa Senhora de Caravaggio foi consagrada padroeira da Diocese e lhe foi construído um santuário, hoje visitado por muitos fiéis.

A Escola Nossa Senhora de Caravaggio, da mesma forma que o CNSL e a Escola Santa Cruz, surgiu como decorrência da necessidade da comunidade levada a conhecimento das Irmãs Scalabrinianas pelo, desta vez, pároco João Batista Pinzon a pedido de uma comissão formada pelas senhoras Maria Fávero, Ema Galafassi e Rosina Venzon.

Depois dos acordos estipulados entre a congregação e o pároco, foram feitas algumas reformas na casa que serviu de alojamento para as Irmãs e também para a escola. Em 1937, chegaram a Caravaggio, Farroupilha/RS, as Irmãs: Amábile Nervis, Genoveva Scola, Isabel Mioni, acompanhadas pelas Irmãs Estanisla Cherubini e Gonçalina Vasconcelos.

As aulas iniciaram-se com 65 alunos, em uma casa de madeira adaptada para tanto. Além do trabalho na escola, as Irmãs colaboravam

29 O Decreto n.º 1.480, de 27 de maio de 1909, regula a concessão de subvenções às escolas particulares (Brasil. 1909).

com a liturgia e também organizaram "um pequeno aspirantado para as jovens candidatas à vida religiosa" (Slomp; Barbieri, 1997, p. 114).

Em entrevista concedida à professora Ivone Foletto Vendrúsculo a aluna Adelaide Calgaro Zucco, que frequentou a escola de 1942 até 1946, recorda:

> A casa era de madeira e fazia muito barulho quando por ela se andava. Tinha dois andares. No térreo, ficavam as duas salas de aula, a biblioteca, a cozinha e a sala de refeições. No andar de cima eram os quartos. [...] os professores eram as próprias Irmãs e podia-se estudar até o 5° ano (Vendrúsculo, 2015, p. 82).

A lembrança da aluna permite identificar os possíveis espaços da instituição escolar, que foi o local em que as Irmãs e, talvez, pela distância, até alunas tiveram ali residido. Como nas demais escolas, as Irmãs eram as docentes. Entende-se ainda que a escola oferta o ensino primário por atender até o 5° ano.

Na fotografia a seguir pode-se identificar meninos e meninas dentre os alunos, com tamanhos bem diferentes. As três Irmãs têm o local central na fotografia e, ao fundo, é visto o casarão de madeira que abriga a escola. O que chama a atenção nessa imagem é um bebê no colo de uma mulher. Seria ela aluna ou mãe de aluna?

A organização para o registro do momento pareceu ter sido as crianças menores sentadas e as maiores em pé.

Figura 13: Escola Nossa Senhora de Caravaggio (não datada)



Fonte: Vendrúsculo (2015, p. 82).

Na década de 1960, as Irmãs da escola passaram a colaborar também com os sacerdotes nos programas da Rádio Miriam, esta instalada junto ao Santuário. Após muitos anos atuando junto aos peregrinos que iam ao Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio, lecionando na escola, atuando na catequese e ministrando cursos para as mães, seja de pintura, bordados ou culinária, seja auxiliando na rádio, no ano de 1982 encerraram as suas atividades na escola.

A partir do histórico da Escola Nossa Senhora de Caravaggio, percebe-se que o número de alunos era muito pequeno e não justificava mais o atendimento, sendo, por isso, absorvidos pela rede municipal e estadual. O Parecer n.º 28.994, de 26 de julho de 1983, da Secretaria da Educação e Cultura, declara cessadas as atividades da Escola de 1° Grau Nossa Senhora de Caravaggio.

Conforme Slomp e Barbieri (1997), a instituição escolar tornou-se Instituto Nossa Senhora de Caravaggio, atualmente uma residência para as Irmãs, o que oportuniza até hoje a continuidade do auxílio aos fiéis, da ornamentação da igreja do santuário e da orientação daqueles que trazem consigo suas manifestações de fé.

Quanto às demais instituições escolares do município, foi possível identificar uma relação de aulas e escolas subsidiadas pelo poder público no ano da emancipação de Farroupilha/RS, como se observa a seguir:

Quadro 3: Relação dos professores e professoras subvencionadas pelo Estado e das estipendiadas pelo município de Farroupilha (1934).

Professor(a)	Localidade	Subvenção Estadual	Subvenção Municipal
1° distrito – Nova Vicenza (Antigo 2° distrito de Caxias)			
Emilia Minella	Linha Alencastro	50$000	50$000
Delmira Beux	Linha Julieta	50$000	50$000
Gema Pesca	Linha Vicentina	50$000	90$000
Zelinda Colombo	Travessão Milanez	50$000	50$000
Rustico Gobatto	Rio Burati e Monte Berico		140$000
Adelia Postalli	Travessão Milanez		110$000
Irene Giacomet	Linha Vicentina		90$000
Rachel Silvestrin	Linha Alencastro		100$000

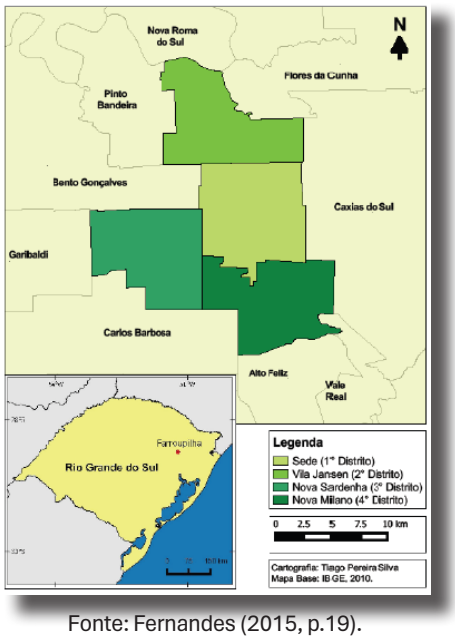
Theresa Roso (Auxiliar)	Linha Vicentina		60$000
Réa Silvia Gasperini	Linha Sertorina		100$000
Alice Gasperin	Linha Sertorina		100$000
2° distrito (Ex- 3° distrito de Bento Gonçalves) – Flores da Cunha			
Domingas Mandelli Venzon	Linha Palmeiro	50$000	60$000
Maria Troian	Linha Jacinto	50$000	60$000
Christina G.Bertuol	Linha Palmeiro	50$000	60$000
Aurora M. Verona	Flores da Cunha	50$000	60$000
Ignez Pessin	Linha Amadeu	50$000	40$000
Amalia Sartor Davi	Flores da Cunha	50$000	60$000
Angela Favero Menta	Linha Palmero		90$000
Emilia Mandelli	Linha Jacinto		70$000
Estephania R. Dal Pizzol	Flores da Cunha		70$000
Clara Caravantes Garcia	Flores da Cunha		90$000
Thereza Lazzari	Linha República		90$000
Maria Facchini	Linha Palmeiro		70$000
3° distrito (Ex- 9° distrito de Monte Negro) Nova Sardenha			
Lydia Shulke	Desvio Machado	50$000	100$000
Irma Leopoldina – Professora Federal	Nova Sardenha	150$000	
Angelina Carlesso – Professora Estadual (contrato)	São Miguel	175$000	
Jorge Wartha	Linha Machadinho		100$000
Lydia Freitas Travi	Linha Machado		100$000
Maria Bondam	Linha Muller		100$000
4° distrito (Ex 6° distrito de Caxias) Nova Milano			
João Simon	Forqueta Baixa		50$000
Rosa Antonello	Travessão Milanez		50$000
Juvenato São Carlos	Nova Milano		240$000
Maria Weber	Forqueta Baixa		100$000

João Perini	Travessão Perau		100$000
Maria Lazzari (duas aulas)	Oito Colônias		180$000
Santina B. Slomp	Travessão Trentini		100$000
Maria Radaelli	Travessão Trentini		100$000
Michelina Bridi	Travessão Milanez		100$000
Leopoldina Laner	Travessão Portugal		100$000
Pedro Leopoldo Fulcher	Forqueta Baixa		100$000

Fonte: Almanak Escolar do Estado do Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul,1935, p. 340-341).

Pode-se observar, no Quadro três da página anterior, aulas e escolas nos quatro distritos do município, distribuídas em onze aulas no 1° distrito, doze aulas no 2° distrito, seis aulas no 3° distrito e dez aulas e uma escola no 4° distrito, totalizando quarenta iniciativas de escolarização no território que abrange o novo município. Com relação aos distritos, e para a melhor localização da espacialidade, segue o seguinte mapa:

Mapa 3: Distritos do município de Farroupilha/RS



Fonte: Fernandes (2015, p.19).

Os dados compilados são do novo município emancipado em 1934, porém, anteriores a esse período, foi possível encontrar, a partir de diversos históricos de instituições escolares armazenados na Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac de Farroupilha/RS, indícios da aula particular do professor Firmino Bonet ainda no ano de 1903.

Em 1904, a Escola Paroquial Nossa Senhora de Caravaggio, em Caravaggio, sob a direção de Cristóforo Luzzato, compromete-se a ministrar o ensino em língua italiana e a leitura da língua portuguesa, a lecionar as matérias escolares e também a ensinar o catecismo às crianças da região. A escola foi criada por incentivo do padre Henrique Poggi (Vendrúsculo, 2015).

A partir ainda dos históricos pesquisados, é possível verificar que somente em 1920 é construída a primeira escola, tendo como professora Gema Comin. Em 1933, a escola foi oficializada como Escola Municipal de 1° Grau Gonçalves Dias, tendo como professora Angela Menta. Nesse documento, não consta o local dessa escola, porém, na obra de Adami (1981, p. 99), Gema Comin consta como professora da comunidade de Mato Perso, em 1908, podendo-se supor que seja então o local da escola. No Quadro 3, aparece como professora na Linha Palmeiro, subvencionada pela Prefeitura Municipal de Farroupilha.

Na comunidade de Monte Bérico, em 1913, também se tem o registro de aulas com os professores: Vitório Trevisan, Rustico Gobatto, Izena Gobbato e Lorena Gobbato, respectivamente. Rustico Gobbbato também recebe subvenção conforme o Quadro 3 do município de Farroupilha.

No mesmo ano, na Linha São Miguel, temos o registro de inspeção da 17ª aula isolada Maria Mocellini. Um dos registros de inspeção é de maio de 1913, e constam informações tais como o nome da professora Edvige Tartarotti e o número de alunos. Nesse ano, eram 29 alunos, conforme relato do inspetor, sendo 14 meninos e 15 meninas. No dia da inspeção, estavam presentes 22 alunos. Eles tinham boa disciplina, e a sala de aula conservava boas condições de luz. O inspetor era Arthur Lavra Pinto, um dos primeiros inspetores de Caxias do Sul, conforme Adami (1981, p. 102). Luchese (2015b, p. 95) observa que:

> [...] as administrações municipais participaram ativamente das comissões de aplicação dos exames finais, e os subintendentes foram, com certa frequência, cobrados para que inspecionassem as escolas. Registros dessas visitas são recorrentes nos livros de atas das escolas.

Os relatórios demonstram que a fiscalização era uma prática já instaurada no período na RCI. No local, em 1934, encontramos a professora contratada Angelina Carlesso, professora estadual subvencionada.

Em 1950, esta aula passa a denominar-se Escola Estadual Maria Mocellini e, mais tarde, por meio do Decreto lei n.º 35.876, de 6 de abril de 1995, extingue-se o estabelecimento de ensino. Existem indícios de que Vitório Trevisan e Rústico Gobatto também foram professores na aula isolada Maria Mocellini, que era particular. Entende-se que "a passagem de muitas escolas isoladas particulares, mantidas pelas comunidades com ensino em italiano, para a condição de escola subvencionada pelo estado, ou pelo município, passando a ser uma escola municipal, foi muito comum" (Luchese, 2015a, p. 148).

Em 1923, aparentemente parece ser mais um exemplo dessa prática. Na Linha Alencastro existem os registros de dois professores, Ernesto Trevisan e Clemência Gasperin. Antes de a escola ser municipal, constam também, nesta localidade, em 1934, as professoras Raquel Silvestrin, subvencionada apenas pelo município, e Emília Minella subvencionada pelo Estado e município. Só em 1979, por meio da Portaria n.º 22.438, passou a ser Escola Municipal de 1º Grau Incompleto José de Alencar.

Situação similar apresentava a Escola Municipal Joaquim Nabuco, que funcionava desde 1923 com o professor Tófoli, conforme declaração do morador Teodolindo M. Menta Balbinot no ano de 1930. A Escola, em 1954, é reinaugurada como escola municipal, pelo Prefeito Jaime Rossler e pelo secretário da Educação João Venzon Neto. Reafirmam-se, como Luchese (2015a) já havia apontado, as transições de aula isolada para particular ou de particular para municipal ou estadual e também as negociações que foram se constituindo em torno dos processos de escolarização.

Em se tratando já do município de Farroupilha, no ano de 1935, período pós-emancipação muitas instituições foram abertas ou tornaram-se municipais:

Quadro 4: Escolas Municipais de Farroupilha Inauguradas (1934 -1960)

Instituição Escolar	**Localidade**	**Ano de abertura**	**Informações encontradas a cerca da instituição**
Escola Machado de Assis	Linha Julieta	1935	Primeira professora Isolda Tonin.
Escola Municipal Santos Dumont	Desconhecido	1935	Primeira diretora Maria Lazzari.
Escola Alvarenga Peixoto	Linha São João		A professora, que também acumulava o cargo de diretora, foi Raquel Silvestrin.
Escola Estadual de 1° Grau Incompleto Izabel Venzon	São Marcos	1937	
Escola Municipal Senador Salgado Filho	Linha Alencastro	1943	Em 1943, a escola foi particular, e sua professora era Lidia Minela. Passou, em 1950, a ter o nome de Aula Benjamin Constant, sendo a primeira professora Erecy Puruffo. Só no ano de 1980 a escola passou a ser Escola Municipal Senador Salgado Filho.
Escola Municipal Alceu Wamosi	Comunidade Nossa Senhora da Salete	1945	Funcionou inicialmente na Sociedade Recreativa da comunidade, a primeira diretora foi Irmã Edite Canuto. Em 1951 passou a ser denominada Escola Municipal Alceu Wamosi e, em 1952, ocorreu uma reunião em que a comunidade e o prefeito municipal Jayme Rolsler decidiram que a escola passaria a ser custeada pela prefeitura e não mais pela associação como era até então.

Instituição Escolar	Localidade	Ano de abertura	Informações encontradas a cerca da instituição
Escola Pinheiro Machado	Linha Boêmios	1946	Aberta por um grupo formado de chefes de família: Abel Francisco Mauri, Modesto Frosi, José Zanfelice, Abramo Spinelli e outros. Em terreno doado por Francisco Frosi, foi feito um mutirão, cada um contribuindo com certa importância para construir a escola, que teve como primeira professora a Irmã Maria Frosi.
Escola Municipal Julio de Castilhos	Monte Bérico	1946	Funcionava à noite com 105 alunos, e de dia, atendendo de 1ª a 4ª séries, com 31 alunos. Não há informação na documentação acessada sobre quais eram as séries à noite, ou se o ensino era profissionalizante.
Escola MunicipalJosé Bonifácio	Não consta o local no histórico	1949	Com a construção da casa canônica, começaram as aulas ministradas pelo professor Ambrósio Crippa.
Escola Municipal de 1° grau São Luiz	Travessão Milanês	1949	A primeira professora e diretora foi Elvira Colombo. O terreno foi uma doação de Primo Sironi e Zabella Sperafico Sironi, em 1956.
Escola Municipal Alcydes Maya	Comunidade de Vila Rica	1950	Em 1960 passou a se chamar escola São Miguel e, em 1985, tornou-se estadual e passou a denominar-se Escola Estadual José Chesini.
Escola Nossa Senhora das Graças	Linha Palmeiro	Incerto	Iniciou suas atividades na casa particular da família Reolon. Depois, por vários anos, manteve o funcionamento no salão da comunidade. Em 1950, tornou-se municipal. Começou as aulas com 12 alunos e 9 alunas, com a professora Ivone Callegari.

Fonte: Diversos históricos de instituições escolares localizados na Biblioteca Pública Olavo Bilac, Farroupilha/RS.

A partir da criação do novo município, pode-se observar que o governo municipal farroupilhense passa a fazer parte das iniciativas educacionais. Inaugura diversas escolas, reinaugura outras, estabelece parcerias com a comunidade e, dessa forma, estabelece uma nova dinâmica no campo da educação. O Almanaque Ilustrado de 1940 anuncia que o município dispunha de quarenta aulas municipais, quatro grupos escolares e três colégios particulares.

Novamente, a partir dos quadros 3 e 4, é possível observar que muitas das escolas começam como aulas isoladas ou aulas particulares na casa dos professores. Fica evidente que houve, a princípio, um número significativo de professores homens nessas aulas isoladas, diferente do que se tem na maioria das escolas municipais, estaduais e particulares confessionais das Irmãs, nas décadas seguintes, em que predominam mulheres na docência, sendo que no CNSL as docentes são religiosas e, no Colégio São Tiago, os docentes são, em sua maioria, homens religiosos. O que indica também os reflexos no processo de "feminização do magistério primário" (Almeida, 1998).

O cenário institucional não é fixo, percebe-se isso com relação às instituições escolares, ou seja, muitas mudanças de nomenclatura e também muitos nomes ligados ao processo de nacionalização. A participação da comunidade na abertura de escolas é notada em muitas instituições. É uma prática muito frequente na época. O que reforça essa percepção, como citado anteriormente no Quadro 4, é, por exemplo, a situação da Escola Pinheiro Machado, em que a doação de terreno para a abertura da escola é feita por uma pessoa da própria comunidade, e os demais membros auxiliam na construção. Os acordos de ajuda mútua entre comunidades e esferas governamentais parecem ter sido uma prática presente em Farroupilha/RS.

Esse modo de agir, que se estendeu à RCI, conforme Luchese (2015b), referenda uma negociação entre a comunidade e a administração municipal que garantiu a expansão da escola pública.

> As comunidades doavam o terreno, construíam a escola e por vezes a mobiliavam, e as municipalidades as proviam com o pagamento do professor e o fornecimento de materiais. Caso as famílias de imigrantes e descendentes pudessem/tivessem que pagar e escolher, a opção foi a escola confessional (Luchese, 2015b, p. 95).

O que justifica os pedidos realizados pelos párocos à Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas e também a outras que atuavam na época no Rio Grande do Sul.

Ainda com relação às negociações, pontua-se que isso ocorreu também em outros locais do Rio Grande do Sul não pertencentes à RCI. Souza (2015) observa acordos similares quando pesquisou as aulas isoladas de Lomba Grande/RS, hoje município de Novo Hamburgo, afirmando que "Ora a própria comunidade comprometeu-se com a locação do prédio onde funcionaria a instituição, o Estado com a destinação de objetos, utensílios e o governo municipal com os vencimentos pecuniários do professor." (SOUZA, 2015, p. 97).

Até o momento, os indícios sinalizam para as iniciativas no campo da educação das Irmãs Missionárias da Congregação de São Carlos Borromeo Scalabrinianas, as aulas isoladas, os grupos escolares e as escolas públicas. Além dessas, pode-se acrescentar também mais uma iniciativa privada, esta vinculada aos Irmãos Maristas.[30]

O Colégio São Tiago,[31] aberto em 1945, foi planejado e incentivado pelo Monsenhor Tiago Bombardelli. Ele julgava necessário um ginásio para a comunidade de Farroupilha. O Irmão Marista Vendelino, o Monsenhor Tiago Bombardelli e o bispo Dom José Baréa reuniram-se em 1943 com a comunidade e, após breves negociações, decidiram o local para a construção da escola. Em 1945, o primeiro grupo de alunos começou a frequentar o ginásio, atendendo preferencialmente ao público masculino. Seu primeiro diretor foi o Irmão Inácio Duso. Em 1947, foi implantado o curso primário e o ginasial pela Portaria n.º 720, de 31 de dezembro de 1946, em regime de internato e externato até 1965, quando passa a ser somente externato (Dias; Fabro, 2011).

Segundo Azzi (1996a), a motivação para abertura do Colégio São Tiago, registrada no Histórico da Província Meridional dos Irmãos Maristas, teria sido o desejo dos protestantes de construírem em Farroupilha um internato. Para conter tal iniciativa, o Monsenhor mobiliza uma comissão pró-ginásio composta por ele e pelos senhores Arcangelo Milesi, Alfredo Ruaro, Carlos Maggioni, João Farinon, Ludovico Merlim, Luís de Cesaro, Plí-

30 Para saber mais sobre a história da educação católica no Brasil e a contribuição dos Irmãos Maristas ver Azzi (1996). A coleção em três volumes é comemorativa aos cem anos dos Maristas no Brasil.

31 Para saber mais sobre a história do Colégio São Tiago, ver Dias e Fabro (2011).

nio Armando e Tiago Lucchese. O próprio Monsenhor esboçou a planta do colégio e acompanhou as obras (Azzi, 1996a, p. 371).

Conforme Dias e Fabro (2011), a instituição escolar surge por necessidade da comunidade e é incentivada pelo Monsenhor, porém não se sinalizou o receio dos protestantes que, segundo Azzi (1996a), teria existido, o que justificaria a rápida mobilização do religioso em prol do colégio.

O ginásio do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, que atendeu somente ao público feminino, ficou anexo ao Colégio São Tiago, no período de 1950 a 1953, até ficar pronta a construção para instalar as meninas, o que ocorreu em 1954 (Dias; Fabro, 2011). Fica evidente, na fala da irmã Mafalda Seganfredo, que irmãs também eram atendidas como alunas no Colégio São Tiago, quando foi instalado em Farroupilha em 1951.

> M.S.[32] E daí eu fui destinada pra cá e dali eu ainda estava fazendo o ginásio, mas aqui não tinha ginásio, o ginásio, nós então as Irmãs, quer dizer as Irmãs que estavam fazendo o ginásio elas então estudavam com os irmãos Maristas.
>
> G.B.[33] No São Tiago?
>
> M.S. É com o São Tiago, eu fui formada no São Tiago. E fui engajada na comunidade aqui. Logo depois porém que eu cheguei já estava veio uma diretora do colégio aqui do Nossa Senhora de Lourdes que era a Irmã Cleufe Ferronato. Então ela começou a trabalhar logo para abrir o ginásio. Naquele tempo que eu vim era assim: nós que éramos Irmãs que estudávamos com o Ginásio São Tiago, nós estudávamos assim digamos eles davam as aulas a parte pra nós, pois eram só meninos e aqui eram só meninas. Então ali quer dizer que eu fiz até o fim do ginásio, até quando eles vinham fazer os exames pra nós aqui, era eu e mais uma minha colega, eles vinham e faziam o exame aqui.
>
> G.B. Separado?
>
> M.S. Sim, separado porque era costume de ter meninos e meninas (Mafalda Seganfredo, 2015).

32 M.S. – Irmã Mafalda Segranfredo, entrevistada pela autora.

33 G.B – Gisele Belusso – autora

As Irmãs que necessitavam concluir seus estudos eram acolhidas no Colégio São Tiago pelos Irmãos Maristas, com a realização dos exames de forma diferenciada, como indica a entrevista. Enquanto isso, a Irmã Maria Cleufe fazia os devidos encaminhamentos, com o apoio da comunidade, para a ampliação do prédio, a fim de instalar o ginásio para o público feminino em 1954. A obra de ampliação pode ser observada no lado esquerdo da figura.

Nesse espaço, foram acomodadas as turmas do curso ginasial. Ao que parece, a fotografia foi realizada durante o período de trabalho dos construtores, pois pode-se ver pessoas trabalhando na parte superior da obra.

Figura 14: Ampliação do prédio do CNSL para a instalação do curso ginasial – Década de 1950.



Fonte: ACNSL

Destaca-se que muitas fotografias da ampliação do prédio, na década de 1950, foram encontradas no arquivo escolar. Desta forma, entende-se a importância dada a obra, tal que mereceu diversos registros. Apesar disso, não foi possível identificar quem projetou o prédio escolar inaugurado em 1943, nem sua ampliação, nem indícios da construtora responsável pela obra.

Ainda com relação ao Colégio São Tiago, em 1959, implementou-se o curso Técnico em Contabilidade, no horário noturno, conforme Portaria n.º 302, de 1 de agosto de 1960. O CNSL também teve a preocupação com o ensino profissionalizante, desde 1942, quando então ofertou à comunidade o curso de datilografia.

Essas foram algumas iniciativas de escolarização no município de Farroupilha, certamente muito mais poderia ser pesquisado e analisado. Os dados trazidos ficam como um primeiro registro para entender como esse espaço de escolarização foi se constituindo.

Sabe-se que todo esse processo de escolarização tem início antes mesmo das iniciativas aqui citadas, como afirma Luchese (2015a), pois desde o início da colonização italiana, em 1875, a Província do Rio Grande do Sul já contava com 305 escolas primárias, embora apenas 205 estivessem providas. Já na RCI, "as escolas, porém, foram efêmeras, pois os próprios funcionários mantinham constante rodízio; eram instáveis." (Luchese, 2015a, p. 114).

Isso tudo reafirma a incompletude e a complexidade dos fatos aqui pesquisados, quando se pretende elencar iniciativas de escolarização. Embora não sendo o objeto deste estudo, focar o olhar no entorno, nas demais instituições que surgiram no município e que funcionaram paralelamente ao CNSL ajuda a entender o contexto de mudanças e adaptações que o processo educacional sofreu com as alterações que foram se processando no cotidiano da sociedade. Mudam as pessoas e as comunidades, e a escola inevitavelmente acompanha esses movimentos.

O ramo feminino da Congregação de São Carlos: um breve histórico, da Itália ao Brasil

> *O caráter privado da profissão religiosa das quatro primeiras Irmãs, as constituições ainda não compiladas, o noviciado a fazer, as circunstâncias, enfim, que envolveram a fundação da congregação scalabriniana feminina evidenciam a condição de experimento da mesma [...]*
>
> *(Lice Signor, 2005).*

A constituição da Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas se dá em um contexto de industrialização e crise na Itália,

no final do século XIX, um quadro que favoreceu os processos emigratórios de italianos devido ao desemprego para outros países e também para o Brasil. Esse país, por sua vez, necessitava de mão de obra para as fazendas de café e também de pessoas dispostas a colonizar as terras da Serra Gaúcha, no Rio Grande do Sul. Esse contexto privilegiou o aumento do fenômeno emigratório de grande massa a partir de 1875.

A Igreja Católica, com o intuito de colocar em prática as ações do ideário ultramontano,[34] passou a atuar de forma intensa a partir dos processos migratórios. Um dos sujeitos atuantes em prol dos migrantes foi o Bispo italiano João Batista Scalabrini que, por suas iniciativas, passou a ser reconhecido como Apóstolo dos Migrantes, "sobretudo depois de 1887, quando escreveu *A Emigração Italiana na América* (Rizzardo, 1975 p. 34).

> É possível compreender, claramente, o projeto da Congregação Scalabriniana como parte de um projeto de Restauração e Reforma Católica no Brasil, em consonância como os objetivos do Estado Cristão, contexto em que a discussão do estado liberal se faz presente." (Oliveira, 2009, p. 57).

Nesse contexto, Scalabrini almejou colocar em prática o apoio ao migrante. Para isso, necessitaria de ajuda de mais religiosos. "Em 1887 fundou a Sociedade de São Rafael[35] e, no mesmo ano, fundou o ramo masculino da Congregação de São Carlos" (Rizzardo, 1975 p. 34).

Sete meses após a fundação, embarcaram missionários rumo aos principais destinos de emigração italiana, como o Brasil, os Estados Unidos e a Argentina. No Brasil, inicialmente, os padres carlistas atuaram nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo e São Paulo. No entanto, é em São Paulo que ocorre a instalação da primeira instituição de ensino idealizada pelo Padre José Marchetti.

Ele, motivado pela emigração de grande número de paroquianos de Copignato e Lucca, havia procurado Scalabrini, entregando-se a Deus como Missionário de São Carlos,[36] pois seu maior desejo era acompanhar o seu povo.

---

34 Movimento de caráter reacionário, caracterizou-se no âmbito intelectual como uma rejeição à filosofia racionalista e à ciência moderna, politicamente condenou a liberal democracia burguesa e reforçou a ideia de monarquia, externamente apoiou a centralidade em Roma na figura do Papa (Manuel, 2004, p. 11 *apud* Oliveira, 2009, p. 61).

35 A sociedade denominada como São Rafael era "[...] composta de sacerdotes e leigos para assistência humana, social e legal do embarque e desembarque" (Francesconi, 1971, p.12).

36 Conforme revista do Centenário da Congregação das irmãs Carlistas Scalabrinianas (1995).

Padre Marchetti transitava entre o Brasil e a Itália acompanhando imigrantes na travessia e resolvendo questões práticas da congregação. Durante uma das viagens, ocorre o falecimento de uma jovem mãe, o que o faz perceber de imediato a necessidade do apoio aos órfãos. Padre Marchetti consola o pai e promete cuidar da criança, o que cumpriu.

Retornando ao Brasil, motivado pelo fato ocorrido, mobiliza a comunidade para a abertura de um orfanato. Logo recebeu a doação de um terreno no Alto do Ipiranga, além de tijolos para dar início à construção do Orfanato Cristóvão Colombo.[37]

Com apoio da comunidade, do Cônsul e do Bispo de São Paulo, Padre José Marchetti,[38] é responsabilizado por eles por cuidar de tudo pessoalmente: "o cônsul italiano insistiu para que eu aceitasse a responsabilidade e a supervisão das obras e concordou comigo para colocar ali as Irmãs! Eis um novo ninho para as minhas Colombinas[39] de Jesus" (Francesconi, 1975, p. 20-21).

Seria difícil cuidar de crianças sem a presença feminina, Irmãs que pudessem auxiliar no trabalho do orfanato com os órfãos. Dessa forma, surge a necessidade da criação do ramo feminino da congregação, o que foi solicitado ao Bispo Scalabrini pelo Padre Marchetti.

Em 23 de outubro de 1895, Padre Marchetti vai à Itália para realizar seus votos perpétuos e participa da criação da Congregação das Irmãs de São Carlos: Assunta Marchetti, Carolina Marchetti, Angela Larini e Maria Franceschini, que realizam os votos válidos por seis meses. Uma particularidade nessa congregação é a presença da mãe e da irmã do Pe. José Marchetti. E assim, em 1895, chegaram as Irmãs ao Brasil para trabalhar no Orfanato, "ao Instituto Scalabriniano feminino foi confiada, no início, a missão de complementar a ação sócio-pastoral [sic] desenvolvida pelos padres missionários de São Carlos junto aos imigrantes italianos estabelecidos no Brasil" (Signor, 2007, p. 7).

37 "O nome foi dado à fundação numa época em que se respirava ainda o clima festivo da celebração do IV centenário da descoberta da América, protagonizada por Cristóvão Colombo, nascido em Gênova, Itália" (Signor, 2005, p. 53).

38 Padre José Marchetti também passou pela experiência de ser órfão, ao perder o pai ainda muito jovem, ficando responsável pelo cuidado de seus irmãos menores.

39 "O termo colombinas, com o qual o padre Marchetti identificaria as futuras irmãs de São Carlos, derivou da denominação dada à casa mãe de Piacenza, cidade onde passou a ser usual entre o povo chamar de colombinas as missionárias de São Carlos" (Signor, 2005, p. 53).

A criação da congregação não se tratou propriamente de uma fundação; as candidatas realizaram a profissão temporária por seis meses, sem terem sido preparadas com o postulantado, nem para o noviciado canônico; também faltavam constituições e o decreto formal de fundação. E pouco tempo após a instalação das Irmãs,

> [...] bem no início do projeto, [...], ocorreu a morte prematura do Pe. José Marchetti que tinha, nessa época 27 anos, vítima de febre tifóide. Quem assumiu após dois meses de sua morte as Irmãs, foi o Pe. Faustino Consoni, o qual foi incumbido pelo bispo Scalabrini, de dar concretização ao seu projeto, ficando como diretor do orfanato Cristóvão Colombo (Paz, 2013, p. 45-46).

Toda organização com relação às Irmãs de São Carlos ficou a cargo do Pe. José Marchetti, e seus sucessores precisaram solicitar esclarecimentos a Scalabrini sobre a situação das Irmãs, já que elas tinham apenas os votos temporários, o que, em alguns momentos, gerou desconforto para as primeiras Irmãs. Somente em 1900, com o Decreto de 10 de junho e suas devidas constituições, foi regularizada a fundação da congregação que se une às Irmãs do Sagrado Coração, na Itália e, dessa união, surge a Congregação das Irmãs Apóstolas Missionárias do Sagrado Coração.

Essa tentativa de união, em 1900, inicia-se com a vinda de um grupo de Irmãs que havia feito noviciado sob a supervisão de Scalabrini e outro sob a supervisão da Madre Merloni,[40] com a orientação de que essas tomassem para si os serviços do orfanato para que as Irmãs que lá estavam pudessem fazer o noviciado no Brasil, pois não seria possível levá-las à Itália, em função do trabalho no Orfanato Cristóvão Colombo.[41]

Os primeiros anos no Brasil foram desafiadores às Irmãs que aqui estavam. Mesmo após dez anos da fundação, eram poucas para todo o trabalho do orfanato, além de conviverem com os conflitos entre o carisma

40 Revma. Madre Clélia Merloni, fundadora da Congregação do Sagrado Coração, acolhida por Scalabrini, ficou encarregada de fazer a redação final das novas Constituições, influenciando na troca do nome, mas nunca por sua finalidade e missão de Apóstolas Missionárias.

41 "As irmãs de São Carlos pressentiram a descaracterização de seu instituto e entenderam ameaçada a própria identidade congregacional assim que chegaram a São Paulo as seis primeiras irmãs apóstolas [...]. Eram elas: Antonietta Fontana, Carmella Tomedi, Agnese Rizzieri, Elisa Pederzini, Assunta Bellini e Maddalena Pampana, todas da congregação de Clelia Merloni. As três primeiras haviam feito o noviciado em Piacenza, [...] enquanto as três últimas o fizeram em Castelnuovo Fogliani, com Clelia Merloni. Quando em setembro de 1907 ocorreu a separação dos dois institutos, irmã Antonietta Fontana e irmã Carmella Tomedi irão optar pela Congregação das Irmãs de São Carlos, scalabrinianas" (Signor, 2005, p. 89).

scalabriniano e o carisma das Irmãs do Sagrado Coração de Jesus. Em junho de 1904, Scalabrini veio ao Brasil e conheceu o Orfanato pessoalmente, ficando um mês ali hospedado, e realizou a abertura oficial da ala feminina da instituição em Vila Prudente, na época, que já acolhia 260 crianças.

> O orfanato Cristóvão Colombo, com a colaboração das Irmãs Missionárias de São Carlos Scalabrinianas, tornou-se instrumento de transformação daquela realidade. Em sua opção de vida cristã as Irmãs Scalabrinianas concretizaram no Orfanato o modelo proposto pelo fundador e que continha um tríplice compromisso: busca pessoal de perfeição na sequela de Jesus Cristo casto, pobre e obediente; vida fraterna em comunidade; serviço evangélico junto aos migrantes (Signor, 2007, p. 67).

Nessa oportunidade, verbalizou à Madre Assunta que ela morreria como Irmã de São Carlos, sinalizando um possível fim da tentativa de união entre as duas congregações.

A Figura 15 é o registro da inauguração do Orfanato Cristóvão Colombo de um evento festivo, no ano de 1904, com a participação das crianças, irmãs, religiosos e do Bispo João Batista Scalabrini, indicado pela seta.

Figura 15: Inauguração da ala feminina Orfanato Cristóvão Colombo (1904).



Fonte: Revista Comemorativa aos 110 anos das MSCS (MSCS, 2005, p. 18).

Durante sua estada em São Paulo, Scalabrini foi acusado de vir para o Brasil para implantar a cultura italiana no país e de defender projetos expansionistas da Itália, além de defender interesses políticos e industriais das colônias italianas. Essas acusações foram divulgadas pelo jornal *O Estado de São Paulo*.[42]

Seguindo seu roteiro de viagem, veio ao Rio Grande do Sul, onde já estavam instalados padres carlistas em diferentes comunidades da Serra Gaúcha. "Quando da visita de D. Scalabrini ao Brasil, em 1904, os irmãos de São Carlos ainda se encontravam presentes nas cidades de Garibaldi, Caxias do Sul e Bento Gonçalves" (Valduga, 2007, p. 56). Sua visita teve tal repercussão que, mesmo quando já havia chegado a Buenos Aires, os jornais continuavam publicando sobre sua viagem, conforme jornal *A Federação*, de Porto Alegre, em nota que se denomina Imigração:

> E com a mais justa satisfação e ardente jubilo cívico que registramos, de em volta com os parabéns da Federação ao benemérito governo do Rio Grande a seguinte notícia: o emitente órgão de Buenos Aires, La Nacin, publicou ontem interessantes declarações de monsenhor Scalabrini, que destacou o Rio Grande do Sul como único Estado que protege eficazmente a imigração, proporcionando-lhe todo o apoio e decisivas garantias. E mais um testemunho elevado e insuspeito, a proclamar a benéfica excepcionalidade riograndense, quanto a imigração. E tais conceitos, inspirados em sã justiça, causam desvaecimento que sobrepõe-se tudo quanto o contrário resulta da ignorância das coisas e do vaso da crítica do espalhafato. [...] Estes fatos falam bem alto, em favor do Rio Grande e do seu governo (A Federação, 1904, p. 1).

Observa-se que o jornal *A Federação* é um órgão republicano e faz uso do discurso de Scalabrini em favor da causa política.[43] Já outros jornais, como o *Correio Paulistano* e o *Estandarte Católico*, noticiaram os motivos missionários e religiosos da visita.

> Deve-se observar que a instrumentalização de periódicos, diários ou semanais, foi uma tática política muito difundida na Primeira República, dela fazendo uso a direita e a esquerda, os anarquistas, o Partido Republicano Paulista e a Igreja, tais como: A lanterna[44], Correio Paulistano, Gazeta do Povo e, no tocante aos scalabrinianos, o *Bolletino di S. Antonio*, editado em Ribeirão Preto a partir de 1912 (Souza, 2000, p. 170).

42 Conforme *Revista comemorativa aos 110 anos das MSCS* (MSCS, 2005).

43 Outras edições do jornal *A Federação*, de Porto Alegre, abordam a chegada e percurso de Scalabrini em sua visita ao Brasil.

44 Havia, a partir de 1875, o jornal político partidário das ideias republicanas, também chamado de *A Lanterna* (Casalecchi, 1987, p. 46 *apud* Souza, 2000).

Em seu retorno à Itália, o Bispo João Batista Scalabrini fez diversos relatórios sobre suas impressões, mostrando-se satisfeito com a obra iniciada e projetando a sua continuação para atender aos migrantes. Em 1905, após 25 dias da conclusão de seu último relatório sobre a viagem, ocorreu o seu falecimento.

As Irmãs Scalabrinianas persistiram no propósito de manter o carisma scalabriniano, e a separação das Irmãs do Sagrado Coração ocorreu em 1907. O orfanato em Vila Prudente seguiu com um número pequeno de Irmãs, apenas nove Irmãs[45] Carlistas. "Estas começaram o noviciado em abril de 1910. No término, renovaram os votos, em forma privada e, no dia 1º de janeiro de 1912, fizeram a profissão perpétua, publicamente [...]" (Francesconi, 1975, p. 87).

Em 1912, com os votos perpétuos e com a sede do Governo Geral e o noviciado junto ao orfanato, a superiora-geral Madre Assunta iniciou o movimento de expansão da congregação. Algumas ex-alunas do orfanato integraram o noviciado. Com mais Irmãs, foi possível expandir as obras.

No Rio Grande do Sul, instalaram-se a convite do Padre Henrique Domênico Poggi,[46] com autorização do Arcebispo de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva, e do Bispo de Porto Alegre, Dom João Becker, as primeiras Irmãs assumiram a missão de concretizar mais uma obra em 1915.

Madre Alice Milani começou a frequentar o noviciado em 1930, no entanto, recorda-se dos relatos das demais Irmãs sobre a viagem e a chegada a Bento Gonçalves/RS. Faz-se uso dessas memórias com o cuidado de entender que "'o passado' é e deve ser claramente uma seleção particular de infinidade daquilo que é lembrado ou capaz de ser lembrado [...]" (Hobsbawn, 2002, p. 23); as primeiras impressões lembradas por Madre Alice foram registradas na entrevista,[47] em 1997, à historiadora Tânia Maria Zardo Tonet.

---

45 "Doze anos depois da fundação da congregação, as irmãs de São Carlos eram poucas: Assunta Marchetti, Camilla Dal Ri, Angelina Meneguzzo, Clarice Baraldini, Maria das Dores. As cinco uniram-se em 1907, irmã Lucia Gorlin e as irmãs apóstolas, Carmella Tomedi, Antonietta Fontana, Gertrude Toloni" (Signor, 2005, p. 93).

46 Em alguns escritos, a grafia está como Henrique e em outros, Enrique. No intuito de uniformizar a escrita, utilizarei Henrique.

47 A entrevista foi realizada com o intuito de compor um banco de memória para o Museu Madre Assunta da Província Imaculada Conceição, Rio Grande do Sul.

> "A viagem foi de navio, até Porto Alegre, depois falaram que se apresentaram ao Arcebispo, Dom João Becker [...], o Arcebispo pediu que se hospedassem no Colégio Sevigné. Acho que até avisar Bento Gonçalves que elas tinham chegado, fizessem os preparativos, ficaram uns dias. Depois viajaram de trem até Carlos Barbosa, então já encontraram um meio de condução que era mais seleto, os outros que viajavam melhor era uma carruagem puxada a cavalo; então chegaram a Bento Gonçalves. Lembro-me de uma Irmã que ela falava que estranhava ver a casa que tinham preparado para começarem a trabalhar, morar e trabalhar, era uma casa de madeira, pequena e tanto que uma das Irmãs, que era bem jovem, quando ela viu isso disse: "mas não pode ser aqui, vai ver que é logo mais, aquela casa." Ela indicou a Prefeitura de Bento, achou que era lá, só aquela que podia ser, não aquela casa onde elas iam [referindo a surpresa ao mal estado de conservação da mesma]" (Madre Alice Milani, 1997).

No relato da Madre Alice Milani, fica evidente que a comunicação não era fácil e as Irmãs tiveram de aguardar alguns dias em Porto Alegre até que fosse informado ao padre, em Bento Gonçalves, que elas haviam chegado. A viagem era longa, de São Paulo a Porto Alegre e de Porto Alegre a Carlos Barbosa, para só depois chegarem a Bento Gonçalves. E quando chegaram, ficaram surpresas com as instalações simples, em uma casa particular, onde iniciaram as atividades do Colégio São Carlos. "Mais tarde, o mesmo foi transferido para um prédio próprio, de alvenaria, construído com os investimentos particulares do Padre Poggi (Carlista) e da comunidade" (Luchese, 2007, p. 231-232).

O Colégio São Carlos, mais tarde denominado Colégio Nossa Senhora Medianeira, foi muito recomendado à sociedade, aceitando meninos e meninas em suas matrículas e trabalhava com aspecto formativo e religioso.

> Pode-se afirmar que o Colégio, de cunho católico, elaborou um projeto educativo para preservar a italianidade, a cultura italiana e a fé católica. Ao mesmo tempo, pretendeu contribuir para a formação da sociedade brasileira, no contexto do Estado do Rio Grande do Sul, no período em que a República se consolidava e desenvolvia um projeto de moralização da sociedade (Oliveira, 2009, p. 172).

Além do ensino formativo e religioso, era ensinada a língua italiana. "Em Bento Gonçalves, nos primeiros tempos da escola paroquial, a pedido do cônsul da Itália, as aulas eram ministradas em idioma italiano [...]" (Signor, 2005, p. 198). A escola foi muito prestigiada na cidade, atendendo diversas famílias abastadas. Além do currículo comum a todos, oferecia atividades voltadas à educação feminina:

> O anúncio de 1917, divulgando o período de matrículas, acrescentava que se ensinava música, piano e canto, ainda bordados em branco, seda, ouro, lã e o filó.[48] Além disso, leitura, análise gramatical, italiano, aritmética, geografia, história pátria, ciências naturais e físicas, desenho e o catecismo, sempre promovendo a "educação completa da juventude"[49] (Luchese, 2007, p. 233).

O jornal *Corriere d'Itália* também noticiava os exames finais, nos quais eram exacerbados os bons resultados. "O histórico do colégio ressalta o quadro docente quase na totalidade por Irmãs, com exceção de algumas contratações" (Oliveira, 2009, p. 176).

Com o passar dos anos, a educação feminina atendeu a duas novas perspectivas: a possibilidade de vida religiosa, por meio do noviciado, inaugurado em 1927, e a possibilidade de ser professora com o curso normal, isso, em 1946.

O primeiro noviciado foi aberto em Vila Prudente/SP, e o segundo em Bento Gonçalves, esse, em 1955, foi transferido para Caxias do Sul. Devido ao grande número de vocações, foi necessário mais espaço. Existem breves indícios de que o Monsenhor Tiago Bombardelli desejava que este fosse transferido para Farroupilha. Signor (2007, p. 160) sinaliza essa tensão: "o segundo noviciado da congregação, transferido para Caxias do Sul em 7 de março de 1955, depois de demorada disputa".

O Rio Grande do Sul recebeu apenas cinco Irmãs, porém formou muitas jovens gaúchas e nutriu outras províncias e comunidades em todo o Brasil e também no exterior.

48 Publicado no jornal *Corriere d'Itália*, em 12 de janeiro de 1917.

49 Publicado no jornal *Corriere d'Itália*, em 12 de dezembro de 1917.

A congregação em solo gaúcho: primeiras impressões e percursos

> A expectativa de D. João Becker quando autorizou a abertura da primeira escola da Congregação na Arquidiocese era de que, através desse estabelecimento de ensino, os filhos das "dignas famílias" de Bento Gonçalves pudessem receber "sólida educação e uma boa instrução, segundo as normas traçadas pela Santa Igreja". (Ivo Albino Slomp; Lia Barbieri, 1997).

O CNSL é uma das iniciativas no campo educacional, no Rio Grande do Sul, realizada pela Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas. O contexto em que o colégio emerge é entrelaçado com as questões do início do século XX, período em que a Igreja Católica coloca em prática o projeto romanizador, período da Primeira República, em que já circulam as ideias pedagógicas do método intuitivo e rumores da Escola Nova.

> Atualmente, a Congregação constitui-se em seis províncias – Província Nossa Senhora de Aparecida (SP) – a primeira delas -, Província Imaculada Conceição (RS), Província Nossa Senhora de Fátima (EUA), Província São José (Itália), Província Cristo Rei (RS) e Província Mãe dos Migrantes (MT) (OLIVEIRA, 2009, p. 4).

Com a vinda das Irmãs para o Brasil, formou-se a primeira Província Nossa Senhora Aparecida, em 1895, em São Paulo/SP. A Província Imaculada Conceição foi a segunda e surgiu com a expansão da congregação para o Rio Grande do Sul. Portanto, o CNSL é vinculado a essa segunda Província, com sede em Caxias do Sul/RS. Cada Província conta com a supervisão e apoio da Madre Superiora. Nessa Província, conforme se observa no Quadro 5 a seguir, foram Madres Superioras:

Quadro 5: Madres Superioras – Província Imaculada Conceição (1927-1954)

Superiora	Período
Madre Lucia Gorlin	1927 – 1928
Madre Elena Lucca	1928 – 1931
Madre Faustina Bosio	1931 – 1935
Madre Imaculada Mileti	1935 – 1938
Madre Imaculada Mileti	1938 – 1941
Madre Joana de Camargo	1942 – 1945
Madre Joana de Camargo	1945 – 1948
Madre Nazaré Machado	1948 – 1951
Madre Alice Milani	1951 – 1954

Fonte: Revista do Centenário da Congregação das MSCS (1975).

A Congregação teve seu primeiro capítulo geral em 1924, e, nesse evento a província do Rio Grande do Sul não foi representada. Só após a visita apostólica de Amleto Giovanni Cicognani, em 1926, ficou determinado que Ir. Lucia Gorlin seria a Madre da Província Imaculada Conceição. (Signor, 2005). Cada Província é organizada com diversas comunidades, sendo que cada nova instituição torna-se uma comunidade. As comunidades abertas no Rio Grande do Sul, até 1954, foram:

Quadro 6: Comunidades Scalabrinianas no RS (1915-1954)

Nº da ereção Canônica	Nome da comunidade	Ano de fundação	Endereço
006/PCR	Colégio Nossa Senhora do Medianeira	1915	Bento Gonçalves
007/PIC	Escola Nossa Senhora de Lourdes	1917	Farroupilha
008/PCR	Colégio Monsenhor Scalabrini	1917	Guaporé
009/PRC	Colégio Sagrado Coração de Jesus	1919	Nova Bréscia
013/PIC	Escola Santa Cruz	1924	Farroupilha
015/PCR	Hospital Bartolomeu Tachini	1924	Bento Gonçalves
018/PIC	Instituto São Carlos	1925	Caxias do Sul
019/PRC	Colégio Santa Teresinha	1930	Anta Gorda
021/PCR	Colégio São José	1931	Roca Sales

023/PCR	Hospital Roque Gonzales	1932	Roca Sales
024/PIC	Ginásio Pio X	1933	Muçum
025/PIC	Sanatório São José	1934	Porto Alegre
026/PIC	Hospital São Carlos	1935	Farroupilha
028/PIC	Colégio São Carlos	1935	Caxias do Sul
030/PIC	Hospital Nossa Senhora de Aparecida	1937	Paraí
031/PIC	Instituto Nossa Senhora do Caravaggio	1937	Farroupilha
038/PIC	Hospital Roberto Del Mese	1939	Caxias do Sul
039/PIC	Hospital Nossa Senhora de Lourdes	1940	Nova Bassano
041/PCR	Hospital São João Batista	1942	Nova Bréscia
042/PCR	Hospital Padre Catelli	1942	Anta Gorda
043/PCR	Instituto de Clínicas Alto Taquari	1943	Roca Sales
044/PIC	Instituto Sant'Ana	1943	Paraí
045/PIC	Hospital Santo Antônio	1943	Caxias do Sul
048/PIC	São Francisco Borja (Cuidado aos doentes)	1943	Guaporé
050/PIC	Hospital Militar	1945	Bento Gonçalves
060/PIC	Hospital Nossa Senhora Aparecida	1948	Muçum
061/PCR	São Luis (Formação de aspirantes)	1948	Casca
062/PIC	Creche Bernardina Arnoni (Pastoral Social)	1948	Santa Vitória do Palmar
074/PIC	Nossa Senhora de Fátima (Formação de Noviças)	1952	Caxias do Sul
077/PIC	Escola São Carlos	1953	Santa Vitória do Palmar
078/PIC	Instituto de Menores (Pastoral Social)	1953	Pelotas (1991)
079/PCR	Ed. Dom Luiz Guanella (Pastoral Social)	1953	Porto Alegre (1978)

Fonte: Revista do Centenário da Congregação das MSCS (1975).

No Quadro 6, pode-se observar a quantidade de iniciativas scalabrinianas no Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX, no campo educacional. Entretanto, a atuação estende-se também a hospitais, a casas de acolhida para as Irmãs anciãs, a casas para a formação de noviças e aspirantes e para as pastorais sociais.

Devido à quantidade de comunidades e Irmãs no Rio Grande do Sul, tornou-se difícil administrar a Província Imaculada Conceição. Conforme a Lettera a Paolo VI, Roma, de 9 de novembro de 1966, eram 474 Irmãs, 46 casas e cerca de 70 noviças (Signor, 2007, p. 240 *apud* Baratter, Idalina). Por consequência, fez-se necessário desmembrar a Província Imaculada Conceição (PIC) e estabelecer a abertura de mais uma Província, nomeada Cristo Rei (PCR) no ano de 1967.

A expansão da congregação cresceu em dimensões mundiais, sendo que em seu centenário, no ano de 1995, já contava com 832 membros em 6 províncias, 152 comunidades em 20 países, atuando por meio da catequese, educação cristã, serviço social, assistência à saúde e centros de estudos.

Destacamos no Quadro 6 as iniciativas no campo educacional em Farroupilha/RS até 1954: a abertura do CNSL, em 1917; do Colégio Santa Cruz, em 1924; e do Instituto Nossa Senhora de Caravaggio, em 1937. Na área da saúde, tem-se o Hospital São Carlos, em 1935.

O Rio Grande do Sul foi um local próspero para as obras scalabrinianas; porém a chegada das Irmãs carlistas ao Rio Grande do Sul, em 1915, é antecedida por questões políticas e religiosas, o que, de certa forma, foi criando um contexto para a necessidade de abertura de escolas confessionais no Rio Grande do Sul.

O regime de padroado, até então aceito no final do século XIX, já não satisfazia mais as intenções da Igreja, por estar diretamente vinculado ao Estado. Dessa forma, se alavanca, junto às disputas políticas nacionais, o movimento de separação entre Igreja e Estado. Os lucros da questão religiosa couberam, portanto, aos republicanos que, da disputa, colhiam argumentos e apoio para seu projeto político. No fim, acabaram ganhando também o apoio da Igreja (Giolo, 2009, p. 248-249).

Um novo movimento, ultramontano ou romanizador, surgiu a partir das políticas de Pio IX (1846-1878) e também de Leão XIII (1878-1903) que propunham que as questões da Igreja Católica se centralizariam no Vaticano, na figura do Papa. Nele ficariam também centralizadas todas as decisões universais da Igreja Católica, e essa decisão agradou ao episcopado brasileiro (Giolo, 2009, p. 248). O Rio Grande do Sul e as áreas de Região de Colonização Italiana (RCI) adequaram-se ao cotidiano das colônias, conforme afirma Luchese (2015a, p. 221):

> A romanização, vista como ação reformadora, encontrou na RCI um espaço fecundo para sua realização, já que busca pela prática dos sacramentos, o respeito pela autoridade eclesiástica como elementos principais da espiritualidade, eram características religiosas dos imigrantes.

Com o território gaúcho propício a essas ideias, o Bispo de Porto Alegre, José Gonçalves Ponce de Leão (1891-1912), vai à Europa pedir mais religiosos para o Rio Grande do Sul. O êxito desse processo fica evidente a partir do momento em que se pode observar o significativo número de congregações que entraram no Estado até 1910. Algumas delas foram: 1. Irmãs de Santa Catarina (1895); 2. Capuchinhos (1896); 3. Carlistas (1896); 4. Irmãs de São José de Moutiers (1898); 5. Maristas (1900); 6. Salesianos (1901); 7. Lassalistas (1907); 8. Claretianos (1907); 9. Filhas de Nossa Senhora do Horto (1908); e 10. Irmãs de Santa Tereza de Jesus (1910).

É possível observar que a expansão no Rio Grande do Sul foi significativa para as diferentes congregações, o que não foi diferente para as Irmãs carlistas scalabrinianas a partir de 1915. Elas chegaram para abrir escolas, em momento oportuno, pois "a luta pelo ensino privado e pelo ensino religioso nas escolas oficiais passaria a ser, portanto, a bandeira principal da Igreja Católica durante a Primeira República" (Giolo, 2009, p. 249).

Como ilustrado na epígrafe, a abertura de escolas confessionais, no Rio Grande do Sul, depositava nesse espaço de escolarização a preocupação com uma boa instrução e uma sólida educação, pautadas nos valores religiosos e cristãos.

A Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas contribuiu com diversas instituições de ensino no Rio Grande do Sul e também no Brasil, muitas delas ainda hoje em funcionamento. Por ora, apresenta-se parte desse processo, que é amplo e suscitaria muitos outros movimentos de pesquisa.

Antes do Rio Grande do Sul, a Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas desenvolveu suas atividades em São Paulo, na Província Nossa Senhora Aparecida, desde 1895, atuando no Orfanato Cristóvão Colombo. O orfanato, no Ipiranga, desde a sua fundação, atendia a meninos e meninas em alas separadas. Devido ao aumento da demanda, em 1904, foi inaugurado um novo orfanato em Vila Prudente, para acomodar a seção feminina.

No programa da Instituição já apareciam algumas questões que também fariam parte da organização das escolas no Brasil República nas

décadas seguintes, como as questões de higiene, de preparação para o trabalho, da educação feminina e masculina com enfoques diferentes, uma para o lar e a outra para o trabalho enquanto ofício.

Souza (2000) aborda em seu estudo questões práticas e legais de funcionamento do orfanato, concordando que o orfanato deveria ser uma instituição escolar também voltada à preparação para o trabalho. É interessante pensar quem eram considerados os órfãos dessa instituição. Segundo Souza (2000), seriam considerados órfãos todos aqueles que não tivessem o pai ou a mãe, sendo que um deles se responsabilizaria pelo custo do menor. Poucos realmente não tinham ninguém por eles; os demais alunos tinham família que custeava os estudos particulares no Orfanato Cristóvão Colombo.

Ainda sobre o Orfanato, Oliveira (2009) aborda também questões do orfanato em seu cotidiano, como os saberes que eram ensinados aos meninos e às meninas, horários e rotinas, cita também os cursos e oficinas ofertados. A partir do ingresso, deveriam cursar as quatro séries do primário e, após essa etapa, com dez anos, poderiam escolher, conforme as aptidões apresentadas, um curso profissionalizante. Dos doze aos dezessete anos, participavam das oficinas e, após, saíam com alguns pertences e dinheiro para ingressar no mundo do trabalho.

Os meninos tinham diversas opções de oficinas, dentre elas: tipógrafo, marceneiro, ferreiro, lateiro, alfaiate, sapateiro, agricultor, e todos estudariam música. As meninas tinham opções voltadas à educação feminina, como lavanderia, corte e costura. Após a conclusão da etapa de formação no orfanato, eram elas recomendadas às casas de senhoras em boas condições financeiras e também saíam com enxoval e apoio financeiro. Observa-se que a perspectiva da educação profissionalizante é concomitante com a formação humana e cristã.

Com a vinda da congregação para o Rio Grande do Sul, foram instaladas, entre 1915 e 1953, dez instituições escolares, além de uma creche, um instituto para menores e um educandário. A expansão centra-se no período de 1915 até 1935 no qual são abertas nove das dez escolas; após esse período a congregação volta-se para a abertura de hospitais no Estado.

Após apresentar a inserção da instituição de ensino e breves indícios das culturas escolares em seus primeiros anos de atuação, bem como o contexto em que se inseriu essa instituição escolar e ainda as iniciativas

de escolarização do município de Farroupilha/RS, percorreu-se também o processo histórico da Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas, desde sua criação até a vinda para o Rio Grande do Sul. Passa-se, no capítulo a seguir, à análise dos sujeitos escolares.

Entre indícios e representações: os sujeitos escolares

> *As culturas escolares [...] são o processo e o resultado das experiências dos sujeitos, dos sentidos construídos e compartilhados e/ou disputados pelos atores que fazem a escola.*
>
> *(Luciano Mendes de Faria Filho, 2007).*

A realidade social "é construída, pensada, dada a ler" pelas ações cotidianas dos sujeitos, por meio de suas apropriações e representações (Chartier, 2002, p. 17). Nesse sentido, o percurso histórico de uma instituição escolar, na perspectiva da História Cultural e das culturas escolares, nada seria se houvesse apenas espaços, legislações, normas e materiais didáticos, porque são os sujeitos escolares que dão vida a essa dinâmica.

Em outras palavras, os sujeitos transformam um espaço em um lugar de relações, tensões e aprendizagens, tornando o que eram apenas legislações em rotinas e ações; apropriar-se das normas, gerando táticas e estratégias, e, por fim, fazer uso dos materiais didáticos compreendendo-os também como objetos de simbologia e interação. Nessa perspectiva, entende-se que os sujeitos escolares dão vida às culturas escolares, próprias de cada instituição, apropriando-se, mas também produzindo novos sentidos na dinâmica da interação e da vida.

Podem ser considerados sujeitos privilegiados no processo ensino-aprendizagem o professor e o aluno; no entanto, todas as pessoas que fizeram parte do cotidiano escolar são sujeitos, sejam elas diretoras, professoras, alunos, por vezes, na história, também o pároco e o inspetor (Vidal, 2009). Ciente disso, foram selecionados como sujeitos privilegiados nesta pesquisa os alunos e as professoras do ensino primário, em conjunto com

as diretoras da instituição. Tal decisão foi motivada a partir dos documentos localizados no arquivo escolar e da história oral. Além desses agentes escolares, outros sujeitos também serão citados, de forma singular, porque fazem parte desse processo histórico.

"São os jovens de hoje e de sempre que farão este mundo melhor":50 discentes do lourdes.

> *Uma investigação centrada nos alunos, incluindo o sequenciamento para além do tempo de escolarização, por um lado, e as zonas geográficas de origem por outro, revela o modo como as instituições educativas se implantam e como afetam os destinos de um determinado território.*
>
> *(Justino Magalhães, 2004).*

O CNSL implantou-se para atender a um público de discentes à sua espera, pois sua abertura foi solicitada pelo pároco que representava um grupo de moradores de Nova Vicenza velha, indício esse que demonstra que os discentes dos primeiros anos do Colégio eram moradores da localidade ou das proximidades. Nas comemorações do cinquentenário da instituição, é citada como primeira aluna do CNSL Dina Battista, matriculada na instituição em 1917 (CNSL, 1967, p. 21).

Em 1922, com o deslocamento da instituição escolar para as proximidades da Estação Férrea, é muito provável que parte das crianças pertencentes às famílias residentes próximas ao local também tenham se tornado alunas das "Irmãs" e talvez outras não, em função da mudança de endereço. A partir da epígrafe de Justino Magalhães, como citado anteriormente, considera-se que a instituição educativa se instalou e estabeleceu uma relação com um determinado território e, portanto, nesse sentido, torna-se pertinente refletir que uma mudança de local acarretou reflexos no corpo discente da instituição escolar.

Inicia-se a análise a partir da apresentação da relação quantitativa de discentes por ano, que se encontra no Relatório de verificação prévia para autorização do ginásio no ano de 1954. Na Tabela 1, verifica-se a os-

50 Esta frase é parte do Hino do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, 3ª estrofe. Letra de Roque Schneider e música de S. Jesuíta (CNSL, 1967, p. 30).

cilação nas taxas de atendimento após a mudança de endereço, ocorrida em 1922.

Tabela 1: Quantitativo de alunos (1918-1953)

Ano	Número de discentes	Ano	Número de discentes
1918	54	1936	189
1919	56	1937	180
1920	77	1938	103
1921	79	1939	159
1922	103	1940	182
1923	101	1941	173
1924	110	1942	183
1925	82	1943	202
1926	104	1944	230
1927	118	1945	224
1928	137	1946	196
1929	135	1947	167
1930	130	1948	179
1931	122	1949	183
1932	132	1950	196
1933	155	1951	201
1934	172	1952	218
1935	178	1953	216

Fonte: Relatório de Verificação Prévia, 1954 – ACNSL

Com as informações dessa tabela, verifica-se que houve um aumento no número de alunos a partir de 1922, ou seja, a partir do período em que a instituição passou a atender no núcleo próximo à Estação Férrea. No entanto, não foi possível localizar registros, tais como chamadas ou listas de alunos desses primeiros anos da instituição (1917-1921), para aferir se houve alunos que deixaram de frequentar a instituição devido à mudança e quantos alunos, moradores do novo núcleo, ingressaram.

A instituição foi aberta no ano de 1917, mas no Relatório de verificação prévia não consta o número de alunos desse ano. Ainda a partir da tabela, é possível constatar que o número de alunos ampliou-se de forma significativa, passando de 79 discentes, em 1918, para 216 discentes, em 1953. Contudo, nos anos de 1925, 1938, 1946 e 1947, observa-se uma diminuição significativa nas matrículas.

As hipóteses acerca da diminuição do número de alunos podem ser: no ano de 1925, reflexo da adaptação ao prédio escolar ao lado da Igreja Matriz, mudança esta ocorrida em 1923. Com relação ao ano de 1938, houve a inauguração do novo prédio do Grupo Escolar Farroupilha, localizado muito próximo ao CNSL. O prédio tinha a capacidade para atender 540 alunos, o que ocasionou o aumento do número de alunos no Grupo Escolar Farroupilha, de 123 alunos no ano de 1937 para 343 alunos no ano de 1938 (Fernandes, 2015). A partir dessas informações afirma-se que o Grupo Escolar Farroupilha recebeu um número significativo de alunos (200) no ano de 1938, sendo que tais alunos podem ser também oriundos de outras instituições e inclusive do CNSL, justificando assim a diminuição no número de alunos na instituição. Por fim, com relação aos anos de 1946 e 1947, outra instituição escolar entra em funcionamento no município, desta vez o Colégio São Tiago, também localizado na área central, próximo ao CNSL. Inaugurado em 6 de julho de 1945 (Dias; Fabro, 2011), pode ter motivado a diminuição do corpo discente do CNSL nos anos seguintes. Após apresentar as hipóteses sobre a diminuição dos alunos dos anos de 1925, 1938, 1946 e 1947, passa-se à análise dos livros de chamada.

Para dar continuidade à análise dos sujeitos escolares, de modo especial os discentes, recorre-se aos livros de chamada[51], aqui compreendidos como documentos de escrituração pertencentes à escola, geralmente arquivados no arquivo escolar, de circulação interna da instituição e esporadicamente vistos e assinados pelos fiscais particulares de ensino. Vidal (2009) observa que os mapas de frequência já faziam parte das rotinas dos docentes desde o final do século XIX, pois o pagamento dos professores públicos paulistas era atrelado à frequência dos alunos. O ato de registro extrapolava o solicitado, pois os professores criavam categorias para organizar o cotidiano escolar, agregavam informações tais como: idade, naturalidade, cor e filiação.

51 Os livros de chamada fazem parte da "pedagogia administrativa" já ensinada aos professores primários a partir dos manuais para formação de professores em circulação em Portugal e no Brasil, na década de 1930 (Pimentel Filho, 1932, p. 93).

Ao tomar contato com os livros de chamada, o que é perceptível é que não foram utilizados com esse grau de detalhamento, pois as informações encontradas referem-se apenas aos nomes dos alunos, às frequências e a pequenas tabelas que quantificam, em percentuais, as presenças e faltas. A análise evoca questionamentos sobre como eram registradas as informações do cotidiano do Colégio, se eram escrituradas, se havia livros de matrículas que registravam as informações quanto à faixa etária, filiação, profissão das famílias, o que, certamente, possibilitaria uma análise mais detalhada do perfil dos alunos.

Os livros de chamada localizados se referem ao período pós-mudança para Nova Vicenza "nova", ou seja, a partir de 1922. O livro de chamada mais antigo e conservado no arquivo escolar remete aos anos de 1922 a 1926. Vê-se na Tabela 2 a relação do número de alunos registrados no período destacado.

Tabela 2: Quantitativo de alunos (1922-1926)

mês/ ano	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.
1922	-	-	-	45	40	39	36	31	-	30
1923	-	31	36	19	19	29	32	21	18	38
1924	12	34	39	38	35	24	33	31	30	28
1925	14	22	24	26	-	23	23	23	23	-
1926	-	-	31	37	37	31	35	37	-	-

Fonte: Livro de Chamada do Colégio Nossa Senhora do Rosário – 1922/1926 – ACNSL

As informações constantes nos livros de chamada e sistematizadas na Tabela 2 referem-se ao Colégio Nossa Senhora do Rosário, nome da instituição antes de ser denominado Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Nos livros, verifica-se uma lacuna nas informações, que é consequência da falta de algumas folhas do livro. Também não se pode afirmar que o indicado corresponda ao total de alunos da instituição, pois, em 1926, conforme Signor (2005, p. 240), "Nova Vicenza tinha 90 alunos, de ambos os sexos", e, a partir dos dados acima, o número máximo de alunos nesse ano foi de 37. Esses indícios permitem pensar que outros livros possam ter existido.

Outro documento que permite aferir o número de alunos, ainda em 1926, é o Relatório da Intendência de Caxias, do mesmo ano, onde consta 86 alunos matriculados na instituição. Esse número também difere do nú-

mero encontrado no Relatório de verificação prévia, que é de 104 alunos. As divergências de informações podem ser interpretadas também como possíveis indícios de entradas e saídas de alunos durante o ano letivo.

O CNSL foi subvencionado pelo município de Caxias, por isso prestava conta das frequências e ausências, como se pode observar na figura a seguir.

Figura 16: Controle de frequência – CNSL (1926)

Quadro Demonstrativo das Escolas Parochiaes e Religiosas do Municipio de Caxias

Numero da Escola	Professor	Districto	Localisação	Sexo	NUMERO DE ALUMNOS					
					Matriculado			Frequencia méd		
					M.	F.	Total	M.	F.	Total
1	Maria José de Abreu e Lima	1.º	Cidade	Feminino	—	125	125	—	118	118
2	Lydia Amorim	»	»	Mixta	17	17	34	14	16	30
3	Zulmira de Lavra Pinto.....	»	»	Feminino	—	85	85	—	80	80
4	Collegio Viero.....	»	»	»	—	98	98	—	90	90
5	Angelo Triches.....	»	»	Masculino	128	—	128	121	—	121
6	Collegio S. José	»	»	Feminino	—	220	220	—	202	202
7	Collegio N. S. do Carmo.....	»	»	Masculino	285	—	285	242	—	242
8	Collegio Methodista.....	»	»	Mixto	20	22	42	17	20	37
9	Collegio N. S. de Pompeia.....	»	Anna Reck	Feminino	—	240	240	—	210	210
10	Collegio D. João Becker.	2.º	São Marcos	Mixto	40	44	84	35	40	75
11	Collegio N. S. de Lourdes.....	3.º	Nova Vicenza	»	36	50	86	34	50	84
12	Collegio Juvenato S. Carlos...	»	Nova Milano	»	46	40	86	42	37	79
13	Collegio Juvenato S. Carlos...	»	» »	»	20	20	40	18	20	38
					592	961	1.553	523	883	1.406

MATRICULA :		FREQUENCIA :	
Masculina	549	Masculina	450,7
Feminina.....	873	Feminina.....	656,4
	1422		1107,1

Fonte: Relatório da Intendência de Caxias do Sul, 1926, p. 55 – AHJAS.

Como se pode constatar, trata-se da décima primeira escola, localizada no 3° distrito de Caxias, Nova Vicenza; o ensino era misto, tinha 36 alunos e 50 alunas, totalizando 86 discentes. As faltas ocorriam em ambos os gêneros, sendo cinco faltas dos alunos e quatro faltas das alunas, totalizando nove faltas em média durante os meses do ano de 1926.

Retornando aos livros de chamada de 1922-1926, o que pode ser observado é que os registros são da 1ª, 2ª e 3ª classes, e todos os dados estão reunidos em um mesmo livro. Pode-se concluir que essa organização indica orientação do Decreto n.º 1.576, de 1910, que aprovou o regimento interno dos colégios elementares. As três classes deveriam ser separadas por duas seções cada uma, podendo ser mista a 1ª classe e as 2ª e 3ª classes separadas por gênero, inclusive nos momentos de recreio.

Diante disso, justifica-se a organização encontrada nos registros de frequência dos alunos do ano de 1922, no mês de maio, constando 23 meninos e 22 meninas, referindo-se, portanto, à 1ª classe, por caracterizar-se mista; já o registro de alunos de 1923, está detalhado como I, II e III classes, seção masculina, e só constam, de fato, nomes masculinos, e os registros de alunos de 1924, 1925 e 1926 permanecem apenas com a listagem de nomes masculinos sem a especificação das classes. Referem-se, portanto, às segundas e/ou terceiras classes por serem exclusivamente masculinas.

Pode-se contrapor a esses números duas fontes: uma, o estudo de Signor (2005), que argumenta ter a instituição um total de 90 alunos, em 1926, de ambos os sexos; outra, o registro no livro de chamada do arquivo escolar da instituição, do mesmo ano, que registra, especificamente meninos, uma média de 34 alunos. Diante de ambos, pode-se inferir que o número aproximado de meninas na instituição, nesse ano, pode ser considerado de 56, caracterizando a maioria dos discentes.

Cotejando as fontes, no intuito ainda de verificar a presença masculina e feminina na instituição escolar, recorre-se à fotografia (ver Figura 17) de Millo Ornagui[52]. Seu nome como aluno encontra-se nos registros de frequência do Colégio nos anos de 1923 a 1925. Ele conservou a fotografia, e nela podem-se visualizar crianças, meninos e meninas, separados por gêneros, e também Irmãs e pessoas já em idade adulta, alguns de pé e outros sentados à frente. Ao fundo, pode-se ver uma construção de madeira e suas janelas, possivelmente do prédio escolar.

Figura 17: Alunos do CNSL [1923-1925]



Fonte: Tartarotti (2014, p. 118-119)

52 Millo Ornagui, irmão de Anthenor, Arlinda e Zilco, neto de imigrantes italianos, residia na Rua Julio de Castilhos. Na parte debaixo da casa, seu pai Luiz Ornagui, proprietário do imóvel, mantinha o Café América, local de encontro de lideranças pelo movimento pró-emancipação da Vila de Nova Vicenza (Tartarotti, 2014, p. 73).

Quanto à presença de crianças, Irmãs e adultos, a situação parece condizer com momento dos exames, em que era comum participarem pessoas da comunidade. Muitas fotografias encontradas na RCI retrataram o momento dos exames finais, consideradas por Luchese (2015a) como "celebrações do saber". Diante disso, não se considera possível verificar quantos, de fato, são alunos, o que se pode aferir é que, aparentemente, tem-se uma quantidade significativa de meninas em relação à dos meninos.

Millo Ornagui morava na área central da Vila, próximo ao Colégio, e, assim como seu irmão Antenor Ornaghi, ambos estão registrados nos livros de chamada, o que constata que eles frequentaram a instituição. Nas listagens era comum que seguissem dois ou três nomes com o mesmo sobrenome, indicando que algumas famílias mantinham mais de um filho na instituição. Para exemplificar, recorre-se aos dois primeiros anos do livro de chamada. No ano de 1922, no livro de chamada, a ocorrência de sobrenomes em comum pode ser observada com dois alunos de sobrenome Travi,[53] Mugnol, Feri, Roncatto, Soprano e Zini; e três alunos com o sobrenome De Cezaro, Masina e Feltrin. Já no ano de 1923, os sobrenomes em comum eram de dois alunos com sobrenome Ornaghi, Merlin,[54] Pandolfo e Travi e três alunos com o sobrenome Reginato.

Salienta-se, com relação à frequência escolar, que não era algo rotineiro a todos os alunos, porque nos registros consta que nos meses de julho e setembro se intensificavam as faltas. No registro de alguns alunos, a ausência às aulas ocorre até por duas ou três semanas consecutivas. Essa foi uma problemática discutida pelos intendentes de Caxias do Sul,[55] desde o final do século XIX, pois a frequência era algo não observado pelas famílias e motivada, muitas vezes, pelo trabalho agrícola (Luchese, 2015a).

Não se pode afirmar que esse tenha sido o caso do CNSL. Infelizmente, os livros de matrícula do primário não foram conservados, o que impossibilitou saber a profissão dos pais, e as informações foram pinçadas a partir dos vestígios encontrados. De qualquer modo, o que se pode afirmar é que nem todos os alunos foram assíduos.

Incentivos para estimular a frequência foram estabelecidos pelo Intendente Celeste Gobatto que, "pela lei n.º 61, art. 3, § 20 instituiu uma

53 Número de alunos por família.

54 Os alunos Alcides e Nelson Merlin são filhos do comerciante de calçados Ludovico Merlin.

55 Nova Vicenza pertenceu a Caxias do Sul até 1934.

gratificação para cada chefe de família, na razão de 5$000 réis por filho que fosse mantido matriculado nas escolas municipais, dentro das condições regulamentares" (Luchese, 2015b, p. 92). Essa lei, porém, se restringiu às escolas municipais.

Não foi localizado o livro de chamada de 1927, porém, um novo registro referente às escolas subvencionadas pôde ser localizado, observando-se então que existiu uma diminuição no número de alunos do CNSL com relação a 1926. Considera-se, para efeito de comparação, o número de alunos constantes no Relatório da intendência de 1926, de 86 alunos, mas, já no ano de 1927, esse mesmo documento registra 65 alunos, apontando uma redução de 21 alunos. O total de alunos matriculados em 1927 era de 30 meninos e 35 meninas.

Figura 18: Frequência CNSL (1927)

Quadro Demonstrativo das Escolas Parochiaes e Religiosas do Municipio de Caxias

Numero da Escola	Professor	Districto	Localisação	Sexo	NUMERO DE ALUMNOS Matriculado M.	F.	Total	Frequencia média M.	F.	Total
1	Collegio N. S. do Carmo	1.º	Cidade	Masc.	416	—	416	380	—	380
2	« São José	«	Cidade	Mixto	20	258	278	20	250	270
3	« N. S. de Pompeia	«	Anna Reck	Fem.	—	240	240	—	222	222
4	« D. João Becker	2.º	São Marcos	Mixto	40	45	85	32	41	73
5	« N. S. de Lourdes	3.º	Nova Vicenza	«	30	35	65	28	29	57
6	« Juvto. S. Carlos	«	N. Milano	«	40	32	72	38	28	66
7	« « « «	«	« « Tr. Milanez	«	28	26	54	20	20	40
8	« Vieiro	1.º	Cidade	«	—	80	80	—	76	76
9	« Methodista	«	Cidade	«	24	24	48	20	18	38
10	Angelina Polesso	«	Cidade	«	52	59	111	50	45	95
11	Maria José de A. e Lima	«	Cidade	«	—	76	76	—	72	72
21	Zulmira de Lavra Pinto	«	Cidade	»	28	23	51	25	20	45
					678	898	1576	613	821	1434

Matricula..... 1.576
Frequencia..... 1.434

Fonte: Relatório da intendência de Caxias do Sul, 1927, p. 110 – AHJAS

O número de alunos diverge, mais uma vez, do total de alunos que consta no Relatório de verificação prévia, que é de 118 alunos matriculados no ano de 1927, suscitando, mais uma vez, o questionamento sobre o motivo dessa discordância de informações.

Sem respostas nesse momento, passa-se, a partir de agora, à análise do livro de chamada que contempla os registros de frequência dos alunos dos quartos e quintos anos no período de 1944 a 1946.

Tabela 3: Alunos 4os e 5 os anos (1944-1946)

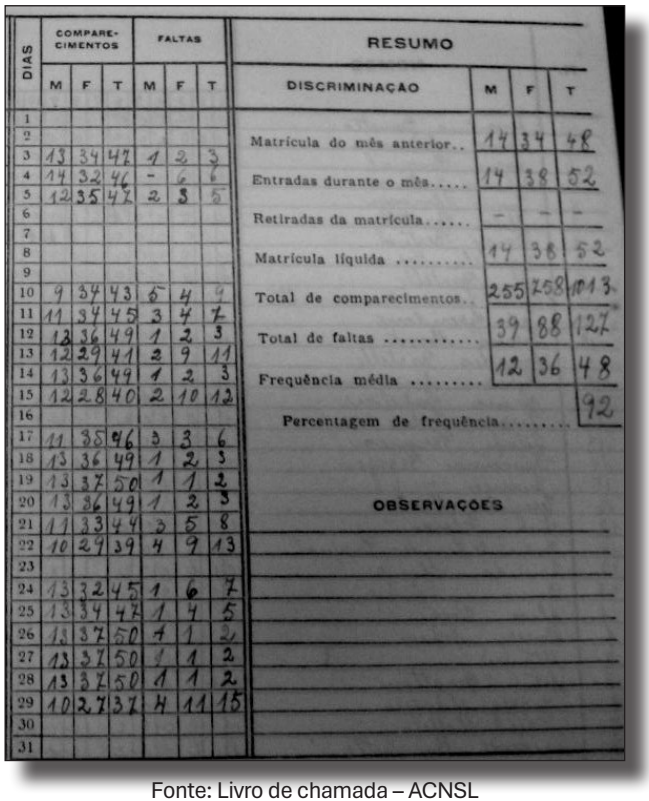
	1944	1945	1946
Meninos	14	30	7
Meninas	34	34	30
Total	48	64	37

Fonte: Livro de chamada 4° e 5° anos, arquivo escolar CNSL

Pode-se observar uma grande variação nos anos de 1944, 1945 e 1946 no número de alunos do sexo masculino, o que pode ter relação com a abertura do Colégio São Tiago, como citado anteriormente, em 6 de julho de 1945, instituição direcionada preferencialmente ao público masculino (Dias; Fabro, 2011).

O registro escolar permanece ordenado, inicialmente pelos meninos, e após, pelas meninas; as faltas são registradas individualmente e depois são contabilizadas. Da mesma forma ocorre com os comparecimentos diários da turma: primeiro são somados os masculinos, depois os femininos e posteriormente o total. O controle diário transforma-se no registro mensal que inclui, além da informação mensal de comparecimentos e faltas, a frequência média e o percentual de frequência, os registros da matrícula inicial, das entradas durante o mês, das retiradas de matrícula e a matrícula líquida. Toma-se como exemplo o registro abaixo do mês de abril de 1944 que indica uma oscilação de alunos dentro do mês de 34 para 38 alunas do sexo feminino, enquanto o sexo masculino se mantém em 14 alunos. Dois aspectos podem ser observados: o primeiro é que mais um documento comprova a presença feminina predominante entre os alunos, e o segundo é que o documento reserva um espaço para registrar as alterações ocorridas durante o mês, indicando que as entradas e saídas poderiam ser algo corriqueiro neste período? Ou seriam mais uma das formas crescentes de organização da escrituração escolar no período?

Figura 19: Folha do livro de chamada – 4º e 5º anos (abril-1944)



DIAS	COMPARECIMENTOS M	COMPARECIMENTOS F	COMPARECIMENTOS T	FALTAS M	FALTAS F	FALTAS T
1						
2						
3	13	34	47	1	2	3
4	14	32	46	-	6	6
5	12	35	47	2	3	5
6						
7						
8						
9						
10	9	34	43	5	4	9
11	11	34	45	3	4	7
12	13	36	49	1	2	3
13	12	29	41	2	9	11
14	13	36	49	1	2	3
15	12	28	40	2	10	12
16						
17	11	35	46	3	3	6
18	13	36	49	1	2	3
19	13	37	50	1	1	2
20	13	36	49	1	2	3
21	11	33	44	3	5	8
22	10	29	39	4	9	13
23						
24	13	32	45	1	6	7
25	13	34	47	1	4	5
26	13	37	50	1	1	2
27	13	37	50	1	1	2
28	13	37	50	1	1	2
29	10	27	37	4	11	15
30						
31						

RESUMO

DISCRIMINAÇÃO	M	F	T
Matrícula do mês anterior..	14	34	48
Entradas durante o mês.....	14	38	52
Retiradas da matrícula.....	-	-	-
Matrícula líquida	14	38	52
Total de comparecimentos..	255	758	1013
Total de faltas	39	88	127
Frequência média	12	36	48
Percentagem de frequência.....			92

OBSERVAÇÕES

Fonte: Livro de chamada – ACNSL

Na contabilização das faltas, pode-se observar, na Figura 19, que todos os alunos tiveram faltas neste mês, totalizando 39 faltas dos meninos e 88 faltas das meninas. Considerando que a turma tem 73% do público feminino, as ausências são proporcionais a esse percentual, o que perfaz 69,3% de faltas femininas e o restante corresponde às masculinas. Esse e os demais livros de chamada, a seguir, registram sempre duas turmas com o nome de uma única professora; este pertencia a Irmã Maria Alice Milani.

A Irmã Maria Alice teve lugar de destaque na congregação, sendo escolhida Madre Geral anos mais tarde. Muitos documentos encontrados no arquivo escolar são do período em que atuava no Colégio Nossa Senhora de Lourdes como professora e diretora, na década de 1940. Sua ascensão na congregação pode justificar a conservação de um número maior de documentos referentes ao seu período de atuação.

A partir do total de alunos que, conforme o Relatório de verificação prévia; em 1944, era de 230 alunos; em 1945, de 224 alunos; e em 1946, de 196 alunos, e entrelaçando as fontes com as informações do livro de chamada, entende-se que os 4º e 5º anos representaram, em 1944, o percentual de 20,86%; em 1945, o percentual foi de 28,57%; e, em 1946, foi de 18,87%, refletindo a proporção dessas turmas em relação ao total de alunos.

Quanto à presença, a feminina se destaca em maior número, como também já foi visto em abril de 1944 e em 1946, situação essa que está representada na Figura 20, uma fotografia tirada por ocasião da solenidade de conclusão do curso primário de 1944. Vê-se na foto que o grupo de concluintes é formado predominantemente por meninas, em número de 17, e apenas quatro meninos. O momento foi registrado pelo fotógrafo Carlos Ayres.[56]

O ato de fotografar produz signos e representações. Assim, a conclusão do ensino primário parece ter sido um momento escolhido para ser "lembrado", pois, em diferentes locais, foram localizadas tais representações, tanto no acervo pessoal de alunos, quanto na secretaria da Província Imaculada Conceição/RS e também no arquivo do CNSL. A circulação dessas fotografias, além do espaço escolar, estendeu-se às residências dos alunos e também aos registros da Congregação sobre os colégios.

Figura 20: Alunos concluintes do primário – CNSL (1944)



Fonte: Arquivo da secretaria da Província Imaculada Conceição – ASPIC

56 O fotógrafo chegou na vila em torno de 1930, manteve na parte térrea de sua residência na Rua Coronel Pena de Moraes, um estúdio fotográfico em que realizava o registro de eventos e festas até ir para Porto Alegre trabalhar com seu filho que também era fotógrafo, aproximadamente em 1934 (Tartarotti, 2014, p. 174).

Os sujeitos escolares, concluintes do ensino primário, participavam de uma solenidade composta por uma banca, da qual participaram o prefeito, sua esposa, o padre e algumas pessoas da comunidade, ainda conforme a ata de encerramento do ano letivo de 1944, com a entrega de certificados a eles e aos colegas formandos do curso de datilografia.

Dos concluintes do primário, retorna-se aos ingressantes, analisando o livro de chamadas dos primeiros anos A e B, no período de 1948 a 1953, conforme Tabela 4:

Tabela 4: Alunos dos 1os anos (1948 – 1953)

	1948	1949	1950	1951	1952	1953
Meninos	23	30	_	32	13	14
Meninas	36	18	_	13	12	16
Total	59	48	_	45	25	30

Fonte: Livro de chamada 1os anos A e B, arquivo escolar CNSL

O registro dos anos de 1948, 1949 e 1951 refere-se às turmas dos 1ºs anos A e B, e o registro dos anos de 1952 e 1953 se referem somente à turma do 1º ano B, o que justifica a redução no número de alunos desses últimos dois anos. Analisando a recorrência dos nomes que constam na chamada de 1948 e que se repetem na chamada de 1949, na mesma série, pode-se perceber que três meninos e cinco meninas reprovaram, equivalendo a 14,03% dos alunos. Trata-se de um percentual pequeno em relação ao resultado apresentado, que ainda persiste na década de 1960, nas escolas estaduais do Rio Grande do Sul: "um relatório do governo do Estado (SEC/RS, 1961) destaca que o fator crítico da eficiência escolar se localizava no primeiro ano de escolaridade: de cada cinco crianças matriculadas na primeira série, uma abandonava a escola e duas eram reprovadas" (Quadros, 2006, p. 133).

A reprovação fez parte do cotidiano escolar da instituição analisada nesta pesquisa. Quanto à evasão escolar, não é possível afirmar se ocorreu no primeiro ano a partir do livro de chamada, pois os alunos permaneceram até o final do ano letivo, com exceção de duas retiradas de matrícula registradas em junho de 1948 e duas em julho de 1952.

A frequência dos alunos nos anos de 1948, 1949 e 1951 é registrada em percentuais que variam mensalmente de 80% a 99%. Nos anos de 1952 e 1953, os percentuais não foram registrados no livro de chamada.

Esse livro tem o visto[57] registrado no mês de setembro de 1953 pelo fiscal particular de ensino Muratore. Quanto aos fiscais de ensino, Mafalda Seganfredo os representa da seguinte forma:

> "[...] o encarregado de vir assinar as coisas, atas,[...]. Eu me lembro por exemplo que muitas vezes eu dizia assina aqui, tem que assinar aqui, quer dizer eles tinham pouco conhecimento. Não era como agora, muitas vezes era um encarregado, um pouquinho mais do que os outros, eu sei porque fui secretária" (Mafalda Seganfredo, 2015).

Qual das duas entrevistas de 2015????

Essa informação suscita a ideia de que a fiscalização nas escolas particulares, após o período acirrado de nacionalização compulsória, já não era tão efetiva.

Seguindo uma organização cronológica dos livros de chamada, alguns indícios de reprovação foram encontrados nos 2° anos, de 1947 a 1954, com muitas lacunas, como é possível perceber na tabela abaixo.

Tabela 5: Alunos do 2° ano (1947 – 1955)

	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954
Meninos	16	12	_	_	_	_	_	25
Meninas	14	22	_	_	_	_	_	11
Total	30	34	_	_	_	_	_	36

Fonte: Livro de chamada 2° ano, arquivo ACNSL.

Na série indicada na Tabela 5, a diferença quanto ao número de meninos e meninas não chama atenção, mas, nos anos de 1947 e 1954, o número maior de meninos sobressai. Argumenta-se que, pela escassez de dados quantificáveis, a análise deste documento foi conduzida a partir dos indícios possíveis que emergiram, e dentre eles, novamente a reprovação destacou-se.

Com base nas informações do livro de chamada nos anos de 1947 e 1948, é possível observar que ocorreram diversas reprovações, pois vários nomes que constam no ano de 1947 se repetem na lista de chamada de 1948, na mesma série, totalizando, portanto, 26,66% dos alunos na condição de reprovados.

57 Entende-se o visto como a assinatura do inspetor de ensino, ou seja, um registro de fiscalização.

A reprovação foi um dos problemas educacionais no Rio Grande do Sul. No período de 1948 a 1958, conforme Quadros (2006),[58] o Estado registrou um percentual expressivo de reprovaçõe**s, q**ue chegou a 39,6%, em 1948, e a 36%, em 1958, na rede estadual. Ao problema da reprovação ainda se somaram os problemas de evasão escolar, que atingiram 18% em 1948 no Estado, sendo de maior incidência no ensino estadual e menor no ensino particular. Quanto ao déficit de vagas e ao consequente percentual de analfabetos, em 1950, este chegava a 38% da população com sete anos ou mais. Portanto, o índice de reprovação no 2º ano do CNSL, no ano de 1947, apesar de alto, ainda é significativamente menor do que a média do ensino estadual do Estado.

As situações de reprovação foram representadas durante as entrevistas como uma ocorrência normal, como, por exemplo, relata a ex-aluna Lila Lourdes Muller (2015), ao falar sobre esse tema, quando disse: "Ah! O pai nem ligava mais", ao referir-se à quantidade de vezes que reprovou. Alice T. Noro também repetiu o segundo ano e lembra que:

> "Eu, por exemplo, nunca fui uma boa aluna, eu sempre fui uma aluna média para baixo, eu repeti a segunda série, mas eu na verdade acho que sou déficit de atenção, se fosse hoje, naquele tempo não existia, porque eu fazia qualquer negócio menos prestar atenção. E se eu ia estudar, eu estudava, mas eu não sabia o que eu tinha feito" (Alice T. Noro, 2015).

Fica perceptível que a aluna Alice T. Noro não responsabiliza a escola pela reprovação,[59] mas sim a própria falta de atenção, e Lila Lourdes Muller também se justifica dizendo que "ela não dava para isso" (Lila Lourdes Muller, 2015), referindo-se aos estudos. Os indícios remetem às dificuldades de aprendizagem, e isso, ao que parece, já fazia parte do cotidiano escolar.

---

58 O estudo de Quadros procurou "demonstrar que [...] foram promovidas, no Rio Grande do Sul, ações que, se por um lado, serviram para conhecer a população do Estado, no que a psicologia experimental e os testes psicológicos tiveram um papel importante, por outro lado, serviram para inscrever essa população escolar num domínio do conhecimento. Isso se traduziu numa materialidade de números, relatórios, quadros estatísticos que, uma vez reunidos, constituíram, circunscreveram uma população escolarizada que adquiriu uma forma que podia ser utilizada em argumentos políticos e decisões administrativas" (Quadros, 2006, p. 36).

59 Seria interessante o estudo do possível fracasso pedagógico como objeto histórico, sugerido por Vidal (2005).

Quanto ao pagamento de mensalidades, o mesmo era realizado pelos familiares dos alunos; no entanto, na ata de uma solenidade na instituição, encontrou-se o seguinte registro: "[...] em seguida o Ilmo Dr. Fiscal do Ensino Particular fez a distinção dos presentes aos alunos necessitados da escola, fazenda[60] para uniformes" (Livro De Atas – Comemorações Cívicas, 1943, p. 26, Ata 16). Dessa forma, é possível concluir que existiam também alunos economicamente desfavorecidos, que talvez não custeassem suas mensalidades ou recebessem algum tipo de auxílio. Isso poderia justificar o recebimento de subsídio municipal, como apresentado em 1926.

A partir da narrativa dos entrevistados, percebe-se que havia atividades pagas além do valor da mensalidade, eram as atividades extracurriculares, como, por exemplo, a aula de música[61]. Alice explica que "aí depois então quem tinha dinheiro para pagar fazia de tarde, então ali aula de música, só de música [...], quem podia, quem tinha dinheiro ia lá e fazia" (Alice T. Noro, 2015). Alice tinha mais dois irmãos, ela e a irmã estudavam no CNSL e, em função de serem duas alunas, tinham um desconto na mensalidade, e o irmão estudava no Colégio São Tiago. Recorda também que "a mãe era costureira, e ela pagava [...] tinha os três em escola particular".

As rememorações da ex-aluna sobre o custo financeiro parecem não ser pequenas, porém a mãe priorizou a escolarização dos filhos, segundo a aluna: "ela gostava que a gente estudasse!" (Alice T. Noro, 2015).

A dificuldade com relação aos custos novamente se evidencia nas memórias de Odete Rasera.

> "É que naquela época era só meu pai que trabalhava. E ele tinha sete filhos. Quatro moças e todas estudavam, então, aqui ele botou nós sempre no Colégio das Irmãs e aí depois e agora eu não tenho dinheiro para assim pra pagar também, precisava pagar, né? Aí como eu também não tinha muita vontade de estudar, eu disse bom não vou mais estudar" (Odete Rasera, 2015).

Devido às dificuldades financeiras do pai e à família numerosa, este optou por prover escola particular para as meninas, porém apenas até a quarta série, e para os homens "um pouquinho mais" (Odete Rasera,

60 Fazenda era um termo utilizado para denominar tecido.

61 Destinada a aprender a tocar um determinado instrumento musical.

2015). Um de seus irmãos concluiu o ensino superior e é advogado, sendo o único membro da família com ensino superior.

Dino José Dorigon (2016), também aluno da escola, representa a si próprio e os irmãos quanto à condição financeira na época, ao dizer: "[...] eu e mais três irmãos, que como a gente era gente humilde...". Os entrevistados recordam da escola como algo custoso, o que é indício de que os pais priorizaram a escolarização particular no colégio confessional, mesmo que o pagamento fosse difícil para eles.

A instituição escolar por se localizar na RCI atendeu a imigrantes e a seus descendentes convivendo com o antagonismo de ensinar a língua pátria a alunos que falavam o dialeto. Acerca desse tema, Mafalda Seganfredo recorda que "eles entendiam português, mas era preciso um reforço para que eles escrevessem o português de maneira adequada" (Mafalda Seganfredo, 2015).

Qual das duas entrevistas de 2015????

A aluna Alice T. Noro, antes de estudar no CNSL, no ano de 1951, realizou o primeiro ano do primário na Escola Santa Cruz, também das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas, em virtude de essa instituição ofertar internato. A escolha da família foi motivada pela distância de sua residência até o CNSL, trajeto que ela teria que percorrer caminhando sozinha.

Em 1952, como ela teria a companhia da irmã para ir à escola, as duas foram matriculadas no CNSL e passam a realizar o trajeto caminhando até o colégio, do bairro Santo Antônio até o Centro, o que indica que a instituição acolhia alunos não só da área central.

Essa instituição confessional católica atendeu, até o ano de 1954, apenas os níveis do jardim de infância e do ensino primário. Em algum momento no processo histórico da instituição houve o atendimento em regime de internato. Conforme o Relatório de verificação prévia, no ano de 1954, esse tipo de atendimento seria ofertado após a ampliação do prédio. Porém, a história oral aponta indícios que o atendimento já ocorria antes desse período, pois as lembranças da aluna Odete Rasera (2015), aluna do primário da década de 1940, referem-se à presença de alunas internas "elas faziam balas [as Irmãs], uma bala boa, no recreio então tinha uma interna, ela tinha uma caixinha e passava, caminhava no meio, quem queria, comprava". A professora Mafalda recorda:

> "Sim eu também cuidei das internas. [...] tinha de outras cidades, [...]geralmente viviam juntas, internas e aspirantes. Porque aspirantes eram aquelas que vinham para ser Irmãs. E as internas, não, vinham para estudar. Mas viviam juntas, praticamente, o que separava era porque, aquelas que vinham para ser Irmãs vinham para fazer uma experiência pra saber se tinham vocação. Eu tenho por exemplo Irmãs que foram minhas aspirantes aqui e que agora são Irmãs" (Mafalda Seganfredo, 2015).

Qual das duas entrevistas de 2015????

A partir das memórias da professora-religiosa, observa-se que somente alunas poderiam ser internas, e havia duas modalidades: as que permaneciam na instituição para estudar e aquelas que realizavam uma experiência com o intuito de seguir a vida religiosa.

O que se pôde perceber sobre as internas, na modalidade aspirantes, é que elas auxiliavam a comunidade das Irmãs com algumas tarefas e não tinham custo com as mensalidades.

> "Então viviam juntas, só que aquelas que eram aspirantes, que faziam experiência para ser Irmãs, então nos ajudavam na limpeza da casa, para se pagar. Assim, por exemplo, invés de pagar um salário, uma mesada por mês conforme, elas ajudavam na limpeza, principalmente na limpeza da casa, os trabalhinhos, assim, e estudavam e não pagavam nada do estudo. Tinha algumas que talvez davam alguma coisa, outras traziam coisas da colônia por exemplo, então tinha de Bento, eu tive de principalmente dos distritos aqui, por exemplo Nova Milano" (Mafalda Seganfredo, 2015).

Qual das duas entrevistas de 2015????

As tarefas, além daquelas recordadas pela aluna Odete Rasera (2015), como a venda de balas, eram também as atividades de limpeza. Observa-se que, apesar da ausência do pagamento de mensalidade, por vezes, as internas contribuíam com doações de produtos da "colônia", ou seja, produtos que eram fruto do trabalho das famílias em comunidades rurais. Outro aspecto que pode ser analisado são os locais de onde provinham as alunas, apontados pela docente, dos municípios de Bento Gonçalves e Farroupilha, inclusive do interior, "distritos e Nova Milano".

Aos finais de semana, conforme Mafalda, a maioria ia para casa, mesmo as aspirantes, pois não tinham a obrigatoriedade de ficar na instituição.

> "Elas eram livres, a diferença nós tínhamos uma diferença muito grande da nossa congregação e da congregação, por exemplo, de São José elas não podiam ir para casa. Nossas aspirantes podiam ir para casa, nas férias eram livres para ficarem em casa. Geralmente só se fazia assim, digamos assim, fazíamos um planinho para que não ficasse sem ninguém aqui para ajudar um pouquinho, senão iam para casa" (Mafalda Seganfredo, 2015).

Qual das duas entrevistas de 2015????

A partir dos vestígios, é possível afirmar que alunas internas fizeram parte dos sujeitos escolares e participaram do cotidiano da instituição e, dessa forma, a presença delas também se refletiu nas culturas escolares da instituição.

O Colégio Nossa Senhora de Lourdes, instalado na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul adaptou-se à região na qual emergiu, acompanhando o deslocamento do núcleo de Nova Vicenza "velha" para Nova Vicenza "nova", certamente refletindo nas culturas escolares da instituição. As mudanças de endereço e de prédio escolar também influenciaram as práticas escolares, atuando como um currículo oculto.

Apesar da evidente lacuna na documentação, foi possível, a partir dos livros de chamada conservados, observar elementos das culturas escolares, tais como: taxas de frequência, existência de reprovações, oscilações mensais no número de alunos, predominância do número de meninas sobre o de meninos, a presença de alunos de outros bairros e a identificação de alguns sujeitos escolares. Para dar continuidade à análise dos sujeitos escolares passa-se, então, aos docentes.

"Educar é conduzir almas a Cristo e Cristo às almas":[62] docentes do Lourdes

> *Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores.*
>
> *(Dominique Julia, 2001).*

Com o intuito de constatar quem foram os agentes chamados a obedecer aos dispositivos pedagógicos no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, faz-se necessária uma breve reflexão sobre como essa realidade foi se compondo na instituição. Como as religiosas se constituíam professoras? Quais as singularidades desse contexto enquanto colégio confessional?

Foram identificadas "as agentes", a partir dos documentos do arquivo escolar e por meio das representações da atuação docente, que apontavam que o corpo docente era, no período da pesquisa, predominantemente constituído de mulheres religiosas.

O ser professora,[63] nesse caso, fez parte de trajetórias de vida que tiveram como princípio a opção pela vida religiosa e como formação inicial o noviciado, o que justifica a frase utilizada no livro do jubileu em comemoração aos cinquenta anos do CNSL em referência à tarefa de educar como sinônimo de "conduzir almas a Cristo e Cristo às almas". Muitas jovens no Brasil, em especial em São Paulo e mais tarde na RCI, ingressaram na Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas na qual uma das possibilidades de trabalho era nos colégios.

A profissionalização docente esteve vinculada às culturas religiosas nas quais a docência foi vista "como uma vocação" (Julia, 2001, p. 32). Conforme Kreutz (1986), a origem histórica da concepção do magistério como vocação remete ao século XVI, quando as escolas abertas vislumbravam o ensino da leitura para a Escritura, e seus professores eram o

62 A frase foi utilizada no *Livro Comemorativo ao Jubileu do Colégio Nossa Senhora de Lourdes*, para intitular a fotografia das Irmãs da "comunidade do Lourdes". Foi identificado São Carlos como autor da frase (1967, p. 5).

63 Julia (2001, p. 14) considera que, a partir de século XVI, surgem "os corpos profissionais que se especializaram na educação: eles podiam tomar a forma de corporações ou de congregações religiosas".

próprio clero, em instituições de igrejas ou conventos. Não havendo mais professores religiosos suficientes, foram aceitos colaboradores leigos mediante uma profissão de fé e um juramento de fidelidade aos princípios da Igreja. Daí vem o termo professor, "aquele que professa fé e fidelidade aos princípios da instituição e se doa sacerdotalmente aos alunos, com parca remuneração aqui, mas farta na eternidade" (Kreutz, 1986, p. 13).

No Rio Grande do Sul, o discurso de Coelho de Souza,[64] na década de 1930, com relação à profissão docente, é estreitamente vinculado às palavras bíblicas quando se dirige às docentes do ensino primário gaúcho anunciando: "ide prezadas professoras e cumpri essa apostólica missão que é vossa!". Pode-se deduzir desse apelo que o esperado era que a professora primária fosse exemplo "de virtude, de abnegação, de dedicação", além do dever de ser exemplo de conduta (Peres, 2000, p. 190-191).

> Esses conceitos teológicos – como mensagens apostólicas, missionárias, criadoras de espíritos – foram incorporando-se ao discurso da profissão docente e configuram um "olhar" sobre as professoras. Associar a profissão docente ao apostolado era, também, uma forma de que as professoras aceitassem as condições precárias de trabalho a que estavam submetidas e os baixos salários que recebiam (Peres, 2000, p. 191).

Diante disso, o que de mais perfeito teria à época do que a figura da professora-religiosa? Alguém que dedica a vida, em tempo integral, a uma missão e, nesse caso, sem receber nenhuma recompensa financeira em troca. A seguir, propõe-se compreender quem foram essas docentes que estiveram na instituição, de onde vinham, de que maneira a congregação organizava a designação de quem iria para as escolas, qual era a sua formação antes de irem para a instituição escolar e durante a atuação docente, bem como perceber as singularidades do ser professora enquanto religiosa.

A missão de educar e a formação religiosa

Qual das duas entrevistas de 2015????

Como eu gostava de lecionar, era minha vida!
(Mafalda Seganfredo, 2015).

64 Coelho de Souza foi secretário de Educação na década de 1940. Antes disso "foi promotor público em Taquara/RS, delegado de polícia em Porto Alegre, cronista nos jornais Correio do Povo e Jornal da Manhã, deputado estadual e ex-membro preeminente da Dissidência Liberal." (Almanaque Ilustrado, 1940, p. 54).

Como citado na epígrafe pela irmã Mafalda Seganfredo, muitas religiosas, assim como ela, assumiram como missão, durante sua vida, a docência. Sabe-se que, desde a abertura, no ano de 1917, a instituição em estudo ficava sob a responsabilidade docente de professoras-religiosas, sendo elas, na época, as Irmãs: Irmã Josefina Oricchio, Irmã Maria de Lourdes Martins, Irmã Bernardete Ugatti[65] e Irmã Joana de Camargo. O número reduzido de professoras permaneceu de 1917 a 1926, período em que não houve aumento do total de Irmãs enviadas para o CNSL para atuar na docência; ao contrário, houve até a supressão de uma docente e a transferência de outras.

Tal afirmativa ocorre a partir da leitura do relatório da congregação,[66] no ano de 1926, realizado por solicitação da superiora geral. No referido documento, identifica-se o número de Irmãs no colégio: "Nova Vicenza, Farroupilha, externato, 4 Irmãs [...]" (Signor, 2005, p. 239). As Irmãs foram descritas pelo relator Amleto Cicognani da seguinte forma: "Maria de Lourdes Martins, de nacionalidade portuguesa[67], superiora da casa, votos perpétuos, carlista; Irmã Faustina Bosio,[68] italiana, votos perpétuos, carlista; Irmã Cecília Mosca, votos perpétuos, carlista; Irmã Maddalena – ? – italiana – ? – carlista" (Signor, 2005, p. 244). Interpretam-se as interrogações como dúvidas com relação ao sobrenome e à situação dos votos, se eram perpétuos ou temporários. Sem a intenção de atribuir a responsabilidade a uma pessoa em específico, mas sim, com o intuito de perceber situações que contribuíram para que não houvesse o aumento no número de religiosas no sul, recorda-se, como apontado no capítulo um, que Dom Duarte Leopoldo proibiu, após a abertura do CNSL, que a Madre Antonietta Fontana mandasse mais Irmãs para o Sul.

65 Nasceu em 21 de julho de 1897 e faleceu em 14 de novembro de 1976, na Província Nossa Senhora de Aparecida, São Paulo/SP – Informações prestadas pela secretária Fernanda Freddo, secretária da Provincia Imaculada Conceição.

66 Cicognani, Amleto. G. Brasile Missionarie di S. Carlo. Relazione di Mons. Cicognano, Visitatore Apóstolico, 1926. (AGSS 1.4.4).

67 Entende-se que esta informação possa estar vinculada a fala em português e que a Irmã Maria de Lourdes Martins portanto possa se tratar de uma brasileira. Sem mais indícios de sua nacionalidade coloca-se em dúvida se de fato havia na congregação irmãs de nacionalidade portuguesa, este período.

68 Nasceu em 9 de setembro de 1897 e faleceu em 23 de junho de 1978, na Província São José, Piacenza/Itália – Informações prestadas pela secretária Fernanda Freddo, secretária da Provincia Imaculada Conceição.

Quanto ao destino delas, as Irmãs Josefina Oricchio, Bernardete Ugatti e Joana de Camargo não se encontravam mais no colégio. Do grupo das pioneiras, apenas Maria de Lourdes Martins permaneci**a**, acompanhada das Irmãs Faustina Bosio, Cecília Mosca e Maddalena. Ainda é possível verificar que o CNSL só atendia em regime de externato, ou seja, os alunos iam para as aulas e retornavam para suas residências.

> A nacionalidade das Irmãs ilustra o reflexo dos fluxos migratórios no final do século XIX e início do XX para o Brasil, pois a instituição agrega uma professora-religiosa portuguesa e uma italiana, situação vetada pelo Decreto n.º 406, de maio de 1938. A partir do período de acirramento da nacionalização do ensino, os professores deveriam ter nacionalidade brasileira (Kreutz, 2014).

Ainda no mesmo relatório, Amleto Cicognani registra sua representação acerca do trabalho das Irmãs no Rio Grande do Sul.

> As Irmãs carlistas, apesar dos defeitos e dos limites em sua formação, eram boas Irmãs, não tinham aquela instrução e cultura próprias de senhoritas educadas nos conventos de certa distinção, mas estavam preparadas à sua missão de mestras para os filhos de emigrados e de enfermeiras nos hospitais, o que faziam com persistência e fidelidade (Cicognani *apud* Signor, 2005, p. 248).

O relatório aponta limitações na formação das Irmãs docentes, o que pode ser um indício de que elas, até então, não possuíam formação profissional para a docência, mas que, apesar disso, eram consideradas preparadas para serem professoras. Essa abordagem suscita um questionamento sobre quais seriam os parâmetros para considerá-las "boas Irmãs", ou ainda a que tipo de educação se referiam quando eram consideradas como adequadas para educar os filhos dos emigrados. Isso significa que era dispensável ter Irmãs bem preparadas para a docência? Ou serem bem preparadas religiosamente era considerado suficiente?

Uma fotografia publicada no *Jornal Folha da Cidade*, no ano de 1984, traz uma representação das Irmãs da instituição e "lembra as primeiras Irmãs e professoras do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, vendo-se no centro a superiora, sempre admirada e lembrada Irmã Faustina, ladeada pelas alunas e pelas Irmãs Lydia, Vitorina Gonzaga e Esther [...]".[69]

69 Jornal Folha da cidade, Farroupilha, 3 dez. 1984, ano II, nº61. Edição comemorativa aos 50 anos do município de Farroupilha/RS.

Observa-se que, na imagem, aparecem cinco Irmãs, e esse fato aponta para reflexões distintas: a primeira indica que, na descrição da fotografia, constam quatro nomes. No entanto, pode ter faltado uma vírgula entre os nomes Vitorina e Gonzaga, ou ainda não ter sido identificada uma das Irmãs; a segunda reflexão versa sobre o número de religiosas, apenas cinco, o que demonstra que não houve um aumento no número de religiosas para atender à escola. Entretanto, houve rotatividade, haja vista a alteração dos nomes, permanecendo apenas o da Irmã Faustina.

Na Figura 21, junto às Irmãs, há cinco alunas uniformizadas. Não foi possível, entretanto, distinguir o local da fotografia, o motivo daquele encontro, nem o nome do fotógrafo.

Figura 21: Irmãs e alunas CNSL (1932)



Fonte: Jornal Folha da Cidade, 1984, p. 23.

A foto é referida no jornal como de 1932; nesse período a diretora da instituição escolar era Faustina Bosio (Histórico CNSL, 1954).

Ciente de que os acontecimentos históricos do Colégio se mesclam às legislações educacionais e também aos movimentos históricos da Congregação, é necessário retomar alguns aspectos expostos no capítulo dois. A Congregação era uma única província até 1926, porém, com a expansão missionária das Irmãs para o Rio Grande do Sul, as dificuldades financeiras e a distância de São Paulo, tornou-se necessária a criação de uma nova província para melhor administrar a congregação. Dessa forma, as comunidades

de São Paulo/SP passaram a pertencer à Província Aparecida, e as comunidades do Rio Grande do Sul, à Província Imaculada Conceição (Signor 2005).

Essa nova configuração oportunizou a abertura, em 1927, de um noviciado no Rio Grande do Sul. Tratava-se do Noviciado São Carlos, localizado no município de Bento Gonçalves que passou, então, a acolher as vocações do Sul (Slomp; Barbieri, 1997). Diante disso, é possível perceber que nos anos iniciais do CNSL, as religiosas que se constituíram docentes cursaram o noviciado na Itália ou em São Paulo. Já a partir de 1927, a formação religiosa passou a acontecer também no Rio Grande do Sul, o que se refletiu no aumento do número de Irmãs e, por conseguinte, de docentes disponíveis para as escolas gaúchas da Congregação.

A formação religiosa era regida pelas constituições scalabrinianas, cujo conteúdo de 1914 "destacava além da espiritualidade, o significado e a vivência dos votos em um caminho formativo de forte chamado a aspectos disciplinares" (Signor, 2005, p. 162). A fase mais intensa era o noviciado, complementada com retiros posteriores e formação constante na comunidade por meio de leituras e do exemplo da madre superiora da comunidade. Quanto às Irmãs destinadas às instituições de ensino, o artigo 39, ainda das constituições de 1914, aconselha que

> [...] se preparassem antes de entrar na sala de aula, que fossem metódicas e inclusive, para maior uniformidade metodológica, que programassem reuniões mensais, a fim de trocar idéias, partilhar observações e experiências sobre assuntos de educação. Estava insinuado aqui um modo de formação permanente (Signor, 2005, p. 163).

Os encontros, se ocorreram, não foram registrados, ou ainda, esses registros podem não ter sido conservados; mas o que se pode afirmar é que a constituição da Congregação já demonstrava preocupação com os momentos de formação profissional e pedagógica para as docentes que atuavam nas instituições escolares. Preocupação novamente observada no Relatório de verificação prévia para autorização do curso ginasial, quando trata da organização administrativa na qual afirma:

> No próprio estabelecimento, uma associação de professoras a qual é atribuída a tarefa de orientar o ensino, propriamente dito, e decidir, mensalmente, assuntos de relevância, atinentes ao progresso dos alunos e desenvolvimento harmônico dos programas de ensino, constituindo esta instituição regra obrigatória dos estabelecimentos da Sociedade Educadora Instrutora e Beneficente (Relatório de Verificação Prévia, 1954).

Isso demonstra que a preocupação já anunciada nas constituições de 1914 permanece como orientação administrativa das instituições escolares na década de 1950. No entanto, reafirma-se que a primeira formação era religiosa e, com o intuito de compreender como se dava o ingresso no noviciado, optou-se por analisar as pastas com documentos pessoais e profissionais de cinco Irmãs da congregação, os quais foram acessados na secretaria da Província Imaculada Conceição. Eles fornecem indícios não só sobre a entrada no noviciado, mas também sobre aspectos da vida funcional e da formação profissional das docentes.

Fica perceptível que determinados documentos se repetem nas pastas de documentos pessoais das Irmãs, documentos que podem ter sido exigidos para a matrícula no noviciado. Os documentos, manuscritos ou datilografados, constituem um conjunto de declarações sobre o casamento religioso dos pais, a realização do batismo, e da crisma, o atestado médico declarando boa saúde física e mental, a declaração de bom comportamento religioso e moral expedida pelo vigário da comunidade em que residia a candidata e o consentimento assinado pelos pais, autorizando o ingresso na Congregação.

O ingresso no noviciado era precedido de um período de experiência, composto pelo aspirantado e pelo postulantado.[70] Após um período de seis meses ou um ano, se realmente quisessem continuar, ingressavam no noviciado, sendo esse um novo período de dois anos para, após isso, realizarem os votos temporários e, somente depois, fariam os votos perpétuos.

As pastas guardam ainda as cartas escritas de próprio punho das ingressantes solicitando autorização para realizar os votos da profissão perpétua. Observa-se que nem sempre os pedidos eram deferidos. Nesse caso, existem várias cartas que explicitavam novamente o desejo de realizar os votos perpétuos, até a obtenção do aceite. Esses pedidos eram feitos após anos de serviços prestados à Congregação.

Cada religiosa tem ainda em sua pasta uma "ficha de dados pessoais", na qual constam diversas informações, tais como dados pessoais, documentos, o dia da entrada no postulantado, no noviciado, a data da vestição, da profissão temporária e a data da profissão perpétua.

70 A formação religiosa, conforme o Plano Global de Ação Formativa Congregacional, é organizado em cinco etapas: aspirantado, postulantado, noviciado, juniorato e formação permanente (MSCS,1995, p. 77).

A seguir, constam os cursos de formação profissional efetuados pelas religiosas e o relato da vida apostólica, com detalhamento dos períodos, locais (cidade/estado) e funções nas quais cada uma delas trabalhou.

A partir dos indícios em torno da data da vestição, é possível deduzir que, já no início do noviciado, essa data e o seu ritual se revestiam de uma grande importância como uma "forma exterior solene e legítima, muitas vezes exuberante; [...] pode ser estabelecido entre as rotinas diárias e as situações extraordinárias, anômalas ou fora do comum, mas socialmente programadas e inventadas pela própria sociedade" (Damatta, 1997, p. 37).

Na fotografia a seguir, registrada na solenidade da vestição, veem-se as noviças, com o rosto coberto pelo véu claro, recebendo o hábito religioso pelas mãos de uma religiosa. O momento é escolhido para ser registrado devido à importância desse ritual para a comunidade religiosa.

Figura 22: Solenidade de vestição das noviças



Fonte: Revista comemorativa do cinquentenário da Província Imaculada Conceição (MSCS, 1965, p. 28).

Esse é um fato singular para o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, instituição confessional cujas professoras eram religiosas e vestiam o hábito, o que configura uma relação peculiar com a figura da docente religiosa. O hábito traz consigo uma representação, sustenta signos visíveis, constrói uma identidade que se refere a um grupo e o classifica, de certa forma, por suas práticas, e a "representação torna-se uma máquina de fabrico de respeito e submissão" (Chartier, 2002, p. 22).

Outro documento considerado relevante é a declaração dos votos de pobreza, castidade e obediência, assinada pela religiosa e por duas tes-

temunhas, o que reafirma que as Irmãs não recebiam um salário pela docência e tinham suas despesas custeadas pela congregação por meio da manutenção da comunidade em que se encontravam.

Entretanto, foi possível constatar, pelos documentos analisados, que a contribuição ao INPS[71] era realizada na condição de contribuinte individual, e, portanto, as Irmãs fizeram jus à aposentadoria. O recurso da história oral permite compreender que o fato de declararem os votos de pobreza não as impedia, por exemplo, de receber presentes que as mães lhes enviavam, como recorda a Irmã Rosalina Seganfredo, quando lembra da relação com as famílias dos alunos:

> "Olha uma boa relação tinha, o presente que ganhava! Ai meu Deus a mesinha tava sempre cheia! Eu quero levar pra profe! O outro queria levar também, mas era no fim estava sempre cheia. [...] toalha ou sabonete, as mães que davam, né! Ou se não alguma coisa assim que a gente usava até, acho que era as mães que davam" (Rosalina Seganfredo e Mafalda Seganfredo, 2015).

Qual das duas entrevistas de 2015????

Pode-se perceber a preocupação das famílias em presentear as professoras, e isso pode ser visto como uma forma de valorização da profissão. Esses presentes são valorizados e considerados úteis pelas professoras, conforme representam as Irmãs Rosalina e Mafalda Seganfredo ao mencionarem a "mesinha sempre cheia"; entende-se que a representação é de que eram recebidos com estima.

> "Ainda com relação à documentação contida nas pastas, não foi possível localizar anotações sobre períodos de férias, porém novamente o recurso da história oral auxilia na questão.
>
> Quando eu vim pra cá, ali no hospital tinha as Irmãs, então principalmente nas férias a gente naquele tempo nas férias que eram diferentes, agora as férias são bem curtinhas, digamos entre uma coisa e outra, quase não se vê as férias da metade do ano. Uma vez era um mês. Daí por exemplo as Irmãs que trabalhavam no hospital iam fazer visita os pais, fazer o retiro, etc. Então me chamavam e eu ia (Mafalda Seganfredo, 2015).

Qual das duas entrevistas de 2015????

71 Após a sua criação, em 1966, conforme Decreto-lei n.º 72, de 21 de novembro de 1966 (Brasil, 1966).

Irmã Mafalda Seganfredo, docente no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, recorda substituições que ela fazia no hospital quando alguma Irmã ia para casa, ou seja, no período em que visitavam a família.[72] Entretanto, não foi possível encontrar registros na documentação referentes às férias, mas percebe-se que elas eram permitidas pela congregação. As saídas não se restringiam somente a visitas familiares, mas também ocorriam para retiros tendo em vista a formação religiosa.

Outro item observado foi a inexistência de anotações de horários de trabalho. Como as Irmãs moravam na comunidade em que trabalhavam, de alguma forma, a distribuição de tempo e tarefas certamente era necessária, pois a docência, conforme a Irmã Mafalda, "era apenas uma das tarefas" (Mafalda Seganfredo, 2015).

Qual das duas entrevistas de 2015????

Quanto ao seu trabalho no CNSL, a Irmã Mafalda relata que as suas funções foram: professora do nível primário; secretária da escola; professora do curso ginasial; responsável pelas internas; e responsável pelo cuidado da professora Maria Mocelini[73] quando esta não estava em boas condições de saúde. Tais tarefas foram realizadas em diferentes períodos. Por vezes, também, acumulou funções profissionais cotidianas com a de estudante do curso ginasial, e, mais tarde, com os cursos de férias, as provas de suficiência e, em período posterior, como aluna do curso de graduação em História, na Universidade de Caxias do Sul (Mafalda Seganfredo, 2015).

Qual das duas entrevistas de 2015????

Julia (2001, p. 24) sinaliza que "na análise histórica da cultura escolar, parece-me de fato fundamental estudar sobre quais critérios precisos foram recrutados os professores de cada nível escolar". No CNSL, como já anteriormente citado no texto, as religiosas, após concluírem o noviciado e professarem os votos temporários, eram designadas para uma missão; o que suscita diversas questões: como era definida a missão que iriam assumir? Seria por experiências anteriores? Seria por vontade da religiosa?

72 As irmãs que trabalhavam no Hospital São Carlos, Farroupilha/RS, moravam também no prédio do Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

73 Sua história no magistério farroupilhense inicia em 24 de maio de 1916, quando assume a regência da 22ª Aula Púbica e Mista de Nova Vicenza e depois do Grupo Escolar, permanecendo na instituição aproximadamente até o final da década de 1930. No ano de 1932, é jubilada ao completar vinte e cinco anos de magistério estadual, sendo, em 1938, promovida por antiguidade à categoria de 3ª entrância, continuando a exercer a profissão no Grupo Escolar até meados de 1939, quando há vestígios que teria se aposentado e permanecido até o seu falecimento nas dependências da Escola Nossa Senhora de Lourdes em Farroupilha. (Fernandes, 2015, p. 94). Maria Mocelini não atuou como professora no CNSL, apenas lá residia (Mafalda Seganfredo, 2015)

Qual das duas entrevistas de 2015????

Por necessidade da congregação? Quem definia essa questão? A memória da Irmã Mafalda Seganfredo auxilia nessa reflexão ao relatar como foi sua experiência:

> "De Nova Bassano, fui para Guaporé, e eu fiz um ano de experiência lá, até eu nem estava no colégio, porque lá temos um colégio [...], eu estava no hospital onde as Irmãs trabalhavam, tanto é que eu pensava sempre que iam me mandar... que uma vez não se escolhia tanto, me mandavam, achei que iam me mandar para um hospital. Quando eu fiz os votos em Bento, porque nossa casa provincial era em Bento Gonçalves, na metade do ano de 1951, eu fiz os votos e depois então, como toda Irmã quando fica Irmã, ela é destinada para uma determinada comunidade onde tem as Irmãs. Então eu fui destinada para cá, Farroupilha, eu não conhecia porque eu sou natural de Nova Bassano" (Mafalda Seganfredo, 2015).

Qual das duas entrevistas de 2015????

A partir da narrativa da Irmã Mafalda, pode-se pensar que as Irmãs eram designadas para funções não necessariamente relacionadas a experiências anteriores enquanto postulantes e, sendo assim, acredita-se que o fator decisivo tenha sido a necessidade das comunidades. Porém, durante a entrevista, foi possível saber que a experiência com a educação fez parte da trajetória de vida de Mafalda desde menina, quer como ajudante da professora na escola, quer como catequista, ou ainda como participante de bancas examinadoras para os exames finais, situações essas que, caso a congregação tenha tomado conhecimento, podem ter influenciado na decisão. Mas isso é apenas uma hipótese. De qualquer maneira, conhecer a comunidade em que a religiosa iria atuar ou estar próxima da cidade natal também não parecem ter sido fatores relevantes. Ao que parece, o noviciado, nessa época, teve um número significativo de moças: "éramos em noventa noviças, entre as quatro séries" (Mafalda Seganfredo, 2015).

Qual das duas entrevistas de 2015????

Quanto ao poder de decisão, pensa-se que, provavelmente, tenha sido da Madre Superiora Provincial, que era a responsável pela administração da Província Imaculada Conceição em cada período designado. Já chegando à escola, era a diretora do Colégio que tomava as decisões nos casos que envolviam a definição de turma, classe ou ano que cada professora iria assumir. Essa questão fica explicitada por meio das memórias de Rosalina Seganfredo.

> "Eu fui designada pra trabalhar lá, que me formei, com minha outra colega. Contente porque fomos escolhidas as duas eu e a Iolanda, fomos lá e então a diretora também nos conhecia e [...] ela deu a terceira série [para sua colega, Iolanda] e pra mim ela me deu porque tinha o jardim da infância daí eu fiquei acho que eu era a mais nova e ela era mais velha, pra ti que é mais nova então pega o jardim da infância" (Rosalina Seganfredo e Mafalda Seganfredo, 10 dez. 2015).

O termo designada aparece no discurso da professora do Jardim de Infância ao lado de sua manifestação de alegria por poder trabalhar ao lado de uma colega de noviciado. Essa fala fortalece o indício de que era uma decisão acatada pelas Irmãs. Quanto à escolha das turmas, parece que a idade das Irmãs influenciou a decisão da diretora. Não foi possível identificar a idade de Iolanda, mas Rosalina tinha 23 anos quando assumiu o ofício de professora do jardim de infância. Claro que essa justificativa pode ter sido uma estratégia da diretora para simplificar uma análise anterior e sua decisão, sem explicitar mais detalhes, ciente de que a memória não é a história, mas sim uma representação do fato ocorrido apropriada pelos sujeitos que vivenciaram essa experiência.

Com relação às docentes identificadas, já foram citados anteriormente os nomes das docentes que atuaram na abertura da instituição, em 1917, os nomes das que foram identificadas na instituição no ano de 1926 e também as protagonistas das memórias utilizadas, ou seja, as Irmãs Mafalda e Rosalina Seganfredo. Acrescentam-se ainda, a partir da análise das fontes documentais,[74] as seguintes docentes do ensino primário entre os anos de 1922 e 1954: Irmãs Maria Alice Milani, Maria Emília Favreto, Maria Erotides Torres Alves, Madalena Radaelli, Maria Neli Basso, Fandila Rosseto, Constantina Menegat, Henriqueta Beltrame, Aurora Viecelli e, ainda, as Irmãs Iolanda, Elza, Maria Isolina, Maria Ida, Maria Aurora, Clarinda e

74 Fontes: Livro de Atas dos exames, onde constam as atas de 1928, 1940, 1941, 1942, 1943, 1945 e 1954; um Atestado de aprovação de 1923; o Livro Ata de Comemorações Cívicas de 1942 a 1954: cinco livros de chamadas dos períodos de 1922 a 1926 e de 1954 a 1958, 1944 a 1948, 1947 a 1955 e de 1948 a 1955; o Livro comemorativo ao jubileu do Colégio Nossa Senhora de Lourdes; o Atestado de conclusão do curso primário de 1942; as Memórias da Irmã Mafalda Seganfredo e Rosalina Seganfredo e, por fim, a referência dos estudos de Signor. (2005 e 2007).

Rosária, sem seus devidos sobrenomes.[75] Salienta-se que outras docentes auxiliaram no "conduzir as almas a Cristo e Cristo às almas"; contudo, não foram localizados, neste momento, vestígios documentais sobre suas atuações (Livro Comemorativo ao Jubileu do CNSL, 1967, p. 5).

Após identificar algumas docentes que atuaram na instituição e compreender como primeira formação para a docência a formação religiosa, passa-se a analisar as diversas oportunidades de formação continuada.

Religiosas em formação: indícios da profissionalização docente

As professoras primárias são as primeiras intelectuais.
(Michele Perrot, 2007).

Após compreender como as moças tornam-se religiosas e assumem a docência, será analisada a formação profissional que lhes foi oportunizada. Para uma melhor apreciação dos indícios localizados sobre a formação profissional, que auxiliam na compreensão do constituir-se docente no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, indica-se o Quadro 7 no qual se mesclam informações pessoais e profissionais das docentes.

75 Os nomes citados acima se referem aos nomes utilizados como religiosas, que são, geralmente, diferentes do nome civil. Só a partir de 1970, as religiosas puderam retomar o nome civil ou de batismo precedido da palavra irmã (Signor, 2007).

Quadro 7: Docentes do Ensino Primário (1922-1954)

DOCENTE	INDÍCIOS BIOGRÁFICOS
Faustina Bosio	Além de professora no CNSL, desenvolveu importante função na congregação, a de Madre da Província Imaculada Conceição, no Terceiro Governo Provincial, de 1931 a 1935. Aos 34 anos de idade e no governo seguinte, foi conselheira, de 1935 a 1938, pela mesma província. Com a instituição da Província São José, em Piacenza, na Itália, a Irmã passou a atuar na Europa, como conselheira do Primeiro Governo Provincial de 1948 a 1954, não retornando mais ao Brasil.
Irmã Cecília Mosca	Antes de trabalhar no CNSL, foi uma das designadas para abrir o Colégio Scalabrini, em Guaporé, em 1917. Seu nome consta em um quadro elaborado pela congregação, em janeiro de 1935, na Santa Casa de Misericórdia, em Atibaia/SP, como auxiliar das Irmãs dessa comunidade, que prestava cuidados à saúde.
Irmã Maria Alice Milani	Seu nome civil é Amélia Melânia Milani, nascida em 27 de junho de 1917, natural de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, filha de Spinardo Milani e Maria Giordani.[76] Cursou o noviciado em Bento Gonçalves, no qual ingressou em 29 de junho de 1935 e professou os votos temporários em 29 de junho de 1937. Conforme a ficha de dados pessoais,[77] após os votos temporários foi para a casa de estudantes em Caxias do Sul para concluir o curso de aluna-mestra, na Escola Duque de Caxias, o qual foi concluído em 1939. Somente em 1940, aos vinte e três anos de idade, iniciou sua atuação em Farroupilha/RS, no Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Atuou como professora do ensino primário por cinco anos e, durante três anos, acumulou também as funções de superiora da comunidade e diretora da escola. Em 1946 foi transferida para Guaporé onde atuou também como professora e acumulou o cargo de diretora, na década de 1950, foi mestre das noviças e de junioristas, em Bento Gonçalves e Caxias do Sul, respectivamente. Foi superiora Provincial interina da Província Imaculada Conceição do Rio Grande do Sul e atuou em Roma por doze anos na direção da Congregação como Superiora Geral por dois sexênios. Ao retornar para o Brasil, atuou no Hospital Mãe de Deus, em Porto Alegre/RS.[78]

76 Certidão de Nascimento nº 190, fl.79, livro A/33, lavrada em 29/06/1917, do Cartório do Registro Civil do município de Bento Gonçalves.

77 Acervo da Província Imaculada Conceição.

78 Dados biográficos de Madre Alice Milani (Amélia Melânia Milani), falecida em 6 de março de 2004, Acervo da Província Imaculada Conceição/ RS.

Irmã Maria Emília Favreto	Seu nome civil era Romilda Favretto, nascida em 4 de abril de 1920 em Veranópolis/RS, filha de Baptista Favretto e Genoveva Cherubin[79]. Ingressou muito jovem na congregação: aos dez anos de idade, como aluna interna; aos treze anos, como postulante; e aos quatorze, no noviciado, em Bento Gonçalves/RS, realizando os votos temporários em 1º de janeiro de 1937, tendo atuado muitos anos como professora de música. Constituiu-se professora aos dezoito anos de idade, iniciando a carreira docente no CNSL, local em que permaneceu de 1938 a 1944, e retornou em 1947. Realizou, em 1953, o curso de datilografia; em 1956, o curso de solfejo; e, em 1958, o curso de canto orfeônico.
Irmã Maria Erotides Torres Alves	Seu nome civil era Deolinda Torres Alves, nascida em 4 de fevereiro de 1917, em Soledade/RS, filha de José Torres e de Maria Almeida Alves Torres. Iniciou o noviciado em 20 de junho de 1935, realizou os votos temporários em 29 de junho de 1937 e a profissão perpétua em 24 de janeiro de 1943, em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul. Atuou como professora em 1937 no Colégio Nossa Senhora Medianeira, em Bento Gonçalves/RS; em 1938, no Colégio São Carlos, em Caxias do Sul/RS; e, em 1943, no Ginásio Scalabrini, em Guaporé/RS. Passou a atuar no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, como professora, de 1945 a 1950, professora do primário e do curso de datilografia, não retornando ao colégio em outros períodos.[80] Quanto ao motivo de transferência, consta o registro em sua "Ficha de dados pessoais" de incompatibilidade com a comunidade;[81] assim foi transferida para outro colégio e continuou atuando como professora. Tinha o registro de professora primária de número 688 e realizou formação nos cursos de datilografia, acordeon e, na década de 1970, de enfermagem no SESI. Faleceu em 3 de junho de 1997, na comunidade São José, em Caxias do Sul/RS, aos 80 anos de idade.[82]

79 Conforme Ficha de Pessoal, matrícula 2065. Acervo Província Imaculada Conceição.

80 Conforme dados biográficos da Irmã Deolinda Torres Alves, Acervo da Província Imaculada Conceição/RS.

81 Conforme ficha de vida de apostolado, Acervo da secretaria da Província Imaculada Conceição/RS.

82 Conforme Dados Biográficos de Irmã Deolinda Torres Alves, MSCS, arquivo da secretaria da Província Imaculada Conceição.

Irmã Madalegna Radaelli	Seu nome civil era Laudocena Radaelli, nascida em 3 de abril de 1923, em Caxias/RS, filha de Angelo Radaelli e Rosa Gervasoni. Ingressou na congregação em 30 de dezembro de 1937, fez a vestição em 29 de junho de 1938, professou os votos temporários em 26 de janeiro de 1941 e os votos perpétuos em 6 de janeiro de 1946. Atuou como professora no Colégio Scalabrini, em Guaporé, de 1943 a 1945, em seguida passou a atuar em Farroupilha/RS, no CNSL por dois anos, em 1946 e 1947. Em sua "Ficha de dados de atualização", preenchida para a Província Imaculada Conceição em 1978, declarou ter habilitação para o magistério e técnico em contabilidade, possuir os registros de professora para Matemática, Geografia do Brasil e Desenho e estar realizando, naquele período, o curso de executivo hospitalar.
Amantina Seganfredo	Seu nome civil era Mafalda Seganfredo. Natural de Nova Bassano, nasceu em 9 de agosto de 1928, filha de Lino Seganfredo e Thereza Parisotto, cursou o noviciado em Bento Gonçalves. Em 1951, iniciou a atuação docente no ensino primário no Colégio Nossa Senhora de Lourdes e, ainda na década de 1950, passou a atuar também como docente no curso ginasial. Concluiu o curso ginasial no Colégio Nossa Senhora de Lourdes e realizou cursos de férias para prestar as provas de suficiência em História e Francês. É graduada em História pela Universidade de Caxias do Sul. No CNSL, além de professora do quarto ano primário, no curso ginasial atuou nas disciplinas de Francês, História e Educação Física. Foi secretária da escola, responsável pelas internas e foi diretora da instituição em 1975. De 1967 a 1971, foi Superiora Provincial da Província Imaculada Conceição.[83] Em 1977, assumiu o trabalho junto ao Pontifício Conselho da Pastoral dos Migrantes e Itinerantes em Roma, Itália, até 1998, quando retornou ao Brasil, atuou na Pastoral Migratória da Diocese de Caxias do Sul e, ainda, por um período breve, no Hospital Mãe de Deus em Porto Alegre/RS. Nos últimos anos encontrava-se junto à comunidade do Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

83 A congregação no Rio Grande do Sul é dividida em duas províncias: Província Cristo Rei, com sede em Porto Alegre, e Província Imaculada Conceição, com sede em Caxias do Sul.

Irmã Maria Cleufe Ferronato	Seu nome civil era Gentília Ferronato, nascida em 18 de novembro de 1918 em Anta Gorda/RS, filha de Luiz Ferronato e Luiza Turra. Ingressou no noviciado em Bento Gonçalves em 29 de novembro de 1934, realizou a profissão temporária em 29 de junho de 1936 e a profissão perpétua em 4 de janeiro de 1942. Em 1950 passou a atuar como docente no CNSL; foi aluna, professora, diretora da instituição e também superiora da comunidade de 1952 a 1955. Concluiu o curso complementar em 1939, na Escola Duque de Caxias, e realizou o curso ginasial no Colégio Nossa Senhora de Lourdes no ano de 1955. Fez curso de extensão universitária de Pedagogia e pensamento em julho e agosto de 1944 na PUC/RS; posteriormente, graduou-se em Pedagogia em 1967, em Passo Fundo/RS. Seus registros acumulam-se de professora primária (1943, n.º 995a), professora de 1º e 2º graus (1946, n.º D664, habilitada para as disciplinas de Matemática, Francês, Desenho e Ciências naturais) no período em que esteve na instituição e após adquiriu outros registros tais como Diretora do ensino secundário (1957, n.º 1994) e professora do magistério nas disciplinas de Didática Geral, Psicologia Educacional e Administração Escolar (1971, n.º 168). Participou do Congresso Interamericano de Educação Católica, no Rio de Janeiro, realizado na Associação de Educação Católica, em julho de 1951, com carga horária de 48 horas. Exerceu o magistério por 39 anos.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir de Signor (2005, 2007); Scariot (2004, 2006) e documentos do Arquivo da Secretaria da Província Imaculada Conceição e história oral de Mafalda Seganfredo.

Inicialmente, é necessário justificar que essa seleção, na qual constam apenas algumas docentes, seguiu um critério para a sua elaboração, ou seja, optou-se por sempre acrescentar novas informações e não repeti-las, abordando os dados que poderiam auxiliar na análise do corpo docente.

Ao analisar o quadro, é possível apontar que as Irmãs Faustina e Cecília não permaneceram no Rio Grande do Sul. Já as Irmãs Maria Alice, Maria Emília, Maria Erotides, Madalegna, Mafalda[84] e Maria Cleufe ainda permaneceram atuando predominantemente no Estado, mesmo passando períodos em províncias de outros Estados. As Irmãs que ficaram em solo gaúcho cursaram o noviciado em Bento Gonçalves e são nascidas na região, sendo naturais de Bento Gonçalves, Veranópolis, Soledade, Caxias, Nova Bassano e Anta Gorda, respectivamente. Essa situação reforça a

84 Utiliza-se o nome civil da Irmã Amantina Seganfredo, ou seja, Mafalda Seganfredo, por ela ser uma das entrevistadas e utilizar atualmente o seu nome civil. Usar dois nomes para denominar o mesmo sujeito da pesquisa causaria problemas de compreensão. Das demais irmãs, foram utilizados os seus nomes religiosos, porque são esses nomes que aparecem nos documentos do arquivo escolar, o que facilitou a identificação delas.

ideia de que a abertura do noviciado de Bento Gonçalves aumentou o número de Irmãs na região e, por conseguinte, de docentes, o que possibilitou a ampliação do número de vagas nas escolas da congregação.

Quanto ao tempo em que as docentes permaneciam atuando no CNSL, não havia um padrão preestabelecido. A congregação utilizava-se da estratégia de remanejar as docentes entre as escolas, sendo, portanto, a rotatividade uma característica dos colégios pertencentes à congregação. As motivações para o remanejo das docentes foram bastante diversas dentre as encontradas nas "Fichas de dados pessoais" das Irmãs. Pode-se elencar algumas delas: mudança de comunidade para conclusão de curso; necessidade da congregação, pedido de transferência da docente; incompatibilidade; determinação do Governo Geral; escolhida para cargo em capítulo geral; deposição do cargo; chamado do senhor Cardeal Protetor; e, ainda, porque não se deu bem com o ofício. Os motivos detalhados parecem ter relação com a necessidade da congregação e, raramente, por iniciativa da docente.

Considera-se ainda a rotatividade nas missões assumidas pelas religiosas, pois algumas delas, como Cecília, por exemplo, passaram a atuar na área da saúde; outras, como Faustina e Maria Alice, tiveram períodos em que exerceram funções de liderança na congregação; Mafalda, além de docente no Brasil, atuou no Pontifício Conselho da Pastoral dos Migrantes e Itinerantes, obra do Vaticano, de 1977 até 1998, retornando ao Brasil e atuando na Coordenação Pastoral Migratória da Diocese de Caxias do Sul (Scariot, 2006). Apenas Maria Emília, Maria Erotides e Madalegna se mantiveram, na maior parte do tempo, dedicadas às atividades apostólicas no campo educacional.

Um caso interessante é o da professora Irmã Maria Emília. Como percebido, as Irmãs professavam os votos temporários e já eram destinadas ao trabalho/missão conforme a necessidade da congregação, o que não significa necessariamente que desejassem ser docentes ou que, por vezes, não desejassem mudar de missão. Observa-se que Maria Emília cogitou desistir da docência, como se observa na carta manuscrita, de próprio punho, transcrita a seguir:

> Farroupilha, 27 de setembro de 1941. Revma Madre Provincial. Louvado seja Jesus Cristo. O fim desta é pedir -vos licença de professorar perpetuamente. Espero com a graça de Deus ser fiel cumpridora dos meus deveres e, quanto à minha fraqueza humana o permitir, que consiste em observar as santas constituições, trabalhando assim para a maior glória de Deus e o progresso da vossa congregação. Como espero ser atendida, agradeço-vos antecipa-

> damente. Sua humilde filha em Cristo que vos pede as santas bênçãos e promete de não vos esquecer naquele ato solene. Irmã Maria Emilia Favreto. De minha parte não há impedimento Irmã Nazaré (Manuscrito, 1941 – ASPIC).

Não se pode afirmar qual foi o motivo que impulsionou a escrita dessa carta direcionada à Madre Provincial, mas algo não andava a contento da docente. A tática utilizada pela docente foi enviar a carta com o consentimento da diretora do Colégio, à época, Irmã Nazaré Machado, que escreve logo abaixo da docente que "de minha parte não há impedimento". Ao que se percebe, a Irmã não trocou de função; o que ocorreu é que foi se inclinando para o ensino de música e não deixou de ser professora neste momento. Somente na década de 1970, passou a exercer a função de atendente da portaria no Colégio São Carlos, em Caxias do Sul.

Percebe-se que a formação profissional das docentes é diversa e, dentre as formações profissionais identificadas, constam: curso de aluna-mestra, curso ginasial, cursos de datilografia, solfejo, canto orfeônico, acordeom, técnico em contabilidade, curso de executivo hospitalar, enfermagem e graduação em História, sendo necessário observar, durante a análise, qual a formação profissional das docentes no período em que atuavam no CNSL. Ao que se pode observar, havia várias normalistas e complementaristas, todas habilitadas para atuar no ensino elementar.

As Irmãs Maria Alice, Irmã Madalegna Radaelli e Maria Cleufe Ferronato iniciam sua atuação na instituição já com o diploma de alunas-mestras, realizados em anos distintos: Maria Alice e Maria Cleufe em 1939, e Madalegna em 1942. O curso de aluna-mestra, realizado na Escola Complementar Duque de Caxias[85], foi uma das alternativas utilizadas pela congregação para a formação profissional das religiosas. Pode-se observar que a turma que concluiu o curso no ano de 1939 contou com quatro alunas da congregação, conforme noticiado pelo jornal *A Época*:

> Consoante noticiamos, realizou-se ontem a festa de colação de grau das Alunas-Mestras de 1939, da Escola Complementar de Caxias. Pela manhã de ontem, às 8 horas, na catedral da cidade, teve lugar na missa solene e a imposição dos anéis simbólicos, por sua excia revma, d. José Bárea. Às 21 horas, no salão do Clube Juvenil, efetuou-se a solenidade de entrega dos diplomados, com a presença das autoridades, professorado e grande assistência. [...] São as seguintes as Alunas-Mestras que vêm colar grau:[...] **Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo, Irmã Judite Beux, Irmã**

85 Criada em 28 de fevereiro de 1930 e instalada em 15 de junho de 1930 (Bergozza, 2010).

> **M. Natália Peroni, Irmã M. Cleufe Ferronato, Irmã Maria Alice Milani**. Irmãs do P. Coração de Maria, Irmã M. Evangelista e Irmã M. Inacinha. (Jornal *A Epóca* – ABN[86], grifo da autora).

Isso demonstra que as alunas-mestras, formadas na Escola Complementar Duque de Caxias, atuaram como docentes nas décadas de 1940 e 1950 no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, e, dessa forma, as práticas vivenciadas pelas alunas, nesse local, foram apropriadas e ressignificadas, circulando por meio de novos discursos e práticas escolares na instituição (Chartier, 2002).

As práticas vivenciadas pelas alunas na escola complementar incluíram trabalhos manuais, saídas a campo, a produção de jornais escolares, os quais primavam pelas ideias médicas e higienistas, por meio de práticas pedagógicas em consonância com os discursos da Escola Nova e do método intuitivo[87] e, a partir de 1930, em meio ao acirramento do processo de nacionalização (Bergozza, 2010).

A materialidade nos permite analisar detalhes a partir do diploma do curso de aluna-mestra entregue às concluintes. O diploma da Irmã Madalegna Radaelli recebido em 1942 na solenidade de colação de grau, de cor branca, com moldura amarela e azul, atesta sua conclusão, aprovada com a nota 6,5.

Figura 23: Certificado de aluna mestra de Madalegna Radaelli (1942)


ESCOLA COMPLEMENTAR
RIO GRANDE DO SUL
Eu, Rosalba Hyppolito, diretora da escola complementar verificando que a aluna desta Escola Laudocena Radaelli natural de Caxias filha de Angelo Radaelli completou o curso complementar em 18 de Dezembro de 1942 sendo approvada com a nota de 6,5 confiro-lhe, nos termos do art. 5 do decreto 3154 de 19 de novembro de 1932, o diploma de aluna-mestra.
Caxias 8 de Maio de 1943
A Diplomada
Laudocena Radaelli
A Diretora
Rosalba Hyppolito

Fonte: Arquivo da Secretaria da Província Imaculada Conceição – ASPIC.

86 Jornal A Época de 31 de março de 1940, n. 76, Caxias, Jornal de circulação semanal. Disponível em https://memória.bn.br/docreader.aspx?bid=097209&pesqCleufe%20Ferronato&pastaano%20194. Acesso em: 20 abr. 2016.

87 Para saber mais sobre a Escola Complementar Duque de Caxias ver Bergozza (2010).

O diploma foi assinado pela diretora da Escola Complementar Rosalba Hyppolito e conferido à aluna Laudocena Radaelli. Diante disso, observa-se que a Escola Complementar levava em consideração o nome civil das alunas e, mesmo sendo religiosas e tendo adotado o nome religioso, lhes era conferido o diploma com o nome constante em sua documentação civil.

A formação profissional realizada na Escola Complementar no período em que as Irmãs a cursaram, habilitava-as para atuar no ensino primário; porém, com a crescente demanda do ensino secundário (curso ginasial), tornava-se necessário estar autorizada por meio do registro de professora. Foram localizados os registros de professora secundária da Irmã Madalegna Radaelli, expedidos enquanto ainda estava atuando no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, ano de 1947, como se pode observar abaixo:

Figura 24: Registro de professor – Laudocena Radaelli (1947)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
DIRETORIA DO ENSINO SECUNDÁRIO

CERTIFICADO N.º D— 2 760

O presente certificado de registro definitivo, de que trata o Decreto-lei n.º 8.777, de 22/1/46, é conferido ao professor
LAUDOCENA RADAELLI
que, segundo o processo n.º 54.232/45, está habilitado a lecionar
Trabalhos Manuais
Desenho
no PRIMEIRO CICLO, em qualquer parte do território nacional.

D. E. Se., em 2 / 4 /1947
DIRETOR
Laudocena Radaelli
ASS. DO PROFESSOR

Impresso para certificado de registro definitivo de professor - 1.º ciclo - D. M. E. 530
Imp. Nacional — 152.231

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
DIRETORIA DO ENSINO SECUNDÁRIO

CERTIFICADO N.º D- 2 760

O presente certificado de registro definitivo, de que trata o Decreto-lei n.º 8.777 de 22/1/46, é conferido ao professor
LAUDOCENA RADAELLI
que, segundo o processo n.54.232/45 está habilitado a lecionar
Matemática
Geografia do Brasil
no PRIMEIRO CICLO, no Estado do Rio Grande do Sul, excetuada a Capital

D. E. Se., em 2 / 4 / 1947
Diretor
Laudocena Radaelli
Ass. do professor

Impresso para certificado de registro definitivo de professor — 1.º ciclo — D. M. E. - 530-A

Fonte: Arquivo da secretaria da Província Imaculada Conceição – ASPIC

E, mais uma vez, o nome civil é o que consta no registro de professora, sendo que os registros eram expedidos pela Diretoria do Ensino Secundário.

Ao que parece, os anseios de Madre Assunta à superiora provincial do sul, Faustina Bosio, foram acolhidos, pois ela já havia sinalizado, em 1932, a necessidade da formação profissional docente.

> Em carta de madre Assunta Marchetti à irmã Faustina Bosio, de 23 de abril de 1932, a superiora geral referia à provincial do Sul a visita feita por D. Aloisi Masella e comunicava que, no dizer do núncio apostólico, o santo Padre estava contentíssimo com a congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos. O Visitador, porém, recomendava suspender por enquanto novas aberturas e exigia maior preparação das Irmãs, propondo-lhes o curso normal. A fim de facilitar a frequência de Irmã MSCS em Caxias do Sul um pensionato para moças e senhoras, estudante ou veranistas. Algumas Irmãs que necessitavam de aulas de reforço contaram com a colaboração de dona Geni Salvaterra, professora rigorosa mais competente, mestra de renome em Bento Gonçalves (Signor, 2005, p. 270).

Com relação às demais professoras, Maria de Lourdes Martins, Faustina Bosio e Cecília Mosca, não foi possível identificar se houve formação profissional. Quanto a Maria Emília e Maria Erotides, sua formação profissional ocorreu após o período de atuação no Colégio Nossa Senhora de Lourdes. No caso da Irmã Mafalda Seganfredo, a formação foi continuada, pois, enquanto atuava como professora, concluiu o curso ginasial, bem como os cursos de férias para os exames de suficiência.

Irmã Mafalda cursava o ginásio no Colégio Nossa Senhora Medianeira, concomitantemente ao segundo ano do noviciado; porém o município de Farroupilha não oferecia o curso ginasial feminino em 1951 quando a docente veio para o CNSL. A estratégia da congregação, para que as Irmãs continuassem os estudos, como citado no capítulo dois, era serem acolhidas pelos Irmãos Maristas, no Colégio São Tiago.

> "As Irmãs que estavam fazendo o ginásio, elas então estudavam com os irmãos Maristas, eu fui formada no São Tiago. Eles davam às aulas a parte para nós, pois eram só meninos, e aqui, eram só meninas. Quando eles vinham fazer os exames para nós aqui, era eu e mais uma colega, eles faziam o exame aqui, separado" (Mafalda Seganfredo, 2015).

Retomam-se essas memórias por evidenciarem uma característica da época. O primário atendia classes mistas; porém, no curso ginasial, os alunos eram atendidos em salas ou até mesmo em instituições escolares distintas, conforme o gênero. Esse foi o caso de Farroupilha/RS, em que o Colégio São Tiago, dos Irmãos Maristas, inaugurado em 1945, atendia somente meninos no curso ginasial e o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeu Scalabri-

nianas, inaugurado em 1917, autorizado a ofertar o curso ginasial em 1954, atendeu somente meninas.

A abertura do ginásio no Colégio das Irmãs gerou uma nova demanda no sentido de formar professoras para atuar no secundário. Conforme Irmã Mafalda, era preciso fazer cursos nas férias, porque, naquele tempo, "tinha gente que lecionava que não tinha curso adequado" (Mafalda Seganfredo, 2015). Ela participou dos cursos de férias, que eram ofertados em julho, janeiro e parte de fevereiro, em Ana Rech, Caxias do Sul/RS, a partir de 1955.

A representação da Irmã Mafalda referente ao período de formação remete a um tempo "duro", marcado por uma formação exigente, em que vinham pessoas do Rio de Janeiro, muito "evoluídas". Além das aulas teóricas, havia atividades práticas, e as alunas eram observadas e avaliadas pela equipe do curso. As aprovadas recebiam o registro de professora. Irmã Mafalda realizou os cursos de Francês, História Geral e História do Brasil e, com tal formação, estava autorizada a lecionar essas disciplinas no ginásio com o devido registro.

Para dar continuidade aos estudos, deslocou-se a Porto Alegre, pois os cursos, em Ana Rech, não eram mais ofertados, e realizou ainda o curso de Geografia e Secretariado.

Na década de 1960, emerge a necessidade do ensino superior no município de Caxias do Sul e, nos fundos da catedral, começam a ocorrer os primeiros cursos da Universidade de Caxias do Sul, nos quais Irmã Mafalda ingressa na graduação em História.

Irmã Mafalda trabalhou no CNSL até concluir o ensino superior e, após isso, foi destinada a outras instituições de ensino até o ano de 1966. A representação que a docente carrega consigo do tempo de trabalho no "Lourdes" remete a uma época de "boas relações com as famílias". Para a Irmã, lecionar "era um prazer, naquele tempo. Eu fui secretária do colégio, não sei como eu fazia tudo, porque tinha faculdade, tinha 44 horas de aula por semana, secretaria e mais outras coisas que fazia" (Mafalda Seganfredo, 2015).

Nesse fragmento, a entrevistada relata sua representação sobre tal período de estudos e trabalho. Pode-se ainda observar o fato de que, além de professora, também era responsável pela secretaria. Para Chartier (1991, p. 177), não é possível "haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles". Ela dá sentido, aqui, ao

seu cotidiano, porém essa situação foi uma característica da época, já que muitos professores leigos já atuavam dessa forma, ou seja, permaneciam no trabalho ao mesmo tempo em que realizavam sua formação.

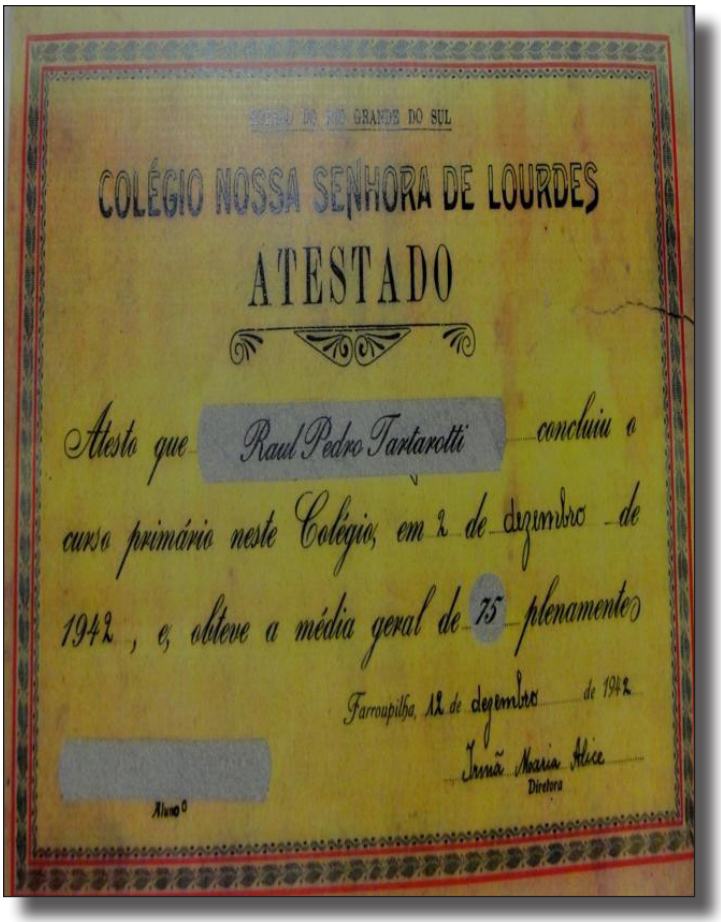
Ainda com relação à formação docente, é preciso pontuar que, na década de 1940, o Colégio Nossa Senhora Medianeira foi autorizado a ofertar o ensino complementar para formação de professoras/normalistas (Oliveira, 2009) e que, apesar de não terem sido encontrados vestígios na documentação dessas docentes, essa foi uma estratégia da congregação para formação de suas professoras. Em 1941, "os primeiros frutos da novel [sic] escola surgiram; o número de professorandas foi de vinte, das quais, quatro irmãs carlistas" (Histórico do Colégio Nossa Senhora Medianeira, 1941).

Participaram do corpo docente do Colégio Nossa Senhora Medianeira, no ano de 1941, no ensino complementar, as Irmãs Neli Basso, Paulina Miotto e Cleufe Ferronato, as quais também atuaram no CNSL posteriormente. Outro aspecto a ser destacado é a participação da Irmã Maria Cleufe Ferronato no Congresso Interamericano de Educação Católica, no Rio de Janeiro, realizado em 1951, na Associação de Educação Católica (AEC). As escolas católicas estavam buscando, nesse período, se inserir no movimento renovador das ideias e métodos pedagógicos, e uma das estratégias foi a criação da AEC, que promoveu cursos, congressos, palestras e semanas pedagógicas, divulgando principalmente as ideias de Montessori e Lubienska, em prol de uma "Escola Nova Católica" (Saviani, 2013).

Falta referência??? Favor verificar.

Algumas professoras ficaram na memória dos alunos, deixando com eles lembranças e representações. Uma delas foi a professora Irmã Alice, que é referida por seus ex-alunos. Para Lila Lourdes Muller (2015), "Irmã Alice era mais querida [...] foi minha professora também", Raul Pedro Tartarotti (2015) recorda que a "Irmã Alice era já do... me lembro bem do quarto, quinto ano. Já pro fim, já na conclusão do curso". Ela foi sua professora, tendo concluído o curso primário em 1942, como se pode observar no atestado a seguir (Figura 25).

Figura 25: Atestado de Conclusão do curso primário CNSL (1942)


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES

ATESTADO

Atesto que Raul Pedro Tartarotti concluiu o curso primário neste Colégio, em 2 de dezembro de 1942, e obteve a média geral de 75 plenamente.

Farroupilha, 12 de dezembro de 1942.

Irmã Maria Alice
Diretora

Aluno

Fonte: Acervo pessoal de Raul Pedro Tartarotti – APRPT.

No atestado, vê-se a assinatura da Irmã Maria Alice na função de diretora, mas ela mantinha, concomitantemente, a função de professora.

Na Figura 26, Irmã Alice aparece entre as alunas da admissão, também considerado o quinto ano, com as estudantes segurando flores, vestidas de branco, cabelos cuidadosamente arrumados, com sapatos de cor clara: quatro delas sentadas, ladeando a professora, e sete alunas em pé, logo atrás. Algumas estão sorrindo, outras mais sérias, e a primeira aluna à esquerda desvia o olhar. A professora veste o hábito, vestimenta cotidiana das Irmãs carlistas, com semblante leve e mãos sobre o colo.

Figura 26: Irmã Maria Alice no CNSL com alunas da admissão (1945).

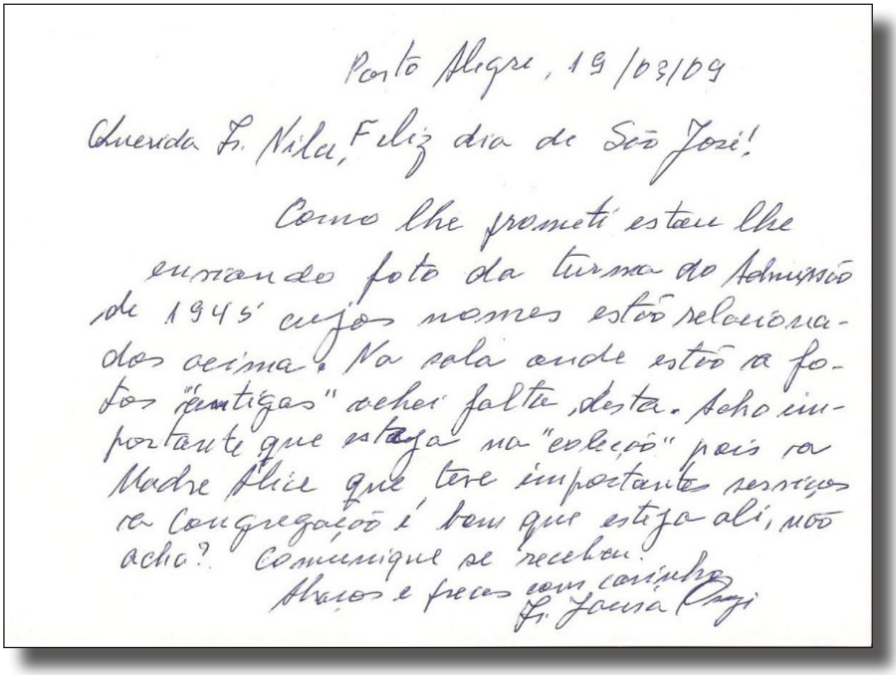


Fonte: Arquivo do Colégio Nossa Senhora de Lourdes – ACNSL.

Na fotografia, sentadas, da esquerda para a direita, estão Alda Farinon, Doris Hilguert,[88] Ir. Maria Alice Milani (professora e diretora), Mariana Rizzo, Odete Pasqual; e, da esquerda para a direita, de pé, Felicita Rosset, Alice Onzi (Ir. Jacira Onzi), Alda Pasqual, Nanci Dal Moreti, Diva Farinon e Elisa Onzi. Esta imagem faz rememorar um fato interessante relacionado à Irmã Maria Alice. Ela foi enviada pela Irmã Jacira Onzi para a Irmã Nilse, diretora do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, em 19 de março de 2009. Junto à fotografia, encontra-se uma folha de ofício, tamanho A4, impressa com o título "Alunas da Admissão – Ano 1945, Escola Nossa Senhora de Lourdes – Farroupilha", na qual são nominalizadas todas as alunas sentadas e em pé (citadas acima). Logo abaixo desse conteúdo, na mesma folha, na parte frontal, encontra-se o seguinte recado manuscrito:

88 Filha de Edmundo Hilguert, dentista, e Irene Fetter. Edmundo foi juiz de paz, participou da fundação do Tiro de Guerra 652, e foi presidente do Clube Vicentino. (TARTAROTTI, 2014, p.62).

Figura 27: Recado Manuscrito (2009)



Porto Alegre, 19/03/09

Querida Ir. Nila, Feliz dia de São José!

Como lhe prometi estou lhe enviando foto da turma da Admissão de 1945 cujos nomes estão relacionados acima. Na sala onde estão as fotos "antigas" achei falta desta. Acho importante que esteja na "coleção" pois a Madre Alice que teve importantes serviços na Congregação é bom que esteja ali, não acho? Comunique se recebeu.

Abraços e preces com carinho
Ir. Jacira Onzi

Fonte: Arquivo do Colégio Nossa Senhora de Lourdes -ACNSL.

Para facilitar a compreensão do leitor, transcreve-se, abaixo, o recado:

> "Como lhe prometi, estou lhe enviando foto da turma da Admissão de 1945 cujos nomes estão relacionados acima. Na sala onde estão as 'fotos antigas' achei falta desta. Acho importante que esteja na 'coleção' pois a Madre Alice que teve importante serviços na congregação é bom que esteja ali, não acha? Comunique se recebeu. Abraços e preces com carinho Ir. Jacira Onzi" (Manuscrito, 2009).

A partir do manuscrito, é preciso destacar que o arquivo escolar não é composto de produções neutras, ao acaso, pois sua preservação, manutenção, acréscimo ou supressão de representações se dão por alguma motivação. Nesta fotografia, evidencia-se a importância da Irmã Maria Alice para a Congregação. Na visão de Bacellar (2005, p. 63), "documento algum é neutro, sempre carrega consigo a opinião do próprio autor [...]".

Na imagem, não é possível identificar qual foi a motivação para a fotografia, nem aparece o nome do fotógrafo; mas, certamente, fez parte de um momento considerado importante nas culturas escolares, tanto pela situação que antecedeu o registro quanto pelo cuidado no momento da fotografia. Pode-se afirmar, a partir dos documentos do acervo escolar, que a Irmã Maria Alice marcou forte presença no processo histórico do CNSL e também da Congregação, portanto, na ocasião de seu falecimento, causou grande comoção na comunidade e entre as demais religiosas. Seu falecimento foi noticiado no jornal *O Pioneiro* de Caxias do Sul:

> Irmã Alice Milani faleceu em 6 de março de 2004, em um acidente de automóvel na RST 470 km 219, em trajeto a visitas a familiares em Bento Gonçalves. O fato causou grande comoção às Irmãs e à comunidade, conforme notícia do Jornal Pioneiro em 8 de março de 2004: "A morte da religiosa Amélia Milania[89] Milani, 86 anos, conhecida como Irmã Alice, causou comoção na Congregação do Instituto São Carlos. Irmã Alice, que morou por doze anos em Roma, na Itália, exercendo a função de Superiora Geral da Congregação, foi sepultada em Caxias do Sul, no jazigo próprio da Instituição" (O Pioneiro, 2004).

Tal fato pode ser compreendido a partir da constatação de que professoras religiosas da RCI tornaram-se pessoas importantes, não só para sua congregação, mas também para as comunidades em que residiram, sendo assim referenciadas (Luchese, 2015a). Ainda com relação às docentes, no período em estudo, as exceções identificadas com relação ao grupo de Irmãs foram o padre e o militar. Quanto ao professor de educação física, Dino rememora:

> "Esse militar. Ele morava, eu lembro... a rua... o local, só não lembro o nome da rua e não sei o que ele era daqui de Farroupilha, o cabo, o sargento, não sei o que ele era, então ele se dispunha uma vez por semana de tarde ir até lá no campo para fazer uma hora de exercício físico" (Dino José Dorigon, 2016).

Recorda-se que o aluno concluiu o curso primário em 1942. Já na década de 1950, a Irmã Mafalda Seganfredo foi a docente responsável pelas aulas de educação física, e ela lembra: "eu fui professora de educação física sem curso nenhum, mas só com a experiência que eu tinha, eu era

89 O correto é Melania, conforme Certidão de Nascimento.

responsável da educação física do primário e do ginásio todo" (Mafalda Seganfredo, 2015). Apesar de não ter uma formação específica, ela foi a responsável pela disciplina.

Essa situação parece ter se alternado na década de 1950, por alguns períodos, a partir da memória da ex-aluna Alice T. Noro (2015), que relembra "quem dava educação física, uma certa altura, uma época, era essa Irmã Amantina e uma época foi o Capitão Ênio, Ênio dos Santos, que dava educação física pra nós".

Seria interessante poder compreender quem foram esses militares, de onde vieram, se tiveram relação com o Tiro de Guerra 652,[90] do município; porém, neste momento, não foram encontrados indícios que permitam afirmar que tipo de relações existiram.

Quanto ao padre, ficava a seu cargo o ensino dos saberes religiosos: "Eu lembro do Monsenhor [...] que ia dar aula" (Dino José Dorigon, 2016); "Vinha sim, ele falava de religião. De coisas assim" (Odete Rasera, 2015).

O Monsenhor a que se refere o aluno era Tiago Bombardelli, nascido em Flores da Cunha, em 12 de dezembro de 1891, filho de agricultores, imigrantes italianos da região de Trento. O Padre Tiago Bombardelli, conforme o Livro Tombo da Paróquia Sagrado Coração de Jesus de Farroupilha/RS, em 30 de julho de 1922, toma posse da paróquia de Nova Vicenza na qualidade de vigário, cargo para o qual foi nomeado por Dom João Becker.

Em 1928, foi ordenado sacerdote, também pelo Bispo de Porto Alegre, Dom João Becker. Foi aluno do Seminário Pareci Novo, em São Leopoldo/RS, e, em 1943, tornou-se Monsenhor (Souza; Chiele, 1999). Esse fato foi noticiado pelo jornal *O Momento*:

> Por indicação do Exmo. e Revmo. Sr. Bispo diocesano D. José Bárea e nomeação de Sua Santidade o Papa, acaba de ser promovido a Monsenhor o vigário da paróquia de Farroupilha, padre Tiago Bombardelli, que no dia 9 de maio último comemorou seu 25° aniversário de sacerdócio. Por esse motivo, o novo dignatário eclesiástico está sendo muito cumprimentado (*O Momento*, 11 set. 1943, p. 6).

Quando foi promovido a Monsenhor, o referido sacerdote já atuava no município de Farroupilha havia onze anos, local em que permaneceu até seu falecimento, em 15 de março de 1967.

Em síntese, diante do exposto, é possível afirmar que a abertura do noviciado auxiliou no processo de "arrebanhar" vocações e, portanto, au-

90 O Tiro de Guerra 652 teve seu primeiro grupo instituído em 1921 e foi extinto em 1939. O capitão Godofredo José Santoro foi um dos responsáveis pela sua administração (Tartarotti, 2014).

mentou efetivamente o número de professoras-religiosas para as escolas da Congregação no Rio Grande do Sul. Ainda é possível considerar como primeira formação das docentes do CNSL o período do noviciado.

Destaca-se ainda que o constituir-se docente, nesta instituição, enquanto religiosa, traz incutidas nesse processo particularidades próprias, tais como: aceitar a designação de ser professora; viver em comunidade; residir na instituição de ensino; realizar votos de pobreza e castidade; e vestir o hábito. São características específicas que marcaram os modos de ser, fazer e constituir-se religiosa-professora.

Observou-se que, no período de atuação, as docentes acumularam diversas e diversificadas funções, tais como a docência associada à direção; a docência associada à função de superiora da comunidade; a docência associada à formação continuada; a docência associada à função de secretária da escola; enfim, pode-se concluir que os modos de fazer do professor estão aparentemente associados a outras tarefas e funções na instituição e/ou na Congregação.

Percebe-se que não havia uma regra comum a todas quanto à formação profissional. A Congregação foi se adequando, dentro do possível ou necessário, no sentido de oportunizar diferentes formações e cursos para as religiosas que atuavam ou atuariam na docência.

Por fim, há indícios da atuação de outras pessoas como docentes na instituição, como o padre e o militar. Acredita-se que outras pessoas da comunidade também possam, em algum momento, ter contribuído nos processos educativos do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, aqui não lembradas ou não citadas em documentos do arquivo escolar.

Ao longo do capítulo, procurou-se apresentar as representações sobre as docentes da instituição, sua formação religiosa e profissional, bem como as singularidades do ser professora-religiosa. Ciente de que não só a docência era uma atividade reservada às religiosas da Congregação no CNSL, mas também a direção da instituição, ressalta-se tal aspecto a seguir.

“Sob as bênçãos da Virgem de Lourdes, nossa mãe e patrona gentil”: diretoras do Lourdes

Primeiro, a página em branco: um espaço “próprio” circunscreve um lugar de produção para o sujeito.
(Michel de Certeau, 1994).

Com a escola primária graduada e sua crescente organização burocrática, determinada pelo Estado, a responsabilidade do controle legal e do registro de informações escolares passa a ser tarefa do diretor, função que é criada a partir desse novo contexto.[91] O diretor, por sua vez, tornou-se parte de um grupo de agentes responsáveis pelo controle do ensino, juntamente com os inspetores escolares e, posteriormente, com os delegados de ensino (Souza, 2009).

Essa perspectiva do registro e do controle traz uma visão da instituição escolar organizada para quem olha de fora para dentro dos muros escolares; porém o diretor também pode ser visto como um elo entre a comunidade e a escola, já que é ele quem faz os convites para as bancas dos exames, para as solenidades de conclusão e que realiza a interlocução sobre apoio, inclusive financeiro, para a instituição. A partir disso, entende-se que o diretor tem atribuições legais, mas também sociais e políticas na instituição, e suas práticas também podem ser consideradas práticas culturais que foram além dos muros da instituição. Conforme Chartier (2002), assim vão se construindo as representações do mundo social.

No caso dos colégios confessionais, observa-se que o cargo de diretor[92] é incumbido a um religioso ou a uma religiosa, característica já evidenciada nos estudos de Oliveira (2003), Paz (2013), Matiello (2013) e Poletto (2014).

Como já citado anteriormente, a Congregação, em sua organização e funcionamento, tinha como autoridade local a Madre Provincial e, ao que se pôde perceber por meio da história oral, era ela quem determinava as atividades que seriam assumidas por cada religiosa, assim como cabia a ela definir as suas funções, tais como, por exemplo, a direção das escolas. As necessidades da congregação parecem ter influenciado no remanejamento das diretoras e em sua atuação por períodos diversos; porém é pos-

91 O Decreto n.º 1576, de janeiro de 1910 determina questões específicas sobre o diretor, dentre elas: realizar a inspeção do estabelecimento de ensino; redigir, expedir e receber as correspondências; conservar, com ordem e clareza, toda a escrituração do colégio, organizar os horários das aulas; cuidar da pontualidade dos professores, abonar faltas quando for o caso, conceder licenças para os professores; fazer cumprir os horários de programas de ensino, assinar os atestados de conclusão e as declarações de conduta; representar o colégio em atos oficiais. Legislação do Estado do Rio Grande do Sul, localizada no repositório da UFSC – Florianópolis/SC.

92 Situação que novamente surge no CNSL, uma vez que, desde sua criação, foram designadas somente religiosas pertencentes à Congregação como diretoras da escola até 2016, quando, então, pela primeira vez, assume uma diretora leiga, Marina Matiello, pedagoga, psicóloga, psicopedagoga, doutoranda em Educação, pela Universidade de Caxias do Sul.

sível perceber que existe uma regularidade em torno de períodos de dois anos e de possíveis renovações das indicações, conforme quadro a seguir.

Quadro 8: Diretoras do CNSL (1917-1954)

Lista da Secretaria do CNSL		**Histórico do CNSL – ASPIC**	
Diretora	**Período de atuação**	**Diretora**	**Período de atuação**
Irmã Helena De Lucca	1917-1919	Irmã Helena De Lucca	1917-1919
Irmã Maria de Lourdes Martins	1920-1922	Irmã Maria de Lourdes Martins	1920 – 1922
Irmã Maria Carmela Tomedi	1923	Irmã Maria Carmela Tomedi	1923
Irmã Maria de Lourdes Martins	1924 – 1926	Irmã Maria de Lourdes Martins	1924-1926
Irmã Faustina Bósio	1927-1933	Irmã Faustina Bósio	1927 – 1933
Irmã Bernardini Miele	1934-1936	Irmã Bernardini Miele	1934 – 1936
Irmã Nazaré Machado	1937 – 1941	Irmã Nazaré Machado	1937-1940
Irmã Maria Alice Milani	1942-1944	Irmã Amábile Nervis	1941 – 1944
Irmã Madalena Radaelli	1945-1946	Irmã Madalena Radaelli	1945 – 1946
Irmã Paulina Miotto	1947-1953	Irmã Paulina Miotto	1947 – 1948
Irmã Cleufe Ferronato	1954	Irmã Cleufe Ferronato	1949 – 1954

Fonte: Relação das diretoras do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Arquivo do CNSL e Histórico do Colégio Nossa Senhora de Lourdes – ASPIC.

Com referência às diretoras, existem duas relações distintas, uma delas pertence à secretaria do CNSL, e a outra faz parte do histórico do CNSL localizado no arquivo da secretaria da Província Imaculada Conceição, em Caxias do Sul. As listas apresentam conflitos de informações: enquanto, na primeira, em 1941, a diretora é Irmã Nazaré Machado e, de 1942 a 1944, é a Irmã Maria Alice Milani, na segunda, a diretora no período de 1941 a 1944 é a Irmã Amábile Nervis.

Outro desacordo observado foi o conflito de informações das listas com os documentos do arquivo escolar. Pode-se identificar que a Irmã Cleufe Ferronato, na primeira listagem, teria assumido a direção no ano de 1954 e, na segunda, em 1949. A partir dos documentos do arquivo escolar da instituição, observa-se que, em 1950, a Irmã Cleufe é quem conduz as negociações com a comunidade para a ampliação do prédio, a fim de atender o curso ginasial. Portanto, nas listagens constam informações que não estão em conformidade com os documentos do arquivo escolar.

A partir da inconsistência de ambas as listagens, a opção foi utilizar como referência as diretoras que constam nos documentos do arquivo escolar. Com base nesses documentos, a listagem teria uma terceira organização, apresentada no quadro a seguir.

Quadro 9: Diretoras do CNSL – a partir do arquivo escolar – (1917-954)

Diretora	Período de atuação
Irmã Helena De Lucca	1917-1919
Irmã Maria de Lourdes Martins	1920-1922
Irmã Maria Carmela Tomedi	1923
Irmã Maria de Lourdes Martins	1924 – 1926
Irmã Faustina Bosio	1927-1933
Irmã Bernardini Miele	1934-1936
Irmã Nazaré Machado	1937 – 1941
Irmã Maria Alice Milani	1942-1944
Irmã Madalena Radaelli	1945-1946
Irmã Paulina Miotto	1947-1948
Irmã Cleufe Ferronato	1949-1954

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos documentos do ACNSL.

Irmã Helena de Lucca, a primeira a assumir a direção do CNSL, trabalhou também na instituição escolar de Nova Bréscia, conforme relatório da congregação da década de 1920, que já contava com 72 alunos em 1926 (Signor, 2005).

Foi a Madre Provincial do Rio Grande do Sul de 1928 até fins de 1929. Nesse período, provavelmente, tenha permanecido no Estado, mas em 1935, encontrava-se na seção feminina do Orfanato Cristóvão Colombo/SP (Signor, 2005), vindo a falecer em 1955, na Província Nossa Senhora Aparecida/SP.

Após esse período, assume a função a Irmã Maria de Lourdes Martins, que exerceu o cargo em dois períodos distintos, de 1920 a 1922 e de 1924 a 1926, permanecendo quatro anos na função. Foi uma das cinco pioneiras no Rio Grande do Sul, no ano de 1915, em Bento Gonçalves. Atuou no Colégio Nossa Senhora de Lourdes e também, em 1935, como mestre das noviças no Noviciado São Carlos, em Bento Gonçalves (Signor, 2005).

Durante o período de atuação das gestoras Helena de Lucca e Maria de Lourdes Martins, foi possível encontrar vestígios de subvenção municipal e italiana na instituição. No Relatório da Intendência de Caxias, correspondente ao período de 1919-1920, na lista de escolas mantidas pelo município, pode-se observar, no número 39, o nome da diretora Irmã Helena, da escola em Nova Vicenza, 3º distrito, com 60$000 de subvenção. O recebimento do valor demonstra as estratégias da gestão escolar para angariar recursos para a instituição.

Figura 28: Escolas subvencionadas em Caxias (1919-1920)

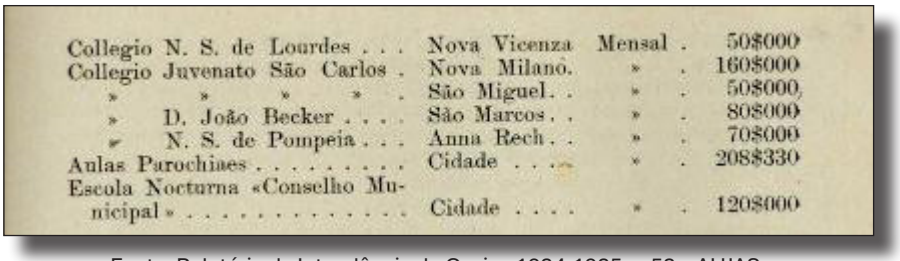
Quadro das escolas mantidas pelo municipio

Ns.	Nomes dos professores	Localisação das aulas	Districtos	Vencimentos
1	Carmella Zinguer	S. Romedio	1º. dist.	60$000
2	Firmino Bonnett	São Luiz, Aliança	1º. »	60$000
3	Vaga	Santa Lucia	1º. »	60$000
4	Olga Manteze	N. Srª. das Neves	1º. »	60$000
5	Guilhermina Kaller	N. Srª. da Graça	1º. »	60$000
6	Maria Perassolo	São Caetano	1º. »	60$000
7	Victoria G. Alvares	Matto Queimado	1º. »	60$000
8	Maria A. de Amorim	Estrada Rio Branco	1º. »	60$000
9	Bertha Postali	Trav. São João	1º. »	60$000
10	Dorothéa Chittolina	Linha Feijó	1º. »	60$000
11	Ignacia G. da Silva	Trav. Solferino	1º. »	60$000
12	Ignacia G. da Silva	São Victor	1º. »	60$000
13	Isolina Rossi	Trav. Herminia	1º. »	60$000
14	Aleny Cavalcanti	Trav. Garlos Gomes	1º. »	60$000
15	Marcos Martini	9ª. Legua	1º. »	60$000
16	Victoria G. Alvares	Desviu Blauthico	1º. »	60$000
17	Maria D'Agostini	São Giacomo	1º. »	60$000
18	Maria Ferraro	Trav. São Pedro	1º. »	60$000
19	Irmã Maria das Dores	Anna Rech	1º. »	60$000
20	Santo Ceroni	S. Luiz 6ª. Legua	1º. »	60$000
21	Isolina Rossi	S. Virgilio	1º. »	60$000
22	Olga Krindges	Nova Milano	4º. »	60$000
23	Constantino Bampi	S. Virgilio, 2ª Legua	1º. »	60$000
24	Florduardo Netto	Trav. Santa Thereza	1º. »	60$000
25	Maria D'Agostini	Thompson Flores	1º. »	60$000
26	Maria Pisani	Trav. 7 de Setembro	2º. »	60$000
27	Vaga	Trav. Rondelli	2º. »	60$000
28	Aracy Guedes	« Henrique D'Avilla	1º. »	60$000
29	Yolanda Biazús	Trav. Garibaldi	2º. »	60$000
30	Antonio Boff	Trav. Cavour	2º. »	60$000
31	Vaga	Lagôa Bella	2º. »	60$000
32	Anna Maria Lacava	São José	2º. »	60$000
33	Vaga	T. Felisberto Silva	2º. »	60$000
34	Herminia Bolzan	Trav. Claro	2º. »	60$000
35	Archadio Rosa	Trav. Trentino	3º. »	60$000
36	Maria Santini	Forqueta do Cahy	3º. »	60$000
37	Andradina da Silva	Linha Vicentina	3º. »	60$000
38	Victoria Trevisan	Monte Berico	3º. »	60$000
39	Irmã Helena di Lucca	Nova Vicenza	3º. »	60$000
40	Angelina Truccolo	Linha Sartorina	3º. »	50$000
41	Victorio Trevisan	Buraty	3º. »	60$000
42	Magdalena Rigoni	Trav. Bonito	4º. »	60$000
43	Angela Spada	Trav. Paredes	4º. »	40$000
44	Maria Rigoni	Nova Padua	4º. »	60$000
45	Florduardo Netto	Maternidade	1º. »	60$000
46	Alfredo Lavra Pinto	Gallópol i	5º. »	60$000
47	Abramo Tissot	Trav. Santa Rita	5º. »	50$000
48	Aleides Silveira	Santa Juliana	4º. »	60$000
49	Dorothèa Chittolina	Conceição	1º. »	50$000
50	Antonia Bizzi Pezzi	Caravaggio	5º. »	30$000
51	Santina Boniate	Trav. Trentino	3º. »	60$000
52	Josephina de O. Lehn	Trav. S. Cyro	1º. »	60$000
53	Maria Ferraro	Morro do Chrystal	1º. »	30$000
54	Lucia Colle	Trav. Perão	3º. »	60$000
55	Nuncia Bascú	Morro da Maestra	1º. »	40$000
56	Aleny Javalcanti	Santo Antonio	1º. »	60$000
57	José Coelho de Lima	Trav. José Bonifacio	1º. »	60$000

Fonte: Relatório da Intendência de Caxias do Sul, 1919-1920 – AHJAS.

Chama atenção, neste Relatório da Intendência, o fato de não constar o nome da instituição, e sim o da Irmã que exerce o cargo de diretora. A subvenção pode ser constatada ainda nos relatórios dos anos de 1924 e 1925, pois aparece o nome da instituição que, nesse período, já é denominado de Colégio Nossa Senhora de Lourdes, como é possível observar abaixo:

Figura 29: Escola subvencionadas pelo município de Caxias (1924-1925)



Collegio N. S. de Lourdes . . .	Nova Vicenza	Mensal .	50$000
Collegio Juvenato São Carlos .	Nova Milano.	» .	160$000
» » » » .	São Miguel. .	» .	50$000
» D. João Becker	São Marcos. .	» .	80$000
» N. S. de Pompeia . . .	Anna Rech. .	» .	70$000
Aulas Parochiaes	Cidade . . .	» .	208$330
Escola Nocturna «Conselho Municipal»	Cidade	» .	120$000

Fonte: Relatório da Intendência de Caxias 1924-1925, p.52 – AHJAS.

O valor destinado à instituição permanece sendo repassado; porém, é menor que a verba anterior, sendo, então, de 50$000. A subvenção é um acordo que foi realizado também com as escolas confessionais e as municipalidades, com a condição de oferecer matrícula gratuita para crianças carentes (Luchese, 2015a).

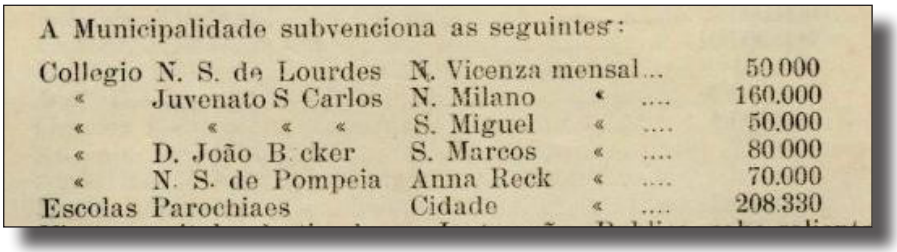
A subvenção ocorreu no período em que Celeste Gobbato teve o apoio da Igreja Católica, compareceu a diversas festas religiosas e foi, inclusive, padrinho da bênção dos sinos nas comunidades da Capela Nossa Senhora de Monte Bérico, Capela São Valentim, Capela Nossa Senhora de Pedancino e Capela São José da 6ª Légua, comparecimentos registrados no Livro Tombo da Paróquia Santa Tereza, no município de Caxias. Nesse processo de apoio, ao mesmo tempo em que a Igreja articulava a propaganda da administração municipal, a municipalidade intermediava os recursos vindos do Estado, autorizando subvenções, com atenção especial às escolas religiosas e às aulas paroquiais (Alves, 1995).

Outra forma de apoio encontrada foi o subsídio do governo italiano, sob a forma de apoio financeiro entregue à instituição no ano de 1926. Na ocasião, a gestora era Maria de Lourdes Martins; o vestígio foi localizado no Livro Tombo da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, registrado pelo pároco como donativo. Segue a transcrição:

> Em data de vinte e oito, maio o agente consular da Itália Professor Rômulo Carbone concedeu a nome [...] governo um subsídio de setenta sete mil e quatrocentos reis ao local do Colégio das freiras de São Carlos (Livro Tombo, 1926 – PSCJ).

A partir dos indícios, emergem questionamentos tais como: seria possível a instituição escolar ter recebido subvenção do governo brasileiro e italiano no mesmo período? Ao que parece, no ano de 1926, o CNSL recebeu subsídio financeiro do governo italiano e do poder público municipal de Caxias, conforme o registro no Livro Tombo da Paróquia Sagrado Coração de Jesus e no trecho do Relatório da Intendência de Caxias, a seguir.

Figura 30: Escolas subvencionadas pelo município de Caxias (1926)



A Municipalidade subvenciona as seguintes:

Collegio	N. S. de Lourdes	N. Vicenza mensal...		50 000
«	Juvenato S Carlos	N. Milano	....	160.000
«	« « «	S. Miguel	....	50.000
«	D. João B cker	S. Marcos	....	80 000
«	N. S. de Pompeia	Anna Reck	....	70.000
Escolas	Parochiaes	Cidade	....	208.330

Fonte: Relatório da Intendência de Caxias 1926, p.47 – AHJAS.

A partir do exposto, surge o questionamento de quais acordos e discursos foram estabelecidos em torno das subvenções. Como essas questões se refletiram nas culturas escolares e nas práticas escolares? Entende-se que o subsídio era efetivado mediante algumas contrapartidas.

O governo italiano apoiava financeiramente escolas privadas; estas eram "mantidas por financiamentos subsidiados pelas estruturas consulares" (Barausse, 2016, p. 83). O recurso financeiro italiano para manter tais escolas aumentou na primeira metade do século XX, período pós-guerra e também período em que é observado o recebimento de subvenção do agente consular Rômulo Carbone no CNSL.

A subvenção era concedida com a pretensão, por parte do governo italiano, de manter a "italianiedade" no exterior, principalmente entre as comunidades "de colonos". Para tanto instituiu, em 14 de dezembro de 1921, uma comissão de reorganização e a vigilância das escolas italianas nas Américas, ficando desta forma responsável por tal função no Brasil o professor Vittore Alemanni (Barausse, 2016, p. 84).

Também é preciso considerar, que nesse período, Mussolini detinha o poder político na Itália, período em que livros didáticos em italiano[93], difundindo ideias fascistas, eram distribuídos no Brasil para as escolas étnicas. Tal situação ocorreu de 1922 até 1938, quando se inicia a nacionalização repressiva do Governo Vargas (Luchese, 2013). No entanto, não se pode afirmar que o CNSL tenha recebido livros e material de divulgação fascista; por ora não há indícios de que isso tenha ocorrido.

> Para as escolas serem subsidiadas, precisavam aceitar que agentes consulares, cônsules ou outras pessoas nomeadas para a função (médicos, padres...) pudessem inspecionar a escola. São consistentes as referências às escolas subsidiadas e mantidas por Salesianos, num primeiro momento e, logo após a criação, por parte de João Baptista Scalabrini, da congregação masculina e feminina dos scalabrinianos (Luchese; Kreutz; Xerri, 2014, p. 214).

Tal indício esclarece a subvenção concedida por Rômulo Carbone[94], médico e também agente consular, sendo ainda possível que fosse o responsável pelas inspeções na instituição.

No ano de 1927, ainda foi possível localizar a subvenção concedida à instituição escolar no valor de 100$000, no relatório de intendência de Caxias, situação que não foi possível aferir nos relatórios de 1928 e 1929, pois nesses constam os valores destinados às escolas subvencionadas, porém não se detalha quais as escolas e os valores que receberam nesses anos.

Vistos os indícios de subvenção retorna-se às gestoras. Após as Irmãs Helena de Lucca e Maria de Lourdes Martins, a diretora do ano de 1923, Irmã Carmela Tomedi, foi uma das religiosas que participou de um momento marcante da história da congregação, como já explicitado no capítulo dois. Entre junho de 1900 e setembro de 1907, as Irmãs de São Carlos e as apóstolas do Sagrado Coração de Jesus[95] constituíram uma só

93 Para saber mais sobre o assunto ver Barausse (2016) em que aponta os acontecimentos que levaram a produção de livros de leitura para determinadas escolas no Brasil e Luchese (2013) que analisa seis livros didáticos italianos destinados ao ensino primário nas décadas de 1920 e 1930.

94 Para saber mais sobre a atuação de médicos italianos no Rio Grande do Sul, inclusive Rômulo Carbone, ver em Schwartsmann (2013).

95 As irmãs do Sagrado Coração de Jesus também se dedicaram à educação, inclusive no Rio Grande do Sul. Para obter mais informações, indica-se o estudo de Poletto (2014), intitulado *Colégio Sagrado Coração de Jesus, Bento Gonçalves/RS (1956-1972): Processo identitário e cultura escolar compondo uma história*.

instituição, denominada de Congregação das Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus. Esse fato ocorreu em função da acolhida por Scalabrini, em 1899, inicialmente de doze candidatas à vida religiosa da Congregação de Clélia Merloni, que havia falido. Dessa forma, ainda em 1900, chegaram ao Brasil seis irmãs para trabalhar no Orfanato Cristóvão Colombo, em São Paulo/SP, dentre elas a Irmã Carmela Tomedi (Signor, 2005).

A religiosa cursou o noviciado em Piacenza/Itália, tendo contato frequente com Scalabrini, que dava instruções às noviças. Em 1907, após muitos encontros e desencontros em função dos carismas das duas congregações, houve a separação das mesmas. Irmã Carmela Tomedi optou pela Congregação das Irmãs Carlistas Scalabrinianas, estabelecendo-se em Vila Prudente, seção feminina do Orfanato Cristóvão Colombo, com as demais oito Irmãs Scalabrinianas, sendo estas todas as religiosas da congregação naquele momento (Signor, 2005).

Em 1923, Irmã Carmela Tomedi[96] assumiu a direção do CNSL, cargo em que permaneceu apenas um ano. O que foi possível saber sobre sua trajetória posterior na congregação é que, em janeiro de 1935, passou a auxiliar as Irmãs no Noviciado São Carlos, em Aparecida do Norte e, em 1936, foi enviada a Piacenza – Itália – com outras duas missionárias que atuavam na província do Rio Grande do Sul: Irmãs Faustina Bosio (diretora do CNSL de 1927 a 1933) e Scalabrina Bacchi. Irmã Faustina Bosio foi nomeada superiora local e responsável pela formação das jovens aspirantes que começavam a se apresentar às Missionárias de São Carlos Scalabrinianas (Signor 2005).

De 1934 a 1936, foi diretora da instituição Bernardina Miele, conforme consta na lista de diretoras (adaptada) do Quadro 9. Entretanto, ela foi localizada, no mesmo período, nos escritos de Signor (2005), como superiora da comunidade do Colégio Scalabrini, em Guaporé, no ano de 1935, que já atendia a 140 alunas. É provável que haja algum conflito de informações ou datas, nesse caso específico, pois a superiora da comunidade morava junto à escola.

Na documentação do arquivo escolar, foi possível localizar, nesse período (1934-1936), um boletim do Jardim de Infância de 1935, assinado por Bernardina, como diretora, o que constitui um indício que neste ano a religiosa estaria em Farroupilha e não em Guaporé.

96 Teve importante participação na congregação, já no segundo governo geral (1918-1924), quando assumiu a função de conselheira (MSCS, 1995).

Irmã Nazaré Machado assumiu o próximo período da gestão, de 1937 a 1940. Observa-se que ela e outras Irmãs exerceram funções nos governos gerais e provinciais da congregação, como se pode ver no quadro a seguir.

Quadro 10: Atividades exercidas pelas diretoras do CNSL nos governos provinciais e gerais

Irmã	Função e local	Período
Helena Lucca	Madre provincial da Província Imaculada Conceição/RS	1928 – 1931
Faustina Bósio	Madre provincial da Província Imaculada Conceição/RS	1931 – 1935
Bernardina Miele	Conselheira da Província Imaculada Conceição/RS	1931 – 1935
	Conselheira da Província Nossa Senhora de Aparecida/SP	1949 – 1952
	Conselheira da Província Nossa Senhora de Aparecida/SP	1952 – 1955
Irmã Nazaré Machado	Conselheira da Província Imaculada Conceição/RS	1951 – 1954
	Madre provincial – Província Imaculada Conceição/RS	1948 – 1951
Paulina Miotto	Conselheira da Província Imaculada Conceição/RS	1951 – 1954
Maria de Lourdes Martins	Conselheira da Província Imaculada Conceição/RS	1948 – 1951
Maria Alice Milani	Conselheira do Governo Geral	1948 – 1951
	Madre provincial da Província Imaculada Conceição/RS	1951 – 1954
	Madre provincial da Província Imaculada Conceição/RS	1955 – 1957
	Madre provincial da Província Imaculada Conceição/RS	1966 – 1967
	Madre Geral	1971 – 1977
	Madre Geral	1977 – 1983
Madalena Radaelli	Conselheira da Província Imaculada Conceição/RS	1960 – 1963
	Conselheira da Província Imaculada Conceição/RS	1963 – 1966
	Conselheira da Província Imaculada Conceição/RS	1966 – 1967

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da *Revista Comemorativa do Centenário da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas* (MSCS,1995).

Irmã Nazaré Machado é provável que também tenha retornado a São Paulo para trabalhar no Orfanato Cristóvão Colombo. Conforme Signor

(2005), Irmã Nazarena[97] Machado, em 1935, encontrava-se nessa instituição e, anos mais tarde, de 1948 a 1951, já como Madre Provincial do Rio Grande do Sul, é provável que tenha passado mais um período em território gaúcho. Faleceu em quinze de março de 1970, na Província Nossa Senhora de Aparecida, em São Paulo/SP.

Em seu período como gestora, houve a solenidade do lançamento da pedra fundamental para a construção do novo prédio, que viria a ser inaugurado em 1943. O padre Adolfo Fedrizzi, vigário cooperador do Revmo. Monsenhor Tiago Bombardelli, organizou uma comissão de farroupilhenses, e a construção foi realizada com o apoio da comunidade. A direção da instituição escolar parece ter exercido a função de articuladora das necessidades da escola com o padre, considerado mediador entre a comunidade e a escola.

A fotografia tem ao fundo a Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus, emoldurada por árvores, e, do lado direito, há uma criança, uma menina, observando toda a movimentação. As sombrinhas provavelmente protegiam as senhoras do sol e, ao centro, estão os senhores de terno e gravata além de mais algumas crianças. As vestimentas representam também a condição econômica dos participantes da solenidade.

Figura 31: Lançamento da pedra fundamental CNSL (1941)



Fonte: Arquivo da Secretaria da Província Imaculada Conceição – ASPIC.

97 Considera-se possível que Nazarena Machado se refira a Nazaré Machado.

A rotatividade no cargo de direção estende-se às funções da congregação e também às províncias por onde as Irmãs transitam, em diferentes locais do Brasil e do exterior, pois algumas, por exemplo, retornam à Itália.

A organização das escolas está vinculada à organização da congregação, pois é esta que determina os quadros de pessoal das instituições escolares. A partir desse pressuposto, olhar para as funções concomitantes que as diretoras exerceram no Colégio Nossa Senhora de Lourdes e na Congregação, permite deduzir que, por vezes, estiveram atreladas. Como é possível observar no Quadro 11, torna-se perceptível que a função de direção esteve, nos casos das Irmãs Helena de Lucca, Maria de Lourdes Martins, Faustina Bosio, Maria Alice Milani e Cleufe Ferronato, vinculada, por algum período, à função de superiora da comunidade.

Quadro 11: Diretoras do CNSL e suas funções na Congregação.

Diretora	Período	Cargo de liderança na Congregação
Irmã Helena De Lucca	1917-1919	Superiora da comunidade
Irmã Maria de Lourdes Martins	1920-1922	
Irmã Maria Carmela Tomedi	1923	
Irmã Maria de Lourdes Martins	1924 – 1926	Superiora da comunidade
Irmã Faustina Bósio	1927-1933	Superiora da comunidade e Madre provincial da Província Imaculada Conceição/RS (1931 – 1935)
Irmã Bernardini Miele	1934-1936	Conselheira da Província Imaculada Conceição/RS (1931 – 1935)
Irmã Nazaré Machado	1937 – 1941	
Irmã Maria Alice Milani	1942-1944	Superiora da comunidade
Irmã Madalena Radaelli	1945-1946	
Irmã Paulina Miotto	1947-1948	
Irmã Cleufe Ferronato	1949-1954	Superiora da comunidade em 1950; Conselheira da Província Imaculada Conceição/RS (1951-1954)

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de Signor (2005) e Fichas de pessoal da ASPIC.

No caso das demais diretoras, não foi possível localizar documentos que afirmem tal vinculação; porém, os indícios encontrados sugerem que os cargos de direção e o de superiora da comunidade estiveram, geralmente, vinculados.

Como citado anteriormente, cada instituição escolar era uma comunidade, e nela estavam incluídas todas as religiosas que moravam no local, tendo como figura de liderança a superiora da comunidade. Diante disso, entende-se que a figura de autoridade entre as Irmãs, na comunidade e no colégio, por vezes, era a mesma, o que reforça a relação de poder com relação às demais, pois, dessa forma, entende-se que as estratégias da diretora se potencializavam (Certeau, 1994).

Irmã Maria Alice Milani assumiu a direção no ano de 1942 e, a partir desse período, observa-se um volume maior de documentos no arquivo escolar, o que pode ser justificado pelo momento mais acirrado de fiscalização das instituições escolares, devido à nacionalização compulsória (Kreutz, 2014). Um dos documentos redigidos com detalhes do período é o livro de atas de comemorações cívicas, aberto pela diretora no ano de 1942 e que prossegue até o ano de 1954.

Como foi citado anteriormente, Irmã Maria Alice acumulou as funções de diretora e professora. Ela participou, durante sua gestão e seu trabalho de docência, da mudança da escola de madeira, localizada ao lado da igreja, para o novo prédio de alvenaria de três andares. O edifício escolar "foi historicamente o resultado da confluência de diversas forças ou tendências", segundo Viñao Frago (2001, p. 73), e a construção passa a ser independente de outras instituições e com uma arquitetura própria. O novo prédio, inaugurado em 1943, mesmo estando próximo à Igreja Matriz, é independente, com uma arquitetura que difere dos espaços antes ocupados pela Instituição, os quais eram mais semelhantes às residências ou aos salões paroquiais.

A inauguração do prédio foi registrada em ata, a qual é transcrita a seguir:

> Ata de inauguração do novo edifício Nossa Senhora de Lourdes. Aos sete dias de março de 1943, nesta cidade de Farroupilha, às dez e meia horas, procedeu-se à inauguração do novo edifício da Escola Nossa Senhora de Lourdes. Estavam presentes ao ato inaugural a Exma. Sra. D. Maria José de Souza e Cunha, Chefe do Serviço de Ensino Particular, que representa a Secretaria de Educação e Cultura, sua Exa. D. José Baréa, D. D. Bispo de Caxias, o Dr. Oscar Dornelles, M. D. Fiscal de Ensino Particular da 4ª DRE o Sr. Antônio Pedroso Pinto, D. D. Prefeito Municipal, o Revmo Padre Tiago Bombardelli, D. D. Vigário desta paróquia, a Revma Madre Joana de Camargo, D. D. Superiora Provincial

> e outras autoridades civis e eclesiásticas. Deu-se inicio à solenidade com o discurso do orador oficial, Dr. Nelson Merlin, seguindo-se com a palavra a Sra. representante da Secretaria de Educação e Cultura. Em Seguida falou o Revmo. Padre Adolfo Fedrizzi, D. D. Vigário de Bento Gonçalves que agradeceu a colaboração do povo de Farroupilha à efetivação de tal empreendimento enaltecendo a grandiosidade do momento. Após os discursos houve, por S. Excia, o Sr. Bispo de Caxias, a bênção externa do novo edifício. Ainda a qual a Sra. Maria José de Souza e Cunha, em nome da Secretaria de Educação cortou a fita simbólica inaugurando em nome da S. Exa.[sic] D. José Baréa. Finda esta cerimônia foram cortadas as demais fitas simbólicas das diferentes salas do novo edifício pelas principais autoridades e outras pessoas distintas da localidade, à medida que o Sr. Bispo ia benzendo as diversas dependências. Dessa solenidade foi lavrada a presente ata que vai assinada pelas principais autoridades presentes e demais visitantes. Farroupilha, 7 de março de 1943 (Livro de Atas, 1943).

Percebe-se que a solenidade de inauguração foi organizada com antecedência e pompa, com a presença de autoridades civis e eclesiásticas, convites provavelmente realizados pela diretora da instituição escolar. A ata registra as presenças ilustres e suas atribuições durante a solenidade, ficando sob a responsabilidade de Nelson Merlin o discurso oficial, seguido da fala da representante da Secretaria de Educação e Cultura e do Padre, que dirigiu um agradecimento à comunidade pela sua colaboração. Supõe-se que a colaboração a que ele se refere seja também financeira por parte da comunidade, conduta adotada posteriormente para a ampliação do prédio em 1950, para atender o curso ginasial.

Em continuidade, a instituição escolar teve sua inauguração precedida da bênção externa e interna das diferentes salas, atribuição essa das autoridades eclesiásticas presentes, enquanto iam sendo cortadas as fitas simbólicas pelas autoridades civis presentes.

O novo prédio localiza-se próximo do anterior, que era ao lado da Igreja Matriz, e este localiza-se na quadra ao lado do Hospital São Carlos, que fica situado atrás da Igreja. Trata-se de um local central, nobre, onde moram as famílias tradicionais da cidade, próximo a casas de comércio, à Prefeitura, ao Clube do Comércio e também ao Grupo Escolar Farroupilha.

Irmã Maria Alice permaneceu até 1944 em suas funções, tornando-se, nos anos a seguir, uma das lideranças da congregação, sendo Madre Geral por vários anos.

No período de 1945 a 1946, Irmã Madalegna Radaelli foi a diretora da instituição e, a seguir, nos anos de 1947 a 1948, Irmã Paulina Miotto, so-

bre as quais não foi possível localizar indícios da atuação delas enquanto gestoras da instituição.

Irmã Maria Cleufe Ferronato (nome civil Gentília Ferronato) foi a última diretora referente ao período elencado para o estudo. Além de diretora, foi professora da turma de admissão. Nasceu em 18 de novembro de 1918, filha de Luiz Ferronato e Thereza Turra, natural de Anta Gorda, Rio Grande do Sul[98]. Sua formação inicia-se no noviciado em Bento Gonçalves, em 24 de dezembro de 1933; a profissão temporária ocorre em 29 de junho de 1936 e os votos perpétuos, em 4 de janeiro de 1942[99].

Ficou na casa do estudante da congregação de 1937 até a conclusão do curso em 1939, ano em que recebeu o diploma de aluna mestra[100] da Escola Complementar Duque de Caxias. Além disso, cursou o ginásio no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, concluído em 1956; licenciou-se em Pedagogia em 1967, na Universidade de Passo Fundo/RS; cursou extensão universitária de Pedagogia e do Pensamento na Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre/RS; realizou o curso de extensão em Orientação Educacional, em 1963, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Uberlândia/MG; concluiu o curso de Matemática Criativa, em 1972, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, e o curso de Teologia, em 1980, na Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre/RS. Seus registros de professora foram os seguintes:

Quadro 12: Registros profissionais da Irmã Maria Cleufe Ferronato

Registro	Ano	Órgão expedidor
Professora primária nº 995 A	1943	Expedido pelo Departamento de Educação Primária e Normal de Porto Alegre
Professora de 1º e 2º graus, nas disciplinas de matemática, francês, desenho e ciências naturais	1946	Decreto de lei n.º 8.777, expedido pelo Ministério da Educação, Rio de Janeiro
Registro de diretora do ensino secundário	1957	Expedido pelo Ministério da Educação; Rio de Janeiro
Registro de professora no magistério de didática geral, psicologia educacional e administração escolar	1971	Expedido pela Secretaria de Educação e Cultura, Porto Alegre

Fonte: Ficha de pessoal de Maria Cleufe Ferronato – ASPIC

98 Conforme certidão de nascimento 74, livro 5, folha 140, Cartório Distrital Arminho Miotto, 22 de dezembro de 1958, Anta Gorda/RS.

99 Conforme Curriculum Vitae, Arquivo Secretaria da Província Imaculada Conceição /RS.

100 Conforme Ficha de Pessoal da Sociedade Educadora e Beneficente do Sul, arquivo da Paróquia Imaculada Conceição/RS.

Foi administradora da construção da parte nova do colégio para instalação do curso ginasial, processo que foi registrado em um dos livros de atas. Esse livro é dedicado ao Ginásio Nossa Senhora de Lourdes, e nele consta que o curso ginasial, em 1950, oferecido para moças, estava sendo realizado no prédio do Colégio São Tiago, que atendia somente meninos e, por essa razão, a Madre Superiora pretendia extinguir tal atendimento por considerá-lo inadequado. Porém, uma comissão de senhoras, solicitou ao Bispo Dom José Baréa que interviesse junto à Madre Geral para que as aulas continuassem. Essa comissão foi composta pelas senhoras: Inês Ruaro, Inês Luchese, Pierina Giron, Irma Breitenbach e Olíria Milesi.

Pode-se perceber que o "relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza" (Chartier, 2002, p. 17) trouxe as notícias esperadas pelas senhoras da comunidade. Resultou na decisão da Superiora Geral, Madre Barromea Ferraresi, de manter o curso ginasial em anexo ao Colégio São Tiago, desde que o povo farroupilhense apoiasse as Irmãs para ampliar o prédio, pois não tinham condições de assumir novos compromissos financeiros naquele momento (Livro de Atas – Ginásio Nossa Senhora de Lourdes, 1950).

Uma comissão foi instituída, e a campanha em prol do novo prédio foi acolhida pela comunidade. Seguiram-se reuniões com o propósito de discutir as opiniões da comunidade e as exigências do Ministério da Educação e Saúde. Tudo isso oportunizou para que, cada vez mais, se agregassem os membros da comunidade, as autoridades civis e também uma comissão de senhores para que dessem todo apoio a essa causa (Livro de Atas – Ginásio Nossa Senhora de Lourdes, 1950).

Diversos membros da sociedade participaram de diferentes formas na campanha. O Padre Monsenhor Tiago Bombardelli, engajado na causa, em uma das reuniões, falou da importância do Ginásio feminino para o progresso do município e, com a participação do juiz municipal, sugeriu que fosse realizado o orçamento da obra, enquanto um dos senhores, Pedro Alfredo, propôs a criação do "Livro de Ouro".

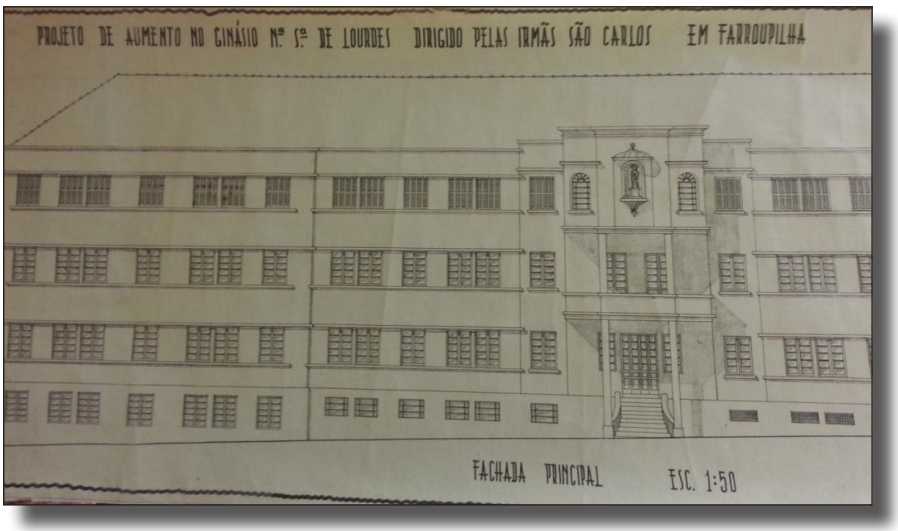
O livro intitulado "Livro de Ouro" foi criado com o objetivo de registrar todas as contribuições e seria tarefa da comissão de senhoras passar nas famílias, recolher as contribuições e registrar em ata. Essa tarefa coube à Irmã Mafalda Seganfredo, que rememorou a organização da coleta de contribuições, conforme entrevista abaixo.

> "Como eu fui na época em que começamos construir a parte que foi depois o ginásio então a gente ia nas famílias com o livro de ouro. Então o livro de ouro de cada mês a gente tinha o nome da casa de comércio, de não sei o que, também da família, particulares que tinham prometido, então tava tudo no livro de ouro. Uma vez por mês a gente ia e eles davam um tanto conforme podiam" (Mafalda Seganfredo, 2015).

Qual das duas entrevistas de 2015????

E todo o processo de construção segue de maneira coletiva; as decisões são tomadas em conjunto com a comunidade, e cada membro se responsabiliza por uma tarefa, dando continuidade a ela. Cita-se como exemplo a ocasião em que a planta da ampliação do prédio escolar é apresentada pela Irmã Maria Cleufe Ferronato e apreciada pela comissão de construção, presidida pelo Monsenhor Tiago Bombardelli, antes de dar continuidade às obras.

Figura 32: Planta para ampliação do prédio – Década de 50



Fonte: Arquivo do Colégio Nossa Senhora de Lourdes – ACNSL

A planta da fachada frontal mostra um prédio imponente; a entrada da escola merece lugar central com escadaria, e, ao alto, pode-se observar uma imagem ladeada por janelas arqueadas. O prédio pode ser considerado a partir de Viñao Frago (2001) como o modelo simplificado em U, mo-

delo esse caracterizado pela fachada imponente para impressionar quem o contempla, mas que, ao ocultar seu interior, delimita o espaço interno e o externo em um jogo de relações.

Considera-se que a diretora no período, Irmã Maria Cleufe, teve importante papel na interlocução entre a comunidade, a congregação e a Secretaria de Educação, no sentido de dar andamento à obra de ampliação para atender o curso ginasial e providenciar-lhe o que fosse necessário para seu funcionamento.

Quando autorizado o curso ginasial, mantém-se a Irmã Cleufe como diretora da instituição, que, neste momento, é renomeada como Ginásio Nossa Senhora de Lourdes. Tal razão é explicitada, no *Relatório de verificação prévia* para autorização do ginásio, como vemos a seguir.

> A diretoria ou conselho administrativo da Sociedade Educadora Instrutiva e Beneficente, sediada em São Paulo, Estado de São Paulo, é constituída de sete membros, que autorizam o Conselho Provincial a nomear a Diretora do Ginásio Nossa Senhora de Lourdes, assim como seus auxiliares, os quais constituem a Direção deste educandário foi confiada a Revma. Irmã Maria Cleufe, **professora com registro definitivo e com catorze anos de magistério**. A direção da casa, depende de tudo da Revma Madre Provincial, a quem presta conta, periodicamente, de sua gestão. Existe ademais um conselho administrativo, cujo objetivo é orientar todas e quaisquer atividades escolares (grifos da autora).

A partir desse fragmento do Relatório, que trata da organização administrativa da instituição escolar, é possível perceber as decisões vinculadas à mantenedora "Sociedade Educadora Instrutiva e Beneficente", as quais são justificadas pela experiência docente. O documento estabelece ainda a hierarquia, mediante a congregação, sendo que a diretora deveria prestar contas de sua gestão à Madre Provincial, além de orientar a formação de um conselho administrativo para as atividades escolares. Quanto às tarefas da diretora na instituição, conforme o *Regimento Interno do Colégio Nossa Senhora de Lourdes,* anexo ao *Relatório de verificação prévia,* em 1954, em seu capítulo VII, pode-se ver abaixo.

> Art. 1° Compete à diretora: a)Nomear os auxiliares da professora regente bem como as funcionárias administrativas, as professoras auxiliares, etc. b) Presidir as sessões da congregação e convocá-las e suspendê-las quando julgar necessário. c) Aplicar aos alunos e às funcionárias administrativas as penas disciplinares da competência dela. d)Admoestar e punir as professoras nos casos previstos em lei e nos termos do regimento. e) Promover,

> quanto estiver ao alcance, a prosperidade do ensino no estabelecimento bem como o aperfeiçoamento do serviço administrativo e econômico. f) Executar e mandar executar as decisões da Secretaria de Educação e Cultura ou Delegacia Regional de Ensino e da congregação. g) Representar o ginásio perante as autoridades estaduais, federais ou qualquer federação, digo corporação. h) Rubricar todos os livros de escrituração do Ginásio, exames finais e demais ramos do ginásio. i) Exercer a inspeção imediata do ensino, disciplina, exames e demais ramos do serviço do Ginásio. j)Tomar em casos graves e urgentes, as medidas necessárias que não tenham sido previstas.l)Regular os serviços da secretaria, biblioteca, tesouraria e demais serviços de cada seção do ginásio. m) Entregar a tesoureira os donativos oferecidos ao Ginásio, autorizar-lhe e recebimento, depósito e retirada de dinheiro e realização de despesas necessárias.

O documento acima foi o único regimento encontrado da instituição escolar em que se pôde vislumbrar as tarefas atribuídas à direção; porém, compreendendo que as funções do gestor escolar foram constituindo-se ao longo do tempo, é possível que diversas dessas atribuições já fossem tarefas das diretoras do CNSL, enquanto escola de ensino primário.

É pertinente ainda apontar a responsabilidade da diretora em colocar em prática as determinações da Secretaria da Educação e Cultura, bem como as da congregação, demonstrando que a instituição escolar se adequou à realidade nacional e local, sem descaracterizar-se como instituição confessional.

À direção são também atribuídas questões disciplinares com relação aos docentes e discentes, e, nesse caso, é interessante pontuar o papel das docentes por vezes estratégico e por vezes tático. Uma dessas situações foi lembrada pela docente Rosalina Seganfredo:

> "Mas lá em Farroupilha, então a diretora era a Cleufe, ela era braba! Severa, então quem chegasse tarde na sala de aula era castigado, né. Mandava pra casa. E tinha o [um aluno] que ia na igreja acompanhar o Monsenhor Bombardelli, ele botava a mão em cima do ombro do menino e caminhava, mas ele é ... demoro... coitado. Né! Imagina ele não queira ir, ele era severo o pai, daí quando ele chegou que, chegou a diretora mando embora, ele chorou, chorava, soluçava. Então olhei pra fora e olhei quem era, vi que era ele e faltava porque ele tinha que fazer a parte dele, né. Então quando eu olhei fora fiquei com tanta pena. Então a diretora, tava do lado, mas também disse

> vamos devagar também como que eu vou fazer, fiz o gesto pra ele vir mais perto e ele se agarrou no pescoço, eu abri a janela e eu pelos braço puxei. As crianças quietas vocês [falou aos demais alunos], porque a diretora entra aqui né e puxei dentro. Mas ele soluçava, soluçava, então, ajudamos ele a parar" (Rosalina e Amantina Seganfredo, 2015).

A representação da professora com relação à diretora é de que ela era severa; no entanto, é preciso observar que fazia parte das suas atribuições controlar a disciplina e fazer cumprir as regras do Ginásio. O aluno que chegasse atrasado deveria retornar para casa. A partir do relato da docente, porém, a professora criou uma solução tática para tal situação, puxando o aluno para dentro da sala de aula pela janela.

Irmã Maria Cleufe Ferronato, professora na instituição do curso ginasial, exerceu a atividade de diretora até 1954, sendo um elo de ligação com a comunidade farroupilhense, com as professoras, pais e alunos. Incluso nesse período de atuação no CNSL, atuou no magistério por mais de trinta e nove anos de forma ininterrupta, atuando em diversas instituições.

Faleceu em 10 de setembro de 2000 e foi sepultada no jazigo da congregação, no Instituto São Carlos/RS.[101]

Irmã Cleufe foi lembrada pela Irmã Mafalda Seganfredo (2015) durante a entrevista. No período em que ela iniciou sua trajetória docente, Irmã Cleufe era a diretora em exercício, e é referida como "uma professora de matemática terrível, no sentido de sabida e severa, tinha que aprender! Ela ficou e o tempo que ficou aqui ela fez progredir muito no sentido que fez o ginásio".

Em suma, as diretoras do CNSL, nos primeiros anos de funcionamento da instituição, não eram da região, e algumas delas, inclusive, eram de nacionalidade estrangeira, como, por exemplo, Maria de Lourdes Martins, portuguesa, Maria Carmela Tomedi e Faustina Bosio, italianas. Já a partir da década de 1940, algumas das diretoras são Irmãs gaúchas que cursaram o noviciado em Bento Gonçalves, como se pôde constatar com relação à Irmã Maria Alice Milani, Madalegna Radaelli e Maria Cleufe Ferronato. Esse fato pode ser considerado um dos reflexos do processo de nacionalização compulsória do ensino, pois, a partir do Decreto n.º 406,

101 Conforme certidão de óbito n.º19961, 35-C, folha 179, Comarca de Caxias do Sul, Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais da 1ª zona, de 15 de setembro de 2000.

de maio de 1938, torna-se obrigatório que professores e diretores fossem brasileiros natos (Kreutz, 2014).

Pode-se observar, a partir dos indícios encontrados, que as diversas religiosas acumulavam o cargo de gestora com a tarefa de docente, além de, por vezes, cumprirem suas atribuições com a congregação, como superioras da comunidade em que residiam.

Dessa forma, o ser diretora no CNSL demonstra peculiaridades próprias à instituição que parecem somar-se às particularidades, na maioria dos casos, do ser professora. Percebe-se ainda que as gestoras articularam negociações e conseguiram o apoio da comunidade, intermediadas ou apoiadas pelos párocos e, com isso, efetivaram melhorias na instituição escolar, com a construção e ampliação do prédio escolar.

Neste capítulo, concluindo, foram apresentadas as representações sobre os sujeitos escolares: discentes, docentes e diretoras, compreendendo-os como os responsáveis pelas ações cotidianas. Na sequência serão analisadas as práticas escolares.

Práticas Escolares Entrelaçadas em Tempos e Espaços

O que é invocado, mas ausente, é o que se faz na escola, o que se faz hoje ou o que é sempre feito, enfim, a prática escolar.

(Anne Marie Chartier, 2000).

A partir da perspectiva de Anne Marie Chartier (2000), as práticas escolares são entendidas como algo que acontece na escola, contudo, elas não deixam vestígios, ou seja, situam-se no campo entre as normas apropriadas e os discursos proferidos, sendo simplesmente os fazeres ordinários. Essa constatação, para a autora, deve ser considerada um alerta para aqueles que desenvolvem estudos sobre instituições escolares. O alerta ao pesquisador é no sentido de que a narrativa construída por ele não promova um apagamento exatamente daquilo que a escola mais realiza no seu cotidiano, ou seja, as práticas escolares.

Julia (2001) corrobora o tema ao afirmar que investigar as práticas culturais é, de fato, difícil, porque elas não deixam traços, e aconselha que não se exagere no silêncio dos arquivos escolares. O autor pondera que existe, sim, a dificuldade, mas também existe a possibilidade. Diante do exposto, portanto, pretende-se apresentar as representações do que a escola faz, isto é, as suas práticas escolares.

Ainda nesse sentido, Certeau (1994) contribui com os conceitos de estratégia e tática, entendidos como formas inventivas das artes de fazer. A estratégia é vista como "o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que o sujeito de querer e poder é isolável de um "ambiente". Já a tática tem como característica "o lugar do outro", uma ocasião de ganho, que não garante um lugar próprio (Certeau, 1994, p. 46-47).

Com o intuito de perceber as práticas que permeiam o cotidiano do CNSL, a presente análise privilegia as práticas escolares no período do final da década de 1930, da década de 1940 e do início dos anos 1950. Para a realização dessa análise, optou-se, principalmente, pelas memórias dos entrevistados que compartilharam determinadas práticas nesse período. Portanto, fez-se uso das legislações existentes e dos programas que privilegiaram esse período, bem como da influência do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul (CPOE/RS), das ideias escolanovistas[102] e da campanha de nacionalização que circulavam no Estado.

O CPOE fez parte da reestruturação administrativa da Secretaria de Educação e Cultura em 1943. Esse órgão público caracterizou-se como um órgão especializado, normatizador, fiscalizador e de orientação, a partir de estudos embasados cientificamente, em especial no período dos anos de 1930 a 1960, "demarcados pelos discursos da Escola Nova". Produziu discursos que adentraram as escolas primárias gaúchas, redefinindo as culturas escolares (Quadros, 2006, p. 284).

A Escola Nova pode ser vista como um movimento de renovação pedagógica da escola brasileira que privilegia a criança enquanto sujeito no processo de aprendizagem, preocupando-se com normas higiênicas e com a disciplina dos corpos a partir de bases científicas. O discurso pretende distanciar-se do tradicional, mas também necessita se apropriar "do modelo escolar negado, ressignificando seus materiais e métodos" (Vidal, 2000, p. 497).

A nacionalização do ensino acirra-se a partir de 1938, possibilitando a intervenção estatal por meio de diversas ações, tais como a jurisprudência sobre a educação, a expansão da rede pública de ensino e a orientação, supervisão e fiscalização do trabalho escolar. No intuito de formar um "espírito nacional", o ensino da Língua Portuguesa, os saberes cívicos e patrióticos e o ensino de História e Geografia do Brasil tornaram-se obrigatórios (Quadros, 2006).

Sinaliza-se que o cotidiano escolar das escolas primárias, na época, era orientado pelo *Programa mínimo a ser adotado nas escolas primárias do Estado,*[103] aprovado em 1939, cujo foco era regular o ensino de cada matéria.

---

102 Existem diversos estudos sobre o tema, ver mais em: BASTOS (2005), PAULA (2015) e MIGUEL (1992)

103 Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122105. Acesso em: 15 maio 2016. O texto aborda a forma como foi organizado o ensino, ou seja, por séries (primeiro, segun-

Na trajetória do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, tais elementos foram identificados desde a construção do prédio escolar, inaugurado em 1943, até as comemorações cívicas, a preocupação com o ensino da língua pátria, as atividades físicas, a ordem, a disciplina, as avaliações e as solenidades de conclusão.

A racionalização do ensino organiza também o tempo e os espaços da escola, o ano letivo, as férias escolares, os horários das aulas, os feriados e até mesmo o tempo livre no pátio, o recreio. A escola precisa de um espaço e de um tempo para organizar sua rotina, como a entrada, a saída, o recreio, o início e o fim do ano letivo, pois "a ordem temporal se une, [...] à do espaço para regular a organização acadêmica e para pautar as coordenadas básicas das primeiras aprendizagens" (Viñao Frago, 2001, p. 44). Tais coordenadas auxiliam na aprendizagem das primeiras percepções cognitivas da temporalidade e incutem valores quanto ao seu bom uso, como a pontualidade e a assiduidade.

Os indícios permitiram perceber que o ano letivo no CNSL iniciava no mês de março e findava em dezembro, com um período de férias em julho. Quanto ao horário de funcionamento, conforme o *Regimento Interno do Ginásio Nossa Senhora de Lourdes,* as aulas ocorriam pela manhã, das 8h30 às 11h30, e, quanto ao turno da tarde, não consta o início, somente o final das aulas, que era às 15h30 para o Ensino Primário.

Os entrevistados sinalizaram que as aulas eram em período integral: "Nós estudávamos de manhã e de tarde, todo dia. Eu acho que é por isso até que eu enjoei de estudar" (Odete Rasera, 2015). No entanto, não se pode precisar o horário de início das aulas à tarde.

No horário do intervalo para o almoço, uma das entrevistadas lembra que "vinha para casa almoçar. Porque lá tinha almoço, mas daí tinha que pagar, então, quando chovia, eu ficava lá. Eu dizia pro pai: pai, me dá dinheiro que hoje eu fico lá, aí eu ficava, senão nós íamos para casa" (Odete Rasera, 2015). Outra entrevistada, Alice T. Noro (2015) também afirma que "tinha aula de tarde, então a mãe fazia aqueles vidros [...] de Biotônico Fontoura, ela botava café com leite e sanduíche pra gente comer, ali de meio dia para depois ir para aula e ir embora depois, às três da tarde".

---

do, terceiro, quarto e quinto anos). Em seguida, focou a série por saberes de cada área (Linguagem, Matemática, Estudos Sociais, Estudos Naturais, Desenho e Artes Aplicadas e Música) de forma a propor objetivos gerais e específicos. Também apresentou a normativa (explicação de como o aluno aprenderia aqueles conteúdos determinados e sugestões de práticas pedagógicas). Além disso, estabeleceu também as diretrizes para o ensino de Moral e Civismo.

Observa-se nas narrativas das alunas que uma permanecia na escola e levava a refeição de casa, enquanto a outra geralmente ia para casa, com exceção dos dias chuvosos, e ambas recordam que aulas se estendiam no período da tarde.

Ainda conforme o *Regimento Interno*, as matrículas deveriam ser realizadas entre os dias 16 e 28 de fevereiro, e somente os alunos matriculados poderiam comparecer às aulas, que aconteciam de segunda a sábado. Os feriados e as férias de inverno eram estipulados pela Secretaria de Educação e Cultura. Não era considerado dia letivo o dia do sepultamento de alguma professora efetiva ou jubilada do ginásio.

Os tempos organizados por períodos no CNSL eram controlados pelo sino. Com o início do funcionamento do curso ginasial, o sino passou a ficar na sala da quarta série, como relata Alice T. Noro:

> "no último ano o sino ficava na quarta série, [...] lá era o lugar dele e aí então a irmã essa que era a responsável [delegava a responsabilidade a uma das alunas de tocar o sino], lá ia alguém e eu ia, tu entende? Isso aí é como se fosse um prêmio! É, eu me lembro, eu tava sempre no sino" (Alice T. Noro, 2015).

Durante as aulas, havia o intervalo, lembrado como momento de recreio pelos entrevistados. Na imagem a seguir, vê-se o local destinado ao recreio,[104] lugar também destinado a cantar o hino, hastear a Bandeira, dentre outras atividades. O pátio de terra estava situado nos fundos da escola. Veem-se muitas crianças, em sua maioria meninas, algumas de mãos dadas, parecendo brincar de roda. A imagem foi produzida para o *Relatório de Verificação Prévia para Autorização do Ginásio*, visando comprovar a existência de tal espaço. Ao fundo do prédio escolar, podem-se ver as torres da Igreja Matriz.

104 Pátio do prédio escolar inaugurado em 1943.

Figura 33: Pátio da escola – Década de 1950.



Fonte: Relatório de Verificação Prévia, 1954 – ACNSL

As representações sobre o recreio, lembradas pelos entrevistados, remetem ao tempo livre em que ficavam no pátio e a como se divertiam com as brincadeiras que tinham aprendido com a família. Ao usar a expressão "tempo livre", justifica-se que as memórias indicam que nenhuma Irmã controlava o recreio, pois os alunos permaneciam nesse intervalo entre as aulas sem supervisão. Faziam uso desse tempo brincando de "amarelinha, vôlei" (Alice T. Noro, 2015), também de "gata cega, ovo podre, brincar de esconder"(Lila Lourdes L. Muller, 2015), e ainda "naquele tempo também tinha um arco com um arame que tu brincava com aquele arco" (Dino José Dorigon, 2016), e ainda, de "pega-pega, roda cutia, tinha as cinco marias, bah! Aquela era boa de jogar, às vezes a gente jogava vôlei" (Odete Rasera, 2015).

Ainda conforme os entrevistados, as brincadeiras eram referências culturais de casa, pois as docentes não ensinavam brincadeiras, nem interferiam no tempo do recreio. Ao apontar as brincadeiras infantis, pode-se entender que

> por cultura escolar é conveniente compreender também quando isso é possível, as culturas infantis (no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios do recreio, e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares (Julia, 2001, p. 11).

No caso específico dos sujeitos escolares do CNSL, as brincadeiras não representaram um afastamento das culturas familiares, mas sim uma aproximação.

Nesse contexto, as histórias infantis também faziam parte da bagagem cultural dos alunos, trazidas de casa. Lila Lourdes relata que "depois da janta o pai reunia todos na cozinha, ainda mais no inverno, em redor do fogão a lenha e meu pai contava histórias para nós, fatos. Naquela época, *Nanetto Pipetta*[105], [...] e *João e Maria*" (Lila Lourdes Muller, 2015).

Do pátio, área externa, passa-se a olhar para o prédio escolar, áreas internas, que, com a implantação do curso ginasial na instituição, teve novos espaços criados, os quais podem ter sido utilizados também pelos alunos do ensino primário.

A seguir, será apresentada a distribuição interna dos espaços a partir do projeto de ampliação do Colégio, mapeando os espaços já construídos e a planificação dos espaços a serem construídos para atender também às alunas do curso ginasial.

Quadro 13: Dependências Internas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes – Décadas de 1940 e 1950

PAVIMENTO	ESPAÇOS INTERNOS
Andar Térreo	Refeitório das alunas, refeitório das visitas e refeitório das irmãs, hall de entrada, sala de visitas, sala da direção, orfeão, dois banheiros, área coberta com mais dois banheiros e vestiários, cozinha, despensa e lavador.
1° andar	Nove salas de aula, sala de trabalhos manuais, sala de ciências naturais, sala de desenho, sala de história e geografia e capela.
2° andar	Dois dormitórios grandes, sala de estudo, banheiros (três com banheiras e quatro sem banheiras), duas enfermarias, sala de línguas vivas, museu, laboratório, dormitório das irmãs, cinco quartos, uma sala e rouparia.

Fonte: Quadro produzido pela autora a partir das plantas arquitetônicas de ampliação do prédio escolar em 1950, ACNSL.

105 Refere-se à obra *Nanetto Pipetta* de Aquiles Bernardi a qual teve sua primeira publicação em 1937. Para saber sobre como o autor insere a representação de cultura da imigração italiana no universo da narrativa de ficção consulte Perotti (2007).

Optou-se por apresentar o quadro com indicação dos espaços para uma leitura mais clara. No arquivo escolar, foi possível localizar fotografias de diversos lugares do Colégio, como, por exemplo, a sala do orfeão com o piano e os demais instrumentos musicais.

Figura 34: Sala de Canto – Década de 50, séc. XX



Fonte: Relatório de Verificação Prévia, 1954.

No *Relatório de Verificação Prévia,* o local (Figura 34) é denominado auditório, e estão relacionados os instrumentos musicais existentes no local, sendo eles: o piano, a eletrola, o violino, o violão, a cítara, quatro gaitas e cem cadeiras.

Das salas com materiais específicos, a que dispõe do maior número de utensílios relacionados era, sem dúvida, a sala de ciências naturais. Sobre o balcão, alguns materiais são dispostos para a produção da fotografia que, nesse caso, destina-se a compor o *Relatório de Verificação Prévia*, visando à autorização do atendimento do curso ginasial. Portanto, justifica-se o cuidado em expor, por meio da fotografia, os utensílios como forma de comprovar sua existência nesse primeiro momento, o que posteriormente foi realizado *in loco*.

Outra sala fotografada foi a de Ciências Naturais, na qual, a partir do relatório, foi possível verificar que dispunha de dispositivo para escurecer o ambiente, instalação elétrica, mesa, microscópio, quadro negro e quadros murais. Na fotografia a seguir, alguns objetos estão dispostos sobre o balcão; ao fundo o quadro negro.

Figura 35: Sala de Ciências Naturais, década de 1950.



Fonte: Livro de Verificação Prévia, 1954 – ACNSL.

Nesse mesmo documento, além da estrutura já citada da sala, detalham-se os materiais de que a mesma dispõe: dinamômetros, roldanas, plano inclinado completo, balança do Roberval, balança hidrostática, picnômetros, vasos comunicantes, tubos em U para líquidos, tubos capilares,

sifões, máquina pneumática, hemisférios de Magdeburgo, bomba aspirante e premente, campânula com campainha, aparelho para demonstração da dilatação dos sólidos, termômetro de mercúrio graduado, termômetro com três escalas, termômetro de máxima e mínima, pirômetro de demonstração, pequena máquina a vapor, espelhos esféricos, espelhos (cônico, cilindro e parabólico), cuba para estudo da reflexão e refração por prismas, jogo de lentes esféricas, disco de Newton, ímãs (barra, agulha e ferradura), bússolas, amperímetro de demonstração, eletroímã, campainha elétrica, aparelho para demonstrar o princípio das máquinas magnetoelétricas, microscópio, alambique, aparelho de Kipp, esqueleto completo, modelo de ouvido desmontável, modelo de olho desmontável, aves empalhadas, ofídio, quelônio, peixe, crustáceo, vermes, moluscos, insetos das principais ordens, aracnídeos, equinodermes, baroscópio, voltímetro de demonstração, nível de bolhas, tubo de Torricelli, sonômetro de corda, higrômetro de cabelo, cristal de espato da Islândia, bastões de vidro e de ebonite, eletroscópio, máquina eletrostática, maquete humana desmontável, lacertídio, anuro, mesa para microscópio, garrafa de Leiden, réguas diversas, cronômetro para fração de segundo, balança analítica sensível, luneta, galvanômetro sensível ao miliampere, suporte universal, tripés, bico de Bunsen, telas de amianto, triângulos de porcelana, pinças de Mohr, pinças comuns, pinças de madeira, gral de porcelana, colher de porcelana e espátula, tubos de ensaio, estantes para tubos de ensaio, chapas de vidro, frascos de boca larga, cálices graduados, funis diversos, cálices sem graduação, funis de segurança, cristalizadores, vidros de relógio, balão de ventilação com tubo lateral, vasos de Erlenmeyer, retorta com rolha esmerilhada, pipetas graduadas, cilindros graduados, furadores de rolhas, lâmpadas de álcool, espátula de ferro, dissecadores, tenazes de ferro para cadinhos, lâminas e lamínulas, materiais corantes, mercúrio, limalha de ferro, além de diversos reagentes químicos.[106] Todo esse equipamento demonstra o investimento realizado na infraestrutura e no material didático para ofertar o ensino secundário.

106 Fósforo branco, sódio metálico, limalha de cobre, iodo, enxofre, ácido sulfúrico, ácido clorídrico, bióxido de manganês, cloreto de cálcio, cloreto de sódio, cloreto de potássio, brometo de potássio, nitrato de prata, fragmentos de mármore, álcool etílico, formol, éter sulfúrico, ácido acético, amido, papéis de tornassol, metilorange, sulfato de zinco, sulfato ferroso, hipossulfito de sódio, clorofórmio, glicose, sacarose, ácido bórico, glicerol, acetona, coleção de solenoides, motor de corrente contínua, bastões de vidro, pipeta graduada, barômetro de mercúrio, extintores de incêndio, rolhas sortidas de cortiça, rolhas de borracha, papel de filtro, alambique, aparelho de Kipp, provetas com rolha de esmerilhada.

Mais um espaço identificado foi a sala de desenho, com diferentes materiais didáticos à disposição, dentre eles: cinco réguas de uso do professor, quatro esquadros, dois compassos para quadro negro, 36 transferidores, 36 compassos individuais, um cubo, um paralelepípedo, dois prismas, dois cilindros, duas pirâmides, dois cones, quatro poliedros, cinco gregas de gesso (variadas), quatro frisos de madeira esculpida, doze motivos arquitetônicos em gesso, modelos anatômicos (seis cabeças, cinco mãos, três posições de pés, três braços, seis bustos) e vasos em geral.

Figura 36: Sala de Desenho, década de 1950.



Fonte: Livro de Verificação Prévia, 1954.

A fotografia, mais uma vez, demonstra a organização dos materiais didáticos, como se estivessem de fato expostos. A imagem revela, além dos materiais, as mesas individuais destinadas a acomodar os alunos para a realização das atividades. Além disso, vê-se, no meio da parede, um crucifixo e um pequeno altar suspenso com os símbolos religiosos, bem como duas lâmpadas penduradas.

Já na sala de geografia, localizada no primeiro andar, o espaço é dividido com a sala de história. Na Figura 37, é possível enxergar a exposição de quadros com acontecimentos históricos, como "A redenção dos captivos", "A reação nativista", "A Independência", "O domínio holandês", "A consolidação da República" e "As Bandeiras", além de alguns mapas e a Bandeira do Brasil. Novamente, é possível ver a lâmpada ao lado direito. A iluminação e a ventilação eram consideradas muito relevantes e, embora as janelas não apareçam na fotografia, a partir da planta verifica-se a existência de seis janelas.

Figura 37: Sala de História – Década de 1950



Fonte: Livro de Verificação Prévia, 1954 – ACNSL.

Na sala de geografia havia, conforme o *Relatório de Autorização Prévia*, dois globos terrestres, um telúrio, um tabuleiro de areia, uma bússola, um barômetro, um termômetro, um mapa do Brasil físico, um mapa do Brasil político, um mapa do Brasil econômico, três planisférios, dois mapas da América do Sul, dois mapas da América do Norte, dois mapas

da Ásia, dois mapas da África, dois da Oceania, um da Europa, três atlas de consulta, setenta exemplares de vistas do Brasil e dez amostras de produtos nacionais.

Ciente de que as salas de História e Geografia dividem o espaço físico, apresenta-se a imagem organizada para compor o relatório, conforme a Figura 38 a seguir.

Figura 38: Sala de Geografia – Década de 1950



Fonte: Relatório de Verificação Prévia, 1954.

No *Relatório de inspeção prévia,* os materiais aqui fotografados de maneira individual constam na relação da "sala de Geografia", não distinguindo quais materiais eram de História ou de Geografia.

No estudo de Paz (2013), referindo-se a outra instituição escolar, mas pertencente à mesma congregação, as fotografias das salas especiais também compõem a narrativa do processo histórico da instituição (sala de História e Geografia, sala de Trabalhos Manuais, biblioteca, sala de Química e Física, sala de História Natural). Ciente de que o Colégio São Carlos pertence também à Província Imaculada Conceição das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas e que teve o curso ginasial autorizado em 1950, considera-se que possa ter servido de referência para a organização do curso ginasial do CNSL. As fotografias revelam espaços muito parecidos e organizados praticamente da mesma forma para o momento do registro.

Ao olhar para estes espaços, entende-se que a arquitetura escolar de forma alguma pode ser considerada neutra, pois ela, por si só, é um programa de ensino, uma construção cultural que produz discursos, de modo que "não apenas o espaço-escola, mas também sua localização, a disposição dele na trama urbana dos povoados e cidades, tem de ser examinada como um elemento curricular" (Escolano, 2001, p. 28). A localização da escola delimita um programa cultural e pedagógico, e tudo o que está ao seu redor, sejam áreas verdes, sejam outras instituições ou áreas de lazer, influenciam e estimulam as práticas escolares.

Desde a escolha do local para a construção do prédio até a sua organização externa e interna transmitem uma mensagem, um currículo oculto e uma proposta de ensino. A disposição das salas, o que há em cada uma delas, os espaços para além da sala de aula, tudo demonstra o que se pretende enquanto projeto educacional (Escolano, 2001).

A construção em si, ou seja, a estrutura física, é só um espaço; porém, no cotidiano, tornam-se lugares atravessados por culturas, apropriações, práticas, estratégias e táticas. Foi a partir desse ponto de vista que foram apresentados alguns aspectos da arquitetura escolar, tendo presente que são as relações ali vivenciadas que constroem um lugar, pois, naquilo que seria antes e tão somente um espaço projetado, adentram práticas escolares no interior da sala de aula. É o que será visto a seguir.

Em relação ao CNSL, ao vislumbrar breves indícios dos espaços escolares, algumas questões ficam evidentes, tais como a preocupação com a higiene, a organização dos materiais e ambientes, os símbolos religiosos, as constantes adaptações relativas à estrutura física e a implementação de diferentes materiais didáticos.

As práticas no interior da sala de aula

Há gestos na escolarização que são inesquecíveis na liturgia da memória. As crianças em fila, a organização do espaço em classes seriadas, a construção de horários para abrigar diferentes matérias e disciplinas do currículo, as interações do professor e dos alunos no espaço da sala de aula, as carteiras enfileiradas, o ponto registrado no quadro negro – tudo isso indicia ações e andanças implicadas no que compreendemos por vida escolar (Carlota Boto, 2014).

Indicia ou indica ou inicia???

Ao adentrar a sala de aula, a curiosidade científica torna-se elemento inevitável e inquietante. Seriam as práticas narradas possíveis de serem compreendidas e atualizadas pelo presente? Seriam práticas antigas ou ainda atuais? Seria possível perceber métodos de ensino e teorias pedagógicas? É preciso considerar, estar ciente de que tudo isso são apenas pistas, sinais, indícios. Não se pretende aqui definir a instituição escolar em sua teoria e método, mas entender que influências foram hibridizando as práticas escolares, apropriadas pelo corpo docente e discente, e que foram aqui também tratadas como estratégias e táticas (Certeau, 1994; Chartier, 2002).

Após meses de entrevistas, leituras e reflexões, é possível indicar que a sala de aula não foi o único lugar, mas foi o lugar privilegiado na instituição escolar pesquisado com relação às práticas de ensino, por ser este o cenário das narrativas da maior parte das práticas evocadas pelos discentes. Portanto, o olhar anterior que passou pelo pátio e pelos diferentes espaços do prédio escolar volta-se para o interior da sala de aula.

A sala de aula representada na Figura 39 é composta por classes individuais, organizadas em filas, uma atrás da outra, com a mesa do professor na posição central, em frente ao quadro negro, no qual há uma régua triangular apoiada. Acima do quadro negro, vê-se o crucifixo e três quadros: um deles religioso, que parece ser do Sagrado Coração de Jesus, e abaixo dois menores, um deles da Bandeira Nacional, e o outro não foi possível identificar. Pela ordenação dos quadros, está implícita uma ideia de hierarquização: acima o religioso e abaixo a representação do país, a bandeira. A janela à esquerda tem uma cortina de cor clara e à direita está a porta. As classes são inteiras com o banco fixo, e a sala é de formato retangular.

Figura 39: Sala de aula – Década de 1950.



Fonte: Relatório de Verificação Prévia, 1954 – ACNSL.

Viñao Frago (2001) afirma que a arquitetura escolar produz discursos, tanto pedagógicos quanto disciplinares, como se pode observar na Figura 39, na qual fica evidente o domínio religioso-católico nos símbolos expostos na sala de aula. Segundo Souza (1998), o espaço escolar também exerce um domínio simbólico, sendo elemento educativo. Compreende-se, assim, que o prédio, a sala de aula e outros locais da instituição escolar, até serem ocupados por seus sujeitos, são apenas espaços. Todavia, com a interação dos sujeitos, alunos e professores, tornam-se lugares, espaços de significações, de apropriações, de culturas e de práticas.

A partir dessa perspectiva, passa-se a pensar no momento de iniciar a aula. No interior da sala de aula, com a presença dos sujeitos escolares, alunos e professoras, as práticas que envolvem esse primeiro momento da aula remetem à lembrança da oração como prática rotineira: "quando a gente chegava na sala de aula, a gente rezava o Pai Nosso, a Ave Maria. [...] Sempre quando a gente chegava, sempre na chegada" (Lila Lourdes Muller, 2015). A aluna Odete Rasera (2015) também recorda dos momentos de oração na sala de aula: "Ah! Nós rezava na entrada e na saída. Na hora da chegada, no almoço e quando nós chegava de tarde, as Irmãs, tu sabe né! [...]. Ah! Ave Maria, Pai Nosso e assim!" (Odete Rasera, 2015). A narrativa de Odete à pesquisadora parece consolidar o tom disciplinar dessa prática diária de rezar, atribuída às Irmãs docentes.

Como já citado no capítulo acerca dos sujeitos escolares, as professoras-religiosas vestiam o hábito da congregação, e isso parece ter influenciado a representação da aluna, pois a vestimenta "ostenta signos visíveis como provas de realidade que não o é" (Chartier, 2002). Sobre a prática da oração, no início das aulas, não se pode atribuir tal prática tão somente às Irmãs, pois outros estudos da História da Educação e de instituições escolares demonstram que essa prática era realizada em outras instituições e até mesmo nas escolas públicas primárias no Estado (Souza, 2015; Oliveira, 2003; Lazzaron, 2015).

Além da prática diária da oração, a aluna Odete Rasera (2015) também se refere ao símbolo cristão católico fixado na parede ao dizer: "tinha o crucifixo". O crucifixo em si, caracteriza-se como um objeto material; porém um crucifixo afixado em uma sala de aula de uma escola católica, de docentes "Irmãs", em uma comunidade da RCI predominantemente católica e envolta por práticas religiosas, dentre elas a oração, torna-se uma representação e "as representações do mundo social assim construídas,

embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado pela razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam" (Chartier, 2002, p. 17). Dessa forma, é esperado que uma instituição escolar pertencente a uma congregação religiosa sustente signos atrelados ao grupo ao qual pertencem.

Após o primeiro momento dedicado à oração, segue-se a revisão da lição de casa. Essa prática é lembrada pela professora Mafalda: "[...] era assim, geralmente, tinha a lição de casa, então quando eles chegavam tinham a lição, [...] se tomava a lição, se via se tinham feito, se não tinham feito, se faltava alguma coisa" (Mafalda Seganfredo, 2015). O "geralmente" narrado pela docente é tratado como sendo uma prática diária pela aluna Alice T. Noro: "sempre tinha tema, sempre" (Alice T. Noro, 2015); já, pela aluna Lila Lourdes Muller, essa relação de quantidade é lembrada como "mais ou menos" (Lila Lourdes Muller, 2015). O suporte utilizado para a realização do tema apontado foi o caderno: "fazia no caderno, não tinha no livro, no livro não se escrevia" (Alice T. Noro, 2015).

A quantidade de lições de casa, ou a frequência com que essas tarefas eram solicitadas não foi um consenso entre os entrevistados. No entanto, foi possível aferir que fizeram parte das práticas cotidianas da instituição e que, a partir da lembrança da professora, elas eram "tomadas" no início da aula. Tal prática remonta às teorias de ensino tradicional, em que a lição de casa era um momento de retomar a lição já conhecida para depois apresentar um conhecimento novo. Essa matriz teórica pode ser identificada nos cinco passos formais de Herbart ou no esquema do método científico de Bacon. Isso significa que a lição de casa seria o quinto dos cinco passos formais citados por Herbart (Saviani, 1999). O iniciar da aula, portanto, é associado: (1) a práticas de oração e (2) à conferência da lição de casa como um procedimento de retomada do que já foi ensinado para, na sequência, passar ao ensino de novos conhecimentos.

É preciso, no entanto, estar ciente de que, antes de adentrarem a sala de aula, os sujeitos escolares já vivenciaram diversas práticas cotidianas, ou seja, os discentes, anteriormente, realizaram a lição de casa no ambiente familiar, organizaram o material escolar e o lanche e vestiram-se com o uniforme. Após, houve o momento de deslocaram-se até a escola, a chegada à instituição e o encontro com os colegas. A hora de iniciar a aula foi marcada pelo sino e pela organização dos alunos para se dirigirem até a sala de aula "em filas, atrás da professora, em silêncio" (Lila Lourdes Muller, 2015).

Os sujeitos que adentram a sala de aula levaram consigo marcas da sua formação religiosa e da etnicidade cultural próprias da comunidade em que viviam. Nessa diretriz, seus fazeres foram permeados pelo pertencimento cultural e pelas normas existentes, mas também, por serem sujeitos de criatividade e inventividade, levaram a sua subjetividade envolta nos fazeres cotidianos.

Ao continuar a reflexão a partir das práticas, serão analisadas as práticas de leitura e escrita, que podem ser consideradas como um fio condutor para desenvolver os demais saberes escolares.

O fio condutor dos saberes: práticas de leitura, escrita

A ideia de uma produção da sociedade por um sistema "escriturístico" não cessou de ter como corolário a convicção de que, com mais ou menos resistência, o público é moldado pelo escrito (verbal ou icônico), torna-se semelhante ao que recebe, enfim, deixa-se imprimir pelo texto e pela forma como o texto lhe é imposto (Certeau, 1994).

A partir da ideia de Certeau (1994) de uma sociedade produzida por um sistema escriturístico, utiliza-se esse olhar para pensar a escola como produtora e difusora na manutenção de uma sociedade escritora e leitora, mas de forma criativa, inventiva e não simplesmente consumidora do que lhe é imposto.

Pensar em práticas de leitura e escrita perpassa outras questões, como o ensino do desenho, os suportes de escrita e leitura, a língua pátria (português) como modelo para o ensino oficial, a escrita caligráfica e a discussão sobre a leitura silenciosa e oral. A análise dessas práticas demanda o desafio de pinçá-las dentre as narrativas dos entrevistados e os documentos do arquivo escolar para que, dessa forma, auxiliem na compreensão das culturas escolares.

O processo de ensino/aprendizagem da leitura e da escrita foi considerado como base para a aprendizagem de novos conhecimentos e necessário para o exercício da cidadania, a partir da República, tornando-se um dos desafios enfrentados pela escola primária brasileira (Souza, 2008).

A aprendizagem da leitura na escola primária ocupou boa parte do tempo nos exercícios escolares (Souza, 2009). Mais que uma disciplina, o ensino da língua pátria e da escrita são estruturantes da atividade es-

colar, "um dos elementos identificadores da cultura escolar" (Faria Filho, 2014, p. 254). O programa mínimo a ser adotado nas escolas primárias gaúchas, por meio do Decreto n.º 8.020, de 1939, ilustra a importância da língua pátria, desde o primeiro ano, considerando-se que um dos objetivos do ensino da linguagem é "formar atitudes favoráveis à matéria e provocar concomitantes desejáveis como: amor à Pátria, gosto literário de cooperação, apreciação pelos grandes valores e ideais humanos, etc.". Esse posicionamento permite entender as práticas de leitura e escrita como um fio condutor para os demais saberes.

A relação do ensino do desenho remete ao método intuitivo, "familiarizando a criança com as formas elementares, articulando, na sequência, como o ensino da leitura e da escrita" (Souza, 2008, p. 29).

A Figura 40, a seguir, mostra um desenho realizado como atividade pelo aluno Raul Pedro Tartarotti, em caderno específico para esse fim, no tamanho de folha de ofício A4, composto por folhas brancas. O desenho, sem data definida, corresponde ao final da década de 1930, ou, no máximo, do início da década de 1940, quando o aluno concluía o ensino primário. Foram desenhados e coloridos, com lápis de cor, de diferentes cores, a casinha, as árvores, as flores, o lago e a ave.

Figura 40: Desenho – aluno Raul Pedro Tartarotti – [Décadas de 1930-1940]



Fonte: Acervo pessoal de Raul Pedro Tartarotti (APRPT).

Seu colega de classe, Dino José Dorigon, lembrou dos desenhos que fazia na escola, que apresentavam certa semelhança com os desenhos de Raul Pedro Tartarotti: "fazia muitas casinhas com árvores e tal, coloridas, todas cores" (Dino José Dorigon, 2016). Ainda no caderno de desenho do aluno Raul, podem-se encontrar desenhos de um presente, um pato de chapéu, um rato, um castelo (sem pintura), um cavalo, uma igreja (sem pintura), um sino, a Bandeira Nacional, um tambor, flores e um rosto em perfil. Pode ser observado, frequentemente, o desenho de animais e casas, mas também do castelo e da igreja e dos símbolos nacionais. Pode-se inferir que o desenho foi familiarizando os alunos com as formas elementares e também se articulando aos demais saberes escolares como, por exemplo, os cívicos.

Na sala de aula, o espaço de cada turma destinado às práticas pedagógicas era o lugar por excelência do ensino e aprendizagem, onde cada professora, com sua turma, criava e recriava as práticas escolares cotidianas com a presença da cultura material, que pode ser considerada como suporte e também como reflexo da perspectiva pedagógica. Dentre os materiais, destacam-se quadro e giz para professores e alunos, mata-borrão, canetas tinteiro, cadernos, cadernos de desenho, cadernos de caligrafia, livros, estojos, lápis, borracha e lápis de cor. A aluna Lila Lourdes lembra:

> "[...] daqueles quadrinhos pretos com giz e cadernos também, a gente usava para copiar do quadro negro coisas, fazer continhas. O caderno, o estojo, os lápis, quando a gente tava na quarta série, a gente usava caneta, aquelas de peninha, de tinteiro" (Lila Lourdes Muller, 2015).

Lila Lourdes foi aluna na década de 1940, e suas recordações com relação ao material escolar são semelhantes aos do aluno Dino José Dorigon (2016), aluno que concluiu o ensino primário em 1942: "nós tínhamos um quadrinho com giz, depois apagava, fazia trabalhos".

Os quadrinhos citados por ambos são chamados de lousa ou ardósia e fizeram parte dos materiais escolares dos alunos de maneira exclusiva até meados do século XIX, anterior à popularização dos cadernos escolares. "É um quadrado de madeira que protege a fina placa de xisto retangular (de 20 cm a 30 cm de comprimento por 15 cm de largura), muitas vezes quadriculado" (Bastos, 2005, p. 137).

A utilização do quadrinho como ensaio, espaço para fazer e apagar, aos poucos foi sendo substituída pelo caderno como suporte das atividades escritas. A partir do uso do caderno, foram necessários novos instrumentos para realizar as marcas necessárias à escrita, tais como a caneta, o lápis e a borracha. Faziam parte do conjunto de materiais escolares dos alunos o "caderno, tinteiro e caneta, tinha lápis de cor e mata-borrão"[107] (Odete Rasera, 2015).

O uso da lousa e sua substituição pelo caderno foi motivo de controvérsias na transição dos séculos XIX e XX, momento em que foram discutidas as vantagens de um e outro suporte com relação à higiene e à atenção na escrita, quando realizada no caderno, já que nele não era possível apagar tão facilmente e havia também a incerteza quanto à vantagem econômica. O caderno serviu como um dispositivo de memória e controle do trabalho pedagógico na escola republicana. O barateamento do papel e a generalização da cultura escrita contribuíram para que o caderno se tornasse suporte de uma nova organização, além de que poderia ser revisitado e até mesmo guardado (Souza, 1998).

O caderno não facilitava apagar de imediato o que havia sido registrado, o que era facilitado pelo uso do quadro e do giz. O grande mérito do caderno foi o de facilitar a realização da lição de casa no caderno, como é possível perceber no relato a seguir:

> "A professora dava um caderno, por exemplo, com desenhos, tinha por exemplo uma figura de um sapo, várias outras figuras, o relógio, então eu não sabia, eu perguntava eu e Lides [se refere a sua irmã, também aluna do CNSL] pra minha mãe o que é isso aqui, ah o sapo... *rospo,* eu escrevia embaixo *rospo*, relógio, é *relogie*, enchada, la *sapa* [risos] levava lá o tema pro colégio das Irmãs, elas ficavam brabas" (Dino José Dorigon, 2016).

O caderno poderia ser levado para casa para a realização do tema e neste momento as práticas pedagógicas eram influenciadas pelas práticas culturais, pois o aluno, ao solicitar a ajuda da família, era orientado a escrever o nome das figuras em dialeto italiano, "os muitos dialetos trazidos

107 O mata-borrão foi especificado pelos entrevistados como o utensílio utilizado para absorver o excesso de tinta da caneta tinteiro.

Falta referência??? Favor verificar.

pelos primeiros imigrantes ainda persistiam [...] até a década de 1970 pelo menos, como atesta a pesquisa de Frosi e Mioranza, publicada em 1983. (Faggion; Luchese, 2014, p. 263).

No cotidiano do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, na década de 1950, a presença da fala dialetal gerou práticas escolares singulares para reforçar o efetivo ensino do português, como recorda a professora Mafalda:

> "Era um tempo que era muito vigiado para que aprendessem em português, porque eram todos da colônia. Então até um ano, eu me lembro de um ano que a diretora daquele tempo, então ela disse: Nós precisamos para puxar forte para esses alunos que falem português e aprendam a escrever em português. Nós tivemos que fazer uma classe separada para puxar mais aqueles alunos que vinham da colônia e falavam em dialeto. Falavam muito mal em português" (Mafalda Seganfredo, 2015).

As memórias da professora trazem indícios da preocupação institucional em atender às exigências legais, e, por isso, foram criadas estratégias necessárias para efetivar o ensino da língua pátria. Conforme Kreutz (2014), o Decreto n.º 7.212, de 1938, que especificava a legislação ligada à nacionalização compulsória do ensino, impôs várias exigências e, dentre elas, determinava que as escolas particulares que ofereciam o ensino de língua estrangeira seriam obrigadas a ter um ou mais professores do Estado para o ensino das disciplinas de Língua Portuguesa, História, Geografia Pátria e Educação Cívica. O Decreto determinava ainda que o pagamento dos professores ficaria sob a responsabilidade da escola particular e que os professores teriam preferência na escolha dos horários.

A instituição que não pudesse arcar com essa despesa ou não aceitasse o professor seria fechada. Também a entrada de recursos estrangeiros para manter as escolas étnicas foi proibida, assim como as inscrições em língua estrangeira no prédio, o que pode justificar a representação da docente de "um tempo muito vigiado para que aprendessem em português".

Recorde-se que o CNSL foi uma das escolas que recebeu subsídio do governo italiano no ano de 1926, o que indica que, na década de 1920, é provável que ensinasse em dialeto italiano, prática que já não se percebe nas décadas de 1930, 1940 e 1950 na instituição, que passou a preocupar-se, ao que se compreende a partir das memórias, com o ensino da língua pátria, o português, característica geralmente percebida nas escolas con-

fessionais. Conforme Giolo (2009, p. 252), "uma das contribuições mais decisivas que a Igreja Católica deu ao Estado republicano foi seu empenho na nacionalização[108] do elemento estrangeiro". Vidal (2005, p. 162) argumenta que ter estrangeiros nas escolas "suscitava a preocupação com a propagação do idioma em português e com a disseminação dos valores nacionais."

Na RCI, a fala dialetal foi preservada no ambiente familiar; já nos ambientes públicos, os pais preferiam que seus filhos falassem português, em uma perspectiva de hibridização cultural (Luchese, 2015, p. 458). A lembrança da aluna Alice T. Noro (2015) dá indícios dessa prática: "na casa da minha vó, a mãe do meu pai, sim [falava-se italiano]. Mas eu não aprendi, eu entendo tudo, mas eu não sei falar. Mas eles falavam".

O dialeto fez parte também das táticas utilizadas pelos alunos. Essa situação foi recordada por meio da memória da professora Mafalda Seganfredo (2015): "Tinha um [aluno], de quando em vez a gente lembra, um aluninho que era aqui de Santa Rita [Bairro Santa Rita], se mexia, se mexia, e era uma Irmã muito jovem, ela disse assim, afinal tu para ou não? Ele olhou e disse *fursi*![109]". É provável que o vocabulário do aluno em língua portuguesa não traduzisse o que desejava dizer para a professora, ou que tenha utilizado como desafio, uma tática para responder ao questionamento da docente. Percebe-se, dessa forma, que o dialeto italiano fazia parte das culturas escolares do CNSL.

Ainda com relação ao caderno e ao tema do aluno Dino José Dorigon, outro aspecto a ser observado foi o uso de figuras como recurso didático, que remonta a Comênio (1957, p. 295-296) o qual afirmava:

> não se ensinem nem se aprendam palavras senão juntamente com as coisas [...] mostrem-se-lhes as coisas que devem ser significadas com palavras; e inversamente, ensine-se-lhes a exprimir por meio de palavras, tudo o que vêem.

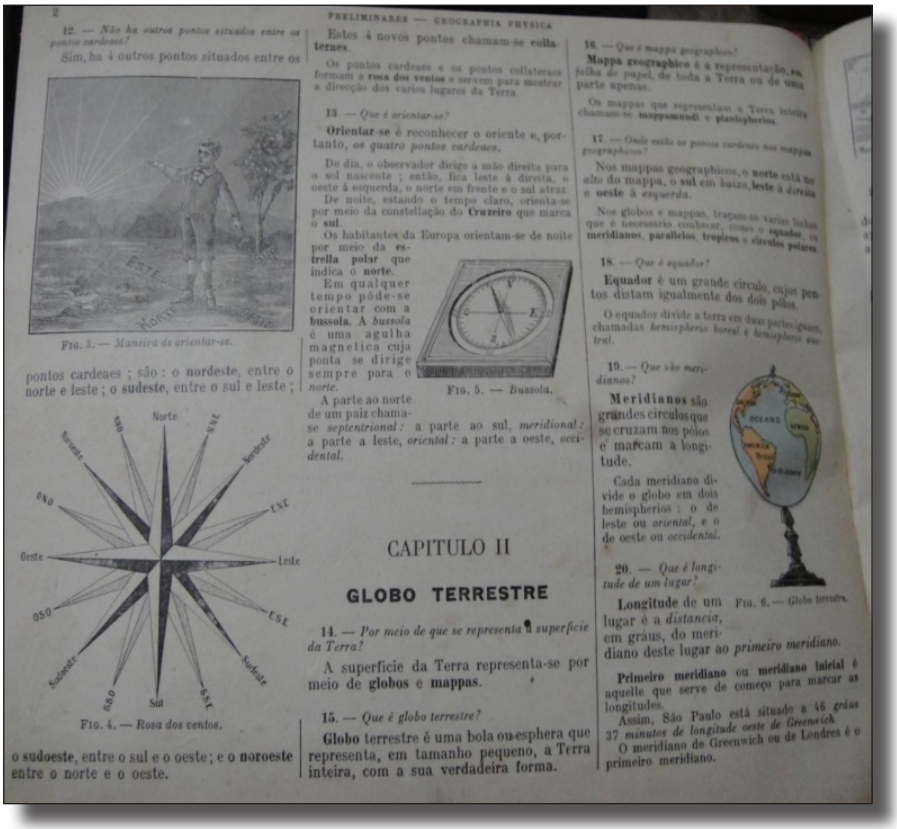
As imagens também compunham os livros didáticos, como se pode observar em um livro de História e Geografia utilizado na década de 1940.

108 Para saber mais: os estudos de Giron (1989), Gertz (1991) e Kreutz (1991, 1994, 2003).

109 "*Fursi*", pode ser compreendido no sentido de "imagine" ou "capaz", dito de maneira irônica pelo aluno à professora.

Faltam todas as referências da nota 108. Favor verificar ???

Figura 41: Livro de História e Geografia, década de 1940, – Primário



PRELIMINARES — GEOGRAPHIA PHYSICA

12. — *Não ha outros pontos situados entre os pontos cardeaes?*

Sim, ha 4 outros pontos situados entre os pontos cardeaes ; são : o **nordeste**, entre o norte e leste ; o **sudeste**, entre o sul e leste ; o **sudoeste**, entre o sul e o oeste ; e o **noroeste** entre o norte e o oeste.

Fig. 3. — *Maneira de orientar-se.*

Fig. 4. — *Rosa dos ventos.*

Estes 4 novos pontos chamam-se **collateraes**.

Os pontos cardeaes e os pontos collateraes formam a **rosa dos ventos** e servem para mostrar a direcção dos varios logares da Terra.

13. — *Que é orientar-se?*

Orientar-se é reconhecer o oriente e, portanto, *os quatro pontos cardeaes.*

De dia, o observador dirige a mão direita para o sol nascente ; então, fica leste á direita, o oeste á esquerda, o norte em frente e o sul atraz.

De noite, estando o tempo claro, orienta-se por meio da constellação do **Cruzeiro** que marca o **sul**.

Os habitantes da Europa orientam-se de noite por meio da **estrella polar** que indica o **norte**.

Em qualquer tempo póde-se orientar com a **bussola**. A *bussola* é uma agulha magnetica cuja ponta se dirige sempre para o *norte*.

Fig. 5. — *Bussola.*

A parte ao norte de um paiz chama-se *septentrional* : a parte ao sul, *meridional* : a parte a leste, *oriental* : a parte a oeste, *occidental*.

CAPITULO II

GLOBO TERRESTRE

14. — *Por meio de que se representa a superficie da Terra?*

A superficie da Terra representa-se por meio de **globos** e **mappas**.

15. — *Que é globo terrestre?*

Globo terrestre é uma bola ou esphera que representa, em tamanho pequeno, a Terra inteira, com a sua verdadeira forma.

16. — *Que é mappa geographico?*

Mappa geographico é a representação, em folha de papel, de toda a Terra ou de uma parte apenas.

Os mappas que representam a Terra inteira chamam-se **mappamundi** e **planispherios**.

17. — *Onde estão os pontos cardeaes nos mappas geographicos?*

Nos mappas geographicos, o **norte** está no alto do mappa, o **sul** em baixo, **leste** á direita e **oeste** á *esquerda*.

Nos globos e mappas, traçam-se varias linhas que é necessario conhecer, como o **equador**, os **meridianos**, **parallelos**, **tropicos** e **circulos polares**.

18. — *Que é equador?*

Equador é um grande circulo, cujos pontos distam igualmente dos dois pólos.

O equador divide a terra em duas partes iguaes, chamadas *hemispherio boreal* e *hemispherio austral*.

19. — *Que são meridianos?*

Meridianos são grandes circulos que se cruzam nos pólos e marcam a longitude.

Cada meridiano divide o globo em dois hemispherios : o de leste ou *oriental*, e o de oeste ou *occidental*.

Fig. 6. — *Globo terrestre.*

20. — *Que é longitude de um lugar?*

Longitude de um lugar é a *distancia*, em gráus, do meridiano deste lugar ao *primeiro meridiano*.

Primeiro meridiano ou **meridiano inicial** é aquelle que serve de começo para marcar as longitudes.

Assim, São Paulo está situado a 46 *gráus* 37 *minutos de longitude oeste de Greenwich*.

O meridiano de Greenwich ou de Londres é o primeiro meridiano.

Fonte: Acervo pessoal de Raul Pedro Tartarotti – APRPT

As imagens ilustram os pontos cardeais, a bússola e o globo terrestre. Os livros escolares foram largamente utilizados no ensino primário, considerados veículos privilegiados para "transmissão dos saberes, dos valores e das condutas escolares e um dos suportes principais da prática dos professores" (Peres, 2000, p. 329). Tanto que mereceram atenção, seleção e controle por parte do CPOE,[110] nas décadas de 1940 a 1970, independentemente de se tratar de livros para professores, para alunos ou de leituras que deveriam ser oportunizadas ou reprimidas para as crianças. No ano de 1950, a relação das leituras indicadas foi materializada por meio

110 O CPOE/RS foi criado em 1943, com "o intuito de construir e assumir, de forma efetiva, o controle organizacional do sistema educativo" (Quadros, 2006, p. 125).

da campanha escolar de formação moral. Essa disciplina reprimia, por exemplo, materiais nas escolas com imagens consideradas inadequadas, jornais com moral duvidosa ou qualquer material que atentasse contra a "boa moral", e incentivava a leitura de biografias e de obras infantojuvenis para o primário. As listagens de obras indicadas pelo CPOE foram divulgadas na Revista de Ensino de 1959 (Peres, 2000).

Em 1938, na esteira do processo de nacionalização, foi proibida a circulação, nas escolas, de livros e jornais em língua estrangeira. Cabe destacar que Chartier (2002) alerta sobre os usos e as representações que os sujeitos leitores fazem do texto e das práticas criadoras suscitadas pela leitura. Não se pode, de maneira ingênua, acreditar que os livros didáticos serviram apenas segundo a vontade dos produtores dos discursos e normas.

Os livros eram utilizados tanto pelos discentes quanto pelos docentes, lembrando que a professora Irmã Mafalda "tinha o livro[111] com os conteúdos a serem trabalhados" (Mafalda Seganfredo, 2015). Os livros, além dos conteúdos expostos, podem ser entendidos como um meio de "dar forma" às práticas escolares a partir da pretensão dos "produtores". Em outras palavras, trata-se de compreender os usos ordinários e criativos dos sujeitos escolares (Certeau, 1994).

O programa, aprovado pelo Decreto n.º 8.020, de 1939, previa que, ao final do quinto ano, os alunos deveriam ler silenciosa e oralmente, fortalecer os hábitos de leitura independente e utilizá-la como forma de "pesquisa, autocultura e recreação".

A leitura silenciosa era considerada pelos pedagogos norte-americanos como uma leitura inteligente, sendo que somente ela traria a concentração do pensamento sobre os conteúdos. Se a leitura oral privilegiava a forma, a silenciosa privilegiava o conteúdo (Vidal, 2001).

A nova maneira de ler na escola – "assim, novas estratégias de modelização da leitura e táticas de apropriação do ler foram postas em circulação no espaço escolar" (Vidal, 2001, p. 100) – era tida como uma prática discursiva por meio do enunciado destinado à escola primária gaúcha e o programa mínimo configurava-se como uma estratégia. Essas novas práticas, ao entrarem em contato com o cotidiano escolar, transformavam-se, pois eram consumidas de formas diversas e criativas.

111 Certamente em livros em português, pois, conforme Kreutz (1994, p. 45-46), o Decreto n.º 406, de 4 de maio de 1938, dirigido às escolas étnicas determinou que o material fosse em português.

Falta a referência. Favor verificar ???

No cotidiano do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, as práticas de leitura recordadas pelos entrevistados remetem a momentos de leitura oral e também de leitura silenciosa, por vezes atrelada a uma produção escrita anterior pelos próprios alunos:

> "ela dava o texto para fazer a redação e depois aquele texto que dava a gente tinha que ler em voz alta. Uma por vez, nem sempre todas, porque não dava, mas aí, na aula seguinte, na próxima, tinha um outro texto para ler, ela pegava as outras pessoas que não tinham lid0." (Alice T. Noro, 2015).

Após o relato, questionou-se a entrevistada sobre a leitura silenciosa, e suas lembranças demonstram que "tinha também, sim, sim, cobravam das duas maneiras" (Alice T. Noro, 2015).

Com relação à leitura realizada pelas docentes, a representação é de que "ela lia, antes de passar no quadro, o texto, ou o problema, sei lá, o que ela ia dar; antes ela lia e depois passava no quadro" (Alice T. Noro, 2015).

E quais seriam os suportes de leitura? Seriam os livros didáticos, parlendas, músicas, biografias, livros de histórias infantis ou ainda outros? A partir das memórias dos entrevistados, é possível ter alguns indícios desses suportes de leitura. Cientes de que as narrativas não são a história, mas sim uma evocação de uma memória social. Segundo Halbwachs (2006), as lembranças a que se referem como suportes de leitura estão sujeitas a esquecimentos ou valorizações. Quanto aos livros de histórias infantis, a narrativa é de que "não, eu não me lembro de livro de histórias infantis em momento nenhum" (Alice T. Noro, 2015). O aluno Dino José Dorigon também alega: "não lembro, mas era o seguinte, eu ia mais pelos livros da escola, tudo mais pelo estudo mesmo, porque estava nos livros" (Dino José Dorigon, 2016), o que demonstra que suas lembranças se referem ao livro didático, considerado por ele portador dos saberes de que precisava para aprender, num processo, portanto, de valorização do material que utilizava na escola.

Outro aspecto que não pode deixar de ser pensado são as preferências individuais. Por mais que a leitura fizesse parte do cotidiano escolar e do programa estabelecido pelo Decreto n.º 8.020, de 29 de novembro de 1939, e estimulasse essa prática, não é possível pensar que todos se apropriaram da mesma forma da leitura, o que é expresso na narrativa de Dino:

"olha, naquele tempo eu não era muito de ler, comecei a ler mais depois que eu terminei o curso aí nas Irmãs" (Dino José Dorigon, 2016).

Já com relação ao lugar próprio para os livros na escola, as narrativas acerca da biblioteca são contraditórias. O espaço físico existia, pois foi possível localizar uma fotografia e também a sua ata de inauguração. Na fotografia, é possível identificar quatro mesas com vasos de flores sobre elas, rodeadas de cadeiras, o que remete a uma leitura silenciosa e em grupo como prática possível para esse local. Observam-se ainda dois armários que parecem ter portas com vidro, totalmente preenchidos com livros. Apesar de a fotografia ser antiga, é possível visualizar o chão de madeira brilhando, o que representa a valorização da higiene do local.

Figura 42: Biblioteca escolar (1940)



Fonte: Relatório de Verificação Prévia, 1954 – ACNSL.

As lembranças, entretanto, acerca desse espaço são contraditórias. Há narrativas de que "não me lembro de ter biblioteca também, eu que lembro que aí em certa altura, mas também eu acho que já estavam meus filhos lá que tinha a biblioteca, mas no meu tempo eu não lembro" (Alice T. Noro, 2015). "Nunca fui na biblioteca" (Odete Rasera, 2015) e "tinha sim, o pessoal pegava muitos livros" (Dino José Dorigon, 2016). É interessante observar a ata de inauguração desse espaço:

> Ata de inauguração da Biblioteca Rui Barbosa Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Aos vinte e nove (29) do mês de março de 1943, na sala em funcionamento as aulas do IV e V anos, presente a Revma. Madre Provincial, a Revma. Madre superiora, Maria Mocelini, professora aposentada, eu, professora destas classes e demais colegas com os seus respectivos, deu-se a inauguração da biblioteca "Rui Barbosa" [...]. Falou a aluna do 5° ano Dulce Tartarroti da importância que devemos dar à leitura. Em seguida entoamos o hino "Amor Fabril" para encerrar [...] D. Maria Mocelini falou aos alunos pelos esforços por terem cooperado pela organização (Livro de Atas – Exames Finais, 1943).

No momento em que se utiliza o termo "contraditório", ao mencionar as memórias sobre a existência ou não da biblioteca, deve-se entender que os alunos que frequentavam a escola no período posterior à ata de inauguração, em 1943 (Alice T. Noro e Odete Rasera), não recordavam daquele espaço, ou não faziam uso dele; já o aluno Dino José Dorigon, que concluiu o ensino primário no ano de 1942, período anterior à inauguração citada em ata, lembra do espaço. Ao citar a ata de inauguração, não se objetiva delimitar o momento da criação da biblioteca ou provar sua existência, mas pensar nas práticas escolares que poderiam ter ocorrido nesse espaço. Todavia, as memórias não forneceram elementos que pudessem contribuir, até neste momento, para evocar as práticas de leitura nesse espaço.

O acervo da biblioteca, descrito no *Relatório de Verificação Prévia de 1954* para autorização do curso ginasial, era composto por vinte enciclopédias internacionais, dezoito coleções *Tesouros da Juventude*, quatro atlas geográficos, três dicionários de português, dois dicionários de latim, três dicionários de inglês, dois dicionários de francês, 725 livros didáticos, 243 livros literários, 336 livros das áreas de psicologia, pedagogia, religião, filosofia, ética e moral, doze assinaturas de revistas educativas e dez assinaturas de revistas recreativas. Com relação aos móveis e utensílios, no mesmo documento, foram registrados dois armários grandes, uma mesa, quatro mesinhas e 26 lugares para leitura. Quanto ao espaço físico, a sala que acondicionava a biblioteca tinha 41 m^2, três janelas e duas portas envidraçadas.

É provável que parte do acervo tenha sido adquirido para atender ao curso ginasial; porém o elevado número de livros didáticos, em 1954, reafirma a utilização desses materiais no ensino primário, como anteriormente lembrado pelos ex-alunos e pela docente Irmã Mafalda. Seria interessante saber quais eram as revistas educativas assinadas, se eram

destinadas aos professores ou aos alunos, quais eram os títulos e autores das obras literárias; porém essas informações não constam no Relatório. O número de livros de psicologia, pedagogia, religião, filosofia, ética e moral apresenta indícios das possíveis leituras realizadas pelas docentes.

As práticas de desenho, leitura e escrita estão estreitamente vinculadas ao ensino primário. Após apresentar alguns indícios das práticas voltadas ao ensino do desenho e da leitura, passa-se à apresentação dos indícios das práticas voltadas ao ensino da escrita.

Nas muitas maneiras de fazer, no que se refere às práticas de escrita, o quadro negro é lembrado como elemento importante para a organização das atividades.

> "Geralmente seria mais no quadro, qualquer matéria, História, Geografia e Matemática, Português, passavam no quadro e a gente tinha os livros e não lembro como eram os livros e a gente ia estudando pelos livros e tinha que fazer os exercícios e no caderno fazer os exercícios, redação, se fazia muita redação. Elas davam o tema e fazer redação e elas davam isso como fazer em casa redação também para depois levar na aula para corrigir" (Dino José Dorigon, 2016).

O quadro-negro, os livros didáticos e os cadernos foram usados como suportes de escrita, mas, ao apontar a forma de ensinar lembrada pelo aluno, o quadro-negro parece ser visto como algo central no processo, e a realização dos exercícios e redações redações repetidas vezes sugere um modo de ensino centrado no professor.

Comênio, na *Didática Magna*, já afirmava que "daí resulta que a instrução não pode chegar a ser sólida, senão à força de repetição e exercícios, feitos quantas mais vezes e da melhor forma possível"(Comênio, 1996, p. 267).

A redação tinha "temas", como recorda Dino. Entende-se, portanto, que era utilizada como forma de registro dos saberes aprendidos e que a correção observava, provavelmente, os aspectos gramaticais. A realização de exercícios remete à prática da cópia do quadro-negro, para depois realizar a atividade no caderno. Nesse momento, surge a prática da escrita de duas formas: uma como reprodução, na cópia do quadro, e a outra como produção realizada pelos alunos.

Ao analisar o livro que registrou as atas das comemorações cívicas do ano de 1942 a 1954,[112] a ideia de que a produção de frases, redações e poesias era organizada por temas é reforçada. Tal afirmativa pode ser feita a partir dos recorrentes programas das comemorações cívicas, nos quais a leitura das redações, biografias, frases e poesias é citada, por vezes até com o nome e a série do aluno leitor, e, em algumas atas, seguem-se com observações tais como: "continuou-se a aula como nos dias antecedentes, tendo como centro de interesse a nossa Independência" (Livro de Atas – Comemorações Cívicas).

Dessa forma, entende-se como indício que as datas comemorativas eram trabalhadas antecipadamente, por meio de produções escritas, apresentadas na data comemorativa específica e ainda serviam como tema das aulas referentes à data em questão. Além das leituras, faziam parte dos programas das comemorações cívicas, em diferentes datas,[113] as declamações, versos, cantos, hinos, orações, desfiles, preleções,[114] palestras, competições esportivas e dramatizações. Sabe-se que tal documento poderia ser analisado ou sob o viés da nacionalização, das comemorações escolares ou ainda do ensino de história; porém optou-se, neste momento, por olhar para as práticas de leitura e escrita que foram permeadas pelos temas.

Outra prática de escrita identificada foi o ditado: "tinha ditado, elas faziam ditado" (Odete Rasera, 2015), uma forma de verificar a capacidade de escrever ortograficamente correta. Essa prática é ainda hoje encontrada nos processos de escolarização e consiste em falar o que deve ser escrito, para que o aluno registre e, posteriormente, o professor corrija a ortografia. Essa prática será retomada quando se tratar do caderno de sabatinas da mesma aluna.

O ensino da escrita passava também pelo ensino da caligrafia. Os ex-alunos recordaram que "caligrafia se fazia muito, sim!" (Dino José Do-

112 Existe a lacuna de registro das comemorações cívicas de 1946 a 1949, não por falta de folhas do livro de atas, mas porque não foram escritas.

113 As comemorações cívicas registradas em ata referem-se ao Dia Pan-americano, ao Dia de Tiradentes, ao Dia do Operário, à Semana da Pátria, ao Dia do Duque de Caxias, ao Dia da Árvore, ao Dia do Professor, ao Dia da Nova Constituição, à reabertura das aulas, às eleições da caixa escolar, à inauguração da caixa escolar, ao Dia de Getúlio Vargas, ao Dia da República, ao Dia da Bandeira, à Abolição da Escravatura, ao Dia da Criança, à semana dedicada a Carlos Gomes, ao encerramento do primeiro semestre letivo e ao encerramento do ano letivo.

114 O termo preleção pode ser encontrado no *Ratio Studiorum* e refere-se a "uma lição antecipada, uma explicitação do que o aluno deverá estudar" (Leonel Franca, 1952, p. 57).

rigon, 2016). Porém, não foi possível, durante as entrevistas, saber detalhes que revelassem a forma como se ensinava/aprendia a caligrafia na escola. Apenas se soube que era uma atividade realizada com frequência. Independentemente dos modelos ou métodos de ensinar caligrafia, observa-se que os mesmos tiveram como justificativa a saúde das crianças; porém somente o movimento muscular[115] era defendido com uma base teórica (Vidal; Esteves, 2003).

O programa mínimo de conteúdos a serem adotados nas escolas primárias do Estado previa a caligrafia desde o primeiro ano, com os objetivos de

> levar as crianças a escrever, com letra legível, as palavras do seu vocabulário, sem demasia exigência de perfeição na forma, no tamanho e exatidão de proporções e conseguir posição correta do corpo e do papel no ato de escrever e boa disposição do trabalho escrito (Decreto n.º 8.020, de 1939).

Para desenvolver o ensino dos conceitos matemáticos, a escrita, aliada à memorização, aos cálculos e às formas geométricas foi citada pelos ex-alunos, dentre os breves indícios que surgiram nas memórias. Um deles refere-se ao livro da tabuada. "Tinha cadernos, livros, [...] tinha, eu me lembro bem, da tabuada" (Alice T. Noro, 2015). A base do ensino matemático por mais de cinquenta anos foi a memorização. Decorar a tabuada, de forma falada ou cantada, fazia parte das práticas escolares da escola republicana (Pinto, 2010). As aulas de Matemática também foram recordadas pelo aluno Dino José Dorigon:

> "A professora Nazaré, Nazareth, acho que era, então de matemática, eu era muito inteligente em Matemática! Então eu era... enquanto ela passava no quadro negro, quadro grande, com giz. Passava os temas da matemática, eu pegava um caderno e ia fazendo, quando eu terminava de escrever no quadro eu já tinha o trabalho pronto, [...] aí eu ficava lá brincando e olhando e a professora vinha lá braba e olhava para mim, cadê teu caderno ali, ela olhava e via que estava tudo certinho e ia embora (Dino José Dorigon, 2016).

115 Embasava-se na fisiologia dos movimentos dos olhos, dos braços e das mãos. Buscava-se uma escrita mais ágil e eficiente do que as antecedentes, ao mesmo tempo em que se desejava alargar a habilidade de escrever com as duas mãos (Vidal; Esteves, 2003, p. 133).

Mais uma vez, o quadro-negro aparece como elemento central de organização da aula e dos exercícios, desta vez, os matemáticos. Pela narrativa a seguir, do ex-aluno, os saberes ainda não se referiam à Matemática moderna.

> "Então em matemática eu era muito bom, uma pena que depois quando eu fiz Cursão, fiz várias matérias aqui, outras em Lajes, justamente em matemática que me faltou para completar o segundo grau, ensino médio, eu fico muito sentido, porque os exames eram pela matemática moderna que eu não tinha estudado" (Dino José Dorigon, 2016).

A matemática moderna é uma iniciativa voltada para reconfigurar o programa de matemática do curso ginasial; porém, na década de 1960, estendeu-se à escola primária, incluindo entre saberes a teoria dos conjuntos e passando a conceber a matemática como um saber necessário à vida moderna (Pinto, 2010).

Com relação às práticas de ensino de geometria, Alice T. Noro (2015) recordou que uma de suas professoras "[...] pegou um livro e um caderno, um era o retângulo e um era o quadrado". Nesse momento, a professora fez uso de material concreto, ou seja, materiais cotidianos, como o caderno e o livro, para exemplificar qual deles correspondia ao quadrado e qual correspondia ao retângulo.

O programa para o ensino da matemática previa o ensino da geometria que, no quarto ano, deveria desenvolver a "noção de quadrilátero e triângulo. Reconhecimento do quadrado, do retângulo, do paralelogramo, do losango e do trapézio. Triângulo quanto aos lados; triângulo retângulo. Área do quadrado, do retângulo e do triângulo. Diagonais" (Decreto n.º 8.020, de 1939).

Após analisar os indícios das práticas que se referiam ao ensino do desenho, da leitura, da escrita e de alguns princípios matemáticos, ainda assim não se pode afirmar que as práticas de leitura e escrita se sobrepunham às práticas do ensino de matemática. Dessa forma, o que é passível de afirmação é que, no momento das entrevistas, as representações das práticas de leitura e escrita foram evocadas com maior recorrência e, aqui, por ora, são entendidas como um fio condutor para o ensino dos demais saberes.

O historiador, portanto, que trabalha com o conceito de representação, deve levar em consideração "[...] classificações e exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço" (Chartier, 1990, p. 27). De forma alguma pretende-se entender a memória como se fosse história, como fato dado ou como uma verdade, mas sim produzir uma narrativa vista também como uma das possíveis representações acerca da história institucional, pois, "tudo o que foi, um dia, contado de uma forma, pode vir a ser contado de outra" (Pesavento, 2008, p. 16).

Falta referência??? Favor verificar.

Portanto, realizar a análise das práticas escolares, tendo como fio condutor dos demais saberes as práticas de leitura e escrita, oportunizou, sobretudo, perceber elementos da cultura material, perpassar a questão do livro didático, da biblioteca escolar, bem como os momentos de leitura oral e silenciosa e como tais práticas fizeram parte das culturas escolares.

A seguir, passa-se à análise da ordem e da disciplina, como produtoras de práticas que caracterizam a forma de organizar o cotidiano do CNSL.

As "mil maneiras de fazer[116] com" ordem e disciplina

> *Mas se a escola se produziu (e se produz) como correlato da disseminação da cultura escrita, as relações pedagógicas se efetivam pelo recurso à oralidade. É por meio dela que professores e alunos tramam seu cotidiano.*
>
> *(Diana Gonçalves Vidal, 2009).*

Ao analisar as questões que emergem e sinalizam para uma representação singular que caracteriza a instituição escolar, observou-se que a ordem e a disciplina regularam os modos de fazer no CNSL. Tais aspectos não se encontravam explicitamente escritos; no entanto, como argumenta Vidal (2009), na oralidade constituem-se as tramas do cotidiano, tramas essas que foram permeadas pelas questões disciplinares.

Ao ler e reler as entrevistas e os documentos do arquivo escolar, os aspectos relacionados à disciplina aparecem como condutores das formas de organizar a instituição, racionalizar os tempos e espaços, ensinar os saberes e conduzir as atividades. As práticas são expressas por meio de estratégias e táticas dos sujeitos escolares, evidenciando que existem

116 A inspiração teórica para o título é a partir de Certeau (1994).

múltiplas significações possíveis de uma ordem, de uma norma, de uma proibição serem apropriadas pelo corpo docente e discente e é nesse tensionamento que analiso as práticas cotidianas permeadas pela disciplina.

Falta referência??? Favor verificar.

A disciplina é considerada por Dallabrida (2011) como característica das instituições de ensino confessionais católicas. Tais características também são apontadas por Poletto (2014) em seu estudo sobre o Colégio Sagrado Coração de Jesus, localizado em Bento Gonçalves/RS.

Uma das primeiras questões apontadas pelos alunos foi a exigência do uniforme e o cuidado com ele. Alice T. Noro recorda que:

> "O uniforme era rigoroso, rigoroso, o comprimento das saias! A gente, quando saía do colégio dobrava a saia aqui em cima pra ficar mais curta, era rigoroso [...]. Tinha que ir todos os dias de uniforme. Todos os dias de uniforme e o comprimento, elas olhavam assim o comprimento da saia, porque elas sabiam, eu acho, que nós fazíamos isso. Eu me lembro que a gente tinha o casaco tipo esses blazer de hoje sabe? Com umas estrelinhas em cima e da série que tu tava. Tu imagina [...] não podia faltar botão nenhum, as estrelinhas tinha que estar tudo certo" (Alice T. Noro, 2015).

Além de o uniforme ser cobrado diariamente, era observado também o comprimento da saia. Dessa forma, vê-se que havia uma regulação das questões morais dentro e fora do ambiente escolar. Também era verificado se não faltava nenhum botão ou adorno, como as estrelinhas utilizadas no uniforme da época. A escola exigia disciplina não só dos alunos, mas também das famílias, pois elas tinham que se organizar para que os alunos tivessem, diariamente, o uniforme nas condições adequadas. A tática das alunas para fugir do controle era dobrar a saia para ficar mais curta, fora da escola.

A adoção do uniforme escolar é também uma forma de moralizar e disciplinar os alunos. Nessa perspectiva, a "incorporação da moralidade pelas crianças seria necessária para formar cidadãos úteis à Pátria, cristãos tementes a Deus ou indivíduos capazes do autocontrole suficiente para controlar os próprios impulsos [...]" (Silva, 2015).

Tendo o cuidado de não generalizar e homogeneizar, verificou-se que nem todos tinham o uniforme e que havia crianças que precisavam de auxílio para custear o seu uniforme, como apontado no capítulo "Entre indícios e representações: os sujeitos escolares".

Quanto ao comportamento dos alunos, Irmã Mafalda Seganfredo (2015) comentou que "geralmente não se tinha problemas", mas que "claro que alunos! Se tinha os mais sapecas" e narra uma das situações vivenciadas. Percebe-se que, apesar de relatar o bom comportamento dos alunos, houve também o uso de táticas no cotidiano escolar para driblar as situações do dia a dia (Certeau, 1994).

Apesar dos alunos estarem trajados de uniforme isso não os impedia que de sair da escola. As lembranças da ex-aluna Lila, eram de que "eu sempre fugia da escola, mas meu pai sempre me acompanhava até a porta do colégio; daí eu era obrigada a assistir às aulas" (Lila Lourdes Muller, 2015). O pátio da escola não era cercado, e essa situação perdurou por muitos anos, o que auxiliava nas fugas de Lila. O pai julgava ser importante que ela estudasse e, por isso, a conduzia para a escola, situação que persistiu até ela ficar doente e realizar uma cirurgia em que correu risco de morte e que fez seu pai prometer que, caso se salvasse, não a mandaria mais para o colégio. Lila melhorou, e o pai cumpriu a promessa, e ela, então, encerrou seus estudos na quarta série. Na RCI, as famílias eram muito religiosas, e Lila soube como intervir para não ir mais para a escola. Por certo o pai também era muito religioso e não descumpriria uma promessa. Segundo ela, "Deus o livre não ir à missa! Meu pai fazia irmos rigorosamente" (Lila Lourdes Muller, 2015).

Quando questionei os entrevistados sobre como as famílias se posicionavam ao receberem reclamações da escola, acerca de qualquer acontecimento do cotidiano escolar, as recordações se reafirmaram em torno do mesmo discurso, ou seja, de que "existia a razão da escola, a razão do professor, a gente estava sempre errada, não tinha isso, Deus o livre!" (Alice T. Noro, 2015). A representação da ex-aluna Odete Rasera remete a um tempo de obediência: "naquela época a gente obedecia, não é que nem agora!" (Odete Rasera, 2015).

Os papéis eram socialmente instituídos: aos alunos cabia o de obediência, mas isso não ocorria somente na escola, podendo-se observar que, em casa, as práticas endossavam a importância da disciplina, inclusive por meio de castigos físicos. Dino José Dorigon evocou a memória de uma dessas situações: "nós tínhamos medo! Se meus pais sabiam [refere-se a alguma indisciplina na escola] ainda apanhava de cinto. Meu pai, quando sabia alguma coisa assim, a gente chegava em casa e apanhava de cinto; a gente nem sabia porquê. Ele já sabia antes de contar." (Dino José Dorigon, 2016).

Os castigos físicos também ocorriam, por vezes, na instituição escolar, em função da conversa.

> "Quando a gente fazia algo de errado, conversava, elas botavam nós de castigo em cima do milho, de joelho em cima do milho ou virada para parede. Na sala de aula. Na frente dos colegas. Por causa das conversas, às vezes ela tava dando aula e a gente ficava conversando uma coisinha ou outra" (Lila Lourdes Muller, 2015).

Ainda com relação ao milho na sala de aula, Dino José Dorigon (2016) recordou que:

> "Quando fazia uma brincadeira, uma coisa, ela tinha perto do quadro negro, que era o lugar do professor e tinha os milhos no chão, aí qualquer coisa mandava o aluno se ajoelhar no milho. Eu sei que vários foram e eu me aconteceu uma vez, não sei o motivo não lembro. Mas eu fui lá, comecei mexer os joelhos botei os milhos de lado e fiquei quietinho".

A partir das memórias de Lila e Dino, percebe-se que o milho para ajoelhar foi uma estratégia que fez parte das práticas cotidianas. Dino, no entanto, taticamente afastou os grãos de milho para não ficar com os joelhos sobre eles e, dessa forma, cumpriu seu castigo sem desobedecer à professora que o colocara ali, o que não o isentou da punição moral frente aos colegas.

A representação que os alunos fizeram dessas situações foi a de algo do cotidiano que não lhes causou trauma. Ao contrário, endossaram o respeito que tinham para com as professoras.

> "Todos os anos que eu estudei lá, eu não lembro de ver algum aluno ou aluna ofender com palavras as professoras. Eu acho que não é como atualmente, hoje. Com a situação o professor fica até com medo de dar aula, naquele tempo era um respeito absoluto, do começo ao fim. Eu fiz, que eu sei, com muito respeito, e elas se faziam respeitar" (Dino José Dorigon, 2016).

Ao perceber, nas entrevistas, que os castigos físicos surgiram como práticas, foi necessário realizar um exercício de desconstrução da visão negativa sobre o tema. Em um primeiro momento, pensou-se que seria um problema construir a narrativa a seguir. Porém, durante a análise cuidadosa das memórias dos entrevistados, percebeu-se que os castigos físicos eram práticas das famílias também, ou seja, faziam parte da cultura e do contexto da educação naquele período e, em nenhum momento, estavam relacionados à violência ou ao abuso de autoridade. As narrativas rememoraram tais fatos como uma forma de fazer com que o processo de escolarização se concretizasse com qualidade.

Tal afirmação se deve à representação, por exemplo, à qual a aluna Alice T. Noro (2015) referiu sobre a "conversa" em sala de aula: "o que tinha problema maior é de conversa". A conversa como problema escolar pressupõe que o silêncio é condição necessária para aprender. A partir desse ponto de vista, portanto, as formas de disciplinar são consideradas necessárias para um ensino de qualidade. É assim que se referem os alunos quando recordam a dedicação das Irmãs:

> "O respeito na aula, era todo mundo silêncio [...]! Então a professora falava e dava os temas e tudo, todo mundo respeitava e todo mundo respeitava direitinho. A gente aprendeu muito, estudava bastante, era com **muita disciplina** e as aulas era tudo com **bastante disciplina**, a gente respeitava as professoras na aula" (Dino José Dorigon, 2016, grifo da autora).

A disciplina não foi reguladora apenas dos corpos, por meio do uso do uniforme e do silêncio; foi também reguladora do tempo da escola. Quanto à pontualidade, os entrevistados lembram que não podiam chegar atrasados: "não podia chegar atrasado" (Alice T. Noro, 2015). "Tinha que ser na hora, né. Quando chegava o horário, a maioria chegava no horário" (Odete Rasera, 2015).

O *Regimento Interno,* anexo ao *Relatório de Verificação Prévia*, no ano de 1954, normatiza a organização no que se refere à disciplina instituindo a função de "prefeita da disciplina e dos estudos" e também determina funções disciplinares às professoras regentes e às inspetoras da disciplina. Dentre as atribuições, destaca-se a de "acompanhar as inspetoras de disciplina vendo se cumprem exatamente os seus deveres de vigilância atenta e maternal". Essa atribuição é da função da prefeita da disciplina e

dos estudos que, por sua vez, deve acompanhar as inspetoras e também prestar esclarecimentos diariamente à diretora. Percebe-se que a escola distribui funções e estabelece hierarquias de forma racionalizada, organizando a vida cotidiana dos discentes a partir da disciplina, porém não desvincula as funções do cuidado "maternal".

Esta organização e a nomenclatura "prefeito geral dos estudos" remetem ao *Ratio Studiorum*.[117] Essa organização prevê os cargos de prefeito geral dos estudos e de prefeito dos estudos inferiores e da disciplina. É possível afirmar que existe similaridade na organização das hierarquias entre os documentos (Franca, 1952).

Ao dar continuidade às análises das práticas pautadas na disciplina, pode-se citar o canto, que é entendido como uma das maneiras de disciplinar o corpo. A recordação de um dos alunos aponta o canto como algo normal do cotidiano: "nós cantávamos muito, era tudo na base da cantoria, tudo que era religião era cantado. E também no meio de alguns ensinamentos era, be-abá, etc." (Raul Tartarotti, 2015). A prática de cantar, nessa perspectiva representada pelo aluno, perpassava diferentes conteúdos.

O canto, na escola primária, deve ser associado à "retórica higiênica da necessidade de respiração e posturas adequadas, do uso controlado da voz, da harmonia do grupo" (Oliveira, 2007, p. 284).

Tratava-se de um tempo em que o currículo escolar privilegiava determinadas diretrizes e em que também:

> "[...] um conjunto de conhecimentos e de práticas escolares centradas na moralidade, no civismo, na religiosidade, na higiene e na economia, na ordem, na devoção à natureza, que sustentavam um projeto social: a regulação das condutas e dos comportamentos para a construção de uma ordem social harmônica" (Peres, 2000, p. 296).

Tais aspectos podem ser averiguados nas memórias de Raul Pedro Tartarotti, levando-se em conta que o canto é prática para disciplinar o corpo e também uma prática de memorização, além de ser uma estratégia para ensinar os valores morais e religiosos.

Quanto à normatização do ensino de canto, ou seja, o ensino de música vocal nas escolas primárias, desde os Decretos n.º 1.576, de 1910, e

117 "O *Ratio Studiorum* foi publicado em 1599 e visava à formação do homem cristão, de acordo com a fé e a cultura cristã" (Neto; Maciel, 2008, p. 180).

n.º 3.903, de 1927, ficou estipulado em uma hora semanal, independentemente dos exercícios de canto efetuados diariamente.

No programa mínimo a ser adotado nas escolas do Estado (Decreto n.º 8.020, de 1939) são propostos objetivos para o ensino de canto/música vocal, contemplados, neste documento, nos saberes de música. Este regulamento, diferentemente dos decretos anteriores, foi bastante detalhado e sugere a ação do professor por meio de práticas pedagógicas como se pode observar no Quadro 14, referente ao primeiro ano do ensino primário.

Quadro 14: Programa de música do ensino primário/RS (1939)

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MÍNIMO ESSENCIAL
a) Levar a criança a reconhecer na música um meio de expressão e fonte de gozo estético. b) Rodear a criança de estímulos e criar situações favoráveis à formação de hábitos e atitudes indispensáveis à consecução do primeiro objetivo, ou seja, musicalizar a criança.	a) Despertar o interesse e o gosto pela música. b) Familiarizar a criança com a música e levá-la a ouvir de forma interessada. c) Desenvolver o sentido do ritmo. d) Ensinar a cantar com naturalidade. e) Iniciar a criança na apreciação musical.	1 – Canto por audição: a) Cantigas de roda. b) Cantos para ninar. 2 – Declamação rítmica e entonação de frases. 3 – Apreciação do ritmo e da cultura dos sons. 4 – Apreciação musical: a) Audições "interessadas" de discos ou peças interpretadas ao piano ou violino pela professora; b) Audição do Hino Nacional e do Hino à Bandeira. 5 – Música de imaginação.
NORMATIVA – Cumpre ter em vista, na escola primária, a finalidade essencialmente educativa da música e seu valor, pela força expressiva do som e do ritmo e pelos elementos de espiritualidade que encerra, na formação afetiva. A aprendizagem de música deverá realizar-se de forma espontânea, em correlação com as demais disciplinas, de modo especial, com a linguagem e o desenho, apresentando grande interesse em sua utilização nos jogos dramáticos. As lições serão motivadas por historietas ou, ocasionalmente, pelas atitudes mentais formadas no desenvolvimento do trabalho escolar e o jogo, como atividade normal própria da infância, criará situações favoráveis à aquisição de diversas noções, como: ritmo, altura dos sons, intensidade etc. Assim para a apreciação da escala ascendente e descendente, imaginar-se-ão aviões que sobem e descem, crianças que sobem e descem as escadas; para a observação dos ritmos auditivos terão grande eficiência nas dramatizações, como os batalhões em marcha, o movimento das ondas etc. As bandas infantis contribuirão para a formação do senso rítmico. Não se recomenda a utilização frequente do piano na iniciação musical, por isso que o instrumento de som fixo não contribui para a musicalização dos alunos. A voz da professora será fator educativo mais eficiente. Interessada a criança, a aprendizagem far-se-á facilmente e é fato verificado que ela aprende a canção, quando motivada realmente na segunda ou terceira vez que a ouve. A apreciação musical se iniciará mediante a realização de audições. A escolha dos números far-se-á em face de seu valor musical e literário, dos interesses da classe, do desenvolvimento mental dos alunos e das possibilidades que oferece o meio em que funciona a escola. Para que nas audições se obtenha o resultado esperado, faz-se mister que sejam convenientemente motivadas, podendo para isso a professora solicitar que os alunos expressem por meio do desenho, as ideias que lhes sugerir a música ou que inventem uma historieta para acompanhar o trecho musical. O treino dos pequeninos na "audição interior" merecerá atenção especial. Já nas primeiras lições impõem-se a seleção dos "ouvintes" que serão submetidos a exercícios especiais com o fim de melhorar suas condições.		

Fonte: Decreto n.º 8.020, de 1939.

O Programa prevê, além dos conhecimentos específicos do ensino de música, o ensino e o canto dos hinos, remetendo à educação de valores cívicos, bem como das cantigas de roda, criando a ideia de um folclore nacional oficializado. Nesse contexto, entende-se que a valorização das cantigas se voltou para aquelas que enfatizavam os valores em voga no período, com destaque para as que envolviam determinados valores, como: o nacional, o trabalhador, o católico, a sociedade capitalista, industrializada e em processo de modernização.

A finalidade "educativa" do ensino de música é enfatizada na normativa, destacando também a importância da sua relação com os demais saberes, como a linguagem e o desenho. Ainda quanto à finalidade, a voz da professora é vista como um fator educativo. Nesse sentido, o Programa extrapola em si mesmo o objetivo de estabelecer conteúdos mínimos e acaba por estender uma conexão da disciplina com a presença corporal da professora.

As ideias estacanovistas que visibilizam a criança no processo de aprendizagem podem ser percebidas no documento quando ele aponta a preocupação em despertar o interesse na criança.

Os instrumentos musicais, apontados também na normativa, incluem o uso do piano pode ser identificado dentre as práticas de ensino no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, já que "tinham o piano na sala, elas tinham o piano e a gente ensaiava umas músicas, sim; agora não me lembro mais que música" (Odete Rasera, 2015).

Com relação ao piano, é interessante pensar sobre os espaços apresentados por meio de fotografias no *Relatório de Verificação Prévia* de 1954, elaborado para a autorização do ginásio. Ao incluírem-se as imagens nesta pesquisa, mesmo estando elas definidas no documento para esta finalidade, surgiram alguns questionamentos sobre o que seriam novas aquisições, novos espaços, reorganizações e sobre de que modo tais espaços geraram novas práticas e se, de fato, eram novas.

No que se refere ao ensino de música, a aluna Odete Rasera frequentou a escola em um período em que não havia o curso ginasial e, no entanto, o piano já estava presente e era utilizado nas práticas do ensino primário. Nesse sentido, optou-se por mostrar esses espaços e pensar neles como processos de adequação com permanências e inovações. Entendendo-se que a instituição escolar vivencia adaptações constantes, trocas de salas de aula, reorganizações de espaços, ampliações da estrutura física, desuso de alguns locais e utensílios e reaproveitamento de outros.

Quanto às professoras que ensinavam música, Irmã Mafalda Seganfredo (2015) recorda que no CNSL "sempre teve irmãs de música. Lecionavam piano, sanfona, gaita, violão", e a representação que a religiosa guarda sobre a organização para que houvesse professoras de música nas escolas da província era de que:

> "Era assim na província [...]. Tinha quatro, principalmente, formadas, mas de música. A Irmã Aurora Viecelli, a Irmã Judite Beux, Tinha a Irmã Severina, agora não me lembro mais como é o sobrenome, Irmã Severina e a Irmã Rosaria. Eram quatro. Então essas quatro, quando uma então... Porque tinha Farroupilha, Bento, Caxias e Guaporé, as quatro principais escolas, que tinham essas coisas. Lecionavam músicas, tinham os quartinhos de música separado. É então quando uma era transferida, ou que ela pedia, ou que ela... estava doente, não sei o que, que precisava sair, então eram mexidas as quatro. Então aqui, por exemplo, naqueles anos que eu vivi aqui ficou a Irmã Aurora Viecelli" (Mafalda Seganfredo, 2015).[118]

A partir da representação, percebe-se que ter sempre professoras de música no CNSL era reflexo de uma organização da congregação. Outro aspecto que se observa é que a docente, ao narrar tal organização, refere-se às "principais escolas, que tinham essas coisas", indicando que não havia necessariamente, em todas as escolas da congregação, essa estrutura para o ensino de música como, por exemplo, o espaço físico, nomeado pela Irmã como "quartinhos de música separados".

Ainda com relação ao programa mínimo a ser adotado pelas escolas do Estado, no primeiro ano, o mínimo obrigatório era a audição dos hinos; já no quarto ano, era esperado que os alunos soubessem cantar o Hino Nacional e o Hino à Bandeira. Como forma de arguir os alunos acerca dos hinos, Dino recorda:

> "Eu sei que num certo estágio não sei que ano estávamos, todos os alunos tinham que saber o Hino Nacional então, um por um, tinha que ir lá na frente e cantar o Hino Nacional. En-

118 Optou-se por citar apenas a Irmã Aurora Viecelli no capítulo que trata das docentes da instituição por não terem sidos localizados indícios que permitam afirmar que as demais atuaram na escola no período da pesquisa.

> tão acho que isso era bonito isso, porque é uma coisa patriótica! Da Pátria né! Eu sei que então a gente tinha que saber o Hino à Bandeira, Hino Nacional, tinha que saber!" (Dino José Dorigon, 2015).

É interessante observar a representação que o entrevistado traz sobre a prática ao dizer: "era bonito, porque era uma coisa patriótica". Isso demonstra que o lugar de aprender, por vezes, é criativo e inventivo, revela táticas e também inculca valores e hábitos, e esse conjunto de saberes faz parte das culturas escolares (Julia, 2001).

O repertório com músicas cantadas ao lado do piano, os hinos e também os cantos religiosos, apropriados pelos alunos, podem ter usos inventivos, como foi narrado pela aluna Alice T. Noro (2015):

> "elas ensinavam as músicas religiosas, e ela [uma colega que tocava gaita] transformou uma música religiosa num rock e aí nós estávamos todo mundo lá cantando a música sacra, em ritmo de rock, Nossa Senhora! [enfatiza] a coisa foi feia! [risos]" (Alice T. Noro, 2015).[119]

A prática criativa e inventiva exemplifica de maneira clara as "mil maneiras de fazer". Nesse sentido, não se pode pensar de forma ingênua que os alunos apenas consumiam os saberes e aprendizagens escolares. O que se pode afirmar é que, certamente, eles faziam uso, se apropriaram e encontravam outras "maneiras de fazer" aquilo que foi ensinado/aprendido (Certeau, 1994).

Nas comemorações escolares, o canto também era prática recorrente, por exemplo, na inauguração do retrato do Getúlio Vargas, em 1942, na escola, quando foram entoados os cantos "Hino à Bandeira", "Dia do Governador" e "Terras Virgens" (Livro de Atas – Comemorações Cívicas, 1942). Ainda em relação às comemorações, "salienta-se que as festas escolares cívicas foram momentos privilegiados de disseminação coletiva dos ideais republicanos, seus heróis e símbolos. Às festividades antecediam-se dias de preparação, ensaio, atribuições de tarefas e papéis aos alunos" (Luchese, 2015, p. 344).

2015a ou 2015b??? Favor desambiguar.

119 Aponta-se que, na narrativa, não é possível distinguir se as memórias referem-se ao primário ou ao ginásio, mas, pela riqueza das lembranças para a escrita desta dissertação, optou-se por utilizá-las.

Os ensaios para a marcha de sete de setembro eram realizados com antecedência e rigor. Esse momento representava a ordem da instituição escolar perante a comunidade. Mafalda Seganfredo recorda o período em que era professora responsável pela disciplina de Educação Física e pela preparação para o desfile.

> "Quanto marchar! [...], ensaiava dentro do pátio, andava nas ruas, depois o dia 7 de setembro, ou 7 ou 5 conforme caía, então íamos na cidade fazer o desfile. Iam todos de uniforme, era obrigatório marchar. As comemorações da semana da pátria era uma coisa! Mas os ensaios a gente fazia, começava muito antes, por exemplo, a gente começava as aulas de educação física, tinha aquelas. Você ia para rua e se marchava, porque tinha que aprender marchar e depois se ensaiava, só que não tinha como hoje, por exemplo, digamos assim, tantas evoluções, etc., era só marchar e com banda e tudo" (Mafalda Seganfredo, 2015).

O treinamento, repetido muitas vezes, era a forma de ensinar a marchar, o que não significava que todos aprendessem, apesar da preparação feita com antecedência. Para as alunas que, porventura, não participariam da marcha, existiam alternativas.

> "Eu levava a bandeira! Porque eu não marchava não me queriam lá atrás. Eu levava uma bandeira pesada, um dia eu desfilando na chuva aquela bandeira, deve ta lá nas Irmãs até hoje, dupla, daquele cetim grosso, dupla, um peso danado! Então tinha três bandeiras na frente, aquela de Farroupilha, do Brasil e a do Rio Grande do Sul. [...] me lembro a do Brasil que era minha, aquele era minha!" (Alice T. Noro, 2015).

Apesar de a aluna não marchar, ao narrar sua representação sobre os desfiles cívicos, ela relatou, com orgulho, que a bandeira do pavilhão nacional era carregada por ela. Esses fatos sobre os desfiles cívicos são trazidos para análise neste trabalho por serem lembrados como momentos de disciplina nas memórias dos alunos.

> "O que mais me marcava, por exemplo, era a Semana da Pátria. Então tinha todos com uniforme, todos enfileirados, a gente ia todos lá na praça na frente do Clube, a Praça da Bandeira parece que é agora. A gente ia lá todos enfileirados, ficavam todos com o uniforme enfileirados, tinha que cantar o Hino Nacional, o Hino à Bandeira e desfilar. Isso aí era todos anos e isso aí era certo, **muita disciplina**, dias frios, de cerração, eu lembro nós, lá na rua" (Dino José Dorigon, 2016, grifos da autora).

Em mais essa oportunidade, a disciplina não era vista como algo punitivo, mas sim como uma característica daquele momento. As comemorações cívicas, além de enaltecerem os heróis da Pátria e serem realizadas com muita disciplina, como enfatizam as representações dos ex-alunos e ex-professoras, também foram permeadas por práticas religiosas.

> Foi utilizada para a construção do imaginário coletivo, com a criação do panteão cívico republicano, destacando as figuras que deviam servir de modelo para a comunidade gaúcha. Nesse sentido, a ação republicana foi em parte articulada com a Igreja Católica. O esforço de transformação dos responsáveis pela proclamação da República em heróis da República foi significativo no Rio Grande do Sul, constituindo um verdadeiro processo de "heroificação" dos dirigentes republicanos (Corsetti, 1998, p. 61).

Nesse sentido, pode-se observar que, na programação da Semana da Pátria de 1942, fazia parte dos festejos a celebração de uma missa na Igreja Matriz. Para iniciar a Semana da Pátria, nesse ano, a cerimônia foi realizada na intenção do "restabelecimento de Getúlio Vargas", e houve a bênção da Bandeira confeccionada pelos alunos, com missa celebrada pelo padre Ernesto Brandalise. Para encerrar os festejos, ainda em 1942, ocorreu uma missa campal. Já em 1943, a missa foi realizada em "sufrágio da alma do glorioso herói", uma referência a Duque de Caxias; em 1944, as orações do padre Olívio Bertuol fizeram parte do programa das comemorações do Dia Panamericano (Livro de Atas – Comemorações Cívicas).

A presença do padre na escola faz parte das memórias dos ex-alunos: "ele vinha para fazer palestras às vezes [...] falava de religião e coisas assim" (Odete Rasera, 2015). As orações na capela foram também utilizadas como uma estratégia disciplinar na ocasião da morte de Getúlio Vargas. "Eu lembro de um dia que fomos na capela [...] morreu o Getúlio, ele

se suicidou, o Getúlio Vargas, elas levaram todas nós para a capela e [...] isso é uma data que eu não esqueço!" (Alice T. Noro, 2015). Referindo-se à mesma ocasião, a docente Irmã Mafalda recorda que:

> "Eu [...] lembro da morte do Getúlio Vargas, porque aqui em Farroupilha eram muito do Getúlio. E no dia que morreu o Getúlio Vargas, eu sei que a diretora do Colégio foi muito bacana, ela soube manter a turma, que tínhamos bastante alunos e quando veio a notícia e ela veio assim de uma maneira que saíram em silêncio, porque era até perigoso de que se enfrentassem, entre alunos. Porque tinham de diversos partidos. Eu sei que nós elogiamos muito" (Mafalda Seganfredo, 2015).

As Irmãs fizeram uso do recurso de que dispunham naquele momento e realizaram um momento de orações para acalmar um temido confronto entre os alunos. A disciplina e a ordem, ao que parece, foram mantidas dessa forma. É interessante perceber que a professora não recorda da capela como espaço da prática neste momento, enquanto a aluna sim.

> Muitas vezes, quem narra os fatos constrói de forma ucrônica, os fatos não são totalmente verdadeiros, até contraditórios, mas o que interessa na pesquisa são as crenças e os símbolos criados e fortalecidos pelo grupo para entender as memórias subterrâneas que permeiam o contexto (Fischer, 2011, p. 21).

Quando se trata de memórias, é preciso considerar os pontos de encontro que possibilitam compreendê-las como uma memória coletiva e que tenham sido significativas para um determinado grupo do qual as lembranças fizeram parte (Halbwachs, 2006). Portanto, o importante é que os sujeitos tenham partilhado uma dada realidade situada num tempo e espaço determinados (Grazziotin; Almeida, 2012). Neste trabalho, trata-se do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, no município de Farroupilha/RS, e os fatos aqui narrados referem-se aos anos de 1922 a 1954.

Além desses aspectos, pode-se acrescentar outra característica das práticas escolares, que é o fato de elas ultrapassarem os muros da escola, assim como os rituais da comunidade adentravam a escola. Como exemplo, pode-se citar a presença da escola em velórios. Os alunos compareciam acompanhados pelas Irmãs: "tinha assim, ocasiões especiais, quando morria alguém a gente ia nos velórios, alguém da sociedade ou pa-

rente de alguém [...]. Interrompia a aula e ia. A gente ia, todo mundo em fila e voltava depois" (Alice T. Noro, 2015).

As filas, os exercícios físicos e as marchas disciplinavam. As ideias escolanovistas também faziam circular discursos em torno do objetivo de formar cidadãos limpos, ordeiros e trabalhadores (Souza, 2006). Nessa perspectiva, as práticas permeadas pela disciplina e pela religião contribuíram para formar os corpos e as mentes dos sujeitos escolares. Com relação a essas práticas,

> "[...] as atividades de educação física era assim, por exemplo, tinha a hora da educação física, então muitas vezes a gente dividia em jogos, muitas vezes, por exemplo, tinha vôlei, tinha outros jogos que elas faziam assim e depois outros exercícios, se pegava uma turma e então eu me lembro de uma coisa que esses dias me lembraram que me fizeram lembrar, que por exemplo aquelas maiorzinhas de segunda série, terceira série, que já são mocinhas, eu fazia com aqueles paus para não encurvar, para não fazer barriga e não perder a postura, pois se tinha um livro de educação física, um livrinho que pelo menos pra quem dirigia para exercícios vários, para postura, para digamos assim a maneira de ficar" (Mafalda Seganfredo, 2015).

As teorias higienistas em voga na época fortaleceram a ideia de que uma nação forte é formada por pessoas saudáveis, e essa concepção justifica a preocupação com a preparação física desde a infância,bem como a preocupação com a prevenção de doenças e com a inibição dos vícios (Souza, 2006).

Os saberes relacionados à área da saúde, com o intuito da prevenção, permearam a escola primária brasileira, tanto que, em 1930, "Educação e Saúde reuniram-se num único ministério inaugurado por Francisco Campos" (Souza, 2006, p. 336).

> A vida numa sociedade que se urbanizava e se industrializava exigia a formação de cidadãos que soubessem se comportar no espaço urbano, e de trabalhadores que se adaptassem ao trabalho fabril. O valor do tempo, da dedicação, dos bons costumes, bons modos e boa disciplina eram requisitos essenciais para a formação de trabalhadores urbanos (Souza, 2006, p. 336).

A escola, nesse contexto, buscou vivenciar práticas escolares que tornaram possível concretizar as tarefas incumbidas a ela e, na escola confessional referência deste estudo, sua característica marcante, indubitavelmente, foi a disciplina.

A seguir, dá-se lugar à análise das avaliações escolares e às suas formas de registro, bem como à solenidade de formatura dos concluintes do ensino primário.

As formas de quantificar os registros da aprendizagem escolar

> *No sábado recorde-se tudo o que foi ensinado na semana. Se, de quando em quando, se oferecerem alguns para responder sobre todas estas lições ou sobre um livro inteiro, escolha o professor os melhores e os demais o ataquem, cada qual, com duas ou três perguntas; e não fique isto sem recompensa.*
>
> *(Leonel Franca, 1952)*

A epígrafe remete à explicação de como se deve proceder com a sabatina, termo encontrado no *Ratio Studiorum*, o método pedagógico dos jesuítas publicado em 1599. O termo sabatina é o mesmo encontrado na década de 1940, também utilizado no Rio Grande do Sul, na instituição de ensino pesquisada.

A aluna Odete Rasera conservou seu caderno das sabatinas, mesmo faltando algumas folhas e sem capa. O caderno é pequeno e tem 29 páginas compostas por folhas escritas frente e verso, com avaliações que versam sobre conjugação verbal, análise gramatical, ditado, redação, lições de geografia, de civismo, de religião e de ciências. Os ditados têm como temas a vida saudável, o Brasil, as profissões e um trecho de texto intitulado "O homem e a cobra". Escritos com caneta azul em todo o caderno, os ditados faziam parte das sabatinas como avaliação da escrita.

Anne Marie Chartier, ao tratar sobre o ditado, destaca que:

> Os teóricos criticaram, com razão, tal exercício, dizendo que ele era um exercício de avaliação e não um exercício de aprendizagem. O ditado foi condenado como uma "máquina de fabricar erros", porque ele pede aos alunos para inventar a ortografia de palavras que eles desconhecem e isto os conduz a tratar as palavras foneticamente. Os teóricos criticaram então o apego dos professores aos ditados, vendo aí uma posição de resistência arcaica. O que os teóricos raramente enxergaram é que não existe um dispositivo pedagógico tão simples e eficaz. Durante um ditado, todos os alunos se calam, escrevem todos sob a vista do professor, estão atentos a sua própria tarefa, e a correção, que vem logo em seguida, permite a cada um verificar o resultado de seu esforço. Qualquer professor principiante pode fazer funcionar esta forma de trabalho coletivo, que interrompe as conversas paralelas, mobiliza a atenção e faz todo mundo avançar ao mesmo passo (Chartier, 2010, p. 7-8).

Falta referência??? Favor verificar.

Apesar da longa citação, optou-se por utilizá-la por abordar importantes aspectos em que se entrelaçam as análises já realizadas. O ditado, visto como um exercício de avaliação, remonta ao que se encontra no caderno de sabatinas da aluna acima citada. Ele não foi realizado naquele momento com o objetivo de ensinar ortografia, mas de avaliar.

Percebe-se, quando se tratou das "mil maneiras de fazer com disciplina", que o silêncio foi considerado necessário para ensinar e aprender com qualidade. Nessa perspectiva, o ditado é uma atividade que necessita de silêncio para ser realizado e, portanto, trata-se de uma atividade adequada, pela postura cobrada dos alunos, ao processo de ensino e aprendizagem.

O ditado do Quadro 15 trata do tema vida saudável e aborda aspectos da alimentação, da higiene corporal, preservada com o banho diário e com hábitos como o de lavar as mãos antes das refeições, cortar e limpar as unhas e também de escovar os dentes após as refeições. Após abordar os aspectos de higiene corporal, aponta a importância da higiene no ambiente doméstico.

O texto é um diálogo, e a aluna faz uso de sinais de pontuação – seria interessante saber se foram também ditados ou se estes foram inseridos na escrita de maneira espontânea. Equívocos com relação à ortografia podem ser observados, como, por exemplo, o título escrito "vida sadia". Cogitam-se hipóteses de o título referir-se à vida saudável ou à vida sadia. Algumas palavras estão marcadas por reescritas, ou de letras ou de sílabas, indicando que não era possível apagar. No quadro a seguir, listam-se os erros ortográficos identificados.

Quadro 15: Escrita e hipóteses de escrita – ditado

Escrita encontrada no ditado	**Hipótese de escrita ortograficamente correta**
alimetação	alimentação
filhio	filho
presico	preciso
manhão	manhã
refeisões	refeições
antar	andar
arumada	arrumada
cotatidos	combatidos
bicinhos	bichinhos
juliho	Julinho

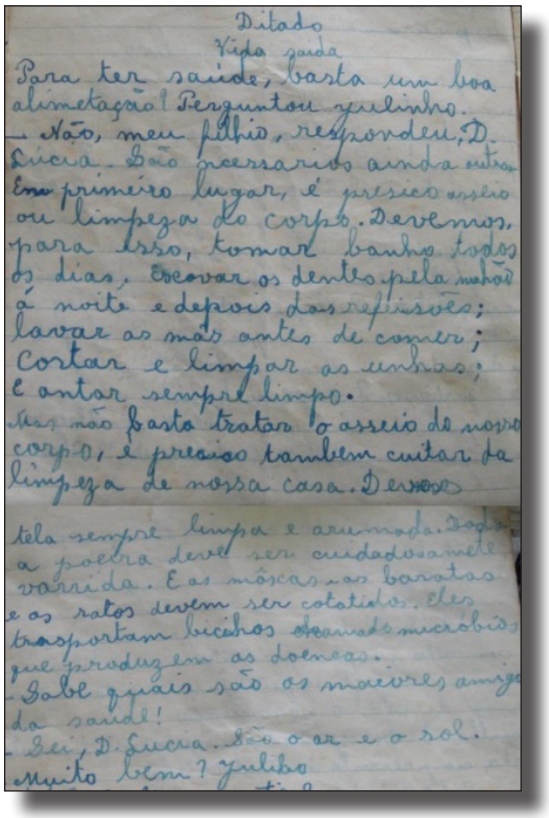
Fonte: Caderno de sabatinas, APOR.

Notam-se questões ortográficas relacionadas à omissão de letras, troca de fonemas e troca de letras (c por s, ç por s, d por t). A noção do lh e do ch ainda não foi adquirida pela aluna. A letra é legível e clara; mesmo assim, a aluna, ao referir-se a sua letra durante a entrevista a representa justificando: "só que eu tenho a letra meia feia" (Odete Rasera, 2015).

O ditado acima tem a estrutura de um diálogo – não é por acaso que o diálogo é de uma mãe com seu filho, considerando-se que se trata de uma escola que, como vimos, tem em sua maioria alunas meninas e, portanto, responsáveis por preservar determinados valores familiares. A resposta enfatiza a higiene pessoal e também o cuidado com a casa, sua organização, limpeza e ventilação. Os conhecimentos de higiene no ensino primário abarcavam aspectos imbuídos de valores e condutas: "as primeiras lições deveriam recair sobre o cuidado pessoal, seguido da alimentação, do vestuário e da habitação, incluindo os efeitos nocivos do tabaco e do álcool" (Souza, 2009, p. 32).

O referido ditado é seguido de uma análise gramatical dos termos do texto, e a nota, ao que parece, é atribuída ao conjunto (ditado e análise gramatical). A nota é 70, escrita a caneta, "é a nota da professora" (Odete Rasera, 2015).

Figura 43: Ditado "Vida sadia"



Ditado

Vida sadia

Para ter saúde, basta uma boa alimentação! Perguntou Julinho.

– Não, meu filho, respondeu D. Lucia. São precisos ainda outros cuidados. Em primeiro lugar, é preciso asseio ou limpeza do corpo. Devemos, para isso, tomar banho todos os dias, escovar os dentes pela manhã, á noite e depois das refeições; lavar as mãos antes de comer; cortar e limpar as unhas; e andar sempre limpo.

Mas não basta tratar o asseio de nosso corpo, é preciso tambem cuidar da limpeza de nossa casa. Devemos

tela sempre limpa e arrumada. Todos a poeira deve ser cuidadosamente varrida. E as môscas, os baratos e os ratos devem ser cotatados. Eles trasportam bichos e muitos microbios que produzem as doenças.

Sabe quais são os maiores amigos da saúde!

– Sei, D. Lucia. São o ar e o sol.

– Muito bem? Julio

Fonte: Caderno de Sabatinas, APOR.

Outro tema explorado nos ditados foi o Brasil. O ditado transcrito abaixo intitula-se "Nosso Brasil".

> Tudo o que existe no nosso Brasil é grande e belo. O solo é cheio de riquezas o clima sadio e agradável. As florestas são imensas e verdejantes. As cachoeiras são lindas e poderosas. A terra é fértil e colhedora [sic]. Mas o que torna o nosso Brasil mais dignos [sic] de admiração é o trabalho dos seus filhos. São suas cidades lindas e progressistas. São as fábricas que produzem tudo. São os navios sulcando os mares. São os tormes [sic] de ferro correndo pelos trilhos. São os aviões cortando o espaço, são as escolas ensinando as crianças amar e respeitar o Brasil. Devemos estudar e trabalhar para que nossa Pátria fique cada vez mais bela, mais rica e mais livre! Estudando e trabalhando, sob este céu de anil. As crianças vão fazer a grandeza do Brasil! (Caderno de Sabatinas).

A exaltação ao Brasil fica evidente na escrita, como a valorização dos recursos naturais, do trabalho, da industrialização de uma nação em progresso, do desenvolvimento dos transportes marítimos, terrestres e aéreos. Também enaltece o papel da escola na formação do povo brasileiro como futuro da Pátria. O texto ditado pela professora contempla o que já era esperado, inclusive para matérias como Geografia, História, Educação Física e Instrução Moral e Cívica, as quais deveriam "desenvolver nas crianças o espírito de patriotismo e nacionalismo; deveriam contribuir para a formação moral do povo e, no limite, para a construção da nacionalidade. Essa ênfase no nacionalismo atravessou o século XX" (Souza, 2009, p. 113).

O ditado "As profissões" explora diferentes profissões existentes em torno de 1940.

> Sou lavrador, cavo a terra para depois semear. Eu pescador passo a vida na canoa sobre o mar. Medico as dores da vida sou a enfermeira. Sou mecânico perito não sei de melhor carreira. Operário desde cedo que começa o meu labor. Dos incêndios o bombeiro revela grande valor. Eu sou o médico excelente, tenho curas assombrosas. Na cozinha ao fogo ardente faço comidas gostosas. Comerciante zeloso não me afasto do balcão. Eu sou modista afamada, mas gozo como profissão. Sacerdote caridoso eu trabalho pela cruz de Cristo. Aprendiz de carpinteiro, eu sou o que foi Jesus. Toda profissão é nobre exercida com carinho, só o homem preguiçoso acha o trabalho mesquinho (Caderno de Sabatinas).

O ditado acima enumera diferentes profissões, como as de pescador, enfermeira, mecânico, operário, bombeiro, médico, comerciante, modista, sacerdote e carpinteiro. Dentre as profissões, valoriza aspectos religiosos no caso do carpinteiro, mas, em oposição ao consenso geral, inclui o sacerdócio como mais uma profissão entre as demais, o que causa estranhamento perante o discurso conhecido de vocação que envolve o papel de doação do sacerdote a serviço da comunidade. Em outro sentido, tal afirmação pode simplesmente estar referindo-se à profissão como sendo uma vocação, algo inato no indivíduo.

Observa-se ainda que o texto não utiliza a nomenclatura específica da profissão, pois prefere descrever as tarefas em vez de nomeá-las, como, por exemplo, o termo "cozinheira": "na cozinha ao fogo ardente faço comidas gostosas". No final, há uma exaltação à profissão e, em oposição, o adjetivo "preguiçoso" nomeia aquele que não valoriza o trabalho.

Consoante a perspectiva da Escola Nova, "a ordenação do trabalho, a construção da nacionalidade, a modernização da sociedade e a democratização de um país" são tarefas de cunho pedagógico para a transformação do país (Souza, 2009). Nas comemorações do Dia do Operário, fazia parte do programa as professoras proferirem palestras aos alunos, exaltando a importância do trabalho. Tal situação pode ser observada na comemoração de 1942: "as professoras com os respectivos alunos dirigiram-se para as salas de aula, cada qual fez uma palestra, incutindo amor ao trabalho, mostrando a vantagem que traz ao seio da humanidade" (Livro de Atas – Comemorações Cívicas, 1942).

O texto "O homem e a cobra", encontrado na documentação analisada, aparece como um ditado de apenas duas linhas e refere-se o encontro de um homem com uma cobra: "Em um inverno terrível, um homem bom imprudente encontrou uma cobra venenosa estirada e escanime [sic] já quase morta. O homem poderia tê-la matado facilmente ou deixado que ela morresse por si" (Caderno de Sabatina). Parece que o texto do ditado está incompleto, pois faltam elementos para concluir qual ensinamento o texto pretendia transmitir ou se, simplesmente, visava à avaliação da escrita ortográfica.

Nas atividades de escrita, ainda identificam-se a redação e a cópia. Entende-se a redação como uma produção do aluno a partir de determinado tema, e a cópia como a reprodução de um texto já existente.

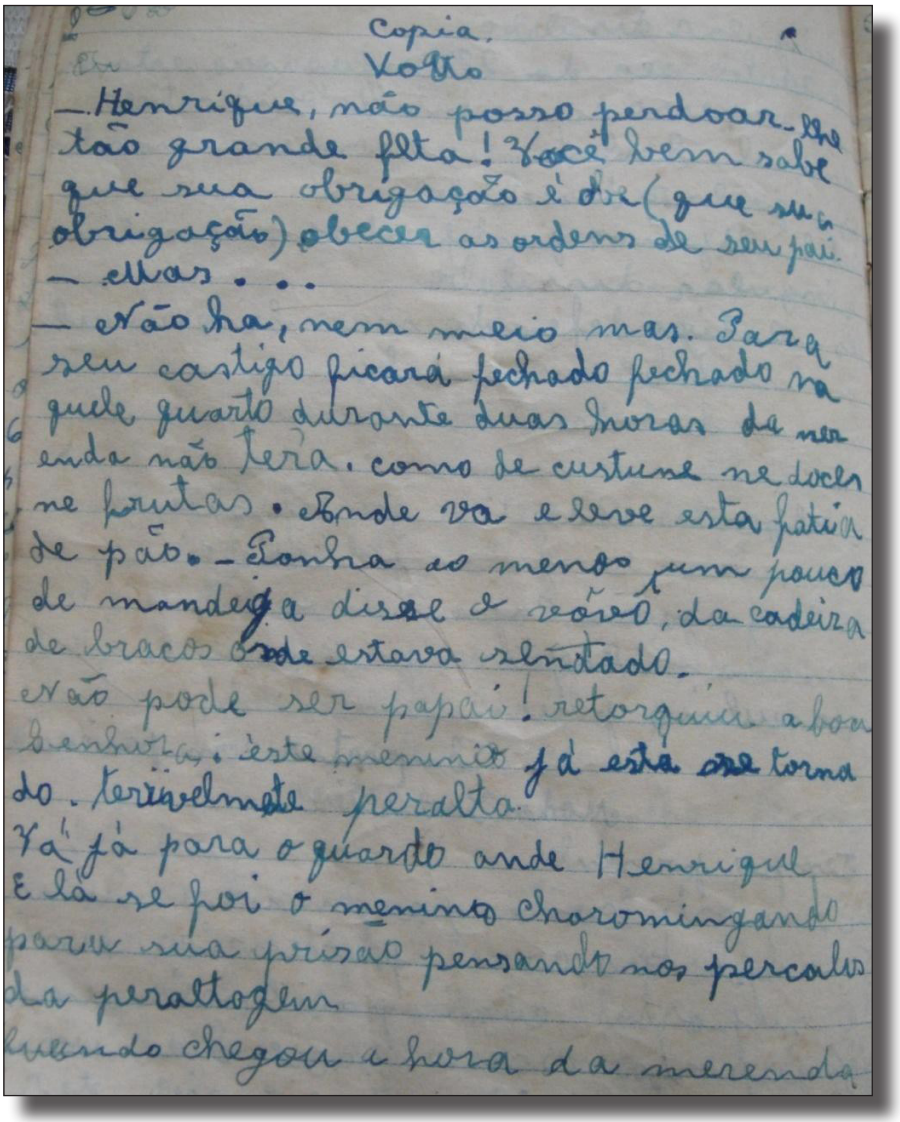
A redação que compõe o caderno das sabatinas é intitulada "Probidade"

> Alberto filho de um lavrador que estava sentado debaixo de uma árvore chorando amargamente. E passou um caçador vestido e disse: Porque chores tu rapaz. E o menino soluçando o papai me deu uma quantidade de dinheiro para pagar o farmacêutico. E o caçador tirando uma carteira que tinha muitas moedas de ouro e perguntou se era aquela a tua carteira e ele disse não, não é esta minha carteira. Então o caçador, não tinha bastante dinheiro e era mais velha. O caçador tirando a outra carteira disse é esta é sua o menino disse é esta mesmo. E então o caçador deu outra de recompensa. (Caderno de Sabatinas).

A produção traz elementos comumente encontrados na literatura infantil, como o caçador e as moedas de ouro, o que pode ser um indício da circulação de histórias no cotidiano escolar. Outro elemento a ser destacado são os valores. No texto, a aluna assinala a ação de dizer a verdade como algo merecedor de recompensa.

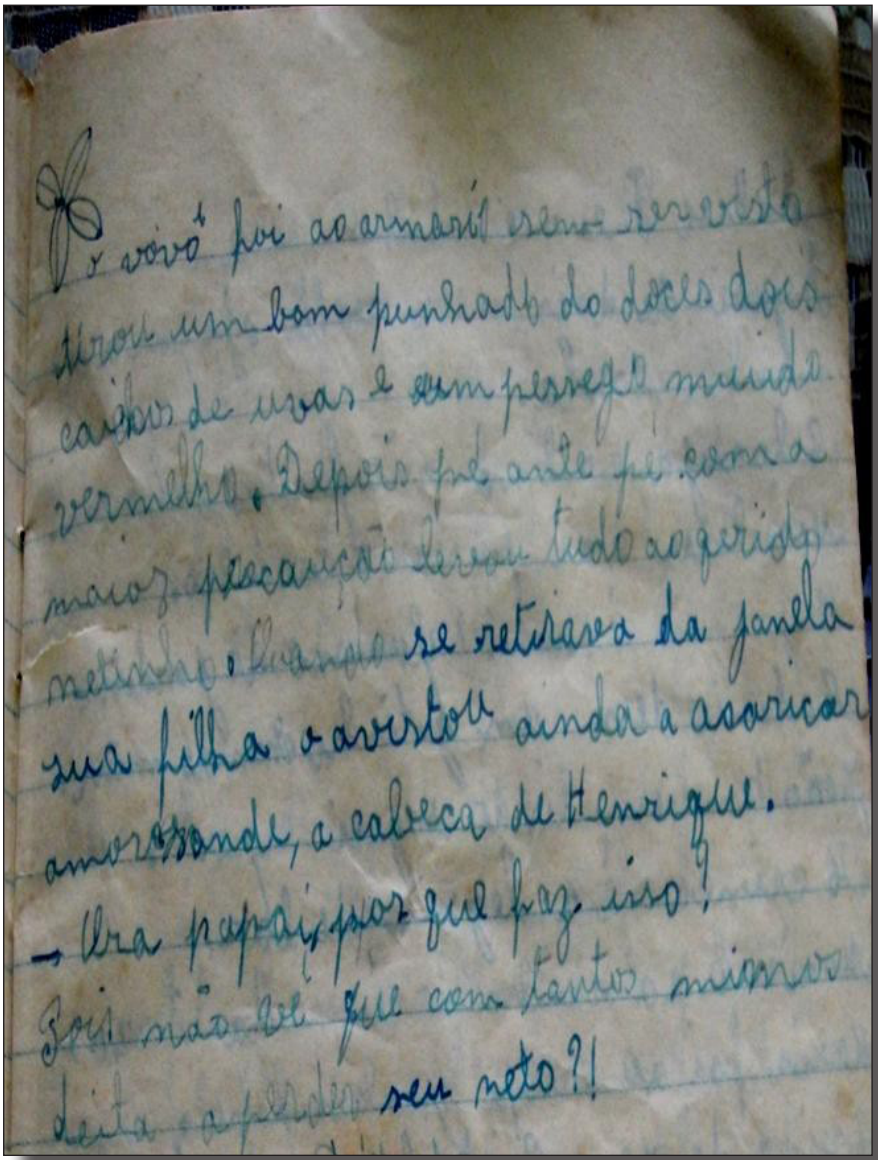
Já na atividade de cópia, o texto da Figura 44 apresenta -se como um diálogo.

Figura 44: Atividade de cópia


Copia.
Voltio
—Henrique, não posso perdoar-lhe tão grande falta! Você bem sabe que sua obrigação é dar (que sua obrigação) obecer as ordens de seu pai.
— ellas...
— eráo ha, nem meio mas. Para seu castigo ficará fechado fechado naquele quarto durante duas horas da merenda não terá. como de custume nem doces nem frutas. Onde vai e leve esta fatia de pão. — Tenha ao menos um pouco de mandeiga disse a senhora, da cadeira de braços onde estava sentado.
eráo pode ser papai! retorquiu a boa senhora. este menino já esta em torna do. terivelmente peralta.
Vá já para o quarto ande Henrique
E lá se foi o menino choromingando para sua prisão pensando nos percalços da peraltagem
Quando chegou a hora da merenda

Fonte: Caderno de Sabatinas, APOD.

Figura 45: Atividade de cópia – continuação



Fonte: Caderno de Sabatinas, APOR.

A reprodução acima, como os demais textos já apresentados, inclui uma noção formativa: o filho deveria obedecer ao pai, caso contrário, mereceria o castigo; o avô é a figura que protege os netos, e a mãe é quem educa. Dessa forma, o texto era formativo no sentido de estipular os papéis de cada um, primeiro no texto e, por extensão, na comunidade.

Outra modalidade de escrita foi a de compor frases: deveriam ser vinte. No caso do caderno avaliado, não foi possível saber se as frases foram criadas pela aluna, ou se faziam parte do ditado. As frases são as seguintes:

> Deus queira guardar paz em nosso lar. Saber é poder. Se Deus me acompanha eu volto. Salve Deus a minha casa. Depois de dois meses volto hoje para a minha escola. A laranja e a lima são fruta saborosas. Nicolau vai buscar o carrinho. O jasmim é o mais perfumoso do jardim. Antonio tem um gatinho chamado Mimi. João tem um lindo sagui esperto. A criança é a alegria do lar. Maria é a rainha do céu e da terra. Maria foi ao campo apanhar flores. A vida de Jesus Cristo foi muito triste. Um bom conselho vale mais que muitos castigos. O Brasil é um país rico e fértil. Trabalhemos pelo progresso do Brasil. O Brasil é um país rico [as últimas duas palavras são incompreensíveis]. O canário é um lindo passarinho amarelo. Anjo da guarda acompanha até de noite. Não poderá fugir das garras da raposa (Caderno de Sabatinas).

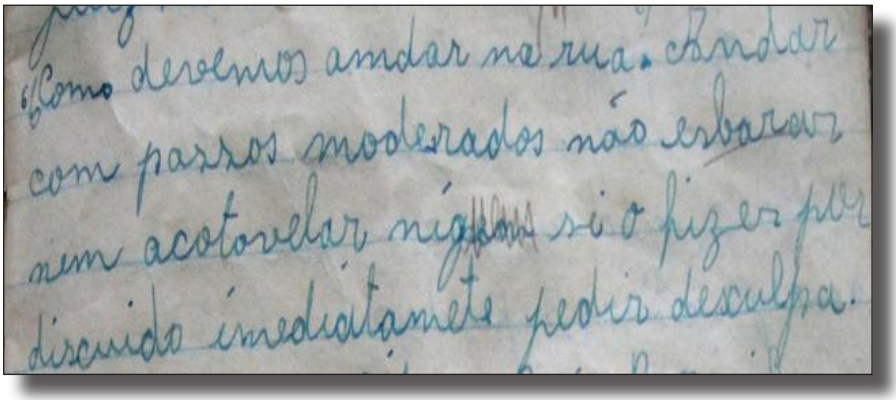
As frases são no total de 21, o que indica que a aluna pode ter desconsiderado a frase cujas últimas palavras ficaram incompreensíveis. Quanto à construção das frases, é possível que tenham sido produção da aluna ou ainda uma atividade de ditado ou cópia proposta pela docente, pois considera-se que os temas das frases fazem parte dos saberes que circulavam no ensino primário.

A seguir, serão analisadas as atividades de gramática referentes à conjugação de verbos, seguida da análise gramatical. A conjugação do verbo escutar foi realizada no modo indicativo: nos tempos presente, imperfeito, passado, futuro e condicional; no modo imperativo; no modo subjuntivo: nos tempos presente, imperfeito e futuro; no infinitivo: pessoal e impessoal; e no particípio. Em seguida, foi efetuada a análise gramatical das seguintes palavras: o, espetáculo, de, em, formigueiro, é, um, dos, mais, interessante. As classes gramaticais examinadas foram o artigo, substantivo, preposição, verbo, advérbio e adjetivo. Outro verbo conjugado foi "comer" e, a partir das frases: "Partir a Porto Alegre" e "Cultivo a lavoura", a atividade era conjugar os verbos em todos os tempos dos modos: indicativo e subjuntivo.

Os conteúdos remetem aos saberes que seriam ensinados no quarto e quinto anos, em gramática e ortografia, conforme o Decreto n.º 8.020, de 1939, que estipula o programa mínimo a ser adotado pelas escolas do Estado. As noções de ortografia e gramática deveriam ser desenvolvidas durante as aulas, sem indicação de horário para essas atividades.

Em Geografia, podem-se observar, na sabatina, questões sobre os principais portos, lagoas e cidades do Rio Grande do Sul, e o local da sede da estrada de ferro. Na de civismo, as questões versavam sobre o funcionário público, impostos e sua utilização; sobre a postura que se deve ter na rua, sobre o País, o Estado e o nome do governador. É interessante observar que os textos se referiam e a comportamentos, até aqueles fora do ambiente escolar.

Figura 46: Trecho de texto "Como andar na rua".



Fonte: Caderno de Sabatinas, APOR.

O caminhar na rua também foi questão de uma das sabatinas avaliadas, incluindo o ritmo ideal dos passos e, ainda, em caso de descuido – "acotovelar alguém" –, o comportamento esperado é que se peça desculpas imediatamente. Como afirma Julia (2001), a cultura escolar compreende hábitos a ensinar e comportamentos a inculcar.

O caderno de sabatinas era utilizado para fins de avaliação, e seria interessante saber quais os critérios usados para a sua realização, bem como a periodicidade (semanal, mensal, esporádica).

Apesar de ser possível identificar as notas na maioria das sabatinas, optou-se por não enfocar o quantitativo das avaliações, mas sim enfocar os temas que as permeiam, por compreender que as abordagens implícitas ou

explícitas fazem parte das culturas escolares. Ainda com relação às formas de avaliar, passa-se, a seguir, à análise dos registros dos exames finais.

Livro dos exames finais: a escrituração escolar

> *A prática escriturística assumiu valor mítico nos últimos quatro séculos reorganizando aos poucos o domínio por onde se estendia a ambição ocidental de fazer sua história e, assim, fazer história.*
>
> *(Michel de Certeau, 1994).*

Com um sistema de ensino organizado a partir da escola graduada, era preciso avaliar e classificar os alunos, e, dessa forma, os exames públicos tornaram-se uma inovação educacional republicana nas escolas primárias (Souza, 1998).

Avaliar foi considerado um momento privilegiado do calendário escolar nas instituições escolares da RCI. Os exames eram realizados por uma comissão examinadora, geralmente na segunda quinzena de novembro[120]. Era indicado que se iniciassem as atividades pela chamada dos alunos e, em seguida, se aplicasse a prova escrita, sorteando um ponto, com o cuidado de organizar os alunos de tal forma que não trocassem informações.[121] A prova escrita era seguida da prova oral para verificar a compreensão da leitura e, em Geografia, se os alunos conheciam os mapas. O momento era registrado em ata, com detalhamento (Luchese, 2015).

2015a ou 2015b??? Favor desambiguar.

A ata mais antiga do arquivo escolar do CNSL, referente aos exames finais, data de 1928 e segue transcrita abaixo:

> Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e vinte e oito, realizaram-se com grande brilhantismo, os exames finaes [sic] do Collegio [sic] Nª Sª de Lourdes, em Nova Vicenza, perante a digníssima comissão examinadora composta dos Ins [sic] Coronel Antomir de P. Hollanda Cavalcanti, digníssimo representante de Exmo Sr. Intendente Municipal de Caxias, Thomaz Beltrão de Queiroz, e do P. Tiago Bombardelli e P. Egydio A. Zamboni, dos Ins sub–intendente [sic] José Balbino Lopes, Domingos Bridi

120 Em conformidade com o Decreto n.º 2.224, de 29 de novembro de 1916. In: Rio Grande do Sul. *Leis, decretos e atos do governo do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas de A Federação, 1917.

121 Em conformidade com o Decreto n.º 3.903, de 14 de outubro de 1927.

> e Carlos Egger. Os resultados obtidos foram muito satisfatórios e com grande admiração da supra dita comissão que abaixo vae [sic] assignada [sic]. O total da matrícula é de cento e quinze, estando presentes noventa e oito. Sem mais para que constasse, lavrei a presente ata que assinam: Antº de P. Hollanda Cavalcanti 4-12-1928, P. Tiago Bombardelli, P. Egydio A. Zamboni, José Balbino Lopes, Domingos Bridi e Carlos Egger (Livro de Atas – Exames Finais, 1928).

Observa-se que o período da realização dos exames foi na primeira semana de dezembro, o que também foi constatado por Luchese (2015, p. 300) em sua pesquisa de doutorado, em que acessou atas de exames das aulas municipais da RCI (1875-1930): "o período para a realização dos exames, com pequenas variações, foi a segunda quinzena de novembro e a primeira de dezembro."

A partir do documento acessado, não foi possível obter informações mais detalhadas sobre os saberes avaliados, se ocorreu a exposição de trabalhos e também se houve a presença dos pais, ou ainda se ocorreram festividades após os exames, situações essas observadas corriqueiramente na RCI (Luchese, 2015). O que foi possível perceber é que a comissão de avaliação foi presidida por um representante do Intendente Municipal de Caxias,[122] pelos padres da paróquia, por ser um colégio confessional, e ainda pelo subintendente e pessoas da comunidade, tais como Domingos Bridi e Carlos Egger. A comissão era composta, neste ano, exclusivamente por homens.

2015a ou 2015b??? Favor desambiguar.

Na obra *Farroupilha, história de uma cidade*, de autoria de Raul Pedro Tartarotti, em que as memórias sobre os moradores do município são reunidas, Carlos Egger é representado como um empresário, fabricante de calçados, que viajava muito para divulgar a empresa e que, nos períodos em que estava em casa, "era muito chegado ao Padre Monsenhor Tiago Bombardelli, pároco da Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus. Por esse motivo, sempre colaborava na realização das festas ou outras atividades da paróquia" (Tartarotti, 2014, p. 172). Esses fatos podem indicar sua presença junto ao Monsenhor na comissão examinadora dos exames finais. Nesta obra, não foi possível localizar nenhuma referência à família Bridi, o que indica que ela não morava nas ruas próximas ao colégio, já que a obra se restringe a mencionar os moradores de ruas próximas à escola.

122 Farroupilha, até 1934, foi chamada de Nova Vicenza, vila de Caxias/RS.

Segundo Souza (2015), os exames finais eram considerados rituais de grande projeção pública e, por isso, até como forma de validação social, eram convidados políticos e autoridades locais para participarem desse momento especial de avaliação. Conforme consta no livro de atas, os resultados eram geralmente satisfatórios, e isso angariava grande admiração. Essa situação validava a imagem esperada para as escolas da República, as quais deveriam ter prestígio e qualidade, com austeridade e rigorosidade, sendo que "os exames finais foram os dispositivos adotados para reafirmar esses atributos" (Souza, 2015, p. 242).

Observou-se, entretanto, que o número de alunos matriculados era diferente do número de alunos presentes para realizar o exame final, ou seja, dos cento e quinze matriculados, apenas noventa e oito realizaram as provas, não constando em ata o motivo das ausências.

Os resultados dos exames eram frequentemente noticiados em jornais, como é possível observar no Jornal *Corriere d'Itália:*

> Em dezembro de 1917, o jornal *Corriere d'Itália* publicou uma nota informando que, no dia 17 daquele mês, o Colégio Nossa Senhora do Rosário, em Nova Vicenza, procedera os exames finais. A comissão examinadora havia sido composta pelo pároco, pelo subintendente José Generosi e ainda por Manoel Rodrigues da Fonseca e por Octavio Mazeron, este proprietário de uma fábrica de linho. [...], testemunharam a "qualidade e o preparo dos alunos" (Luchese, 2015a, p. 244).

Pode-se afirmar, com esse fato, que, desde sua instalação, os exames foram sempre realizados, apesar de não ter sido possível, até o presente momento, localizar atas anteriores a 1928. A comissão examinadora foi composta pelo pároco, pelo subintendente e também por um proprietário da fábrica de linho, o que indica, comparando com a ata de 1928, que essa prática foi mantida ao longo dos primeiros anos de existência da instituição escolar.

O anúncio trata da qualidade e do preparo dos alunos nos exames finais, o que nos remete à análise de que, nesse contexto, eram também avaliadas as professoras e a direção. Outro indício de que o instrumento de avaliação era também destinado ao corpo docente e à gestora foi encontrado na ata de 30 de novembro de 1929. Devido aos resultados das arguições, foi "aqui consignado um voto de louvor à Irmã diretora do Colégio e às educacionistas" (Livro de Atas – Exames Finais, 1929). Ao referendar o bom resultado às docentes e à gestora, implicitamente não era atribuído aos alunos o papel de sujeitos de sua aprendizagem nesse processo.

Neste mesmo ano, dos 135 alunos matriculados, apenas 110 compareceram ao exame final. Essa situação foi observada em 1928, mantém-se em 1929 e chama atenção em 1930, por constar em ata apenas a informação de que foram "arguidos todos os alunos", porém não consta o número de matriculados ou de alunos presentes. Luchese (2015) aponta em sua pesquisa que

2015a ou 2015b??? Favor desambiguar.

> [...] poucas são as atas encontradas em que há, entre os resultados, alunos retidos. No entanto, em sua maioria constam casos de alunos que não compareciam. Muitos professores, ao findar o período, já alertavam aqueles que não estavam com bom rendimento escolar para que não se fizessem presentes nos exames finais (Luchese, 2015, p. 304).

2015a ou 2015b??? Favor desambiguar.

Não é possível afirmar que isso tenha ocorrido no CNSL, porém as ausências existiram e tiveram seus motivos, mas não foi possível, a partir das atas, verificar quais foram.

As bancas examinadoras tiveram a composição de autoridades semelhantes nos anos de 1929 e 1930. Em 1929, compuseram a banca: Monsenhor Tiago Bombardelli, José Balbino Lopes (representante do Intendente de Caxias), Hollanda Cavalcanti, Angelo Antonello (comerciante), Domingos Bridi, Teresa A. Cibilli, Edelmira Cibilli, Irmã Maria Faustina (diretora do colégio) e Angelo Didonet.

No ano de 1930, em 29 de novembro, mais uma vez acompanhados pelo Monsenhor Tiago Bombardelli, participaram da banca examinadora Antônio Travi, Domingos Bridi, Guerino Tartarroti e Arcangelo Milesi. Aponta-se a predominância masculina na composição das bancas de avaliação. Enquanto a tarefa de ensinar era predominantemente feminina, a de avaliar, ao que parece, era predominantemente masculina. Novo louvor é registrado em ata, após a arguição das matérias dos programas escolares, e a representação do que registraram acerca da aprendizagem foi que:

> Leva uma impressão ótima, deixando consigo nessa escola um voto sincero de louvor Exma Madre Superiora Irmã Faustina como também do corpo docente pelo zelo excepcional e competência didática por elas empregados no desempenho de suas delicadas, árduas e múltiplas em conferências no magistério. Foram cantados Hinos patrióticos, declamados versos, que suscitaram entusiasmo entre o numeroso grupo de pessoas presentes. (Livro de Atas – Exames Finais, 1930).

Aponta-se que "o aproveitamento dos alunos, a disciplina, o asseio e a organização e o ensino patriótico eram quesitos observados pelas comissões" (Luchese, 2015, p. 304). Isso ficou evidenciado nesse registro em ata, assim como o caráter festivo da realização dos exames finais. A avaliação composta por uma banca, na década seguinte, foi substituída pelas solenidades de conclusão do curso primário.

2015a ou 2015b??? Favor desambiguar.

Na década de 1940, as atas foram redigidas de forma diferenciada. Dentre as alterações, pode ser observado que o registro das notas é por aluno, e esse registro é organizado por disciplinas. As atas são destinadas a cada turma e ocorrem em dois momentos: com exames parciais, em junho e em dezembro. Outro aspecto observado é que não constam mais comissões para os exames, e as atas eram assinadas pela professora e pela Madre Superiora.

Houve a emancipação do município em 1934, o que pode ter influenciado na mudança da forma de avaliar, o que justifica também a ausência das autoridades de Caxias.

A ata de exames parciais de junho de 1940, referente aos quartos e quintos anos, contém o seguinte registro:

> Aos três (3) dias do mês de junho de mil novecentos e quarenta (1940), na sala onde funcionam as aulas do IV e V anos, presente a Revma. Madre Superiora e eu professora das ditas classes, deu-se início ao primeiro exame parcial dos alunos dos referidos anos. Feita a chamada, verificou-se que dos 21 alunos matriculados só haviam comparecido 19. Divididos em duas filas A e B, e, sorteados os pontos, foram submetidos ao exame (Livro de Atas – Exames Finais, 1940).

Apesar de explicar a divisão das filas e a distribuição das questões por pontos, o registro não traz maiores detalhes sobre tal organização. Foram submetidos aos exames, seis meninos e treze meninas.

Os saberes avaliados foram Língua Portuguesa, Matemática, História, Ciências, Geografia, Religião, Geometria, Educação Física, Música, Ensino Moral e Cívica, Desenho e Trabalhos Manuais.

Os nomes dos alunos estão listados um abaixo do outro e parecem não seguir um critério normatizado para sua ordenação, pois não seguem uma ordem alfabética, também não são organizados por gênero, ou seja, nomes dos meninos seguidos pelos das meninas, nem especificam quais alunos são do quarto ano e quais são do quinto ano, já que a ata de avalia-

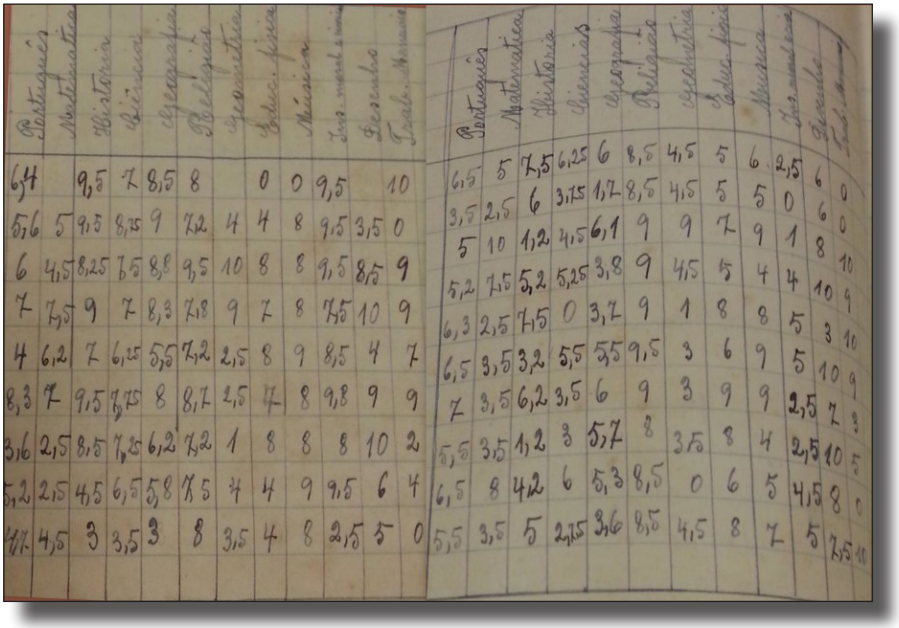
ção se refere às duas turmas. Quanto ao registro das notas, dos dezenove alunos, com exceção de um, todos têm notas em todas as matérias.

O primeiro aluno registrado nessa ata é Dino José Dorigon. Ele não possui o registro de notas nas disciplinas de Matemática, Geometria e Desenho, e ainda se observa que consta nota zero nas disciplinas de Educação Física e Música. A história oral, a partir das memórias do aluno, possibilitou entender a ausência das notas em questão.

> "Eu ia no Colégio e tinha que fazer os trabalhos manuais com um arco e uma serrinha para fazer trabalhos com terciadinho de madeira de 3 mm, se riscava e tinha que cortar, aí foi eu mandei aqui na Ferraria Bartelle que hoje não existe mais e aí mandar fazer para consertar que aquele arco tinha estragado o parafuso. Fui várias vezes e não aprontavam e não aprontavam, até um dia lá eu disse pro seu Alcides Bartelle: por favor me arruma que eu preciso, que eu vou fazer um trabalho pro exame. Tu espera um pouco que eu vou fazer, aí ele pegou o esmerilho e no outro lado do esmerilho, do cano tinha um forro e eu botei o dedo, eu senti um puxão botei a mão para trás. Disse, deixa eu ver tua mão, o que que foi? Eu disse não, não foi nada, eu olhei faltava o dedo, só tinha o osso, arranco fora o dedo! Aí depois eu fui no médico e tal, então, resumindo aí as Irmãs pediram para mim fazer os exames [...], eu estava com a mão enfaixada, com a batala, que eu podia fazer o exame oral, mas eu tinha tanta vergonha, eu era tão tímido que eu não fui, perdi um ano. Senão eu teria me formado junto com minha irmã Lides" (Dino José Dorigon, 2016).

Uma situação pessoal, portanto, influenciou o aluno a não participar dos exames, apesar da estratégia das irmãs de oportunizarem a realização do exame final por meio de arguição oral. Quanto aos demais alunos, observa-se que o bom desempenho não era privilégio da maioria, havia as mais diversas notas, como é possível observar nas imagens a seguir, em que se optou por preservar os nomes dos alunos. Assim, cada linha horizontal corresponde a um aluno.

Figura 47: Notas do exame parcial – quartos e quintos anos (junho – 1940)



Fonte: Livro de Atas – Exames Finais – 1940.

Quanto às ausências, são de duas alunas, e a justificativa do não comparecimento é de que optaram por não continuar. Ainda com relação às ausências, nesse período, elas são menos numerosas e sempre justificadas.

Assinam a ata a Madre Superiora Irmã Nazaré Machado e a professora Irmã Maria Alice. É interessante observar que, ao invés de o cargo da Irmã Nazaré estar especificado como diretora, nesse documento consta como Madre Superiora, o que pode ser considerado um indício de que as funções escolares e congregacionais se acumulavam no interior da instituição.

Em nova ata, também no mês de junho de 1940, estão registrados os exames dos segundos e terceiros anos, dos quais, dos 45 alunos, apenas quarenta estavam presentes. A prática de separação por filas A e B, bem como o sorteio dos pontos e os saberes avaliados se mantêm os mesmos. Nesses registros, todos os alunos têm nota, mesmo que seja zero. As notas zero aparecem, em algum momento, em todas as disciplinas, com exceção da disciplina de Português.

Pontua-se que dos quarenta alunos avaliados, apenas dezenove têm notas na matéria de Trabalhos Manuais. Seria essa disciplina uma

matéria opcional? Não parece haver característica de separação por gênero, pois ocorreu a ausência de notas tanto entre meninos quanto entre meninas. Já na matéria de Geometria, todos os alunos têm nota cinco, o que também causa estranheza, pois, nas demais matérias, as notas são registradas com décimos e são bem diversas.

Novamente há referências justificando os alunos ausentes: uma transferência de classe, duas transferências de colégio e duas transferências de localidade. Essa ata é assinada novamente pela Madre Superiora/diretora Irmã Nazaré Machado e pela professora Irmã Maria Emília.

No mês de dezembro, ainda de 1940, encontram-se registradas as atas do segundo exame parcial. Dos 22 alunos dos quartos e quintos anos, vinte estavam presentes. Observa-se que as notas atribuídas à disciplina de Geometria, dessa vez, são as mais diversas, mas mantêm-se diversos alunos sem a nota de Trabalhos Manuais. Uma das alunas tem nota apenas em Português; as demais disciplinas estão em branco. Novos questionamentos surgem: seria o caso de desistência, transferência ou motivos pessoais, enfim, os motivos não constam na ata, que ao final é assinada pela professora e pela Madre Superiora/diretora, as Irmãs Maria Alice e Nazaré Machado, respectivamente.

No mesmo dia, 3 de dezembro de 1940, segue o livro com a ata de exames finais das segundas e terceiras séries. Dos 46 alunos, apenas 37 compareceram. Nesse segundo exame, o que chama atenção é a ocorrência de diversas notas máximas, ou seja, nota dez em Educação Física, e dois dos alunos não têm notas em algumas matérias. Esse agrupamento de alunos foi de responsabilidade da docente Irmã Maria Emília.

Em 1941, as atas diferem das do período de 1940 e correspondem aos meses de julho e ao final de novembro. Aponta-se que a ata dos quintos e sextos anos é novidade, a não ser que existam lacunas nas atas de 1940. Todos comparecem ao primeiro exame parcial, em um total de 31 alunos. Algumas rasuras podem ser vistas no registro de Educação Física, principalmente quando aparece a nota máxima dez, remarcada para cinco.

Os saberes permanecem os mesmos, com exceção da alteração de nomenclatura no registro do Ensino de Moral e Civismo, agora apenas "Civismo" (Livro de Atas – Exames Finais, 1941). Permanece como docente a mesma professora do ano anterior, Irmã Maria Alice.

A ata que registra o exame dos segundos e terceiros anos esclarece que, dos 53 alunos, compareceram 49. Ao final, justificam-se as ausên-

cias, duas transferências e duas faltas por motivos de doença, permanecendo como professora a Irmã Maria Emília.

Após analisar as duas atas, percebe-se que não se tem avaliação dos primeiros anos, nem do quarto, apenas do segundo e terceiro e do quinto e sexto anos, bem como nenhuma menção ao Jardim de Infância. Esse livro de atas não tem numeração e, portanto, pode-se pensar em extravio de atas, já que estas também não são numeradas.

Outra questão é que as professoras de diferentes anos, nos mesmos períodos, são as mesmas. Seriam essas turmas atendidas na mesma sala de aula? O espaço físico que era ocupado pelo Colégio nesse período (até 1943) é ainda o prédio de madeira ao lado da Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus. A partir dos registros, é possível pensar que a organização escolar possa ter sido influenciada pelo espaço físico disponível.

No dia 24 de novembro de 1941, foram registradas em atas as realizações do segundo exame parcial e, dessa vez, merece uma ata específica o sexto ano, com sete alunos. A ata a seguir registra o exame dos alunos do quarto e quinto anos, com 24 alunos, e por fim dos alunos do segundo e terceiro anos, com 54 alunos. No total, foram avaliados, nessa segunda etapa, 102 alunos do segundo ao sexto ano, bem superior ao total de alunos do mês de julho, quando, então, eram 80 alunos.

Em 1942, ainda em junho e novembro, as atas foram organizadas pelos níveis de quarto e quinto anos, com 36 alunos, tendo como professora Irmã Maria Alice; pelo terceiro ano, com 23 alunos, tendo como professora Irmã Maria Constatina; e pelo segundo ano, com 29 alunos, tendo como professora Irmã Maria Fandila. Em novembro, repetem-se as atas com a mesma organização. O sexto ano não foi contemplado em ata,[123] o que leva a crer que, devido ao Decreto n.º 4.991, de 23 de fevereiro de 1942, tenha sido extinto o sexto ano das escolas primárias do Estado.

Nos anos seguintes, ainda foi possível localizar atas de exames parciais dos segundos, terceiros, quartos e quintos anos. Para uma melhor observação, segue a Tabela 6, que apresenta o número de alunos dos níveis citados que prestaram exames nos anos seguintes a 1942. Deve-se compreender a letra M como alunos matriculados, a letra C como alunos que compareceram e a letra A como alunos avaliados[124].

123 O sexto ano do ensino primário foi excluído pelo Decreto n.º 4.991, de 23 de fevereiro de 1942.

124 Optou-se por adotar essas nomenclaturas para manter fidelidade aos registros em atas, que, por vezes, apontam os alunos matriculados e, a seguir, os comparecimentos, e, por vezes, apresentam apenas o número de alunos avaliados.

Tabela 6: Comparecimentos nos exames (1943, 1944 e 1945)

	1943					1944					1945				
	2º ano	3º ano	4º/5º ano	4º ano	5º ano	2º ano	3º ano	4º/5º ano	4º ano	5º ano	2º ano	3º ano	4º/5º ano	4º ano	5º ano
1º Exame parcial	-	27M 26C	44M 41C	-	-	46M 46C	36M 34C	50M 50C	-	-	49A	35A	56A	-	-
2º Exame parcial	43M 38C	27M 24C	-	31M 27C	14A	40A	32A	-	-	22A 25A	21A	21A	-	26A	14A

Fonte: tabela elaborada pela autora a partir dos Livros de atas de exames finais, ACNSL.

Pode-se observar que, nas atas de exames parciais, os alunos são registrados nos meses de junho/julho e novembro/dezembro. O número de comparecimentos nos exames difere do número de alunos matriculados na maioria das atas. Em algumas atas, as ausências são justificadas, como em 1943, no 2º exame parcial, em que dois alunos foram transferidos, um cancelou a matrícula por motivos particulares e uma aluna reprovou. Outra situação em que se justifica a ausência, no primeiro exame, foi por motivo de doença. Utiliza-se essa justificativa como exemplo das demais, por ser o único registro de reprovação encontrado nas atas.

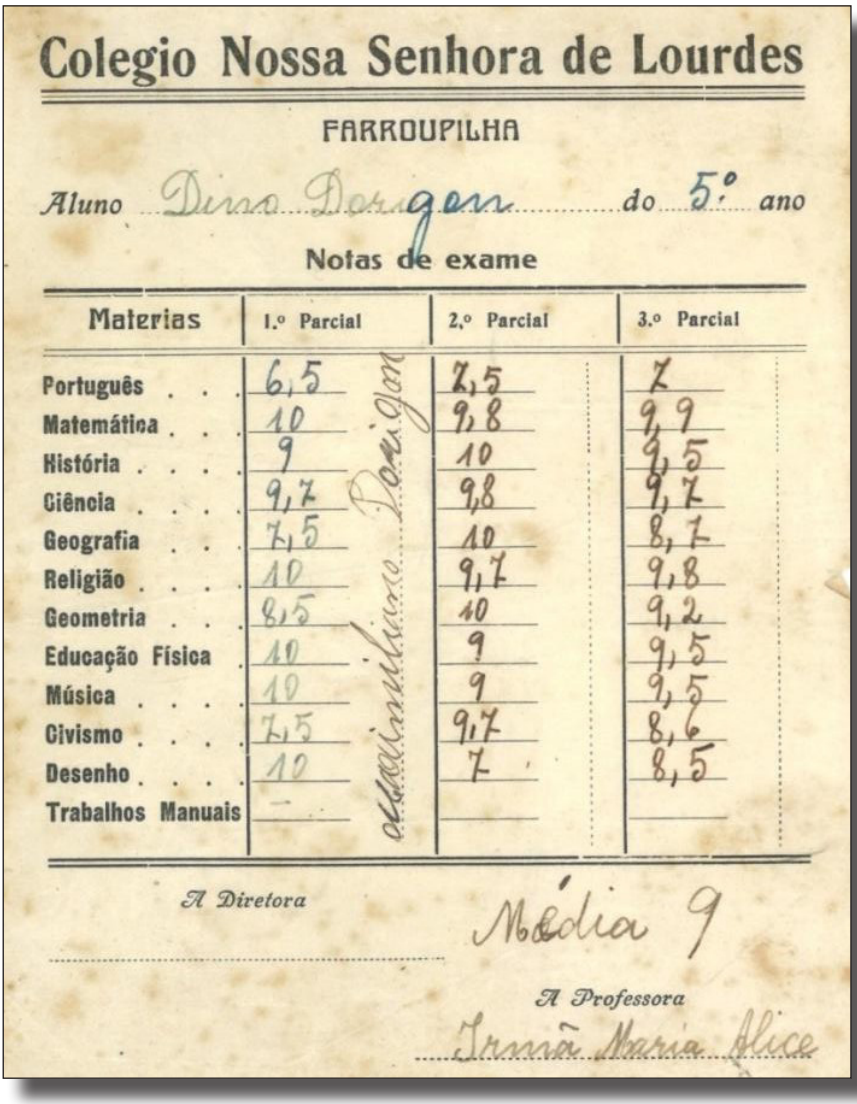
No final de 1944 e no ano de 1945 altera-se novamente o padrão de registro, não se especificando mais o número de alunos matriculados, apenas a relação dos avaliados.

Quanto às avaliações dos quartos e quintos anos, pode-se observar que, no primeiro exame parcial, são registrados os dois níveis em uma só ata e, no segundo exame parcial, passam a ser registrados de forma a redigir-se uma ata para o quarto e outra para o quinto ano. No ano de 1944, é possível que tenha ocorrido um equívoco no momento de distinguir as séries, pois constam duas atas dos quintos anos e nenhuma dos quartos.

Os documentos não são neutros, nem produzidos ao acaso; têm, sim, uma função, sendo feitos para um determinado público. As atas são produzidas como documentação interna e para serem apresentadas, por exemplo, aos fiscais. O documento produzido para ser entregue aos pais era o boletim e, para tanto, as notas dos exames eram transcritas. Pode-se perceber que, na década de 1940, dois boletins eram entregues aos pais: um, com a nota dos exames, e o outro, com as notas das avaliações mensais, como é possível observar nas imagens a seguir.

A primeira imagem refere-se o registro das notas dos exames, em que constam três exames parciais, diferente dos registros encontrados nos Livro de Atas dos Exames Finais, em que apenas dois momentos foram registrados: o primeiro, em junho/julho, e o segundo, em novembro/dezembro.

Figura 48: Boletim do 5º ano (1942)



Colegio Nossa Senhora de Lourdes

FARROUPILHA

Aluno Dino Dorigon do 5º ano

Notas de exame

Materias	1.º Parcial	2.º Parcial	3.º Parcial
Português	6,5	7,5	7
Matemática	10	9,8	9,9
História	9	10	9,5
Ciência	9,7	9,8	9,7
Geografia	7,5	10	8,7
Religião	10	9,7	9,8
Geometria	8,5	10	9,2
Educação Física	10	9	9,5
Música	10	9	9,5
Civismo	7,5	9,7	8,6
Desenho	10	7	8,5
Trabalhos Manuais	—		

Dino Dorigon

A Diretora

Média 9

A Professora

Irmã Maria Alice

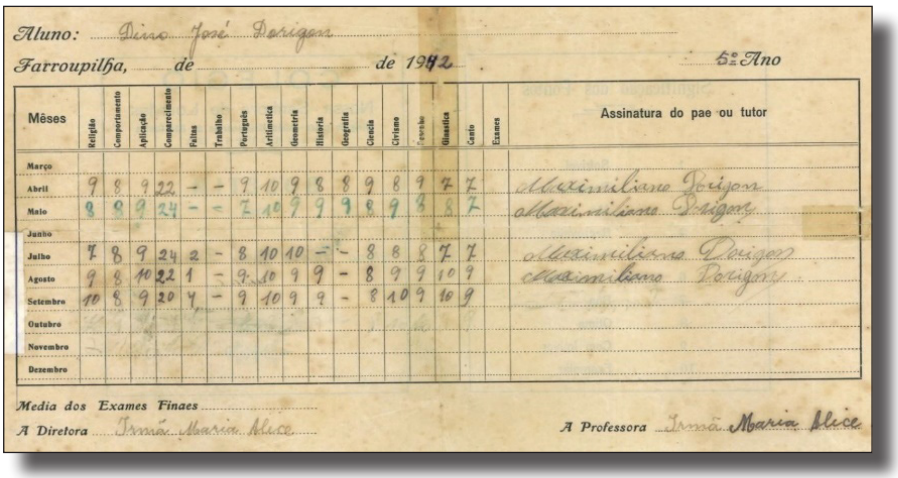
Fonte: Acervo pessoal de Dino José Dorigon.

Ao lado da primeira nota parcial, é possível identificar a assinatura do pai do aluno, o que não se observa nas outras duas avaliações parciais. A média 9 é destacada, e o documento é assinado pela diretora e professora Irmã Maria Alice Milani.

No outro boletim do aluno, ver Figura 49, o registro de notas é mensal, correspondendo aos meses de abril, maio, julho, agosto e setembro.

Além dos saberes avaliados nos exames, são também avaliados o comportamento, a aplicação e o canto. É possível observar que a Educação Física é nomeada como ginástica. Existe ainda uma coluna reservada ao registro dos exames, mas, no boletim (Figura 49) não consta tal informação.

Figura 49: Boletim do 5° ano – parte interna (1942)



Aluno: Dino José Dorigon

Farroupilha, de de 1942 5º Ano

Mêses	Religião	Comportamento	Aplicação	Comparecimento	Faltas	Trabalho	Português	Arithmetica	Geometria	Historia	Geografia	Ciencia	Civismo	Desenho	Ginastica	Canto	Exames	Assinatura do pae ou tutor
Março																		
Abril	9	8	9	22	-	-	9	10	9	8	8	9	8	9	7	7		Maximiliano Dorigon
Maio	8	9	9	24	-	-	7	10	9	9	9	8	9	8	8	7		Maximiliano Dorigon
Junho																		
Julho	7	8	9	24	2	-	8	10	10	-	-	8	8	8	7	7		Maximiliano Dorigon
Agosto	9	8	10	22	1	-	9	10	9	9	-	8	9	9	10	9		Maximiliano Dorigon
Setembro	10	8	9	20	4	-	9	10	9	9	-	8	10	9	10	9		
Outubro																		
Novembro																		
Dezembro																		

Media dos Exames Finaes

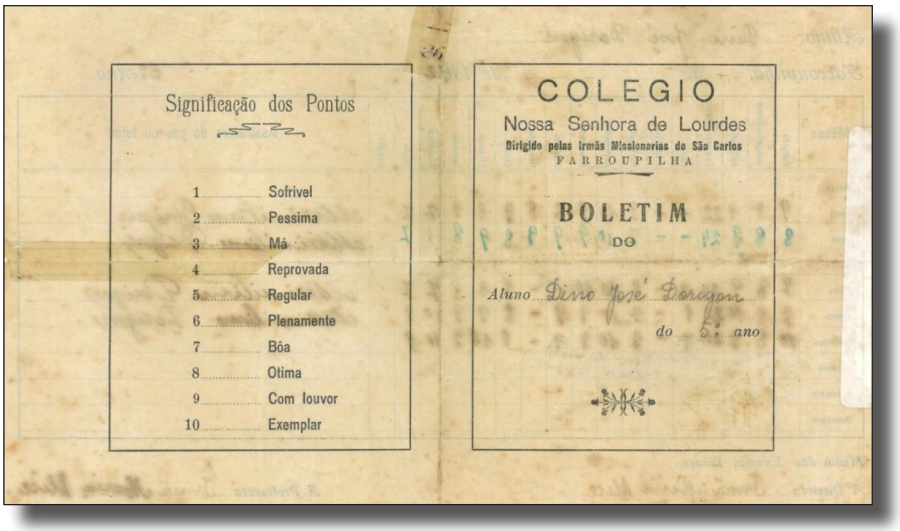
A Diretora Irmã Maria Alice

A Professora Irmã Maria Alice

Fonte: Acervo pessoal de Dino José Dorigon.

Nesse documento (Figura 49), também não consta a assinatura do responsável no mês de setembro, e o boletim está novamente assinado pela professora, que acumula também o cargo de diretora, Irmã Maria Alice Milani. Na parte externa do boletim, constam as informações de identificação do colégio e uma legenda de notas nomeada “significação dos pontos”.

Figura 50: Boletim do 5º ano – parte externa (1942)



Fonte: Acervo pessoal de Dino José Dorigon.

É possível afirmar, a partir dos indícios nomeados, que a média mínima para aprovação era a nota 5, ainda considerada regular. Já com relação à média considerada para a premiação na solenidade de conclusão do ensino primário, era considerada a dos exames. Como pode-se observar, no caso do aluno Dino José Dorigon, a média do boletim (Figura 49) foi de 8,6 uma pequena diferença com relação à média do boletim dos exames (Figura 48) a qual foi 9, sendo esta a considerada para premiação.

Após analisar as atas dos exames finais e os boletins, é inevitável o questionamento sobre como acontecia a avaliação do primeiro ano. Se for considerado que um dos desafios da escola primária era o de ensinar a ler e a escrever, quais seriam os critérios avaliados para promover os alunos para o segundo ano? Quais os saberes avaliados? De que forma eram avaliados os alunos que ainda não se apropriaram da escrita e da leitura? Havia a dimensão de processo de construção da leitura e da escrita? Sobre esses questionamentos, até este momento, não se têm indícios para uma possível análise.

Outra situação interessante do processo avaliativo do CNSL diz respeito aos exames de admissão, sobre os quais não foi possível localizar indícios até este momento, mas eles, certamente, podem se constituir em objetos muito interessantes de análise.

Após analisar as formas de avaliar, é preciso ainda referir à solenidade realizada para os concluintes do ensino primário. É preciso estar ciente de que o cotidiano escolar é permeado de saberes, rotinas e regras, mas também de rituais, estes entendidos como verdadeiras festas, "manifestações que são dadas como tais na sociedade antiga, mesmo se o festivo estiver em outro lugar além das festas" (Chartier, 2004, p. 24).

Em se tratando de uma instituição confessional católica, é pertinente lembrar que as festas populares foram combatidas pela Igreja Católica como algo ilícito. Quando a Igreja percebe que a erradicação das festas não seria possível, muda a estratégia, passando a controlar o dispositivo festivo. A partir daí, duas culturas se confrontam: uma que organiza a festa para homenagear a Deus, e a outra que absorve o cerimonial religioso como jubilatório (Chartier, 2004).

Uma expressão de júbilo,[125] nos processos de escolarização, pode ser apontada na solenidade de conclusão do curso primário. Faz-se uso do registro, por meio da ata, da solenidade de encerramento do ano letivo de 1942, com a formatura do Primário, seguindo-se posterior análise:

> Aos doze dias do mês de dezembro de mil novecentos e quarenta e dois (1942), no Cine Guarani, desta cidade, realizam-se às 20 horas a festa de encerramento do ano letivo do Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Foi feita a entrega dos atestados aos alunos que concluíram o Curso Primário. Presentes o Sr. Antônio Pedroso Pinto,
>
> D.D. Prefeito Municipal, Dr. Croacy de Oliveira, D.D. Juiz Municipal, Dr. Valentim Moacyr de Castro, D.D. Delegado de Polícia, Revmo. Padre Ernesto Brandalise.
>
> D.D. Coadjutor Dr. Oscar Rodrigues Dornelles, D.D. Fiscal de ensino Particular, Dr. Edmundo Hilguert, Sr, José Perguer e Sr. Arthur Comandulli, aberta a sessão, foi cantado o Hino Nacional, seguindo-se a entrega dos atestados pelo Dr. Oscar Rodrigues Dornelles. Foi dada a palavra ao orador oficial da turma, Getulio da Silveira de Souza. Em seguida o Sr. Prefeito colocou no peito a medalha ao aluno, classificado em primeiro lugar, Dino José Dorigon. Foi dada após a palavra ao Revmo. Padre Ernesto Brandalise. Nada mais havendo a constar, foi encerrada a presente ata que vai assinada pelos membros da mesa (Livro de Atas – Exames Finais, 1942).

A solenidade de formatura ocorreu em outro espaço que não o do prédio escolar, o Cine Guarani, local que reuniu, de um lado, a mesa composta para a festa e os alunos, e de outro, os não citados, os familiares e

125 Júbilo compreendido no sentido de alegre, excessivamente contente.

os membros da comunidade. O momento solene destacou as autoridades locais, que são aquelas que endossam a validade da festa, que "autoriza um nascimento", um novo lugar na sociedade, no caso, os formandos do curso primário (Chartier, 2004, p. 37).

Faria Filho (2014) afirma que a criança se transforma em aluno[129] ao iniciar o processo de escolarização. A partir dessa perspectiva, pode-se considerar que, após concluir o Ensino Primário, propondo-se uma nova categorização, o aluno passaria ao status de cidadão. Ao categorizar todos como alunos e promover uma solenidade, elevando-os à condição de concluintes, entende-se que ocorre aí um apagamento. Assim, todas as notas baixas, as situações de indisciplina, ou mesmo aquelas situações que não tinham correspondido ao esperado no cotidiano escolar não eram mais importantes, parecendo anular-se. Nesse momento, todos são promovidos igualmente ao receber o diploma, ocorrendo o fenômeno que se constituiu na mais forte tendência da escola, qual seja, o processo de homogeneização de todos os que passavam por ela.

Os gestos e discursos põem em cena o programa da noite da solenidade, primeiro cantar o Hino Nacional, após entregar os atestados de conclusão aos alunos, em seguida discursar, tarefa realizada pelo orador, também entregar o destaque ao aluno que tem as melhores notas e, por fim, ouvir a fala do padre.

Um programa organizado de forma festiva, mas que também transmite um sistema de valores, estabelece hierarquias e põe em confronto os contrários. Os valores que permeiam a ocasião exaltam o nacional, os valores católicos e a importância de ser bom estudante, ou seja, aquele que consegue as melhores notas. A solenidade estabelece, assim, a hierarquia da sociedade letrada, e quem conhece os saberes escolares torna-se alguém que obtém um lugar de destaque na sociedade, colocando-se em oposição ao analfabeto, ou ao não escolarizado. Nesse sentido, portanto, a solenidade pode ser vista também como uma consagração de valores (Chartier, 2004). Não é por acaso que a fala final da solenidade é o discurso do padre Ernesto Brandalise, que confere à solenidade o devido tom religioso, confirmando, dessa forma, a dominância dos valores católicos.

Os símbolos utilizados, na solenidade, para consagrar os concluintes são o diploma para todos os alunos e a medalha para o aluno que se destaca com as notas mais altas. Para registrar a conclusão do primário, era também providenciada a fotografia, momento em que os diplomas se-

gurados nas mãos de cada aluno são apresentados como troféus. A seguir, a representação do aluno Dino sobre o momento da produção da fotografia.

> "[...] quando nós fomos tirar essa foto da turma da formatura, nós fomos aqui num fotógrafo, eu lembro bem numa esquina que tem o CIDI agora [refere-se ao local do estúdio fotográfico]. Tem um fotógrafo que era o tal de Ayres e aí colocaram nós numa turma lá. Então o fotógrafo colocou eu no meio, que eu tinha a medalha e o canudo de primeiro lugar, e eu vi que a professora, uma das freiras ou irmã. Eu falo mais freira, naquele tempo se falava freira, agora é irmã. Então a freira disse, não, mas ele é muito acanhado muito tímido vamos botar ele, me botaram no lado" (Dino José Dorigon, 2016).

Pode-se perceber que o local escolhido para a produção da imagem foi o estúdio do fotógrafo Carlos Ayres, o qual, pela indicação lembrada pelo aluno, situava-se próximo à escola. A disposição dos alunos é organizada pelo fotógrafo, que levou em conta os critérios de colocar no centro do grupo o melhor aluno, mas ocorreu a interferência da irmã que acompanhava o grupo. Quanto à aparente insatisfação do aluno em não ficar ao centro é pertinente, pois o aluno esperava ocupar o lugar central, de destaque, por ser esta a representação atribuída ao "melhor" aluno. E ter as melhores notas, evocada nas lembranças de Dino, era algo desejado. Segundo ele, "até no último ano, em 1942, nós tínhamos uma disputa grande pra quem ia tirar o primeiro lugar, era eu e a Gelsa Brambila." (Dino José Dorigon, 2016).

Figura 51: Festa de Encerramento de Ano Letivo (1942) – Concluintes do Primário



Fonte: Acervo Pessoal de Raul Pedro Tartarotti – APRPT.

As roupas parecem ter sido combinadas previamente, pois têm similaridade, tanto no caso dos meninos quanto das meninas, estas, neste ano, em minoria. Na fotografia, é possível identificar da esquerda para a direita em pé: Raul Pedro Tartaroti, Hélio Valentini, Sadi Zini, Getúlio Silveira e Haroldo Hilguert. Sentados: Nataly Valentini, Lourdes Rizzo, Primitiva Boneto, Gelsa Brambilla e Dino José Dorigon. "A experiência de escolarização das crianças é para as famílias uma necessidade social e motivo de orgulho. Os estúdios fotográficos, os fotógrafos profissionais e amadores souberam apreender bem o significado simbólico dessa experiência" (Souza, 2009, p. 321).

A medalha entregue pelo prefeito e colocada no peito do aluno Dino pode ser observada na figura abaixo, em frente e verso.

Figura 52: Medalha concedida ao aluno "destaque" (1942) – Frente e verso



Fonte: Acervo pessoal de Dino José Dorigon

Os detalhes da medalha, ao serem observados, apontam pistas. Os símbolos marcados pela fita verde e amarela e pela imagem do Sagrado Coração de Jesus revelam o sistema de valores que embasa a educação

do CNSL. Isso remete mais uma vez ao esperado do primário de uma escola confessional, ou seja, inculcar no estudante o amor à Pátria e aos princípios da religião cristã católica, formando um cidadão disponível à sua Pátria, disposto ao trabalho e fiel aos valores cristãos. "A reformulação do papel e das funções da escola é um ponto importante na política de nacionalização do ensino [...]. Esta nova escola deveria desempenhar funções esperadas pelo Estado, formando uma consciência nacional e promovendo a unidade espiritual" (Quadros, 2014, p. 105).

Ao promover festas escolares e públicas, não se pode negar que davam visibilidade política ao âmbito educacional e também reafirmavam a importância da escola para pais, alunos e professores (Candido, 2015).

As solenidades em questão, com a implementação do curso ginasial, passaram a não ser mais realizadas para os concluintes do Ensino Primário, mas apenas para os concluintes do curso ginasial, conforme a narrativa da Irmã Mafalda Seganfredo (2015): "eu lembro das formaturas, me parece que antes faziam formatura de primário, principalmente com aquela Irmã Maria Alice Milani, mas eu não tava aqui. Faziam muito porque não tinha o ginásio, então faziam do primário."

A partir do exposto, pode-se inferir que os rituais, ou seja, as solenidades de conclusão do primário também foram se adequando aos níveis de ensino atendidos na instituição, às iniciativas das gestoras que ali atuaram e aos valores atribuídos à escola primária gaúcha no período, fazendo parte das culturas escolares da instituição pesquisada.

Ao concluir a análise das representações acerca das formas de quantificar a aprendizagem escolar e das festas escolares, neste caso, as solenidades de conclusão do ensino primário, como forma simbólica de findar este capítulo, faz-se uso da ata de encerramento do ano letivo de 1954. Esta se refere a uma comemoração interna, aparentemente ocorrida com todos os alunos, no ano final do recorte temporal estabelecido para a presente pesquisa.

> Ata n 73. Aos dez (10) de dezembro de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), na sala principal deste "Educandário", com a presença da Revma. Diretora e Irmãs professoras, deu-se o encerramento das aulas do curso elementar. O programa desenrolou-se do seguinte modo: Canto do Hino Nacional em conjunto. Em seguida as alunas Maria Ana Costaliman, Helenita B. Antunes e Vivian C. Aguiar, falaram, despedindo-se da diretora, Irmãs professoras e colegas. Prosseguindo, a Revma. Irmã diretora com muito entusiasmo agradeceu as oradoras **e aconselhou a todos terem bom com-**

> **portamento e respeito** para com os senhores pais. Concluiu almejando feliz férias. Foi encerrado este ato, com a entrega dos boletins. E para constar lavrou-se a seguinte ata que vai assinada pela Revma. diretora e Irmãs professoras (Livro de Atas – Comemorações Cívicas, 1954, grifo da autora).

E, na despedida, que, em si, caracteriza um até breve, no ano seguinte, para os não concluintes, mais uma vez, reiteram-se as orientações de como se portar fora da escola e a recomendação de obediência aos pais. No encerramento, foram entregues os resultados expressos em notas e registrados nos boletins entregues aos alunos.

A ata acima utilizada traz alguns indícios que marcaram as práticas escolares ao longo do último capítulo. Dentre eles, é possível apontar o canto do Hino Nacional, a fala das alunas, tratadas como oradoras, a preocupação com o bom comportamento e o respeito e a entrega de boletins.

Essas e várias formas de ensinar e aprender fizeram uso de memorizações, declamações, repetições, cantos, disciplina, fortemente pautadas em valores religiosos católicos e cívicos, caracterizando dessa forma o ensino tradicional. Considera-se também a influência que permeia as práticas, a saber, a primeira formação destas professoras-religiosas, que era a do noviciado, realizada com forte aspecto disciplinar. No entanto, não se pode desconsiderar a influência das ideias escolanovistas no período e da formação profissional docente que pode ter influenciado nas práticas. Entende-se que apesar das características de um ensino tradicional as práticas transcendem uma única teoria e dependem muito dos sujeitos escolares, ou seja, as docentes e como fazem uso das ideias pedagógicas no cotidiano escolar.

> Em síntese, as práticas escolares são hidridizadas pelos programas, pelos decretos, pelas ideias pedagógicas em circulação e também pelas organizações da congregação com relação ao corpo docente, as oportunidades de formação de professoras, espaços físicos e materiais. E essas como "criadoras de usos e representações que não são absolutamente redutíveis às vontades dos produtores de discursos e normas" (Chartier, 2004, p. 13).

Como se observou ao longo da análise, o inesperado é algo corriqueiro, como, por exemplo, a música sacra apropriada, pode ter outro ritmo, ou a aluna que não consegue marchar, mas carrega a bandeira, indicando que a escola não é um espaço homogêneo nem neutro, mas um campo de tensões entre a rigidez das normas existentes e o uso de táticas

e estratégias nas práticas dos múltiplos discursos escolares. É como uma maquinaria composta pelos sujeitos escolares, que dão vida à estrutura física e legal da escola, mas, ao fazê-lo, permeiam as práticas com a subjetividade do ser humano e criam as "mil maneiras de fazer" (Certeau, 2004).

Falta referência??? Favor verificar.

Considerações finais

> *É sempre difícil concluir. [...]. Há, por um lado, a tentação de estabelecer "marcos", de sobrevalorizar os "achados". Por outro, a insegurança da provisoriedade, do inacabado, mete-nos medo e dificulta enormemente os voos e as ousadias.*
>
> *(Luciano Mendes de Faria Filho, 2014).*

Ao concluir a escrita da dissertação, a epígrafe de Faria Filho (2014) corrobora para a compreensão do sentimento que toma o pesquisador no momento de finalizar, por ora, a narrativa. É difícil, pois a vontade de continuar é inevitável, porém, torna-se necessário, por formalidade, concluir. Dessa forma, sem a pretensão de estabelecer "marcos" ou sobrevalorizar "achados", tecem-se as considerações finais ciente de suas provisoriedades.

O estudo pretendeu compreender o processo histórico do Colégio Nossa Senhora de Lourdes de Farroupilha/RS, entre os anos de 1922 e 1954, considerando as culturas escolares da instituição, seus sujeitos e práticas escolares, entrelaçadas em tempos e espaços.

Nessa perspectiva, aponta-se que a narrativa permitiu perceber que a instituição escolar foi criada a partir do pedido da comunidade, no ano de 1917, em Nova Vicenza "velha", porém as disputas em torno do local onde seria a sede da paróquia resultaram tanto na sua transferência quanto na da instituição escolar, em 1922, para Nova Vicenza "Nova", próximo à Estação Férrea. O povoamento deste território esteve intimamente vinculado aos processos migratórios, e seu desenvolvimento econômico e social foi notável. Em poucos anos (1875-1960) passou de um local a ser povoado para o município, a partir de 1934, com estrutura de urbanização,

malha ferroviária e estradas, hospitais, meios de comunicação e locais de sociabilidade que o transformaram em um município em constante desenvolvimento. Desde o final do século XIX, diversas congregações religiosas entraram no Rio Grande do Sul e abriram escolas com o intuito de garantir a oferta do ensino privado e também do ensino religioso (Giolo, 2009). Como reflexo desse processo, a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas foi uma das congregações religiosas que abriu escolas no Estado. O CNSL é uma dentre as várias instituições escolares das Irmãs Scalabrinianas no Rio Grande do Sul.

Em sua abertura, a instituição escolar é denominada Colégio Nossa Senhora do Rosário e, após a mudança, em 1922, passa a se denominar Colégio Nossa Senhora de Lourdes, por orientação do bispo Dom João Becker. A mudança de endereço acarretou a necessidade de a instituição instalar-se provisoriamente em um casarão alugado, até o novo espaço, um casarão de madeira, ao lado da igreja, ser construído para a instalação da escola. A partir dos indícios localizados, já no ano de 1923, a instituição passa a atender neste local, em que ofertou o ensino primário, o jardim de infância e, a partir de 1942, o curso de datilografia. Outro momento importante no processo histórico da instituição pesquisada foi a inauguração do novo prédio escolar, em 1943, com três andares, de alvenaria. Segundo os documentos indicam, houve o apoio da comunidade por meio da cooperação de uma comissão de pais organizada pelo padre Adolfo Fedrizzi. A comissão foi liderada por José Pergher, porém, não foram encontrados registros sobre como os pais auxiliaram nas obras do novo prédio. Da mesma forma, seria interessante saber como e por quem o espaço foi planejado, mas tais indícios não foram encontrados durante a pesquisa. O prédio localiza-se na área central, próximo ao Hospital São Carlos, à Igreja Matriz e ao Grupo Escolar Farroupilha, e encontra-se ainda em pleno funcionamento.

Já no ano de 1950, quando da ampliação do prédio para abrigar as salas do curso ginasial, podem-se localizar indícios de apoio financeiro das famílias da comunidade. As contribuições eram registradas no Livro de Ouro. Na década de 1950, o prédio escolar apresentava diferentes espaços, contando, inclusive, com salas especiais, como, por exemplo, as de Ciências, História e Geografia, Música, de Desenho. Esses espaços integravam-se ao cotidiano escolar como cenários de diferentes práticas escolares.

Observados os aspectos de emergência e adaptações da instituição, passa-se a atentar para as culturas escolares, focando a análise nos sujeitos e nas práticas escolares. Quanto aos sujeitos escolares, optou-se por deter-se nos indícios referentes aos discentes, docentes e diretoras.

Com relação aos discentes, a partir dos indícios encontrados nos livro de chamada, na história oral e nas fotografias, pode-se afirmar que a instituição, no ensino primário, atendia a meninos e meninas, e que algumas famílias tinham mais de um filho matriculado no mesmo período. No entanto, a presença da maioria feminina, em diferentes momentos, ficou evidente.

Foi possível ainda perceber alguns casos de reprovação, equivalendo a 14,03% dos alunos do primeiro ano do Ensino Primário, em 1948. Porém, os percentuais se configuraram menores do que a média no Estado, os quais, na primeira série do Ensino Primário, no mesmo período, equivaliam a 40%. Tudo indica que, na documentação analisada, a evasão escolar e a infrequência não foram características da instituição.

Não se pode afirmar que todos os alunos eram de famílias com situação econômica privilegiada, pois a escola era subvencionada, e tal situação pode justificar o auxílio a alunos carentes. Quanto às questões culturais, é possível afirmar que os alunos da Região de Colonização Italiana falavam o dialeto, traziam consigo as brincadeiras e histórias aprendidas em casa, e que tais aspectos culturais fizeram parte das culturas escolares da instituição.

Pode-se perceber a presença de alunos de diferentes bairros da cidade, bem como daqueles que moravam nas proximidades da instituição. No período, é possível que alunas internas tenham residido junto às irmãs e, dessa forma, não se descarta a possibilidade de haver alunas de outras cidades.

A análise dos discentes seria mais adensada, caso houvesse os livros de matrículas com endereços residenciais, filiação, profissão dos pais, descendência e idade. No entanto, tal documentação não foi localizada no arquivo escolar.

Quanto ao corpo docente, destacam-se dois aspectos: primeiro, a formação religiosa, e, a seguir, a formação profissional. O corpo docente do CNSL, a partir dos documentos analisados, foi predominantemente composto por professoras-religiosas, membros da congregação, com raras ex-

ceções, identificadas, como o padre e o militar que ministrava as aulas de Educação Física.

A formação inicial era religiosa, marcada pelo aspecto vocacional e disciplinar. Nos primeiros anos de existência da instituição escolar, as religiosas eram oriundas, principalmente, do noviciado localizado em São Paulo/SP. Após o ano de 1927, com a abertura do noviciado em Bento Gonçalves/RS, houve um aumento significativo do número de religiosas da região atuando na instituição escolar.

É preciso estar ciente de que as moças que faziam a opção pela vida religiosa teriam, como uma das possíveis missões, ser professoras e, ao que parece, as decisões eram de instância superior, conforme as necessidades da congregação. Portanto, o ser professora no CNSL é caracterizado por singularidades, como assumir a docência enquanto missão e viver, no local do trabalho, com outras irmãs de sua comunidade religiosa.

Além de não receber remuneração, em razão dos votos de pobreza e de castidade, fazia parte dos modos de ser professora vestir o hábito, estar sujeita a transferências para outras escolas da congregação e compreender que os períodos de férias eram destinados a ir para casa visitar a família. Tais características marcam os modos de ser e fazer no constituir-se professora.

Quanto à formação profissional das irmãs que eram professoras na instituição, os indícios apontam que houve preocupação da congregação com relação a esse aspecto, ao oportunizar a elas diferentes formas de profissionalização, como a formação de professora normalista e complementarista, cursos de formação específica, como música, dentre outros citados no capítulo "Entre indícios e representações: os sujeitos escolares". Ao que se pôde aferir, as oportunidades de formação profissional se intensificaram a partir do final da década de 1930. A própria congregação abriu, em Bento Gonçalves, o ensino complementar na década de 1940, para formar professoras.

Outra característica do corpo docente da instituição identificada nas representações acessadas diz respeito às múltiplas funções exercidas pela docente. Além de ser professora, também executava atividades pastorais, como a de ser catequista ou a de ajudar em outros setores da escola, enfim, tarefas essas partilhadas entre as professoras.

Após observar alguns elementos sobre os discentes e docentes, o olhar volta-se às diretoras. De maneira pontual nesses sujeitos, foram

identificadas recorrentes inconsistências nas documentações acerca dos nomes das diretoras e seus respectivos períodos de gestão. Sem a pretensão de criar uma lista "correta", propôs-se uma listagem das diretoras baseada nos documentos do arquivo escolar.

Sobre as mesmas, exclusivamente mulheres, Irmãs pertencentes à congregação, pode-se observar que, assim como as professoras, até a década de 1940, não eram da região. As representações possíveis de serem acessadas sobre elas permitem compreender tal posição como a mais alta da hierarquia existente naquela instituição escolar. Sua função era disciplinadora, fiscalizadora e organizadora do cotidiano escolar. Também cabia a elas ser as articuladoras entre as necessidades da escola e o apoio da comunidade, relação existente não só com a comunidade local, mas também com a congregação.

Os cargos de gestão do CNSL estavam, em diversas situações, associados ao cargo de superiora da comunidade, e isso potencializava a ação da diretora junto ao corpo docente, que era composto pelas irmãs da mesma comunidade. Quanto aos períodos que permaneciam na instituição, ao que tudo indica, eles se adequavam às necessidades da congregação, não mantinham necessariamente um padrão.

Após perceber aspectos constitutivos do processo histórico da instituição escolar e ter verificado alguns indícios dos sujeitos escolares, alunos, professoras e diretoras, foi o momento de olhar para o que a escola faz sem cessar, ou seja, as suas práticas escolares. A análise das práticas escolares privilegia o final da década de 1930, a década de 1940 e o início da década de 1950, por ser este o período a que se referem as fontes, em especial, as memórias. Ao deparar-se com o arquivo escolar, escolhas foram necessárias e optou-se por organizar as práticas escolares pelas questões às quais mais se evidenciavam a partir das memórias dos entrevistados e dos documentos do arquivo escolar. Nesse sentido, os aspectos elencados foram: (a) as práticas no interior da sala de aula, (b) as práticas de leitura e escrita como um fio condutor dos demais saberes, (c) as mil maneiras de fazer com ordem e disciplina e (d) as formas de quantificar, ou seja, os registros da aprendizagem escolar.

Destacam-se as práticas de leitura e escrita como pontos-chave no Ensino Primário na instituição escolar pesquisada, enquanto atividades norteadoras para o ensino dos demais saberes. Pode-se perceber, no ensino de diferentes saberes, a utilização de produções de desenhos, frases,

redações, poesias, ditados, cópias, leituras e declamações, seja no cotidiano da sala de aula, seja nas lições de casa, seja nas comemorações escolares.

Ainda é preciso pontuar que as práticas de leitura e escrita, no período analisado, foram hibridizadas pelas discussões em torno das ideias escolanovistas, sejam elas as discussões acerca da forma mais adequada de ler (silenciosa ou oral), da caligrafia mais indicada, das leituras "não perigosas" que deveriam ser oportunizadas para os alunos. Havia os programas mínimos que orientavam sobre o que deveria ser ensinado nas escolas primárias do Estado, sem desconsiderar o currículo centrado na moralidade, civismo, religiosidade, higiene, economia, ordem e devoção à natureza (Peres, 2000). Esses programas, ao serem apropriados pelos sujeitos escolares, geraram práticas escolares, e essas são criadoras e permeadas por questões culturais e étnicas, próprias daquele local e região.

Nessa perspectiva, é possível sustentar, a partir da investigação realizada e do indício de subvenção do governo italiano, em 1926, que o CNSL, nos primeiros anos de atuação, ensinava em italiano. Com a intensificação do processo de nacionalização e da progressiva organização do sistema de ensino, a escola foi adequando-se às exigências de ensinar a língua pátria, o português. Situação que gerou práticas criadoras na instituição para atender às exigências curriculares, mas os alunos, estando a escola localizada na RCI, traziam consigo tais questões, como, por exemplo, a fala dialetal.

Alguns elementos da cultura material puderam ser identificados, tais como a ardósia, o mata-borrão, a caneta tinteiro, os cadernos, os lápis de escrever e de cor, as borrachas, os livros, todos utilizados por professores e alunos. Ao docente se destacam as representações acerca do quadro negro como forma de organizar as tarefas escritas.

Para desenvolver o ensino dos conceitos matemáticos, a escrita, aliada à memorização, os cálculos e as formas geométricas foram elementos evocados pelos entrevistados de forma breve.

Outro aspecto elencado foi a ordem e disciplina como condutores das formas de organizar os tempos, espaços e práticas escolares da instituição. Esses elementos foram reiterados em cada entrevista efetuada com os ex-alunos e ex-professoras, podendo ser considerados características desta instituição de ensino juntamente com valores permeados pela religião católica e pela exaltação à Pátria.

A disciplina perpassa a cobrança de questões como a pontualidade, o uso do uniforme escolar, o comportamento dentro e fora da instituição escolar, os corpos disciplinados, os momentos de oração. Foram evocados esses valores de maneira positiva pelos entrevistados e foram relacionados por eles como questões necessárias para se obter um ensino de qualidade.

As culturas escolares envolvem hábitos e comportamentos que, muitas vezes, não estão escritos em lugar algum, simplesmente existem e perduram no cotidiano escolar como algo implícito. No Colégio Nossa Senhora de Lourdes, foi possível identificar tais elementos ao fazer filas ao soar do sino, ao adentrar a sala de aula em silêncio, seguindo a professora, e também nos diversos momentos de oração.

Além das orações, consideradas centrais no cotidiano escolar, os cantos são uma prática recorrente, tanto nas comemorações quanto nas festividades cívicas, nas atividades religiosas e também como forma de ensinar saberes. Sua utilização justifica-se pelas questões de higiene, postura adequada, uso ponderado da voz e sintonia do grupo (Oliveira, 2007). Nessa direção, no sentido de disciplinar os corpos, as atividades físicas e os desfiles cívicos também fizeram parte substancial nas práticas escolares.

No entanto, foi possível perceber táticas que burlam, em pequenos momentos, a disciplina ou a tornam mais tênue, pois reafirma-se que as práticas são criadoras de usos e representações.

Considera-se que o CNSL, por se tratar de uma instituição confessional, com a docência realizada por professoras-religiosas e fortemente pautada nos valores religiosos e disciplinares, tem essas características. Entretanto, esses atributos também são encontrados em outras instituições escolares confessionais, podendo-se atribuir, após as análises, que esse conjunto de valores e práticas religiosas e disciplinares vivenciado nas escolas religiosas se deve à formação das docentes. Em outras palavras, reitera-se que a formação disciplinar durante o noviciado reflete-se nas práticas escolares apropriadas pelas docentes.

As práticas escolares voltaram-se também no sentido de avaliar e quantificar a aprendizagem escolar. A partir de um caderno de sabatinas, dos livros de atas dos exames finais, de boletins e de fotografias, é possível deduzir que as práticas escolares acerca das avaliações foram, inicialmente, ocasiões festivas, com a presença de autoridades. Com o passar do tempo, entretanto, esses eventos festivos se reduziram ao dia dos

exames e, posteriormente, apenas à conclusão do Ensino Primário, com a solenidade de entrega de diplomas.

Quanto às sabatinas, também uma das formas de avaliar, junto aos exames finais, não é possível afirmar qual era a periodicidade de aplicação, ou o valor a elas atribuído no contexto das avaliações. O que se pode afirmar é que as sabatinas fizeram parte do cotidiano da instituição escolar pesquisada, no Ensino Primário. Aponta-se ainda que os valores em voga nos textos de cópias e ditados, evidenciados, foram a importância da higiene, o valor do trabalho, a valorização da Pátria, da natureza e o comportamento "adequado" fora do ambiente escolar.

Já os livros de escrituração escolar, eles apontam para uma crescente organização da documentação escolar, em especial a partir da década de 1940. Argumenta-se tal fato ao perceber que as primeiras atas, da década de 1920, se atêm em especificar quem eram as autoridades presentes, em avaliar a instituição em seu desempenho a partir do resultado dos alunos e em registrar o número de matrículas e de alunos presentes ao exame.

As atas da década de 1940 são redigidas de forma a contemplar o espaço físico em que eram realizados os exames, como eram sorteados os pontos, a distribuição dos alunos nas classes e os saberes avaliados com as respectivas notas. O registro é individual, e as ausências nos exames são justificadas e constam no final das atas.

É interessante perceber que o caderno de sabatinas era produzido pelo aluno e ficava com ele; os livros de atas eram documentos da escola, de circulação interna, e para comunicar os resultados escolares aos pais, eram produzidos os boletins escolares. Isso os diferencia em suas condições de produção e intencionalidade. Quanto aos boletins, foi possível observar que, na década de 1940, eram produzidos dois modelos, um para registrar as notas dos exames e outro para registrar as notas mensais.

A partir do boletim com as notas dos exames finais, era feita a média anual no quinto ano do Ensino Primário, e o aluno com a maior média recebia um prêmio de destaque na solenidade de conclusão. O símbolo identificado para esse momento foi uma medalha.

As solenidades de conclusão do Ensino Primário fizeram parte do processo histórico do CNSL. No período da pesquisa, não foi possível identificar quando iniciaram, mas os indícios apontam que, a partir da implementação do curso ginasial, em 1954, não foram mais realizadas. Foram

um dos momentos mais fotografados, ao lado dos desfiles cívicos e dos espaços físicos da instituição.

Por fim, são apresentados os resultados da pesquisa, os quais, ao olhar da pesquisadora, são considerados os dados mais evidentes. Porém, é pertinente ressaltar que não só os resultados desta narrativa são relevantes, mas também as novas possibilidades de pesquisa que surgem, pois acredita-se que, a partir de outros olhares e com distintas possibilidades, podem configurar-se novas propostas de investigação.

A pesquisa em questão suscitou a necessidade de contextualizar o município de Farroupilha/RS e breves aspectos da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas. Nesse primeiro movimento, já emergem vários alertas e demandas para novas investigações.

O município de Farroupilha não tem estudos que mapeiem as suas diversas iniciativas de escolarização. Aponta-se a potencialidade para o estudo, no eixo das instituições escolares, ao perceber indícios de aulas isoladas, escolas particulares que se tornaram públicas, escolas subvencionadas pelo governo estadual, a grande quantidade de escolas públicas estaduais e municipais que nunca foram objeto de estudo.

Em especial, aponta-se o Colégio São Tiago por ser a instituição que atendeu ao público masculino no curso ginasial. E ainda, as demais escolas abertas pela congregação no município: a Escola Santa Cruz e a Escola Pio X. Justifica-se o destaque a essas instituições por perceber, no percurso da pesquisa, que a participação das Irmãs Scalabrinianas em seu processo histórico foi algo estranho a muitas pessoas da comunidade por tornarem-se escolas públicas. E, por fim, aponta-se a Escola Nossa Senhora de Caravaggio, no intuito de investigar sua relação com a escola étnica italiana que funcionava no local até o ano de 1937, quando as irmãs abrem sua instituição.

Em outro eixo, seria importante pesquisar a formação docente, os aspectos curriculares das escolas municipais e as culturas escolares com relação à inserção das Irmãs como professoras do ensino religioso nas escolas municipais, pois, conforme Slomp e Barbieri (1997, p. 76), "as Irmãs, além das suas escolas, ficam por anos com a responsabilidade de orientar o ensino religioso nas escolas municipais."

Indica-se ainda que pesquisas mais amplas poderão investigar a parcela de contribuição da congregação scalabriniana nas iniciativas de escolarização do município, abordando o constituir-se docente enquan-

to Irmã Scalabriniana, na perspectiva da sua formação profissional. Além disso, constitui-se também como potencial objeto de estudo o curso complementar ofertado junto ao Colégio Medianeira, em Bento Gonçalves/RS.

Voltando o olhar para a instituição pesquisada, sinaliza-se o potencial do arquivo escolar com relação ao curso ginasial feminino, autorizado em 1954, objeto inédito de estudo. O jardim de infância também constitui uma interessante possibilidade de pesquisa, porém as fontes do arquivo escolar não contemplam essa perspectiva, que só seria possível a partir de novas fontes. Avançando para um tempo mais próximo, também seria possível analisar a implantação do ensino médio na instituição no ano de 2002 e as parcerias com diferentes sistemas de ensino (Objetivo e COC) implementadas na instituição e seus reflexos nas culturas escolares.

Os documentos utilizados poderiam, em futuras pesquisas, ser analisados na perspectiva dos saberes, das rotinas escolares, das festas escolares e também do processo de nacionalização. Destaca-se, ainda, a potencialidade da história oral, pois ela oportuniza abordar aspectos das culturas escolares e acessar representações que não seriam possíveis de outra forma. Sugere-se que, com a metodologia da história oral, seja possível desenvolver pesquisas acerca de pessoas da comunidade, tais como o Monsenhor Tiago Bombardelli e a professora aposentada Maria Mocellini, que residia junto à instituição.

Em futuros estudos, merece atenção a questão da "Escola Nova Católica" que poderia ser explorada nesta e em outras instituições escolares católicas, no sentido de aprofundar as reflexões sobre a cultura pedagógica católica, suas transformações e suas permanências.

Ainda é preciso pontuar que, no decorrer da pesquisa, foram sendo encontradas outras fontes em acervos pessoais e, ainda, continuam a surgir, materiais que podem vir a oportunizar novos estudos.

A partir das análises realizadas, a representação acerca do Colégio Nossa Senhora de Lourdes pesquisada é de uma instituição em que as culturas escolares foram permeadas por questões étnicas e culturais, próprias da região de colonização italiana do interior do Rio Grande do Sul. Dessa forma, as práticas escolares, além dessa hibridização cultural, foram fortemente marcadas pelos princípios que regem a disciplina, a ordem e a religião.

Enfim, por ora, conclui-se ciente da contribuição que os estudos das instituições escolares podem trazer para a História da Educação, na compreensão dos processos de escolarização locais, que são também de ordem regional e nacional.

Posfácio: Instituições educativas: modos de compor história da educação

> *[...] as melhores pesquisas ocorreram quando a instituição escolar escolhida tem um significado social reconhecido, o que significa ser considerada pela sociedade, em razão de sua tradição, dos alunos que formou etc.*[126]

O estudo da história das instituições educativas tem contribuído para compreender e explicar distintas realidades históricas da educação. Em especial, quando se pesquisam escolas com um longo período de atuação na sociedade e por ela reconhecida, como argumentam Nosella e Buffa na epígrafe, e é o caso do Colégio Nossa Senhora de Lourdes. O estudo de Gisele Belusso cumpre de forma majestosa essa tarefa e elucida o modo como os processos e práticas de escolarização foram tecidos em um espaço e tempo.

A dimensão da História Cultural associada ao conjunto pujante de documentos que foram compulsados para a pesquisa, e as narrativas de História Oral agregam valor singular ao trabalho. A apropriação dos usos da memória nos possibilita adentrar na categoria de tempo e perceber como as representações explicitam realidades no modo de compor de forma monumental a história da escola. Nesse sentido, a pesquisa aprofunda e amplia as discussões do campo, em especial as referentes aos estudos regionais da imigração e da escolarização.

O cruzamento que se estabelece, entre os dados obtidos por meio da análise dos documentos de um arquivo, permite realizar correlações

126 (Nosella; Buffa, 2013, p. 58). Falta referência. Favpr verificar.

estreitas entre as diversas informações, revelando um elevado índice de coerência e logica internas para a compreensão da organização e funcionamento da instituição escolar que os produziu.[127]

Os processos históricos e as culturas escolares de uma instituição de ensino primário são analisados em múltiplas dimensões a partir da construção de uma genealogia do contexto imerso na história da imigração. Cabe ressaltar que as culturas escolares, com ênfase nos sujeitos e nas práticas escolares, manifestam como as marcas de etnicidade caracterizam a cultura própria do local. Além disso, a análise sobre as práticas escolares aponta a sala de aula como o espaço privilegiado onde as práticas de leitura e escrita funcionavam como um fio condutor para o ensino dos demais saberes.

> [...] A memória desafia o historiador para uma explicação sobre o ordenamento dos objetos e a organização dos espaços, dos tempos, e das coisas; desafia-o ainda para a explicação das relações hierárquicas, valorativas e de comunicação entre as pessoas e das pessoas com as coisas. Os relatos, orais ou escritos, de natureza impressiva, favorecem a aproximação do historiador ao grau de envolvimento dos agentes e dos sujeitos na realização das ações.[128]

A partir dos sujeitos, valores, condutas e representações de uma época acentua-se o sentido do papel da escola e da alfabetização em regiões de colonização europeia. As condutas cívicas e o patriotismo também indicam como as forças políticas intencionaram ações no interior das instituições educativas, principalmente por meio de visitas, do trabalho pedagógico e/ou das orientações e normativas que procuravam estabelecer ordenamento e controle na escola primária.

A influência da igreja, por meio de suas congregações, atendeu diferentes comunidades, e o ensino confessional esteve presente nessas localidades, em alguns casos, como única referência possível para a escolarização. O trabalho docente, contudo, soube buscar táticas para superar as estratégias rígidas que pretendiam o controle e a disseminação do patriotismo que o regime político exigiu.

---

127 MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares e pesquisa histórica: fontes para o estudo da educação brasileira. **Pro-posições**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 103-116, jan./abr. 2005.

128 MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista/SP: Editora Universitária São Francisco, 2004.

O trabalho de Gisele demonstra ainda a potencialidade que os documentos oportunizam aos estudos do campo da História da Educação, diante de uma construção com extremo rigor epistemológico e uma gentileza ao leitor a partir dos detalhes do percurso metodológico, de forma sensível e ética.

A história do município de Farroupilha ganha com essa publicação, bem como a história da educação da região. Cabe ainda ressaltar o modo como os resultados conduziram e ainda podem inspirar novas investigações. Pensar como as trajetórias, formativas e/ou escolares, bem como os investimentos que aconteceram nessa localidade, abre horizontes que imbricam e nos ensinam que os movimentos transnacionais de cultura, de inovação e modernização não se restringiram às grandes cidades – a relação global/local esteve presente em diferentes realidades.

Como argumentam Belusso e Souza[129], o desenvolvimento da escolarização nestas escolas, associa-se à elaboração de uma tradução cultural, que levou em conta, na sua constituição, práticas conhecidas e construídas, bem como reconheceu ações particulares, comunitárias e das políticas desenvolvidas em prol da escolarização.

Prof. Dr. José Edimar de Souza
Campo Bom, verão de 2026

129 BELUSSO, Gisele; SOUZA, José Edimar de. História Das Instituições Escolares: experiências de pesquisa, possibilidades de acervos. **Sillogés**, v. 2, p. 12-35, 2019.

Referências

ACERVO FOTOGRÁFICO. Arquivo da Secretaria da Província Imaculada Conceição, Caxias do Sul/RS. [s.d.] Acervo fotográfico; custódia: Arquivo da Secretaria da Província Imaculada Conceição, Caxias do Sul/RS.

ACERVO FOTOGRÁFICO: RAUL PEDRO TARTAROTTI. [s.d.] Acervo fotográfico (acervo pessoal). Custódia da Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac, Farroupilha/RS. Acervo pessoal de Raul Pedro Tartarotti.

ADAMI, João Spadari. **História de Caxias do Sul**: educação (1877–1967). Caxias do Sul: Escola Superior São Lourenço de Brindes, 1981. Tomo III. Edição póstuma.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. *In*: PINSKY, Carla Bassanesi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.

ALMANAQUE ILUSTRADO. Edição especial. Porto Alegre: [s.n.], 1938. Acervo da Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac, Farroupilha/RS.

ALMANAQUE ILUSTRADO. 1939. Porto Alegre: [s.n.], 1939. Acervo da Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac, Farroupilha/RS.

ALMANAQUE ILUSTRADO. 1940. Porto Alegre: [s.n.], 1940. Acervo da Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac, Farroupilha/RS.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Unesp, 1998.

ALVES, Eliana Rela. **Fides nostra, victorian nostra**: os italianos católicos e o processo de aquisição do poder político na Intendência de Caxias (1890-1924).1995. 125 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

ATESTADO DE APROVAÇÃO – IRENE FETTER. **Atestado de aprovação de Irene Fetter, 2º ano, 1923** [documento]. Boletim escolar de 1923. CNSL. Farroupilha, 1923. Acervo: Boletim escolar (Colégio Nossa Senhora de Lourdes). Observação: aluna Irene Fetter.

AZZI, Riolando. **História da educação católica no Brasil**: contribuição dos Irmãos Maristas. v. 1 (1897-1922). São Paulo: Loyola, 1996a.

AZZI, Riolando. **História da educação católica no Brasil**: contribuição dos Irmãos Maristas. v. 2 (1922-1947). São Paulo: Loyola, 1996b.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, C. B. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23-79.

BAGGIO, Marileda; SUSIN, Carlos. O clamor das migrações e o magistério da Igreja. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, ano XX, n. 39, p. 211-228, jul./dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/remhu/v20n39/v20n39a11.pdf. Acesso em: 13 maio 2015.

BARAUSSE, Alberto. Os livros escolares como instrumentos para a promoção da identidade nacional italiana no Brasil durante os primeiros anos do fascismo (1922-1925). **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 20, n. 49, p. 81-94, maio/ago. 2016. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/60384. Acesso em: 7 jun. 2016.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **O novo e o nacional em revista**: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942). 1994. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Do quadro-negro à lousa digital: a história de um dispositivo escolar. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, n. 4, p. 133-141, jan./fev. 2005. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/391/372. Acesso em: 14 maio 2015.

BATTISTEL, Arlindo I.; COSTA, Rovílio. **Assim vivem os italianos**: vida, histórias, cantos, comidas e estórias. v. 1. Porto Alegre: Grafosul, 1982.

BERGOZZA, Roseli Maria. **Escola Complementar de Caxias**: histórias da primeira instituição pública para formação de professores na cidade de Caxias do Sul (1930-1961). 2010. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010.

BONI, Luís A. de (org.). **La Mérica**: escritos dos primeiros imigrantes italianos. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1977. 103 p. (Coleção Centenário da Imigração Italiana, v. 19).

BONI, Luís A. de; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Correio Riograndense, 1984.

BOTO, Carlota. A liturgia moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos. **Revista de História da Educação**, Porto Alegre, v. 18, n. 44, set./dez. 2014, p. 99-127.

BRASIL. Decreto n.º 1.480, de 27 de maio de 1909. Regula a concessão de subvenções às escolas particulares. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 27 maio 1909.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 72, de 21 de novembro de 1966. Dispõe sobre a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, 22 nov. 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-lei/1965-1988/Del0072.htm. Acesso em: 28 fev. 2026.

BRASIL TURISMO. **Mapas do Rio Grande do Sul**. Disponível em: https://www.brasil-turismo.com/rio-grande-sul/mapas-rs.htm. Acesso em: 28 fev. 2026.

BRESOLIN, Ema. **Pedagogia carlista-scalabriniana no contexto sócio-educacional de nosso tempo**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

BURKE, Peter. **A escrita da história cultural novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BURKE, Peter. **O que é a história cultural?** Tradução de Sergio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.

CADERNO DE DESENHO. [s.d.] Caderno de desenho (acervo pessoal). Acervo pessoal de Raul Pedro Tartarotti. Custódia: Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac, Farroupilha/RS.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. O que a escola festeja? Uma retomada histórica sobre os tipos e sentidos das festas escolares. *In*: CATANI, D. B.; GATTI JUNIOR, D. (org.). **O que a escola faz?** Elementos para a compreensão da vida escolar. Uberlândia: Edufu, 2015. p.229-250.

CAPELLARI, Bárbara. **História do calçado em Farroupilha**. Farroupilha: Niquetti, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história**: ensaios de Teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 375-417.

CATANI, Denice Barbara; FARIA FILHO, Luciano Mendes. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPEd (1985–2000). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 113-128, jan./abr. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a09.pdf. Acesso em: 15 jul. 2015.

CAVAGNOLLI, Anelise; REIS, Eduardo Ziegler; ONZI, Geni Salete. **Palavra e Poder**: 120 anos do Poder Legislativo em Caxias do Sul. Caxias do Sul: Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul; Editora São Miguel, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHARTIER, Anne-Marie. Alfabetização e formação dos professores da escola primária. Trad. de Maria Cecília Silveira Bueno. **Revista Brasileira de Educação**, n. 8, p. 4-12, maio/ago. 1998. Disponível em: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE08/RBDE08_03_AN NE-MARIE_CHARTIER.pdf. Acesso em: 21 maio 2016.

CHARTIER, Anne-Marie. Fazeres ordinários da classe: uma aposta para a pesquisa e para a formação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 157-168, jul./dez. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ep/v26n2/a11v26n2.pdf. Acesso em: 18 ago. 2015.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 5, p. 173-191. jan./abr. 1991.

CHARTIER, Roger. Uma crise da história? A história entre narração e conhecimento. *In*: PESAVENTO, S. J. (org.). **Fronteiras do milênio**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 115-140.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Marcia Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: Difusão Editorial, 2002.

CHARTIER, Roger. **Leituras e Leitores na França do Antigo Regime**. Trad. de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2004.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES (CNSL). **Caderno de sabatina**: ensino primário. [s. d.]. Caderno escolar (registro de sabatinas); Acervo pessoal: Odete Rasera; Custódia: Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac, Farroupilha/RS.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES (CNSL). **Livro de História e Geografia**: ensino primário. [s. d.]. Livro escolar; Acervo pessoal: de Raul Pedro Tartarotti. Custódia: Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac, Farroupilha/RS.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES (CNSL). **Boletim escolar do jardim de infância**. 1936. Acervo pessoal de Raul Pedro Tartarotti. Custódia: Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac, Farroupilha/RS.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES (CNSL). **Boletim do 5º ano**: notas de exame. 1942. Boletim escolar; 5.º ano. Acervo pessoal: Dino José Dorigon; custódia: Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac, Farroupilha/RS.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES (CNSL). **Boletim do 5º ano**: notas mensais. 1942. Boletim escolar; 5.º ano. Acervo pessoal: Dino José Dorigon; custódia: Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac, Farroupilha/RS.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES (CNSL). **Certificado de conclusão da Escola Complementar**. 1942. Documento avulso. Acervo pessoal de Laudocena Radaelli. Custódia: Arquivo da Secretaria da Província Imaculada Conceição, Caxias do Sul/RS.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES (CNSL). **Certificado de conclusão do ensino primário**. 1942. Documento avulso. Acervo pessoal de Raul Pedro Tartarotti. Custódia: Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac, Farroupilha/RS.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES (CNSL). **Livro de Atas – Exames Finais**. Manuscrito. Acervo escolar. Farroupilha, 1928.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES (CNSL). **Livro de Atas – Exames Finais**. Manuscrito. Acervo escolar. Farroupilha, 1930.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES (CNSL). **Livro de Atas – Exames Finais**. Manuscrito. Acervo escolar. Farroupilha, 1940.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES (CNSL). **Livro de Atas – Exames Finais**. Manuscrito. Acervo escolar. Farroupilha, 1941.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES (CNSL). **Livro de Atas – Exames Finais**. Manuscrito. Acervo escolar. Farroupilha, 1942.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES (CNSL). **Livro de Atas – Exames Finais**. Manuscrito. Acervo escolar. Farroupilha, 1943.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES (CNSL). **Livro de Atas – Comemorações Cívicas**. Manuscrito. Acervo escolar. Farroupilha, 1942.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES (CNSL). **Livro de Atas – Comemorações Cívicas**. Manuscrito. Acervo escolar. Farroupilha, 1943.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES (CNSL). **Livro de Atas – Comemorações Cívicas**. Manuscrito. Acervo escolar. Farroupilha, 1954.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES (CNSL). **Livro de Atas – Ginásio Nossa Senhora de Lourdes**. Acervo escolar. Farroupilha, 1950.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES (CNSL). **Livro de chamada, 4º e 5º anos, 1944-1946**. Acervo escolar. Farroupilha, 1944-1946.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES (CNSL). **Livro de chamada, 1º ano, 1943-1948**. Acervo escolar. Farroupilha, 1943-1948.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES (CNSL). **Livro de chamada, 2º ano, 1947-1955**. Acervo escolar. Farroupilha, 1947-1955

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES (CNSL). Diretoria de Ensino Secundário. **Certificado n.º D-2.760, professora de trabalhos manuais e desenho**. 1947. Documento avulso. Acervo pessoal de Laudocena Radaelli. Custódia: Arquivo da Secretaria da Província Imaculada Conceição, Caxias do Sul/RS.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES. **Relatório de verificação prévia para autorização do ginásio**. Plantas arquitetônicas do prédio escolar; década de 1950. Acervo escolar. Caxias do Sul, 1954.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES (CNSL). **Certificado do curso de datilografia de Rosa Maria Casarin**. Acervo escolar. Farroupilha, 1966.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES (CNSL). **Livro comemorativo ao jubileu do Colégio Nossa Senhora de Lourdes**. Acervo escolar. Farroupilha, 1967.

COLÉGIO NOSSA SENHORA MEDIANEIRA. **Histórico do Colégio Nossa Senhora Medianeira**. Bento Gonçalves/RS, [s.d.].

COMÊNIO, João Amós. **Didática Magna**. Trad. Joaquim Ferreira Gomes. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEU (MSCS). **Livro do cincoentenário da Congregação das Irmãs de São Carlos Borromêu**. Acervo: Arquivo do Colégio Nossa Senhora Medianeira, Bento Gonçalves, RS, [s.d.].

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO SCALABRINIANAS (MSCS). **Revista comemorativa do cinquentenário da Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas: Província Imaculada (1915–1965)**. [S.l.]: [s.n.], 1965.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO SCALABRINIANAS (MSCS). **Revista comemorativa ao centenário da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas (1895-1995)**. São Paulo: Loyola, 1995.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO SCALABRINIANAS (MSCS). **Revista comemorativa aos 110 anos da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas (1895–2005)**. Publicação única comemorativa do Ano Scalabriniano. Caxias do Sul: Lorigraf, 2005.

CORRIERE D'ITÁLIA. Bento Gonçalves, 12 jan. 1917. Acervo do Museu Histórico Casa do Imigrante.

CORRIERE D'ITÁLIA. Bento Gonçalves, 12 dez. 1917. Acervo do Museu Histórico Casa do Imigrante.

CORSETTI, Berenice. Controle e ufanismo: a escola pública no Rio Grande do Sul (1889-1930). **História da Educação**, Pelotas, n. 4, p. 57-75, 1998. Disponível em: https://www.seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30689/pdf. Acesso em: 1 jul. 2016.

CORSETTI, Berenice. Análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência da pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. **UNIrevista**, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 32-46, jan. 2006.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites**: o Ginásio Catarinense na primeira república. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DALLA VECCHIA, Marisa Virgínia Formolo; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; RAMOS,Felisbela. **Retratos de um saber**: 100 anos de história da rede municipal de ensino em Caxias do Sul. Caxias do Sul, RS: EST, 1998.

DAMATTA, Roberto. Espaço – casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil. *In*: DaMATTA, Roberto. **A casa & a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 31-69.

DIAS, Bárbara Capellari, FABRO, Eliane Maria. **A História do Colégio São Tiago**. Farroupilha: Gráfica Farroupilha, 2011.

DORIGON, Dino José. **Entrevista concedida a Gisele Belusso**. Farroupilha, 10 maio 2016. Entrevista pessoal.

A ÉPOCA. Caxias do Sul, n. 76, 31 mar. 1940. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=882089&pasta=ano%20194&pesq=%2276%22&pagfis=353. Acesso em: 20 abr. 2016. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU SÃO PIO X. **Histórico da Escola Estadual de 1º Grau São Pio X**. Farroupilha, RS, [s.d.].

ESCOLANO, Augustin. Arquiteura como programa. *In*: VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO A. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Tradução de Alfredo Veiga Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 19-58.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Ensino da escrita e escolarização dos corpos: uma perspectiva histórica. *In*: FARIA FILHO, L. M. de. **Modos de ler formas de escrever**: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 29-46.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico metodológicos de um programa de pesquisa. *In*: LOPES, A. A. B. M.; GONÇALVES, I. A.; XAVIER, M. C. (org.). **História da educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FUMEC, 2002. p. 109-117.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização e cultura popular no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. *In*: BENCOSTTA, M. L. (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p. 193-211.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios**: forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906/1918). 2. ed. Uberlândia: EDUFU, 2014.

FARROUPILHA [município]. **80 anos de Farroupilha 1934–2014**. Farroupilha: Prefeitura Municipal de Farroupilha, 2014.

FATTORI, Gerson Fernando; PIGOZZI, Duilus André (org.). **Poder Legislativo de Farroupilha – RS**: a Câmara na História. Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

FAVRETO, Maria Emília. **Dados biográficos de Maria Emília Favreto**. [s.d.]. Documento biográfico (ficha/relatório); Custódia: Arquivo da Secretaria da Província Imaculada Conceição, Caxias do Sul/RS.

FAVRETO, Maria Emília. **Ficha de apostolado**. [s.d.]. Custódia: Arquivo da Secretaria da Província Imaculada Conceição, Caxias do Sul/RS.

FAVRETO, Maria Emília. **Manuscrito para a Madre Provincial**. 27 set. 1941. Manuscrito; Acervo: Arquivo da Secretaria da Província Imaculada Conceição, Caxias do Sul/RS.

FAVRETO, Romilda. **Certidão de óbito**. Caxias do Sul, 13 jul. 2011. Custódia: Arquivo da Secretaria da Província Imaculada Conceição, Caxias do Sul/RS.

A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, n. 261, 12 nov. 1904. Disponível em: ht tps://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&pesq=261%201904&pasta=ano%20190&pagfis=15936. Acesso em: 16 abr. 2016. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

FERNANDES, Cassiane Curtarelli; LUCHESE, Terciane Ângela. O processo histórico-educacional em Nova Vicenza – Farroupilha/RS (1899-1917). **Anais da X ANPED Sul**. Florianópolis: UDESC/FAED, 2014, p. 57-75. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/300-0.pdf. Acesso em: 23 jun. 2015.

FERNANDES, Cassiane Curtarelli. **Uma história do Grupo Escolar Farroupilha**: sujeitos e práticas escolares (Farroupilha/RS, 1927 – 1949). 2015. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universida-de de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2015.

FERRONATO, Gentília. **Certidão de nascimento n.° 74, livro 5, folha 140**. Anta Gorda/RS, 22 dez. 1958. Custódia: Arquivo da Secretaria da Província Imaculada Conceição, Caxias do Sul/RS.

FERRONATO, Gentília. **Certidão de óbito**. Caxias do Sul, 13 set. 2000. Custódia: Arquivo da Secretaria da Província Imaculada Conceição, Caxias do Sul/RS.

FERRONATO, Maria Cleufe. **Curriculum vitae**. Custódia: Arquivo da Secretaria da Província Imaculada Conceição, Caxias do Sul, RS. [s.d.].

FISCHER, Beatriz T. Daudt (org.). **Tempos de escola**: memórias. v. 2. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber, 2011.

A FOLHA DA CIDADE. Farroupilha/RS, ano II, n. 61, 3 dez. 1984. Edição comemorativa aos 50 anos do município de Farroupilha. Acervo da Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac, Farroupilha/RS.

FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas**: o Ratio Studiorum. Introdução e tradução. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1952. (Obras completas do Pe. Leonel Franca, S. J.). Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/acervo/fontes/4782. Acesso em: 26 jun. 2016.

FRANCESCONI, Mário C. S. **João Batista Scalabrini:** pai dos migrantes — traços biográficos e espiritualidade. Tradução de Lia Barbieri. Caxias do Sul: São Miguel, 1971.

FRANCESCONI, Mário C. S. **Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeu Scalabrinianas**: história da fundação. Tradução de Lia Barbieri. Caxias do Sul: Paulinas, v. 1, 1975.

FROSI, Maria Vitalina; MIORANZA, Ciro. **Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul**: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira. Porto Alegre: Movimento, 1975. (Coleção Documentos Brasileiros, 6).

FROSI, Maria Vitalina; MIORANZA, Ciro. **Dialetos Italianos**. Caxias do Sul: EDUCS, 1983.

GASPERIN, Alice. **Farroupilha**: ex-colônia particular Sertorina. Caxias do Sul: Edição da autora, 1989.

GATTI JÚNIOR, Décio. Reflexões teórico-metodológicas sobre a pesquisa histórico-educacional no campo das instituições educacionais. *In*: LOPES, A. A. B. de M.; GONÇALVES, I. A.; FARIA FILHO, L. M. de; XAVIER, M. do C. (org.). **História da Educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002. p. 527-531.

GATTI JÚNIOR, Décio. História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas**. Revista Educação em Questão**, Natal, v. 28, n. 14, p. 172-191, jan./jun. 2007. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4469. Acesso em: 16 ago. 2015.

GATTI JÚNIOR, Décio; OLIVEIRA, Lúcia Helena. O Colégio Santa Teresa de Ituiutaba (MG) e a ação Educacional das Irmãs Scalabrinianas no Brasil. *In*: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 8., 2010, São Luís/MA. **Anais** [...]. São Luís/MA: UFMA, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267368999_O_COLEGIO_SANTA_TERESA_DE_ITUIUTABA_MG_E_A_ACAO_EDUCACIONAL_DAS_IRMAS_SCALABRINIANAS_NO_BRASIL. Acesso em: 19 maio 2015.

GATTI JÚNIOR, Décio; PESSANHA, Eurize Caldas. Currículos, práticas e cotidiano escolar: a importância dos arquivos escolares para a produção de conhecimento em história de Educação. **Revista da Educação**, ASPHE, Fae, UFPEL, Pelotas. v. 14, n. 31, p. 155-191, maio/ago. 2010. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/produto&producao/ojs/include/index.php/asphe/article/view/28854. Acesso em: 12 maio 2015.

GIOLO, Jaime. **Estado, Igreja e educação no Rio Grande do Sul na Primeira República**. 1997. 429 f. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

GIOLO, Jaime. Estado e Igreja na implantação da República gaúcha: a educação como base de um acordo de apoio mútuo. **Série-Estudos**, Campo Grande, n. 27, p. 243-256, jan./jun. 2009. Disponível em: https://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/214. Acesso em: 12 maio 2015.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. **Casas de negócio**: 125 anos da imigração italiana e o comércio regional. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

GOMES, Luiz Carlos Ruschel. **Biblioteca Municipa**l: 75 anos de cultura. O Farroupilha, Farroupilha, 16 out. 2015. Disponível em: https://www.ofarroupilha.com.br/cultura/biblioteca-municipal-75-anos-de-cultura/. Acesso em: 8 mar. 2016.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi S.; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem do tempo e recantos da memória**: reflexões metodológicas sobre História Oral. São Leopoldo: Oikos, 2012.

HALBWACHS, Maurício. **A memória coletiva**. 2. ed. Tradução de La mémorie collective. São Paulo: Centauro, 2006.

HISTÓRICO DA ESCOLA DE 1.º GRAU NOSSA SENHORA DE LOURDES. [s.d.]. Caxias do Sul/RS. Documento datilografado. Custódia: Arquivo da Secretaria da Província Imaculada Conceição.

HISTÓRICOS DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE FARROUPILHA/RS. Farroupilha: Prefeitura de Farroupilha, [1903?]. Acervo da Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac, Farroupilha/RS.

HISTÓRICO DO GINÁSIO NOSSA SENHORA DE LOURDES. 1978. Documento datilografado; Custódia: Arquivo da Secretaria da Província Imaculada Conceição, Caxias do Sul/RS;

HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS. **Relatório da Intendência Municipal de Caxias, 1919-1920**. Caxias do Sul, 1919-1920. Arquivo Histórico João Spadari Adami. Documento digitalizado. Disponível em: http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=48303&p=0. Acesso em: 21 maio 2016.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS. **Relatório da Intendência Municipal de Caxias, 1924-1925**. Caxias do Sul, 1924-1925. Arquivo Histórico João Spadari Adami. Documento digitalizado. Disponível em: http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=48307&p=0. Acesso em: 21 maio 2016.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS. **Relatório da Intendência Municipal de Caxias, 1926**. Caxias do Sul, 1926. Arquivo Histórico João Spadari Adami. Documento digitalizado. Disponível em: http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=48311&p=0. Acesso em: 21 maio 2016.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS. **Relatório da Intendência Municipal de Caxias, 1927**. Caxias do Sul, 1927. Arquivo Histórico João Spadari Adami. Documento digitalizado. Disponível em: http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=48313&p=0. Acesso em: 21 maio 2016.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS. **Relatório da Intendência Municipal de Caxias, 1928**. Caxias do Sul, 1928. Arquivo Histórico João Spadari Adami. Documento digitalizado. Disponível em: http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=48315&p=0. Acesso em: 21 maio 2016.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CAXIAS. **Relatório da Intendência Municipal de Caxias, 1929**. Caxias do Sul, 1929. Arquivo Histórico João Spadari Adami. Documento digitalizado. Disponível em: http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/LiquidWeb/App/View.aspx?c=48317&p=0. Acesso em: 21 maio 2016.

IOTTI, Luiza Horn. **O Olhar do Poder**: imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, através dos relatórios consulares. Caxias do Sul/RS: EDUCS, 1996.

JOUTARD, Felipe. Desafios à história Oral do século XXI. *In*: FERREIRA, M. de M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (org.). **História oral desafio para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 31-45.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto historiográfico. Tradução de Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001. Disponível em: https://www.cme.fe.usp.br/downloads/culturaescolar_dominiquejulia.pdf. Acesso em: 15 abr. 2015.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia Galli. Memória evanescente. *In*: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 9-28.

KREUTZ, Lúcio. Magistério: Vocação ou profissão. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 3, p. 12-16, jun. 1986.

KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, p. 159-176, set./dez. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a10. Acessado em: 13 maio 2015.

KREUTZ, Lúcio. A nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas. *In*: QUADROS, C. de. **Uma gota amarga**: itinerários de nacionalização no Rio Grande do Sul. Santa Maria: Editora UFSM, 2014. p. 153-190.

LAZZARON, Vanessa. **História do Colégio do Carmo de Caxias do Sul/RS**: práticas pedagógicas e rotinas escolares (1908-1933). 2015. 301 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et al*. 4. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1996.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vania Carneiro de. Fotografia: usos sociais e historiográficos. *In*: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 29-60.

LINS, Adriana. **Lembranças que resistem ao tempo**: história do comércio farroupilhense. Caxias do Sul, RS: Maneco; Sindilojas Farroupilha, 2013.

LIVRO TOMBO N.º 1. [s.d.] Livro tombo. Acervo da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, Farroupilha/RS.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. *In*: FERRREIRA, M. de M; AMADO, J. (org.). **Usos & Abusos da História Oral**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p.15-25.

LUCHESE, Terciane Ângela. A escolarização entre imigrantes da Região Colonial Italiana do RS – 1875 a 1930. 2007. 495 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2068?show=full. Acesso em: 15 dez. 2014.

LUCHESE, Terciane Ângela. As sociedades de mútuo socorro e suas escolas étnicas italianas: a circulação de saberes e as conformações identitárias. *In*: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 17., 2009, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: Associação de Leitura do Brasil, 2009. Disponível em: https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem12/COLE_807.pdf. Acesso em: 13 maio 2015.

LUCHESE, Terciane Ângela. Entrelaçando tempos de infância e escolarização: a relação entre idade e frequência nas escolas da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (1875-1930). **Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 277-284, maio/ago. 2012. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/11641/8033. Acesso em: 24 maio 2015.

LUCHESE, Terciane Ângela. Em busca da escola pública: tensionamentos, iniciativas e processo de escolarização na região colonial italiana, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de História da Educação**, v. 11, n. 2, p. 667-679, jul./dez. 2012. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/21718. Acesso em: 13 maio 2015.

LUCHESE, Terciane Ângela. Difundindo ideias fascistas através de manuais didáticos: os "italianos no exterior" e suas escolas (1922–1938). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais** [...]. Natal: Associação Nacional de História (ANPUH), 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548875182_53fea6eb2794a4d4c32e98eb14acb8de.pdf. Acesso em: 24 maio 2015.

LUCHESE, Terciane Ângela (org.). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. Caxias do Sul: EDUCS, 2014.

LUCHESE, Terciane Ângela. Modos de fazer história da Educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 18, n. 43. p. 145-161, maio/ago. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/heduc/a/QYXgvgPRTCjP8cs7FZtz8bG/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 22 abr. 2015.

LUCHESE, Terciane Ângela. **O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Educs, 2015a.

LUCHESE, Terciane Ângela. Um dever de ordem pública iniludível e inadiável: A administração municipal e as comunidades em prol da instrução pública (Região Colonial Italiana, RS, 1890-1928). *In*: NETO, Wenceslau Gonçalves; CARVALHO, Carlos Henrique de Carvalho (org.). **Ação Municipal e Educação Primeira República no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza, 2015b. p.71-100.

LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio. Memórias (auto)biográficas de docentes da Região Colonial Italiana do RS: o caso de Alice Gasperin e Elvira Dendena. **Revista Educação Unisinos**, v. 14, n. 1, p. 44-51, 2010. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/edunisinos/v14n01/v14n01a07.pdf. Acesso em: 24 maio 2015.

LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio. Das escolas de improviso às escolas planejadas: um olhar sobre os espaços escolares da Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 2, p. 45-76, maio/ago. 2012. Disponível em: https://eduem.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38787. Acesso em: 24 maio 2015.

LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio; XERRI, Eliana Gasparini. Escolas étnico-comunitárias italianas no Rio Grande do Sul: entre o rural e o urbano (1875 – 1914). **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 36, n. 2, p. 211-221, jul./dez. 2014. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/3033/303331286005.pdf. Acesso em: 4 maio 2015.

MAGALHÃES, Justino. Breve apontamento para a história das instituições educativas. *In*: SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei (org.). **História da educação**: perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR, 1999. p. 67-70.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: São Francisco, 2004.

MAGALHÃES, Justino. A história das instituições educacionais em perspectiva. *In*: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (org.). **História da educação em perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 91-103. (Coleção Memória da Educação).

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul**: implicações econômicas políticas e culturais. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

MATIELLO, Marina. **História do Colégio Regina Coeli**: de escola confessional à escola comunitária (Veranópolis, RS, 1948–1980). 2013. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2013.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A pedagogia da escola nova na formação do professor primário paranaense**: início, consolidação e expansão do movimento. 1992. 292 f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

MILANI, Amélia Melania. **Certidão de nascimento n. 190**, fl. 79, livro A/33. Bento Gonçalves, [1928]. Custódia: Arquivo da Secretaria da Província Imaculada Conceição, Caxias do Sul/RS.

MILANI, Maria Alice. **Dados biográficos de Maria Alice Milani**. [s.d.] Documento biográfico (ficha/relatório). Custódia: Arquivo da Secretaria da Província Imaculada Conceição, Caxias do Sul/RS.

MILANI, Maria Alice. **Entrevista concedida a Tânia Maria Zardo Tonet**. Porto Alegre, 17 abr. 1997. Entrevista pessoal.

O MOMENTO. Caxias do Sul, n. 386, 5 ago. 1940. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=104523&pasta=ano%20194&pesq=386&pagfis=1907. Acesso em: 13 abr. 2016. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O MOMENTO. Caxias do Sul, n. 395, ano III, 7 out. 1940. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=104523&pasta=ano%20194&pesq=395&pagfis=1949. Acesso em: 8 mar. 2016. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O MOMENTO. Caxias do Sul, n. 546, ano XII, 11 set. 1943. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=104523&pasta=ano%20194&pesq=%22n.%C2%BA%20546%22&pagfis=2707. Acesso em: 11 abr. 2016. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

MONTEGUTTI, Ivo; GIACOMEL, Teresa Miriam; DALL'OSBEL, Ana Simone. **Farroupilha ontem e hoje**: subsídios. Farroupilha: Prefeitura Municipal de Farroupilha, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1993.

MULLER, Lila Lourdes. **Entrevista concedida a Gisele Belusso**. Farroupilha, 10 jul. 2015. Entrevista pessoal.

NETO, Alexandre Shigunov; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar**, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11.pdf. Acesso em: 15 jun. 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos Lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763. Acesso em: 12 abr. 2015.

NORO, Alice T. **Entrevista concedida a Gisele Belusso**. Farroupilha,12 nov. 2015. Entrevista pessoal.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares**: por que e como pesquisar. Campinas, SP: Alínea, 2009.

NÓVOA, António. Carta a um jovem historiador da educação. **Historia y Memoria de la Educación**, Madrid, n. 1, p. 23-58, 2015.

OLIVEIRA, Lúcia Helena. **Memória e História Educacional**: o papel do Colégio Santa Teresa no processo escolar de Ituiutaba no Triângulo Mineiro-MG (1939-1942). 2003. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Helena. **Educação scalabriniana no Brasil**. 2009. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=460022. Acesso em: 21 nov. 2014.

OLIVEIRA, Lúcia Helena. O projeto romanizador no final do século XIX: A expansão das instituições escolares confessionais**. Revista Histedbr** On-line, Campinas, v. 10, n. 40, p. 145-163, dez. 2010. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/index.php/histedbr/article/view/3375. Acesso em: 11 mai. 2015.

OLIVEIRA, Lúcia Helena. O pensamento educacional católico restaurador – uma análise dos documentos pontifícios na primeira República. **Cadernos de História da Educação**, v. 11, n. 2, p. 501-517, jul./dez. 2012. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/21709. Acesso em: 13 maio 2015.

OLIVEIRA, Lúcia Helena; LOMBARDI, José Claudinei. Instituições educativas – projeto scalabriniano no Brasil. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2008, Aracaju. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: SBHE, 2008. Disponível em: http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe_2008/pdf/644.pdf. Acesso em: 13 maio 2015.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Educando pelo corpo: saberes e práticas na instrução pública primária nos anos finais do século XIX. *In*: BENCOSTTA, M. L. **Culturas Escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos (org.). São Paulo: Cortez, 2007.

ONZI, Jacira. **Manuscrito para Ir. Nilse Dallamaria**: relação de diretoras. Acervo do Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Farroupilha, 19 mar. 2009.

PAULA, Maria Fernanda Batista Faraco Werneck de. **Escola Nova em manuais didáticos de Alfredo Miguel Aguayo** (Santa Catarina 1942-1949). 2015. 447 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. 2015.

PAZ, Valéria Alves. **História do Colégio São Carlos de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul (1936-1971)**. 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2013. Disponível em: https://repositorio.ucs.br/server/api/core/bitstreams/fc9f927a-3341-403a-86e9-f747525b961c/content. Acesso em: 21 out. 2014.

PERES, Eliane Terezinha Peres. **Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir a escola da vida**: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública primária gaúcha (1909-1959). 2000. 494 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

PEROTTI, Tânia. ***Nanetto Pipetta*: modos de representação.** 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura Regional) – Programa de Mestrado em Letras e Cultura Regional, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2007.

PERROT, Michele. **Minha História das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PIMENTEL FILHO, Alberto. **Lições de Pedagogia Geral e de História da Educação**. 2. ed. Lisboa: Guimarães,1932.

PINTO, Neuza Bertoni. O impacto da matemática moderno na cultura da escola primária brasileira. *In*: MATOS, José Manuel; VALENTE, Wagner Rodrigues (org.). **A reforma da Matemática Moderna em contextos ibero-americanos**. Lisboa: Várzea da Rainha, 2010. p. 9-40. (UIED – Coleção Educação e Desenvolvimento). Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/5321/1/Matos_2010.pdf. Acesso em: 12 jun. 2016.

O PIONEIRO. Recorte sobre o falecimento de Amélia Melania Milani. **O Pioneiro**, 6 mar. 2004. Recorte de jornal; Acervo: Arquivo da Secretaria da Província Imaculada Conceição, Caxias do Sul/RS.

POLETTO, Julia Tomedi. **Colégio Sagrado Coração de Jesus, Bento Gonçalves/RS**: Processo Identitário e cultura escolar compondo uma história. 2014. 212 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2014.

POSSAMAI, Paulo César. O processo de construção da identidade ítalo-sul-riograndense (1875-1918). **História Unisinos**, v. 11, n. 1, p. 49-57, jan./abr. 2007. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5875. Acesso em: 4 maio 2015.

POZENATO, José Clemente (org.). **Processos culturais na região italiana do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 1988. (Caderno da EDUCS, 3).

POZENATO, José Clemente; GIRON, Loraine. **Cinemas**: lembranças. Porto Alegre: Suliani, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA. **Dados gerais do município de Farroupilha**. Farroupilha: Prefeitura Municipal de Farroupilha, [s.d.]. Apresenta dados geográficos e socioeconômicos do município. Disponível em: http://www.farroupilha.rs.gov.br/novo/dados-socio-economicos. Acesso em: 5 mar. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA. **Galeria de ex-prefeitos. Farroupilha**: Prefeitura Municipal de Farroupilha, [s.d.]. Apresenta os ex-prefeitos e seus respectivos períodos de gestão. Disponível em: http://www.farroupilha.rs.gov.br/novo/galeria-de-ex-prefeitos. Acesso em: 4 abr. 2015.

QUADROS, Claudemir de. **Reforma, ciência e profissionalização da educação**: o centro de pesquisas e orientação educacionais do Rio Grande do Sul. 2006. 312 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

QUADROS, Claudemir de. O discurso produz a reforma: nacionalização do ensino, aparelhamento do Estado e reforma educacional no Rio Grande do Sul. *In*: QUADROS, C. de (org.). **Uma gota amarga**: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014. p.119-153.

RASERA, Odete. **Entrevista concedida a Gisele Belusso**. Farroupilha, 12 nov. 2015. Entrevista pessoal.

REGISTRO DE INSPEÇÃO DA AULA ISOLADA DE MARIA MOCELINI. 1913. Inspetor: Arthur Lavra Pinto. Documento avulso (registro de inspeção). Acervo da Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac, Farroupilha/RS

RIO GRANDE DO SUL. Diretoria Geral da Instrução Pública. **Almanak Escolar do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria Selbach de J. R. da Fonseca & Cia., 1935.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n.º 491, de 23 de fevereiro de 1942**. Extingue o sexto ano das escolas primárias do Estado. Florianópolis: Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina, 23 fev. 1942. Documento digitalizado. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105557. Acesso em: 30 abr. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n.º 1.576, de 27 de janeiro de 1910**. Aprova o Programa de ensino dos Colégios Elementares. Florianópolis: Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina, 1910. Documento digitalizado. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122098. Acesso em: 8 maio 2016.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n.º 3.903, de 14 de outubro de 1927**. Aprova o regimento interno dos estabelecimentos de ensino público do Estado. Florianópolis: Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina, 14 out. 1927. Documento digitalizado. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/100090. Acesso em: 1 maio 2016.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n.º 5.779, de 11 de dezembro de 1934**. Autoriza a abertura do Colégio das Irmãs (autorização original de 5 de dezembro de 1916). Acervo da Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac, Farroupilha/RS.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n.º 6.917, de 14 de dezembro de 1937**. Cria Grupos Escolares no Estado do Rio Grande do Sul. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 14 dez. 1937.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto n.º 8.020, de 29 de novembro de 1939**. Aprova o programa mínimo a ser adotado nas escolas primárias do Estado. Florianópolis: Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina, 29 nov. 1939. Documento digitalizado. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122105. Acesso em: 30 abr. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação e Cultura. **Parecer n.º 28.994, de 26 de julho de 1983**. Declara cessadas as atividades da Escola de 1º Grau Nossa Senhora de Caravaggio. Porto Alegre, 1983.

RIZZARDO, Redovino. **A longa viagem**: os carlistas e a imigração italiana na Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Sulina, 1975.

RIZZARDO, Redovino. **Raízes de um povo**: missionários escalabrinianos e imigrantes italianos no Brasil, 1888/1938. Porto Alegre: Congregação dos Missionários de São Carlos, 1990. (Coleção Imigração italiana, 113).

SANFELICE, Luis José. História das instituições escolares. *In*: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al*. (org.). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG; HISTEDBR, 2007. p. 75-94. (Coleção Memória da Educação).

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**: teorias da educação, a curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do "breve século XIX" brasileiro. *In*: SAVIANI, Dermeval *et al*. (org.). **O legado educacional do século XIX**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 7-32.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

SCALABRINI, João Batista. **A Emigração Italiana na América**. Tradução de Redovino Rizzardo. Caxias do Sul: Centro de Pastoral Migratória; Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Universidade de Caxias do Sul, 1979 [1904].

SCALABRINI, João Batista. **Uma voz atual**: páginas escolhidos dos escritos. São Paulo: Loyola, 1989.

SCARIOT, Eléia. **Centelhas de vidas escondidas**. v. 1. Caxias do Sul: Lorigraf, 2004.

SCARIOT, Eléia. **Centelhas de vidas escondidas**. v. 2. Caxias do Sul: Lorigraf, 2006.

SCHNEIDER, Cristina; GAUER, Haliderose. **Revelando Farroupilha**: inventário do patrimônio cultural material. Farroupilha: Prefeitura Municipal de Farroupilha, 2009.

SCHWARTSMANN, Leonor Carolina Baptista. **Entre a mobilidade e as inovações**: a presença de médicos italianos no Rio Grande do Sul (1892-1938). 2013. 284 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica/RS, Porto Alegre, 2013.

SECRETARIA DA PROVÍNCIA IMACULADA CONCEIÇÃO. **Ficha de pessoal: Madalegna Radaelli**. [s.d.]. Ficha de pessoal; Acervo: Arquivo da Secretaria da Província Imaculada Conceição, Caxias do Sul/RS.

SECRETARIA DA PROVÍNCIA IMACULADA CONCEIÇÃO. **Ficha de atualização de dados: Madalegna Radaelli**. [s.d.]. Ficha de pessoal; Acervo: Arquivo da Secretaria da Província Imaculada Conceição, Caxias do Sul/RS.

SECRETARIA DA PROVÍNCIA IMACULADA CONCEIÇÃO. **Ficha de pessoal: Maria Alice Milani**. [s.d.]. Ficha de pessoal; Acervo: Arquivo da Secretaria da Província Imaculada Conceição, Caxias do Sul/RS.

SECRETARIA DA PROVÍNCIA IMACULADA CONCEIÇÃO. **Ficha de pessoal: Maria Cleufe Ferronato**. [s.d.]. Ficha de pessoal; Acervo: Arquivo da Secretaria da Província Imaculada Conceição, Caxias do Sul/RS.

SECRETARIA DA PROVÍNCIA IMACULADA CONCEIÇÃO. **Ficha de pessoal: Maria Emília Favreto**. [s.d.]. Ficha de pessoal; Acervo: Arquivo da Secretaria da Província Imaculada Conceição, Caxias do Sul, RS.

SECRETARIA DA PROVÍNCIA IMACULADA CONCEIÇÃO. **Ficha de pessoal: Maria Erotides Alves**. [s.d.]. Ficha de pessoal; Acervo: Arquivo da Secretaria da Província Imaculada Conceição, Caxias do Sul/RS.

SEGANFREDO, Mafalda. **Entrevista concedida a Gisele Belusso**. Farroupilha, 4 ago. 2015. Entrevista pessoal.

SEGANFREDO, Mafalda. **Entrevista concedida a Gisele Belusso**. Caxias do Sul, 10 dez. 2015. Entrevista pessoal.

SEGANFREDO, Rosalina Seganfredo. **Entrevista concedida a Gisele Belusso**. Caxias do Sul, 10 de dezembro de 2015. Entrevista pessoal.

A SEMANA.15 mar. 2002. Caderno comemorativo aos 85 anos do Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Acervo da Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac, Farroupilha/RS.

SIGNOR, Lice Maria. **João Batista Scalabrini e a imigração italiana**: um projeto sócio-pastoral. Porto Alegre: Palotti, 1984.

SIGNOR, Lice Maria. **Irmãs Missionárias de São Carlos, Scalabrinianas**: 1895-1934. v. 1. Brasília: Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM), 2005.

SIGNOR, Lice Maria. **Irmãs Missionárias de São Carlos, Scalabrinianas**: 1934-1971. v. 2. Brasília: Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM), 2007.

SILVA, Katiene Nogueira da. O que faz a escola instituir o uso dos uniformes escolares? *In*: CATANI, D. B.; GATTI JÚNIOR, D. (org.). **O que a escola faz?** Elementos para a compreensão da vida escolar. Uberlândia: EDUFU, 2015. p. 197-228.

SILVA, Mauro Amancio da. **ENTRAI – Encontro das Tradições Italianas**: festa popular – patrimônio cultural, lazer e turismo. 2007. 161 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Hospitalidade e Turismo, Universidade de Caxias do Sul, 2007. Disponível em: https://repositorio.ucs.br/server/api/core/bitstreams/ad843347-bb4e-4f63-ab39-070f6d6050bc/content. Acesso em: 13 maio 2015.

SLOMP, Ivo Albino; BARBIERI, Lia. **Percorrendo caminhos**: Província Imaculada Conceição. Caxias do Sul: Lorigraf, 1997.

SOCIEDADE BENEFICENTE DO SUL. **Estatuto da Sociedade Beneficente do Sul**. Caxias do Sul: Sociedade Beneficente do Sul, 1962.

SOUZA, José Edimar de. **As escolas isoladas**: práticas escolares no meio rural de Lomba Grande/RS (1940-1952). 2015. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

SOUZA, Miguel Angelo Silveira de; CHIELI, Anabel Terezinha Madalosso. **À sombra da cruz**. Trabalho acadêmico apresentado na disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa em História II, sob orientação da professora Loraine Slomp Giron. Universidade de Caxias do Sul, 1999.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. *In*: SAVIANI, D. *et al*. **O legado educacional do século XIX**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 33-84. (Coleção Educação Contemporânea).

SOUZA, Rosa Fátima de. História da cultura material escolar: um balanço inicial. *In*: BENCOSTTA, M. L. A. (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007. p.163-189.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da Pátria**: história da escola primária no estado de São Paulo (1890-1976). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.

SOUZA, Wlaumir Doniseti. **Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante**. Das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o caso Idalina. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

TARTAROTTI, Raul Pedro. **Farroupilha**: história de uma cidade. Porto Alegre: Ponto & Vírgula, 2014.

TARTAROTTI, Raul Pedro. **Entrevista concedida a Gisele Belusso**. Farroupilha, 20 ago. 2015. Entrevista pessoal.

THOEN, Carla Fernanda Carvalho. **Representações sobre Etnicidade e Cultura Escolar nas Antigas Colônias de Imigração Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul (1905-1950)**. 2011.154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2011.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TRENTIN, Ortenila Dileta M. **Emancipação de Nova Vicenza, Farroupilha**. 2002. 88 f. Monografia (Especialização em História) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2002.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Documentos escolares: impactos das novas tecnologias. **História da Educação** (UFPel), Pelotas, v. 11, p. 77-96, 2002. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30600. Acesso em: 24 jun. 2015.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares – de que se fala? *In*: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 13-32. (Coleção Memória da Educação).

VALDUGA, Gustavo. **"Paz. Itália, Jesus"**: uma identidade para os imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal Correio Riograndense (1930-1945). 2007. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VENDRÚSCULO, Ivone Foletto. **Caravaggio, cinquenta anos de trabalho e fé!** Caxias do Sul: São Miguel, 2015.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e Processo Educativo. *In*: LOPES, E. T. L.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 497-518.

VIDAL, Diana Gonçalves. Práticas de leitura na escola brasileira dos anos 1920 e 1930. *In*: FARIA FILHO, L. M. de *et al*. (org.). 2. ed. **Modos de ler/formas de escrever**: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 87-116.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas escolares**: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção Memória da Educação).

VIDAL, Diana Gonçalves. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 25-41, jan./jun. 2009. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/2-vidal.pdf. Acesso em: 9 abr. 2015.

VIDAL, Diana Gonçalves; ESTEVES, Isabel de Lourdes. Modelos caligráficos concorrentes: as prescrições para a escrita na escola primária paulista (1910-1940). *In*: PERES, E.; TAMBARA, E. (org.). **Livros Escolares e ensino da leitura e da escrita no Brasil (séculos XIX-XX)**. Pelotas: Seiva, 2003. p. 117-138.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, SP, n. 0, p. 63-82, set./dez. 1995. Disponível em: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE0/RBDE0_06_ANTONIO%20VINAO_FRAGO.pdf. Acesso em: 9 jun. 2015.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. *In*: VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO A. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Tradução de Alfredo Veiga Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 62-136.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Sistemas educativos, culturas escolares y reformas**: continuidades y cambios. Madrid: Morata, 2002.

CASA LEIRIA
Rua do Parque, 470
São Leopoldo-RS Brasil
casaleiria@casaleiria.com.br

A partir dos sujeitos, valores, condutas e representações de uma época acentua-se o sentido do papel da escola e da alfabetização em regiões de colonização europeia. As condutas cívicas e o patriotismo também indicam como as forças políticas intencionaram ações no interior das instituições educativas, principalmente por meio de visitas, do trabalho pedagógico e/ou das orientações e normativas que procuravam estabelecer ordenamento e controle na escola primária.

A influência da igreja, por meio de suas congregações, atendeu diferentes comunidades, e o ensino confessional esteve presente nessas localidades, em alguns casos, como única referência possível para a escolarização. O trabalho docente, contudo, soube buscar táticas para superar as estratégias rígidas que pretendiam o controle e a disseminação do patriotismo que o regime político exigiu.

Prof. Dr. José Edimar de Souza